

# **PUBLICATIO UEPG**

**CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**APPLIED SOCIAL SCIENCES**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA/PONTA GROSSA STATE UNIVERSITY

REITOR/PRESIDENT  
Miguel Sanches Neto

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO/DEAN OF RESEARCH AND GRADUATE STUDIES  
Osnara Maria Mongruel Gomes

DIRETORIA DE DIVISÃO DE PESQUISA/RESEARCH OFFICE DIRECTOR  
Maristella Dalla Pria

EDITORA UEPG  
UEPG Publishing house

EDITOR/EDITOR  
Beatriz Gomes Nadal

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
PONTA GROSSA STATE UNIVERSITY

# PUBLICATIO UEPG

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

APPLIED SOCIAL SCIENCES

*Editora*  
UEPG

## Copyright by Editora UEPG

Editoração eletrônica: Marco Wrobel  
Secretaria: Aline Soares Lopes

Coordenadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mirna de Lima Medeiros  
Editoras: : Daiani Martins Machado, Juliana Yuri Kawanishi, Priscila Meier  
Andrade Tribeck, Thais Sanson Sene

### *Comitê Editorial / Editorial Committee*

Adriano José Pereira – Universidade Federal de Santa Maria  
Alberto Pucci Jr - Faculdade Metropolitana de Curitiba  
Alzira Mitz Bernardes Guarany – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Ana Maria Bourguignon - Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Ana Paula Machado Velho – Universidade Estadual de Maringá  
Carlos Alberto de Souza – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Carlos Ubiratan da Costa Schier – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Cesar Eduardo Abud Limas – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Cid Olival Feitosa– Universidade Federal de Alagoas  
Claudia Regina Magnabosco-Martins – Universidade Estadual do Centro Oeste  
Clara Cruz Santos – Universidade de Coimbra  
Cristian Damian Maneiro - Universidad de la República/Uruguay  
Denis Porto Renó – Universidad Del Rosario/Colombia  
Edina Schimanski – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Enrique Pastor Seller – Facultad de Trabajo Social Universidad de Murcia  
Franciely Ribeiro dos Santos - Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Greicy Mara França – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul  
Guillermo Meléndez Hevia – Universidad Zaragoza  
Jamerson Viegas Queiroz – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Jandir Ferrera de Lima – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Jasmine Cardozo Moreira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
João Irineu de Resende Miranda – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Jorge Pedro Sousa – Universidade Fernando Pessoa/Portugal  
Jussara Ayres Bourguignon - Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Luiz Fernando de Souza– Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Marcio Henrique Coelho – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Maria Rita Milani – Universidade Federal de Alagoas  
Marilisa do Rocio Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Mirna Medeiros - Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Mónica Solange de Martino – Universidad de la República/Uruguay  
Paula Melani Rocha – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Pedro Russi – Universidade de Brasilia  
Raphael Moroz – Universidade Tuiuti do Paraná  
Rosiléa Clara Werner – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Tomas Sparano Martins - PUC/PR  
Walfrido Nunes Menezes – Faculdade Estácio do Recife  
Zadoque Alves Fonseca Filho – FAMA - Escola Superior de Marketing

### *Avaliadores(as) da edição*

Alysson Luiz Stege  
Augusta Pelinski Raiher  
Alex Sander Souza do Carmo  
Thais Sanson Sene  
Daiani Martins Machado  
Mirna de Lima Medeiros  
Claudia Moraes e Silva Pereira  
Sandra Maria Scheffer  
Julyana Neiverth

PUBLICATIO UEPG: Ciências Sociais Aplicadas / Universidade Estadual de Ponta Grossa, v.1, n.1,  
(1993)- Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012.

Trimestral.

Subdividiu-se da Revista Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas,  
Linguística, Letras e Artes, v. 18, n.2, (2010) .

2019, v. 27, n. 3

ISSN 2238-7552 - versão impressa

ISSN 2238-7560 - versão online

1-Ciências sociais aplicadas. I.T.

CDD: 300

Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

### **REVISTA INDEXADA EM:**

GeoDados <<http://geodados.pg.utfpr.edu.br>>

FUNPEC (Sumários de Revistas Brasileiras) <[www.sumarios.org](http://www.sumarios.org)>

CLASE (Base de Datos Bibliográfica de Revistas de Ciencias Sociales y Humanidades) da Universidade Nacional Autónoma de México  
- UNAM <[dgb.unam.mx/clase.html](http://dgb.unam.mx/clase.html)>

Base de Dados do Acervo de Bibliotecas do Paraná

LATINDEX (Sistema Regional de Información em Línea para Revistas Científicas de América Latina, El Caribe, España y Portugal)

**Permutas** - e-mail: [ersouza@uepg.br](mailto:ersouza@uepg.br) ou fone: (42) 3220-3409

SUMÁRIO  
SUMMARY

**ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO**

EDITORIAL .....	271
CREATIVE INDUSTRIES OR INDUSTRIALISATION OF CREATIVITY? CRAFT LABOUR AND THE UNEVEN AND COMBINED DEVELOPMENT OF CAPITAL.....	273
INDÚSTRIAS CRIATIVAS OU INDUSTRIALIZAÇÃO DA CRIATIVIDADE? TRABALHO ARTESANAL E O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO DO CAPITAL. • Daniel Roberto Vega Torres	
THE IMPACT OF THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM ON GDP OF MUNICIPALITIES OF THE STATE OF SERGIPE (BRAZIL): 2004-2012 .....	285
O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE O PIB DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SERGIPE (BRASIL): 2004-2012 • Marco Antonio Jorge • Sirley Maclaine da Graça	
O PAPEL DO ESTADO E AS POLÍTICAS ECONÔMICAS PARA KEYNES: UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO 2010 – 2015 .....	300
THE ROLE OF THE STATE AND ECONOMIC POLICIES FOR KEYNES: AN ANALYSIS FOR 2010-2015 • Ariana Cericatto da Silva • Francisco Diétima da Silva Bezerra	
INTERPRETAÇÕES ALTERNATIVAS SOBRE A DESACELERAÇÃO E A CRISE BRASILEIRA A PARTIR DO INVESTIMENTO AGREGADO.....	311
ALTERNATIVE INTERPRETATIONS ABOUT THE BRAZILIAN DECELERATION AND CRISIS FROM THE AGGREGATE INVESTMENT • Thiago Rossi Silva • Paulo Henrique Medeiros • Hermano Caixeta Ibrahim	
O PLANO REAL E A REPÚBLICA RENTISTA .....	321
THE REAL PLAN AND RENTIER REPUBLIC • Matheus Bittencourt de Brito • Ronaldo Herrlein Júnior	
DISCRIMINAÇÃO SALARIAL ENTRE NATIVOS E NÃO NATIVO NO ESTADO DE SÃO PAULO EM 2015.....	339
SALARY DISCRIMINATION BETWEEN NATIVE AND NON-NATIVE IN THE STATE OF SAO PAULO IN 2015 • Fernanda Cristina Ferro Malacoski • Carolina Freitas • Cristiano Stamm • Jeffeson Andronio Ramundo Staduto	

O IMPACTO DA VOLATILIDADE CAMBIAL NO COMÉRCIO ENTRE OS PAÍSES DO NAFTA.....	348
THE IMPACT OF THE REAL EXCHANGE RATE VOLATILITY ON TRADE BETWEEN NAFTA COUNTRIES	
• Rodrigo Henrique Bosco	
• Maurício Vaz Lobo Bittencourt	
O BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE AUXÍLIO-RECLUSÃO: OS EFEITOS RESTRITIVOS DA LEI N. 13.846/2019.....	362
THE SOCIAL SECURITY BENEFIT OF RECLUSION: THE EFFECTS RESTRICTIVE LAW N° 13,846/ 2019	
• Christiane Cruvinel Queiroz	
BIG DATA ANALYTICS E O CIENTISTA SOCIAL.....	373
BIG DATA ANALYTICS AND THE SOCIAL SCIENTIST.	
• Oswaldo Soulé Junior	
• Vanderlei de Castro Ezequiel	
• Maria Teresa Miceli Kerbauy	
A CONCEPÇÃO DO RISCO NAS TEORIAS SOCIOLOGICAS DE ULRICH BECK E ANTHONY GIDDENS .....	383
THE CONCEPTION OF RISK IN THE SOCIOLOGICAL THEORIES OF ULRICH BECH AND ANTHONY GIDDENS	
• André Luiz Pereira Spinieli	
• César Cardoso de Souza Neto	
NORMAS EDITORIAIS PARA TRABALHOS .....	395

## EDITORIAL

O desenvolvimento socioeconômico consiste na ampliação do bem-estar de uma população. Sua busca é meta de toda região, as quais se utilizam de políticas específicas visando elevar a qualidade de vida local.

Teoricamente, diferentes elementos podem induzir esse processo, como, por exemplo: a ampliação do investimento em capital físico, do capital humano, a elevação da inserção externa, a aplicação de políticas específicas que inibem as desigualdades, etc. Entretanto, por ser multidimensional, a aferição do desenvolvimento não é tão trivial, e a identificação de seus determinantes se apresenta complexa.

Por isso, nessa edição a Revista Publicatio traz a temática “Economia e Desenvolvimento”, apresentando diferentes abordagens que envolvam o desenvolvimento socioeconômico, suas limitações e gargalos.

No primeiro artigo “*Creative industries or industrialisation of creativity? Craft labour and the uneven and combined development of capital*” se discute sobre a disseminação da classificação das chamadas “indústrias criativas”, as quais ocultam um processo neoliberal de subordinação direta e indireta do trabalho criativo ao capital. O autor utiliza o trabalho artesanal e sua produção e reprodução como exemplo de análise, enfocando a relação de subordinação direta e indireta do trabalho artesanal na Europa e na América Latina.

No segundo artigo “*The impact of the Bolsa Familia Program on GDP of municipalities of the state of Sergipe (Brazil): 2004-2012*”, os autores buscam analisar o impacto do Programa Bolsa Família (PBF) no crescimento econômico dos municípios do estado de Sergipe durante os anos 2004-2012. Como um Programa de Transferência de renda, o PBF pode atuar diretamente na elevação de bem-estar dos indivíduos, como, também, indiretamente, via a intensificação do PIB municipal. E os autores vão focar nessa segunda hipótese de impacto, avaliando o efeito do PBF no crescimento econômico.

Ainda, analisando a participação do Estado na dinâmica econômica, tem-se o artigo “*O papel do estado e as políticas econômicas para Keynes: uma análise para o período 2010 – 2015*”, no qual se investiga a interpretação de Keynes em relação ao papel do Estado e a importância do mesmo na manutenção da estabilidade econômica, focando na economia brasileira. Como corolário, os autores inferem que as políticas brasileiras adotadas nos últimos anos foram na contramão do preconizado por Keynes, com desequilíbrio na dinâmica econômica do país, com sucessivas quedas no crescimento econômico, além de desajustes nas finanças públicas nacionais.

Com um outro viés, no artigo “*Interpretações alternativas sobre a desaceleração e a crise brasileira a partir do investimento agregado*”, os autores apresentam três visões alternativas sobre a interrupção do ciclo de crescimento no Brasil ocorrido em meados dos anos 2000, tendo como referência o papel central do investimento como guia desse ciclo econômico. As visões foram abordadas levando em consideração seus aspectos políticos, pontuando virtudes, complementariedades e lacunas existentes.

Ainda abordando a economia brasileira tem-se o trabalho “*O Plano Real e a República Rentista*”, o qual demonstra um dos problemas estruturais sobre os quais a economia brasileira se estabeleceu a partir da execução do Plano Real. Na análise, os autores inferem que o Plano Real se caracterizou com um pacto de classes no qual o setor financeiro teve o papel hegemônico. E é, por meio desta hegemonia, que se originou o caráter rentista da economia brasileira.

Numa abordagem acerca das discriminações do mercado de trabalho, o artigo “*Discriminação salarial entre nativos e não nativo no estado de São Paulo em 2015*” evidencia a existência da deterioração salarial entre nativos e não nativos no mercado de trabalho paulista, ressaltando que a intensidade dessa discrepância dependendo do ramo de atividade que os trabalhadores estão inseridos.

Por fim, o último artigo “*O impacto da volatilidade cambial no comércio entre os países do Nafta*” trata da importância do comércio internacional no crescimento econômico. Os principais resultados apontam que a volatilidade cambial é prejudicial para o comércio dos países integrantes do Nafta, e, portanto, o comércio internacional é uma peça chave para dinamizar o desenvolvimento de um país.

Enfim, essa edição da Revista Publicatio tenta trazer diferentes contribuições para se entender o desenvolvimento socioeconômico, suas limitações e gargalos, além de apresentar algumas explicações para o caso brasileiro.

Ademais, na sessão de temas livres, três artigos são apresentados. O primeiro, denominado de “*O benefício previdenciário de auxílio-reclusão: os efeitos restritivos da lei n. 13.846/2019*”, discute os efeitos restritivos da Lei n. 13.846/2019, resultado da conversão da Medida Provisória n. 871/2019, na concessão do benefício previdenciário de auxílio-reclusão, devido aos dependentes do segurado preso e de baixa renda, num contexto de governo filiado ao aparato teórico neoliberal. Os resultados apontam que os novos critérios para a concessão do auxílio-reclusão, de caráter nitidamente restritivo, têm o condão de afetar, de maneira direta e imediata, a proteção social das inúmeras famílias de segurados presos e de baixa renda. No segundo artigo, “*Big data analytics e o cientista social*”, trouxe a compreensão do que é o Big Data, ou seja, contextualizou o crescimento exponencial do volume de dados, identificando o profissional que atua nessa área, o Data Scientist, e os desafios do profissional de Ciências Sociais frente a esse ambiente.

Importante ressaltar que esses dois trabalhos foram selecionados dentre os artigos apresentados no III Simpósio Internacional Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e, na sequência, foram avaliados e aceitos pelos avaliadores da Revista Publicatio.

Por fim, o terceiro artigo, “*A concepção do risco nas teorias sociológicas de Ulrich Beck e Anthony Giddens*”, faz uma análise comparativa sobre as concepções de risco nas teorias sociológicas de Ulrich Beck e Anthony Giddens. Parte-se da premissa de que ambos os autores concordam que a vida sob a presença do risco é inevitável para a sociedade pós-moderna, refém da desconfiança constante acerca da possibilidade de ocorrência de ameaças à integralidade da sociedade.

Boa leitura a todos

**Alex Sander Souza do Carmo**

**Alysson Luiz Stege**

**Augusta Pelinski Raiher**

*(Editores dessa edição da Revista Publicatio)*



## CREATIVE INDUSTRIES OR INDUSTRIALISATION OF CREATIVITY? CRAFT LABOUR AND THE UNEVEN AND COMBINED DEVELOPMENT OF CAPITAL.

## INDÚSTRIAS CRIATIVAS OU INDUSTRIALIZAÇÃO DA CRIATIVIDADE? TRABALHO ARTESANAL E O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO DO CAPITAL.

Daniel Roberto Vega Torres\*

### ABSTRACT

The objective of this article is to demonstrate the spread of the classification of the so-called “creative industries” which conceals a neoliberal process of direct and indirect subordination of creative labour to capital. In this way, craft labour and its production and reproduction through the uneven and combined development of capital are used as an example of analysis. Consequently, in the first part the problematic is defined the neoliberal hegemonic term of creative industry, to differentiate it from a political and economic process of industrialisation of creativity, specifying the relationship with the craft labour. Then, the relationship of direct and indirect subordination of craft labour in Europe and Latin America is defined in a general way, in order to clarify their differences presented by the social division of labour. Finally, an analysis of the uneven and combined movement is made, to explain the relations and trends of distinction and equalisation between and within countries.

**Keywords:** Craft labour, Creative industries, Development, Capitalism.

### RESUMO

O objetivo deste artigo é evidenciar a generalização da classificação das chamadas “indústrias criativas” que ocultam um processo neoliberal de subordinação direta e indireta do trabalho criativo ao capital. Desse modo, o trabalho artesanal e sua produção e reprodução através do desenvolvimento desigual e combinado do capital são usados como exemplo de análise. Consequentemente, na primeira parte, define-se problemático o termo hegemônico neoliberal da indústria criativa, para diferenciá-lo de um processo político e econômico de industrialização da criatividade, especificando a relação com o trabalho artesanal. Logo, é definida de modo geral a relação de subordinação direta e indireta do trabalho artesanal na Europa e na América Latina, com a finalidade de clarificar suas diferenças apresentadas pela divisão social do trabalho. Finalmente, é feita uma análise do movimento desigual e combinado, para explicar as relações e tendências de distinção e equalização entre e dentro dos países.

**Palavras-chave:** Trabalho artesanal, Indústrias criativas, Desenvolvimento, Capitalismo.

---

\* Professor Doutor da Fundación Universitaria Juan de Castellanos.

## INTRODUCTION

In a dynamic of cultural and economic globalisation, how can we see internationally the craft labour in relation to its social forms of classification, organisation and institutionalisation? This question represents an effort to understand how each proposal for the organisation and implementation of cultural policies in an international way can conceal a debate beyond academic formality, and it is included as part of institutionalisation political projects that respond to diverse forms of producing and living. It is outstanding that within each government or nation there are particular mechanisms that determine the production and reproduction of the cultural issue, understanding both practices, traditions and narratives, as well as culture as a patriotic or national project (EAGLETON, 2000). These forms of classification in a particular value system depend on the governmental power over the territory, meaning the hegemonic state of values in a period of time.

However, the question here is not to discuss the particular trajectories that allow social arguments for the institutionalisation of craft labour in each country, which is facing different cultural and economic policies of the groups that define and integrate that field. On the contrary, the problematic lies in the forms of global analysis of craft and cultural production that is not limited to literary translation, but can define international aspects that share the different systems of labour organisation in the world. In the case of craft labour, there have been international forms of organisation and definition, such as the case of UNESCO (1997), which defines activity in an openly way as characteristic to the cultural field, in addition the ways of classifying craft occupations in the ILO (ISCO, 2008), which technically defines the craft labour and consolidates similar measurement methods in different countries.

The previous forms of international classification are restricted to formal expressions, which constitutes a limit in the explanation of the transformations of craft activity in a process of globalisation. Though, there are forms of organisation and classification that have been articulated to the emergence of the so-called creative economies (HOWKINS, 2001), where craft labour is no longer defined as part of a patrimonial protection of the cultural traditions of a territory,

but rather it is presented itself as a mechanism of development and growth in different places, both economically developed and developing countries. In this way, it is described creative economy as a differentiated industrial field, derived from creative goods in the activities of design, audio-visuals, new media, performing arts, publishing, visual arts, and arts and crafts (UNCTAD, 2008, 2016).

Craft labour as a cultural expression is subordinated to a process based on innovation and creativity as the axis of production, especially in a global goods market with competence centred on quality and product differentiation (LUCKMAN, 2015). The problem here is to understand that this trend of homogenisation of craft production as an expression of creativity imposes different ways of thinking, without taking into account the contradictions and social inequalities that that activity brings. The supposed independence of the area only generates doubts about the real range of the classification and the way of understanding an international production process. Thus, an analysis is made of the creative economy and the creative industries, taking into account the capital/work relation, since it has tried to demonstrate that it does not come from the independent analysis of economic activities by areas, but the problematic of the division and subordination of labour over the dominant mode of capitalist production, as can be defined the tendencies of classification and organisation of craft labour.

Thus, the objective of the document is to obtain a generalized vision of the subordination of craft work in globalization, compared to the current characteristics of labor and the global market. Therefore it is necessary to understand the following sections of the document:

1. First, it must be stated what the creative industry means as opposed to cultural industries, it is a process of transformation from the “Fordist mode of development” to the “Postfordist development mode”, where creativity in the individual monopolizable ability primarily aimed at differentiation and innovation.
2. On the other hand it should also be understood that this mode of structuring craft work becomes hegemonic in terms of capital mobility, markets demand dis-territoriality forms of production. The second section is dedicated to this, where

the subordination of craft works to capital is explained taking into account several examples.

3. Next, it is exposed how the uneven and combined development generated by the capitalist domination system can clarify the differentiation and equalisation tendencies that characterise the labour worldwide.
4. Finally, a reflection of the craft labour in a neoliberal economy and the implications for counter-hegemonic projects is showed.

### HEGEMONY AND THE CREATIVE INDUSTRIES

The definition of creative industries in their context defines both an economic tendency and a form of subordination of innovation and creativity as a source of growth and market diversification, which requires the possible formation of a “creative class” (Florida, 2002) that supports a new form of social stratification of workers.

The concept of creative industries is trying to chart an historical shift from subsidized ‘public arts’ and broadcast era media, towards new and broader applications of creativity. This sector is taking advantage of (but is not confined to) the ‘new economy’ and its associated characteristics. Here, technological and organisational innovation enables new relationships with customers and the public that are not reliant on ‘mass’ models of centralised production (media) and real-time public consumption (the arts). Interactivity, convergence, customisation, collaboration and networks are key. Creative industries are less national, and more global and local/regional, than is typical among public broadcasting systems, flagship arts companies and so on. (CUNNINGHAM, 2002, p. 59)

There is a tendency to overcome the debate on cultural industries because cultural is no longer analyzed as a passive representation of the national but artistic and craft activities are defined by individual entrepreneurship and management skills in a global market (GARNHAM, 2005). So, this activity is defining as a global economic transformation and is projected as an international policy. Internally, the creative industries are also configured as a hegemonic project that allows the homologation of artistic and craft activities as a combined form of

artistic production such as: jewellery, ceramics, textile production, etc. And services such as: communication, cinema, broadcasting TV (JENNINGS, 2012). Despite the economic differences in the global “North” and “South”, this type of definition and classification is extended as a global discourse, because “the cultural and creative industries are naturally idiosyncratic, and benefit from the dynamics of imperfect competition. Yet, across all developing country settings, historical links, relationships and path dependencies are all crucially significant factors of success.” (UNDP, 2013, p. 26)

It can be defined as a hegemonic project in globalisation when trying to politically and economically integrate symbolic and material forms of labour organisation, a political definition of the market in different countries of the world. It is possible to appreciate the effort to identify the similarity of cultural and creative production experiences in different parts of the world in order to sustain a global process, creating a hierarchy of development from the economies of greater to lesser integration to this paradigm (UNDP, 2013, P. 54). However, their interest as a political project initiating a historical classification of cultural production, mainly in Australia and the UK, presupposes that any historical process can be summarised to the particular development of the cultural conditions of these countries.

An example of this is the way in which creative industries define craft labour and how it is indirectly presupposed that the way of classifying this type of production can be abstracted and generalised in other countries, which is criticisable both for them European countries and countries with a recent industrialisation and capitalist market formation. Thus, the way in which the process of industrialisation and organisation of cultural and creative labour should be understood should not be done from the particularity of the labour organisation system of a country or region - which implies reproducing a national hegemonic project - but from that common process that they share, in this case, the uneven development generated by the capital/work relationship in the world.

The integration of craft labour in the creative industries is limited to a series of forms of production with the artistic field, historically by the way in which the social movement of resistance to industrial production “arts and craft” was formed in the UK. It

is a pragmatic vision of artisan work, which its base is the instinctive capacity (VEBLEN, 1898), an ideal of labour or lifestyle (MILLS, 2009), or as “good work” (SENNET, 2008). However, in other parts of Europe itself, the same meaning is not obtained, since the urban middle class of retailers and artisans maintains its unity and strength the formation of the internal market of each country, which defined in the 20th century a creation of craft companies with greater integration to capitalist development in different sectors of industry and services.

The study by Mark Banks (2010) defines important trajectories for the analysis of craft labour in the creative industries, both because of the need to classify this activity as an industry, and because of the way craft labour unfolds in capitalism today, with consequences such as the problems of management, employment instability, the need for technological innovation, and individualisation. However, banks’ analysis is developed in some countries where the creative industries have the greatest institutional tradition (UK and Northern Europe, North America and Australasia), but leaves aside the explanation of other forms of institutionalisation in Europe, as well as others countries of the so-called third world. Therefore, the analysis can be expanded following the criticism on the forms of classification of craft labour in relation to the development of capital.

The discourse on the globalism of the term and classification of occupations varies considerably in each context, especially because it is not the simple translation of the word crafts, handmade or artisanal as R. Sennet (2008, p.20) does, but it is in the modern historical process of what artisan means in a capitalist society. The reason why steadiness in the terms cannot be presupposed is because they depend on the social organisation of work in a system of relationships, historically concrete, that defines the range of labour relations and their meanings. This does not mean that the local or global dichotomy must be resorted but rather emphasises is placed in the possibility of evaluating cultural processes as a dialectical relationship between the general of labour as a whole, the unique occupations and the particular contexts of politics organisation.

Then, the classification project of craft labour in the creative industries can be distinguished as a hegemonic projection, insofar as it is a political

tendency to organise local production and micro-business characteristics based on flexibility, innovation and change, as the axis of the neoliberal economic dynamics, meaning give back a company’s life (ALVES, 2008). It is intended to use a constant of microenterprise production as part of a “policy of successful”; when in general words are visualised the conditions of precariousness of the economic contexts where these activities are developed. So, the criticism towards the cultural and creative industries does not address precisely the “degeneration of cultural expression” within capitalism (ADORNO, 1991), but how all cultural and symbolic expression can be subordinated to capital and the consequences for life in society.

#### **DIRECT AND INDIRECT SUBORDINATION OF CRAFT LABOUR**

In order to better understand how craft labour is developed today, it is necessary to understand that its definition and classification depends on the relationship with the dominant mode of production, in this case the capitalist. Not all artisanal production is integrated into the capitalist production system, since there are conflict processes or forms of work organisation that are not defined by profit. However, being part of a capitalist dominant market, it is necessary to understand that their relationship can be direct or indirect to capital. By direct subordination it is understood as the process of real or formal transformation of the artisanal production of the activities in search of a wage-earning production of the employees (MARX, 2013). By indirect subordination it is understood as the development of activity in the reproduction or realisation of capital in the market, either commercially or by production for rent (GODELIER, 1974). This can be defined as a form of hybrid production or transformation, such as the trend of activities that maintain their autonomous non-capitalist local conditions, but that carry out or maintain their activity in the market.

The division of labour, in the case of craft production, can take place in different dimensions: the social division of craft labour, where the socioeconomic position of producers appears in their class relation as well as employers (retailers), salaried workers, informal workers. The technical division of

craft labour is related to the trade and occupation, the functionality and utility of production. Finally, the symbolic division of craft labour, where the subjectivities and particular meanings of the artisan's production and the artisan object are understood. Hence, when we talk about the social, technical and symbolic division of craft labour, reference is made to a system of relationships of power and the organisation of work in a specific territory.

The class relationship is important, since the definition of craft labour is usually attributed as usual process of the middle class, although it is remarkable that by understanding the transformations of the subjectivities and institutionalisation of craft labour in different countries it is possible to identify a much more diverse situation in relation to the class position. Those small owners of the means of production that defined Marx (2011, p.408, 2012) and those who take part of the middle class as the artisans and retailers respond only to a nineteenth-century analysis, it is a historically concrete system of relationships and it cannot be spatially and temporally inferred without clearly losing its meanings and determinations that validate it. On the other hand, class dynamics as the basis of the political and economic constitution of a society are historically redefined as social groups which are organised (WRIGHT, 2015), so the popular classes are also part of the political formation in the 20th century, as also of salaried workers in craft companies and their organisation.

In a general view, the economic process of production, the division of work and class relations are relevant categories to understand the way in which different trajectories of organisation of craft labour are distinguished. Here it can be exemplified in several trajectories, the first includes the situation of the UK, another includes the cases of France and Germany, and finally the formation of artisanal labour with a cultural base in Latin America. The references to these trajectories are given in a general way and are intended to be informative rather than analytical, since the objective here is to understand the general differences in the social organisation of the craft labour, and not of all the economic and social characteristics of that sector.

It can be mentioned, as a thesis, that the definition and classification of craft labour in creative industries from the UK is due to its historical situation

because of the early industrialisation process that allowed the growth of large industry and the reach of a large number of the population, and the response of the artisan movement as an artistic projection of production, which would no longer compete with the large industry in production, but for the aesthetic quality of the produced objects (BANKS, 2010, p.307). The liberal economic policy defined the possibilities of expansion of the commercial system to the detriment of the production of local character, because there was a joint process of proletarianisation that went through the reduction of the owners of means of subsistence. Thus a direct relation of the craft labour in the UK cannot be thought without defining that transition and resistance of the craftsmen in order to create an autonomous market of artistic tendency, mainly because they thought to compete for quality and aesthetic differentiation (STANKIEWIKZ, 1992; King, 2008).

The decreasing trend of artisanal producers contrasts with the growth of the urban population and the problems that industrial capitalism brought with it. The internal production of artisanal and artistic works is reduced in function of the country's commercial growth, which defines a clear trend of consumption, especially in the strengthening of the retailers as the middle class with the highest growth in the country. Trade and big industry define what for Marx is the disappearance of the artisan class, that is why his remarkable pessimism in the continuity of this activity in capitalism (MARX, 1980, p.377). In this trajectory there is a process of indirect subordination of craft labour to capital, to the extent that there was a direct resistance to the process of industrialisation and to the proletarianisation of artisans. However, it depended on the organisation of the market and the growth of wealth in order to maintain production; this is the realisation of capital through practices that are not directly capitalist that it does depend, as in this case, on classes and groups that buys products and services, especially luxury capitalist consumption (HARVEY, 1984, p.85). Therefore, the development of handicraft production in creative economies in the UK classification will be defined by its remarkable characteristic of relationship with art. Especially, there are changes in the way of production and recognition within the artisanal sector, such as traditional designers and craftsmen; however, their main base is still

maintained in artistic or luxury objects (McAULEY and FILLS, 2003).

On the contrary, these types of trajectories are not compatible with labour organisation processes in France or Germany. When there is a resistance to the proletarianisation of labour by the strong cultural and traditional organisation of the middle class, a process of direct subordination to capital is developed in the way that small businesses sustain production of the population and maintain forms of symbolic organisation as a different class from the proletarians and bourgeois (ZARCA, 1993, MUTHESIUS, 1998). It is important to find this class situation as a basis of differentiation that allowed maintaining privileges within government policies, thus rising to a protection of the internal market by means of artisans and the continuity of production of goods and services necessary for the population (PERRIN, 2007). The association and organisation of artisans as a cultural part of the organisation of production, both in the late nineteenth century and in the first half of the twentieth century, results in ways of classifying occupations with greater integration into the national market, in sectors such as construction, food, transportation and manufacturing (DECAS, 2001).

It is not the abstract result of what is artisanal that defines the classification and the organisation of labour, but the result of the organisation of workers and artisan producers who, in their political struggle to maintain their rights and privileges, determine the characteristics of the sector. It is noteworthy that there are similar forms of organisation between these two countries, mainly due to the fact that in France, with the annexation of the Lorraine and Alsace regions, the form of small industry organisation was integrated, which largely defined what artisanal enterprise is in the twentieth century (JORDA, 2006). The way in which the artisan enterprise is maintained as a base of economic organisation along with the big industry is fundamental to understand that the form of institutionalisation directly integrated to capital is organised according to the class tradition and not precisely the technique conditions (MAZAUD, 2009).

The main point here is the artisanal enterprise, which can be made up of salaried employees, as long as they do not exceed the number allowed in any legislation. The artisanal enterprise can develop a capitalist activity in such way that salaried work

exists, because even if it is paradoxical, it is not a contradiction (see COGNIE, 2010), taking into account that the forms of division and organisation of craft labour are related together in the social, technical and symbolic division of labour, and its institutionalisation depends on the groups or classes that have the power to influence the definition and classification of the sector in relation to other sectors. There is, then, a class separation between countries of the same European region, which prevents a clear process of homologation of what craft labour means (MICHELSONS, 2004).

On the other hand, in Latin American countries the process of institutionalisation of craft labour is defined by its ethnological or cultural character, mainly the object (handicraft) that defines the function of labour (LIMA, 2010). There is no direct continuity of the forms of urban organisation of the cities to business work in the national market, but a search and definition of the activity is carried out as a cultural fact among the different communities and local populations, where the artisan and crafts acquires a significant symbolic importance in social studies and in the forms of grouping and sociability (TUROK, 2001, MEJÍA, 2004). The ethnic and colonial basis of the subjectivities of the population defines artisanal production as the axis of local traditions and memories, which is integrated into the territory as a basis for practices, rituals, objects and beliefs.

The relationship of the local practices of the different communities and rural populations allows the definition of the artisanal object or handicraft, which especially through non-capitalist production practices were indirectly integrated into markets in their dependence on tourism. For this reason, the process of institutionalisation in general takes part of the definition of the object to link it with the producer subject, meaning the identity of being an artisan depends on the production of crafts (SAPIEZINSKAS, 2012). A trend towards the integration of cultural activities into capitalist production, in its process of urbanisation and industrialisation since the 20<sup>th</sup> century, is not representative in Latin America, but remains a specifically rural form of production.

However, with the growth of urbanisation in these countries, and the corresponding migration from the countryside to the city, the different regional and local techniques and practices are integrated into the

market, diversifying their production and enhancing territorial differentiation, then generate technically more specialised and individualised objects in the market thanks to the intervention of neoliberal design and business development (SCRASE, 2010). Thus, there is a form of indirect subordination to capital, because in the way that it does not develop itself in advanced capitalist societies, they obtain their growth and differentiation as a sector depending on the degree of urbanisation of the cities, where they begin to depend mostly on the flows of capital, work and merchandise as part of increasingly specialised and differentiated consumption.

There is a noticeable symbolic division between those people who produce handicrafts and those technical workers, mainly because it is not the formal educational or work institution which acquire importance, but belonging to a tradition or territory that identifies the values of handicraft production (QUIÑONES and BARRERA, 2006). This type of activities cannot be properly considered as similar trajectories in the indirect subordination to artistic labour, for example in countries such as the UK and Brazil, although many of the techniques such as ceramics, jewellery and textile industry can comprise a large part of the production of handicrafts; it is the ethnological character that determined its classification and its corresponding reproduction as a folkloric and traditional practice of the different people or social groups, which differentiates the forms of subordination of artisanal labour to capital. Following, in the ex-colonies, where the definition of race-ethnicity and class is distinctive and the symbolic division of labour will generate forms of organisation from the popular classes as the axis of identification of movements that do not take place directly into the relationship capital/work.

In general, the processes of institutionalisation depend on the way in which classes are organised, the division (social, technical and symbolic) of labour, which allows its relationship of direct or indirect subordination to capital. To specify why this process is dynamic, it is necessary to point out that it is not due to a simple definition of economic dependence, of developed and underdeveloped countries, but rather it is the unequal and combined development of capital as a process of accumulation and expansion that alters

the class positions and forms of institutionalisation of craft labour.

### UNEVEN AND COMBINED DEVELOPMENT OF CRAFT LABOUR

It can be understood that uneven development is part of the accumulation of capital, because capitalism is inequality of forms of production and appropriation of social wealth. In a general view, it is understood as the study of the unequal forms of historically produced spatial distribution of industry, banking, business, wealth, work relations, political configurations, etc. (COX, 2008, ASHMAN, 2009) The different relations of differentiation produce mechanisms of dependence and control between different social spaces and dimensions, both in urban and rural relations, between industrial regions and commercial regions, relations of imperialist struggle between countries, and regions of dependency in the localities of the same cities or regions within the countries, etc. (ROSENBERG, 2010) The process of capital accumulation and its corresponding inequality defines the possible forms of coexistence or combination between old and new forms of production; the combined development consists in understanding the dynamics of (vertical and horizontal) integration between non-capitalist forms of production and the development of capital in its expansion, concentration and accumulation (TYLER, 2015).

The uneven and combined development differs from the theories of dependence or the idea of the world system, insofar as it focuses its analysis on the dynamics of the relationship between the expansion and accumulation of capital, in the tendencies of differentiation and equalisation of the social and cultural systems that allow their reproduction (TAYLOR, 2014). So, it is understood as the process of concentration, accumulation and dispossession that realises the movement of capital geographically and historically, which allows to define relations of power and local production, nationally and internationally (DUNFORD and LIU, 2016). In this way the form of direct and indirect subordination of labour to capital that takes place in the production process has its correlate in the movement of expansion through the transformation between capitalist and non-capitalist production systems, being in the form of resistance,

in the horizontal form and in the vertical form of integration to capital (MÉSZÁROS, 2002, p.622).

Part of the uneven and combined development consists of the capacity for resistance or integration that can be generated between the forms of reproduction of the craft labour in front of the dominant social system. Thus, on the one hand it is understood that not every mode of production can be defined as capitalist, and that it has the capacity to resist the process of subordination of work to capital. The craft labour that takes place as a cultural expression can be defined as a resistance mechanism taking into account the territorial political capacities of the communities in terms of maintaining life forms that do not subordinate their production to the market (GARCÍA, 2009). Therefore, the activity of artisan production is derived from the socio-cultural organisation that allows a form of recognition of non-capitalist economies and derived from the territorial political power of its producers.

This condition of production on popular, ethnic or territorial social resistance can be analyzed taking into account that it is part of a social, economic and political group that allows a counter-hegemonic movement evident in Latin American and European countries (FRANÇA and LAVILLE, 2004). Anti-capitalist political practices can manifest a noticeable relationship here in relation to ecological movements, since in the craft labour the tendency against in mass and standardised production is evident. However, this type of handicraft production is limited to local production groups and networks of short dimension, which implies that it is not a general trend of artisanal production in the world, but it clearly identifies a contrary disposition of subordination of craft labour to the capital.

On the other hand, the vertical and horizontal integration of craft labour in reproduction and expansion of capital has characteristics that include not only the system of classification of countries but produces a general trend in the way that markets are organised, both in the capacity of vertical integration in the sectors of industrial production and services, and in horizontal integration, which implies especially the realisation of capital. Thus, on one hand vertical integration means the direct subordination of craft labour as part of the capital and work relationship, both in the form of salaried workers and small capitalists. This type of craftsmanship can be defined

as international considering the relationship as repair activities, manufacturing and services is a constant in different countries high and low industrialisation (BOUTELLIER, FOURNIER and PERRIN, 2015).

Horizontal integration has a movement that is not directly part of the production of capital but its realisation. It is the productive consumption of industrialised raw material that allows a reproduction of capital. Horizontal integration covers independent workers who do not depend on a direct cultural relationship with the territory. In the horizontal integration of craft labour, both artistic work and handicraft can be recognised. Artistic work, or in its several definitions in different countries (KLAMER, 2012), which share the identity of the individual artist and which determines a trend towards more individualised and independent production in the markets. The production of crafts (handmade or handicrafts) on the other hand seeks a form of urban female population occupation mainly, and are activities carried out for several purposes: family income supplement (RICHARD, 2007), hobbies or in a therapeutic way (HARRIS, 2008), among other reasons; not necessarily for the recognition of identities or patrimonial traditions.

In this way, the uneven and combined development that make up the craft labour, both in production and in reproduction, can be defined as a movement in two trajectories or tendencies: differentiation and equalisation (SMITH, 1988).

The tendency to differentiation lies in the search, or production, of the distinction based on the singularities of each population or territory. Hence, each region and producer is constantly required to distinguish commodities either ethnic criteria, cultural, religious, historical, etc., in order to obtain greater value for the income that is generated thanks to the rights of property (social, territorial, individual) on the distinctive characteristics of the products. The problem is not in the characteristics of the socio-environmental wealth that is generated by the cultural diversity of the population; the problem is specifically that this type of wealth is subordinated to the accumulation of capital. The craft labour subordinated directly or indirectly to capital currently produces the tendency to monopolistic income on that singularity, which is defined both in the brands and in the territorial patents that develop in a struggle for that “value



grabbing” (ANDREUCCI, GARCÍA , WEDEKIN and SWYNGEDOUW, 2017).

On the other hand, the tendency towards equalisation, as force that capital exerts in its globalisation, allows differentiations to lead to obtaining homogenous administrative policies and mechanisms for the organisation of craft labour.

a) The first way of equalisation is the tendency to organise a system of artistic and cultural work, understood as a creative industry; it is a form of cultural production based on the conditions of innovation and entrepreneurship of small cultural producers worldwide (KLAMER, 2012). In this case, there is greater integration between countries in the form of production based on techniques of an artistic nature, which shows different agents that work in production lines with homogeneous raw material, such as metal, mud, wood, leather, seeds, among others. In this way, a type of production, promotion and protection for similar artisan activity appears in each country, which may allow an expansion of international trade in the form of tourism or export, as is the case of craft labour in the creative industries sector.

b) The second way is the tendency of growth and integration of the working population of greater vulnerability in handmade activities of production of private consumption, such as crafts and technical services. In this way, the craft labour does not include a direct debate about its cultural interpretation, but it is developed as part of the continuous exclusion of workers from the productive sector, which translates into the increase of objectified labour and the reduction of living labour for the use of capital accumulation and development. This condition not only relates the growth of people who choose to work independently or on their own, but also represents the condition of vulnerability and instability of workers as a way to obtain temporary income, depending on the conditions of labour market integration (STANDING, 2011).

c) The government from the method of protection and promotion of craft labour, obtains and promotes a definition of homogeneous public policies in developed and developing countries, where there is a boost to microenterprise development policies that exert changes in the way of managing the companies (MAZAUD, 2009), as well as cultural policies of material and immaterial patrimonial protection. It is remarkable that the forms of protection and

promotion of craft labour in different countries can now coincide, maintaining the differences in the symbolic, technical and social division. This is how it can get a tendency to equalisation from the public power in the work organisation, which does not imply a global delimitation to an autonomous sector, such as the creative industries, but is a response to the global conditions of the relationship between capital and labour in a dominant political and economic development system.

## NEOLIBERALISM AND CRAFT LABOUR

Against the trend of a post-industrial era, it is asserted that the project of the creative industries constitutes a part of the expansion of capital in the “universal generalised industrialisation” that Ernst Mandel (1982, p. 271) exhibited, since the form of creative production, in this case of craft labour, is an integral part of the development of both raw materials, instruments and techniques used for production, which can be integrated directly or indirectly into the development of the capitalist market. Thus, the industrialisation of the creative labour gives a new approach of the craft labour, because at the moment the artisan activities are integrated to the dynamics of expansion of the capital in function of the technical industrialisation so much for the production as for the development of the capital.

This process of general industrialisation of production has been greatly expanded by the neoliberal political-economic project that seeks a greater market expansion on strategies of material and ideological subordination of all social activity. Globalisation as the axis of capitalist expansion allows the differentiation and equalisation of life in society to be reinforced, in this case of handicraft products, either by the consumption of the commodities or by the way of classifying labour. It is clear that historically and socially globalisation does not depend solely on the dynamics of capital, however it is through this process that capital can directly and indirectly subordinate the different forms of production and reproduction of life in society. Thus, in the liberalisation of markets there is both the possibility of homogeneity in consumption and the search for individuality as a means of differentiation.

A most important problem in the development of craft labour in a neoliberal system is to confuse social emancipation with the subordination of labour, as a creative activity, to the capitalist market. It is remarkable that economic theory gives as a basis to individual entrepreneurship a significant importance for the development of innovation; however, it is also prominent that this type of presuppositions of the capitalist system only includes a part of successful cases of entrepreneurship (UNDP, 2013). In general, the process of subordination and division of labour constitutes greater competition among individuals, which generates a search for individual capacity as the axis of identification, identity and authenticity that must prevail in this competition.

The imperative of authenticity (HAN, 2017), as the axis of subjective exploitation in neoliberalism, is the product of both the possibility of ideological domination and the material expression of the positions of workers in activities that are peripheral to advances in science and technology. Therefore, it is possible to find in the artisan workers a form of cultural and artistic identification that is more specialised in the use and knowledge of the market, which forces a trend of greater differentiation between the same sectors. The fragmentation of class as a product of this individualisation increases as it is intended to survive as an artist or craftsman in a dynamic environment that valorises more the exotics of labour.

The contingent of the subject, its environment and local context, as something immanent to its historical and geographical situation, becomes with the neoliberalism in a transcendent feature of the artisan worker, which must subordinate all activity. However, as mentioned above, the possibility of resistance and emancipation depends on the form of organisation of territorially determined workers that can re-signify labour in relation to social projects that seek unity of class, on a political platform of organisation that do not limit subjectivities to an industrialisation of creativity, but define politically and economically the importance of individuals on their job.

In consequence, creative labour could only have a significant value measured by the degree of freedom that individuals have to produce according to their aesthetic, ethical and material needs. In the same way that labour is understood materially for life and not life for work, ideologically the subject should

not be defined in terms of his job but the possibility of learning and having freedom of production based on the characteristics and social and personal interests. This does not mean literally assuming a denial of craft labour in general, but the re-significance of this work as a creative activity in a project of social emancipation. Labour produces the wealth that can be distributed in society, and in this case the particular and concrete forms of labour such as artisanal can be defined in political projects that do not reproduce the subordination to the uneven development of capital.

## CONCLUSION

Craft labour as part of the economic policies of the creative industries is limited to reproducing procedures of classification and definition of some countries as if they corresponded to a global rate. This is understandable if one takes into account that this classification is an expression of neoliberal hegemony, both by the subordination of craft labour to capital, and by the search for differentiation and individualisation of producers to obtain greater representation in the market. On the contrary, craft labour is presented here as part of the “struggles against classification”, derived from the class struggles that are evident in the relationship between labour and capital (TYLER, 2015). Thus, the problem is that artisan activities cannot be subordinated to the strictly artistic expression, or to a technical definition, but are social practices that are continuously institutionalised in relation to the economic and political group of society.

It is understood, then, that it is not only the emergence of a new sector that integrates craft labour, but as the uneven and combined development of capital is extended as a leading system, the way in which artisanal labour affects the tendency to the differentiation and equalisation in the industrialisation of creative practices. This type of criticism about the forms of development and transformation of craft labour does not intend to cover the whole activities that are proposed within the sector of the creative industries. However, it allows a particular analysis of the implications of the formation of relatively autonomous industrial sectors, and especially their problems regarding their political and economic use in different regions of the world.

## REFERENCES

- ADORNO, Theodor. **The culture industry: selected essays on mass culture**, London: Routledge, 1991.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital**. Marília: UEL, 2008.
- ANDREUCCI, D.; GARCÍA-LAMARCA, M.; WEDEKIND, J. and E. SWYNGEDOUW, "Value Grabbing": A Political Ecology of Rent, **Capitalism Nature Socialism**, v. 28, n. 3, pp. 28-47, 2017.
- ASHMAN, Sam. Capitalism, uneven and combined development and the transhistoric, **Cambridge Review of International Affairs**, v. 22 n. 1, pp. 29-46, 2009.
- BANKS, Mark. Craft labour and creative industries, **International Journal of Cultural Policy**, 16 (3), 305-321, 2010.
- BOUTILLIER, Sophie; FOURNIER, Claude and Cédric PERRIN (Dir.), *Le temps des artisans : Permanences et mutations*. **Marché et organisations**, vol. 24, 2015.
- BROPHY, Susan. An Uneven and Combined Theory of Law: Initiation, 28 **Law Critique**, v. 2, pp. 167-191, 2017.
- COGNIE, Florence. Artisanat et Salariat : une relation paradoxale, In : Jacquot, L. (Dir), **Formes et structures du salariat : crise, mutation, devenir**, Presses universitaires de Nancy, collection «Salariat et transformations sociales», 2010.
- COX, Kevin. Globalisation, uneven development and capital: reflections on reading Thomas Friedman's *The World Is Flat*. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, pp. 1-22, 2008.
- CUNNINGHAM, Stuart. From Cultural to Creative Industries: Theory, Industry and Policy Implications. **Media International Australia**, v. 102, n. 1, 54-65, 2002.
- DECAS (Direction des Entreprises du Commerce, de l'Artisanat et des Services) **L'artisanat en France, en Allemagne et en Alsace-Moselle. Etude exploratoire**. GATE - CNRS. Available from : <https://archives.entreprises.gouv.fr/2012/www.pme.gouv.fr/essentiel/etudesstat/pdf/arfrancealdec2000.pdf> (Accesses May 2017) 2001.
- DUNFORD, Michael and Weidong LIU. Uneven and combined development. **Regional Studies**, v. 51, 59-85, 2016.
- EAGLETON, Terry. **The idea of culture**. Oxford: Blackwell, 2000.
- FLORIDA, Richard. **The rise of the creative class**. New York: Basic Books, 2002.
- FRANÇA, Genauto and Jean-Louis LAVILLE. **Economia Solidária: Uma Abordagem Internacional**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.
- GARCÍA, Alan. **Forma valor y forma comunidad. Aproximación teórica abstracta a los fundamentos civilizatorios que preceden al Ayllu Universal**. La Paz: Clasco, 2009.
- GARNHAM, Nicholas. From cultural to creative industries: An analysis of the implications of the "creative industries" approach to arts and media policy making in the United Kingdom. **International Journal of Cultural Policy**, v. 11 n. 1, pp. 15-29, 2005.
- GODELIER, Maurice. **Racionalidad e irracionalidad en economía. México: Siglo XXI, 1974**.
- HAN, Byung-Chul. **La expulsión de lo distinto**. Barcelona: Editorial Herder, 2017.
- HARRIS, Emma. The meanings of craft to an occupational therapist. **Australian Occupational Therapy Journal**, v. 55 n. 2, pp. 133-142, 2008.
- HARVEY, David. **The Limits of Capital**. Oxford, Blackwell, 1984.
- HOWKINS, John. **The Creative Economy: How people make money from ideas**. The Penguin Press, 2001.
- INTERNATIONAL STANDARD CLASSIFICATION OF OCCUPATIONS (ISCO), 2008, ILO, Available from: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf> [Accessed May, 2016].
- JENNINGS, Hilary. **Towards a Definition of Heritage Craft Creative and Cultural Skills**. 2012. Available from: <http://blueprintfiles.s3.amazonaws.com/1344600067-Towards-a-Definition-of-Heritage-Craft-finaldraft.pdf> [Accessed April, 2016].
- JORDA, Henri. Les recompositions de l'artisanat: des corporations à la « première entreprise de France », **Marché et organisations** v. 1, pp. 39-53, 2006.
- KING, Andrew. William Morris Arts and Crafts Aesthetic Rhetoric. **American Communication Journal**, v. 10, Special Edition. n.p. 2008.
- KLAMER, Arjo. **Crafting Culture: The importance of craftsmanship for the world of the arts and the economy at large**. Work paper. Erasmus University Rotterdam, 2012.
- LIMA, Ricardo. **Objetos: Percursos e escritas culturais**. São Paulo: Cadernos do Folclore, 2010.
- LUCKMAN, Susan. **Craft and the creative economy**. New York: Palgrave MacMillan, 2015.
- MANDEL, Ernst. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

- MARX, Karl. **Teorías sobre la plusvalía I, Tomo IV de El Capital**. México: FCE, 1980.
- MARX, Karl. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. **O Capital, Crítica da economia política, Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAZAUD, Caroline. **Entre le métier et l'entreprise Renouveau et transformations de l'artisanat français**. Université de Nantes École doctorale Droit, Économie-Gestion, Sociétés et Territoires (ED 501) Doctorat de sociologie, 2009.
- MCAULEY, A and I. FILLIS. **Making it in the 21st century: a socio-economic survey of crafts activity**, Crafts Council, 2003.
- MEJIA, Diana. **La artesanía en México: Historia, mutación y adaptación de un concepto**. México: El colegio de Michoacan, 2004.
- MÉSZÁROS, István, **Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MICHELSONS, Angelo. **L'artigianato in Europa e in Italia**. Osservatorio dell'Artigianato Regione Piemonte, 2004.
- MILLS, Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- MUTHESIUS, Stefan Handwerk/Kunsth Handwerk, **Journal of Design History**, v. 11 n. 1, pp. 85-95, 1998.
- PERRIN, Cédric. **Entre glorification et abandon. L'Etat et les artisans en France (1938- 1970)**. Vincennes : Institut de la gestion publique et du développement économique, 2007.
- QUIÑONES, Ana and Gloria BARRERA. **Conspirando con los artesanos. Crítica y propuesta del diseño en la artesanía**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2006.
- RICHARD, Noëlla. **Handicrafts and Employment Generation for the Poorest Youth and Women**. Paris: UNESCO, 2007.
- ROSENBERG, Justin. Basic problems in the theory of uneven and combined development. Part II: unevenness and political multiplicity. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 23, pp. 165–189, 2010.
- SAPIEZINSKAS, Aline. Como se constrói um artesão: negociações de significado e uma “cara nova” para as “coisas da vovó”. **Horizontes Antropológicos**, v. 18 n. 38, pp. 133-158, 2012.
- SCRASE, Timothy. Precarious production: Globalisation and artisan labour in the Third World. **Third World Quarterly**, v. 24, n. 3, pp. 449-461, 2010.
- SENETT, Richard. **The Craftman**. London: Yale University Press, 2008.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1988.
- STANDING, Guy. **The Precariat**. London: Bloomsbury Academic, 2011.
- STANKIEVIKS, Mary. From the Aesthetic Movement to the Arts and Craft Movement. **Studies in Art Education**. v. 33, n. 3, pp. 165–173, 1992.
- TAYLOR, Nick. Theorising capitalist diversity: The uneven and combined development of labour forms. **Capital and Class**, v. 38, n. 1, pp. 129–141, 2014.
- TUROK, Marta. **Cómo acercarse a la artesanía**. México: Plaza y Valdés, 2001.
- TYLER, Imogen. Classificatory struggles: class, culture and inequality in neoliberal times. **The Sociological Review**, v. 63, pp. 493–511, 2015.
- UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). **The challenge of assessing the Creative Economy: towards Informed policymaking**. United Nations, 2008.
- UNCTAD. (United Nations Conference on Trade and Development). **Creative economy outlook and country profiles: Trends in international trade in creative industries**, 2016. Available from: [http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/webditcted2016d5\\_en.pdf](http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/webditcted2016d5_en.pdf). [Accessed October 2017]
- UNDP (United Nations Development Programme). **Creative economy report**. Special Edition. UNESCO, 2013. Available from: <https://en.unesco.org/creativity/creative-economy-report-2013> [Accessed September 2017]
- UNESCO. **Symposium “Crafts and the international market: trade and customs codification”**, 1997 UNESCO-ITC, Available from: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001114/111488eo.pdf> [Accessed April 2016]
- VEBLEN, Thorstein. The instinct of workmanship and the irksomeness of labor. **The American Journal of Sociology** v. 4, pp. 187-201, 1898.
- WRIGHT, Erik, **Understanding Class**. London: Verso, 2015.
- ZARCA, Bernard. L'artisanat. La plus populaire des classes moyennes ? **Vingtième Siècle, revue d'histoire**, 37. Les classes moyennes. pp. 55-68, 1993.

## THE IMPACT OF THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM ON GDP OF MUNICIPALITIES OF THE STATE OF SERGIPE (BRAZIL): 2004-2012

## O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE O PIB DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SERGIPE (BRASIL): 2004-2012

Marco Antonio Jorge\*  
Sirley Maclaine da Graça\*\*

### ABSTRACT

The objective of the present paper is to observe whether the Bolsa Familia Program (PBF), a Brazilian conditioned cash transfer program, had influence on GDP of the municipalities of the state of Sergipe during the years 2004-2012. Its innovative feature lies in the investigation of the macroeconomic impacts of PBF in the state of Sergipe. After presentation of the origins, the design and the PBF macroeconomic as well as consumption impacts, it is made a brief description of the focused region: the state of Sergipe. Employing the methodology of panel data analysis we conclude that results does not prove the PBF influence on GDP of the investigated municipalities.

**Keywords:** State of Sergipe (Brazil); Bolsa Família Cash Transfer Program; Local GDP.

### RESUMO

O objetivo do presente artigo é observar se o Programa Bolsa Família (PBF), programa brasileiro de transferência condicionada de renda, teve influência no PIB dos municípios sergipanos durante o período 2004-2012. A contribuição do trabalho consiste na análise dos impactos macroeconômicos do PBF no estado de Sergipe. Após a apresentação das origens, do desenho do Programa, bem como de seus impactos macroeconômico e sobre o consumo, faz-se uma breve descrição da região focalizada – Sergipe. Através da metodologia de análise de dados em painel conclui-se que não há influência palpável do PBF sobre o PIB dos municípios investigados.

**Palavras-Chave:** Estado de Sergipe; Programa Bolsa Família (PBF); PIB Municipal.

---

\* Doutor em Economia de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (SP); Professor Associado do Departamento de Economia da Universidade Federal do Sergipe (UFS).

\*\* Mestre em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais pela Universidade Federal do Sergipe (UFS); Professora do Departamento de Contabilidade da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

## INTRODUCTION

During the first fifteen years of the 21st century, the Brazilian government actions have been developed to eradicate and reduce poverty, whose main face is the insufficient income. According to the website of the Ministry of Social Development and Fight against Hunger (MDS), “insufficiency of income is a relevant indicator of deprivation, but is not the only one. Social, geographical and biological factors multiply or reduce the impact exerted by the yields on each individual. Among the most disadvantaged lacks education, access to land and inputs for production, health, housing, justice, family support, access to credit and opportunities (www.mds.gov.br, accessed 08.01.2013).

In this sense, the government instituted the Brazil without Misery Plan (Plano Brasil sem Miséria), which was based on three pillars: income transfer; access to public services and productive inclusion. According to the objective of the plan expressed in the same website, it is possible “to raise the per capita family income, increase access to public services, to actions of citizenship and social welfare, and increase access to employment and income opportunities through actions of productive inclusion in urban and rural areas.” Actually, the plan was an expansion of the Bolsa Família Program (PBF) (www.mds.gov.br, accessed 08.01.2013).

According to Fagnani (2012, p. 6), the social policies of the Brazilian government have been recognized in the report of 26 October 2011 of the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), where it was stressed that “never it has seen poverty and inequality fall so fast” as in Brazil. According to the Ministry of Social Development, this was due to the Bolsa Família Program (PBF), which is one of the pillars of Brazil without Misery. The goal of the program is to reduce poverty of the Brazilian regions and, therefore, the release of funds is due to the registration of people of each region. The idea is that this release occurs in the best possible way to meet all the people in poverty and misery conditions. Thus, state and local governments must ensure that this objective is fully met and that the Bolsa Família Program bears good results according to the needs of each region (www.mds.gov.br).

So this paper starts from the assumption that the PBF has not only micro but also macroeconomic impacts and the lower the economic strength of a city, the more important must be such impacts in relative terms. In this sense, the study aims to observe the impact of the direct income PBF transfers on GDP of municipalities in the state of Sergipe between 2004 and 2012.

In order to achieve this end, the work is divided into four sections, besides this introduction: the first one presents the origins, the design and the macroeconomic impacts of PBF as well as its effects on the consumption of its beneficiaries. The second section briefly describes the focused region, while the third section presents the data and methodology employed, and analyzes the results obtained from panel data analysis, too. Finally, the main conclusions are summarized.

## ANALYSIS OF THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM

This section presents the origins, the design, the evolution of the program’s coverage in the state of Sergipe in the period 2004-2010, and report the results of research on its macroeconomic impacts and on the consumption of its beneficiaries.

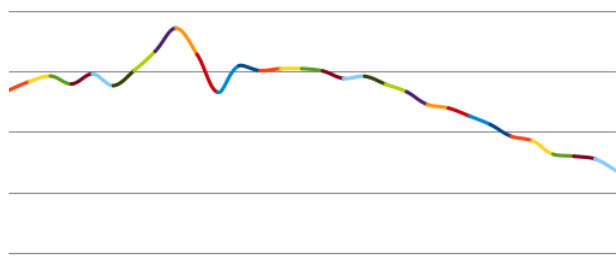
## THE ORIGIN OF THE BOLSA FAMÍLIA

The implementation of liberalizing policies in Latin America since the mid-1980s and the following decade was not able to promote sustained economic growth in the region and brought negative consequences such as a worsening of income distribution and social vulnerability.

Thus, the Gini index, calculated from data of individuals of working age with positive income reported in the National Survey of Sample Households (PNAD), departs from 0,584 in 1981 to 0,636 in 1989 showing an increase in the concentration of income in that decade; it oscillates slightly and reaches a new peak of 0,604 in 1993 to maintain some stability by the end of the 1990s. Nevertheless it presents a strong fall during the first fourteen years of the 21st century.

Figure 1 shows the evolution of Brazilian Gini Index in the 1981-2014 period.

Figure 1: Gini Index– Brazil – 1981-2014



Source: [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br) (accessed 07.20.2019)

In the 1990s, a set of income transfer policies – conditional and unconditional – began to be implemented at the national level, among which the following can be mentioned: Bolsa Escola, a conditional cash transfer program to attendance at primary education, the Fome Zero and Bolsa Alimentação Programs, who sought to associate the transfer to food security, the first unconditionally and the second conditional on carrying out health and vaccination check ups; and Vale Gas, which granted subsidies to poor families to buy cooking gas (SOARES ET AL, 2010).

The Bolsa Família Program (PBF) is the integration of the four programs being set up in October 2003 and converted into Law 10.836 approved in January 2004.

According to Marques (2013), the PBF integrates the second generation of welfare programs introduced in Latin America to offset the negative consequences caused by the macroeconomic policies adopted in the region in the 1980s and 1990s, in particular the increase in the number of individuals in social vulnerability situation.

Such policies have as common features:

- Focus on poor and indigent families, especially with children and adolescents;
- Settlement of conditionalities and
- Goal of human capital accumulation by their beneficiaries in the long run.

As specific features of the Bolsa Família, in relation to other conditional cash transfer programs existing in Latin America, can be highlighted: i. self-declared income by households. This figure, however, is confronted by Ministry of Social Development (MDS) with consumption information contained in the Cadastro Único (Application Form). If consumption is 20% higher than the reported income, this information

must be checked; ii. existence of an unconditional benefit (fixed amount) for families in extreme poverty and iii. decentralization in program management, where the inclusion of families in the Application Form is done by municipalities, as well as information updating and verification of compliance with the conditionalities. The direct deposit in the accounts of the beneficiaries and the transfer of funds to municipalities for program management are in charge of the Ministry of Social Development.

To boost the efficiency of local governments in the management of PBF, MDS created a decentralized management index, which measures the performance of municipalities in updating their records and informations related to the conditionalities. A good performance in the index ensures additional resources to the localities.

Another distinctive character of PBF is its size: according to Russel (2013), it is the largest conditional cash transfer program in the world, with coverage estimated by the author to about 41 million individuals. Nevertheless, for Marques (2013), according to data from June 2011, the PBF catered for 12.4 million families. Considering that each poor family has 4.4 members on average (Marques, 2013, p. 301), this implies the coverage of a contingent of 54.7 million people or 28.6% of the Brazilian population. According Andrade et al (2012) PBF encompassed about 11 million households representing about 45 million people or 25% of the country's population.

Notwithstanding the differences in estimated coverage by these authors, no one disputes the importance of the program in terms of scope. At the end of the 1st. half of 2013, the MDS website information showed that the PBF attended 11.87 million households.

### THE BOLSA FAMÍLIA – DESIGN IN 2013

The PBF has its focus on families in poverty and extreme poverty situation, defined in terms of family monthly per capita income (ypc). Families with  $ypc \leq R\$ 70.00$  were considered in extreme poverty, while families classified as poor were those where  $R\$ 70.00 < ypc \leq R\$ 140.00$ .

The monthly benefits of the program were threefold:

- basic allowance in the fixed amount of R\$ 70.00 - unconditional - for extremely poor families,
- variable allowance of R\$ 32.00 per 0-15 years old child up to the limit of three children and
- variable allowance of R\$ 38.00 per 16-17 years old child up to the limit of two teenagers by family.

The latter are conditioned on minimum school attendance (87% in the first case and 75% in the second), vaccination of children under seven years of age, health monitoring of 14-44 years old women as well as of nursing mothers and their babies, besides conducting pre-natal examinations in pregnant women.

So in the case of meeting conditionalities, an extremely poor family can receive a maximum benefit of R\$ 242.00 per month, equivalent to 35.7% of the minimum wage in May 2013. If, nevertheless, family stay with ypc below R\$ 70.00 the program transfers extra allowance until this minimum level is reached (strategy recently implemented under the Brazil Without Misery Program).

It is important to remember that the program's coverage was expanded in 2008 with the inclusion of benefit for teens.

Regarding its focus, according to Soares et al (2010), the PBF is one of the top ten among 122 existing cash transfer programs in the world. For the authors, however, there is a trade-off between efficiency in targeting and expanding coverage. In spite of this, given its magnitude, it seems that the PBF solved this dilemma satisfactorily.

Marques (2013) points to an institutional weakness, in that the PBF is not part of funding for social security so that its resources depend on the existence of budgetary allocation. In addition, "in legal terms, it may suffer disruption or even be extinguished in the case of a new president have different comprehension with respect to poverty reduction strategies" (p. 309).

The profile of conditionalities is linked to the idea of human capital accumulation by the beneficiaries. Human capital can be defined as the stock of skills and knowledge capable of providing an individual increasing their productivity and hence an additional stream of income (JORGE, 2011, p. 47). The accumulation of human capital is thus closely linked to the acquisition of education, but according to

Becker (1975) one can get human capital through work experience, training, health, nutrition, information and even through migration, as well.

By this way, targeting the provision of improvement in education, health and nutritional status of beneficiaries, the PBF seeks to elevate their stock of human capital as a tool for overcoming poverty (MARQUES, 2013). However, while the main beneficiaries are children and adolescents, the strategy for overcoming poverty is a long-term one, since that will be achieved by the next generation.

In this sense, Soares et al (2006) suggest that an income positive shock, but transitory, should not be ground for exclusion of the Program due to the high turnover of the Brazilian labor market. The argument can be added to concern over the possibility of disruption in human capital accumulation by the beneficiaries.

According to Oliveira and Sousa (2009), however, the conditioning is not always able to generate the desired results because: i. Potential beneficiaries may not want to participate in the program, even if it is well targeted and ii. monitoring compliance with the conditionalities can be costly or performed ineffectively.

In the case of PBF monitoring of school attendance is made by the schools themselves and sent to the Ministry of Social Development (MDS), while health agents and service centers are responsible for monitoring the health conditions. The monitoring of health conditionalities, which was quite poor at the beginning of the implementation of PBF (ANDRADE ET AL, 2012) improved gradually and had reached a coverage of almost 60% by the end of 2008, according to Soares et al (2010) and 73.2% at the end of the 1st half of 2013, according to the MDS website information.

In May 2011 the PBF was improved and integrated into the Brazil without Misery Plan. By the way, some government coordinated actions with respect to social programs were implemented. Thus, the PBF was included in the Pluri-Annual Plan (PPA) 2012/2015 aiming to "improve the socioeconomic conditions of poor and, above all, extremely poor families through direct income transfer and coordination with other policies promoting emancipation".



Let's see how the program's coverage has evolved in the state of Sergipe.

### **EVOLUTION OF THE BOLSA FAMÍLIA COVERAGE**

Nationally, the number of households covered goes from 6,571,839 in 2004 to 12,778,220 in 2010, or roughly doubles (growth 94.4%), representing the addition of 6.2 million families in the period.

With regard to the state of Sergipe R\$ 272.6 million were paid through PBF in 2010, which puts him to 17th position in terms of transfers among Brazilian states. With just over 230,000 families in the program, the state is ranked 17th as well as in terms of beneficiaries.

The number of families covered by PBF in the state departs from 113,100 in 2004 to 230,400 in 2010, corresponding to the incorporation of 117,300 families in the period, that is more than double (expansion 103.64%).

Municipalities with more families are Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Lagarto, Itabaiana and São Cristóvão, with respectively 34,747, 19,037, 11,568, 9,780 and 8,074 families. Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Itabaiana and São Cristóvão are also among the municipalities that have incorporated more beneficiaries in the period, along with the city of Estancia.

Due to the small size of most municipalities in Sergipe, nineteen of them had less than 1,000 families covered by the program in 2010.

Regarding the amount of resources paid through PBF, the volume of funds transferred almost quadrupled in the period (expansion 297.5%), from R\$ 68.6 million in 2004 to R\$ 272.6 million in 2010.

During this last year, the localities that received the highest value were Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Lagarto, Itabaiana and São Cristóvão, whose amount received through the PBF was, respectively, R\$ 35.6; R\$ 21.3; R\$ 14.7; R\$ 10.6 and R\$ 9.9 million. While the first four municipalities received more than R\$ 10 million in 2010, fourteen locations in turn, received under R\$ 1 million in that year, according to data from the MDS website.

In this sense, the PBF is a program aimed to combat poverty increasing acquisition of human capital of their beneficiaries, but the interactions

of these individuals, combined with the volume of funds transferred by the program end up generating a positive externality to boost the local economy and thus contribute to the growth of municipalities, especially the smallest.

### **EFFECTS OF THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM**

Cash transfer programs have macroeconomic effects, as well as microeconomic effects on beneficiaries. The latter are particularly affected by the content of conditionality. In this section the macroeconomic effects of PBF will be focused, as well as the effects on consumption of beneficiary families.

#### **MACROECONOMIC EFFECTS:**

Low-income families often have high marginal propensity to consume. Thus, it is expected that cash transfers received by PBF beneficiaries are spent on consumer goods, particularly non-durable goods such as food or clothing. The expenditure of this resource, by the way promotes the local economy, with significant multiplier effect mainly in low-income municipalities (MARQUES, 2013).

Both public and private spending has a multiplier effect on additional income. There is a multiplier effect because every increase in income generates an increase in consumption, which in turn increases income again, making the final increase larger than the initial increase caused by greater government spending and creating a cyclical process of increasing income and consumption.

Thus, MDS (2011, p. 144), citing a study of the Brazilian Institute of Applied Economics (IPEA) states that "spending on the PBF is characterized as the largest multiplier effect on the income of families (every R\$ 1.00 spent results in R\$ 1.82 impact on income), and one of the largest multiplier effect on GDP (every R\$ 1.00 spent results in R\$ 1.44 impact on GDP)."

Yet about the macroeconomic effects, Campelo and Neri (2013) argue that income transfers that favor the poorest households have the highest multiplier effects and commented that, among these, the PBF has the best multiplier effect: they estimate that every

R\$ added spent in PBF stimulate a growth of R\$ 1.78 in GDP. Thus the Bolsa Familia Program plays an important role in the Brazilian macroeconomic dynamics, especially in the small municipalities whose economy is very dependent on such transfers.

### CONSUMPTION:

At the microeconomic level, Oliveira e Sousa (2009) estimated the impact of PBF on total consumption of the beneficiaries, as well as its composition. The results are shown in the table below:

Table 1 PBF Effects on the Consumption – Beneficiaries x Control Group II – Brazil (R\$ annual amount)

VARIÁVEL	POOR	EXTREMELY POOR
Total Consumption	-	R\$ 458.65
Food Expenditures	R\$ 278.12	R\$ 388.22
Education Expenditures	R\$ 31.80	-
Children's Apparel Expenditures	R\$ 16.12	R\$ 31.94

(-) not significant

Source: Oliveira e Sousa (2009).

Table 1 shows the annual difference in expenditures between the PBF beneficiary families and low-income families not covered by income transfer programs. Since the values are positive, it can be seen that poor households spent more on food, education and children's apparel as compared to the control group. Families in extreme poverty beneficiaries of PBF in turn spent even more in terms of total consumption, expenditures on food and children's clothing.

To Oliveira e Sousa (2009), this result is interesting, because the allowance received as cash transfer could not result in an immediate increase in consumption, given that beneficiaries could use the money to pay off debts or to undertake a business.

Soares et al (2010) attribute this result to the likely perception on the part of beneficiary families, that the transfer should be used in the interests of their children. The fact that the benefit is delivered to mothers certainly contributes to this perception.

## THE STATE OF SERGIPE

Sergipe is the smallest state in Brazil and is located in the Northeast Region. Map 1 shows that it has an area of 21,910.3 km<sup>2</sup>, representing only 0.3% of the country and 1.4% of the Northeast areas.

Sergipe is limited to the north with the state of Alagoas through the São Francisco River which separates both states, to the west and south borders on Bahia and to east, with the Atlantic Ocean.

In 2010 the state had 2,068,017 inhabitants and its population density was 94.3 people per square kilometer; in the first decade of the 21st century the population growth was 1.5% per year. The total population of Sergipe corresponds to 1.1% of the Brazilian population according to the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE).

Map 1 – Limits and Extreme Points – Sergipe



Source: SUPES/SEPLAG (2014)

Its gross domestic product was R\$ 23.9 billion; which corresponds to a GDP per capita equivalent to R\$ 11,572.44 (IBGE, 2010). The service sector accounts for 59.7% of GDP, as the industrial and agricultural sectors account respectively for 25.5% and 4.1% of GDP. Taxes on product net of subsidies amounted to 10.7%.

Municipalities in the state are in general small: only two of them, Aracaju – the capital – and Nossa Senhora do Socorro had more than 100,000

inhabitants<sup>1</sup>. The vast majority (68% or 51 cities) had fewer than 20,000 inhabitants.

The same occurs with regard to the economic size of these locations: only four cities have a GDP of more than R\$ 1 billion, while the economy of about half, 38 municipalities or 50.7%, reached less than R\$ 100 million in 2010. In localities of fragile economies, such as these reported, it is likely that cash transfer programs have a more significant economic impact, as demonstrated by Jorge e Graça (2014), which makes the state of Sergipe appropriate to carry out this study, despite of its small size.

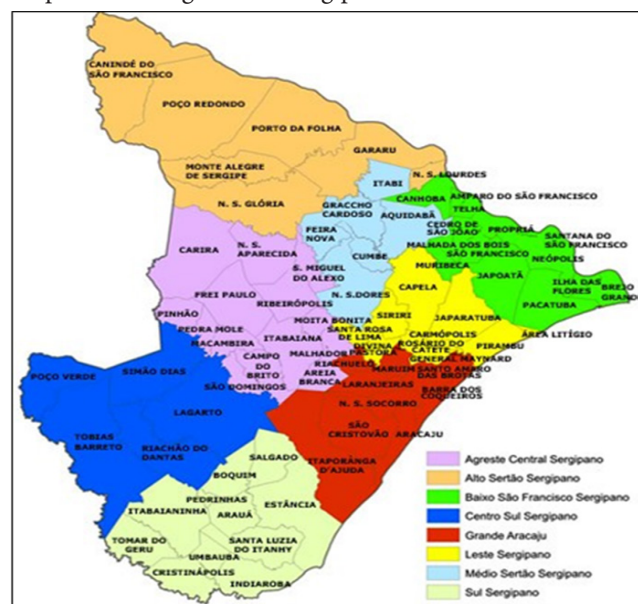
The size and reduced economy ends up to be reflected in the level of development of these municipalities: with regard to Human Development Index (IDH-M), most cities of Sergipe (43 or 57.3%) were classified in the low human development category and only the capital, Aracaju, reaches the high human development category.

In 2007, the state government created eight planning areas in order to regionalize investment decisions, increase participation of society in the decision-making process and thus attack three concentrations existing in the state: the concentration of income and production structure in its coastal strip which at that time accounted for 70% of value added, and industrial concentration around the Petrobras and CHESF which accounted for nearly 40% of Sergipe industrial GDP. (TEIXEIRA ET AL, 2010).

Map 2 shows the distribution of Sergipe planning territories: Baixo São Francisco (14 municipalities); Alto Sertão (07 municipalities); Agreste (15 municipalities); Centro Sul (05 municipalities); Grande Aracaju (09 municipalities); Leste Sergipano (09 municipalities); Médio Sertão (06 municipalities) and Sul Sergipano (11 municipalities).

Table 2 confronts the amounts transferred by the PBF with municipal GDP's and calculates their impact on the local economy, considering a multiplier effect of 1.8:

Map 2 – Planning Areas – Sergipe



Source: SUPES/SEPLAG (2014)

Table 2: Bolsa Família Resources and Impacts on GDP – With and without Multiplier Effect – 2012 (R\$)

MUNICIPALITY	PBF Value Transferred	Value considering Multiplier Effect	GDP	% of GDP	% of GDP considering Multiplier Effect
Amparo de São Francisco	561,042	1,077,201	18,469,054	3.04	5.83
Aquidabã	4,298,766	8,253,631	142,671,105	3.01	5.79
Aracaju	51,262,718	98,424,419	9,813,851,609	0.52	1.00
Arauá	2,960,500	5,684,160	70,589,138	4.19	8.05
Areia Branca	3,804,280	7,304,218	130,047,550	2.93	5.62
Barra dos Coqueiros	4,448,168	8,540,483	333,515,485	1.33	2.56
Boquim	6,253,668	12,007,043	294,652,052	2.12	4.07
Brejo Grande	2,023,086	3,884,325	57,110,660	3.54	6.80
Campo do Brito	3,723,346	7,148,824	116,939,272	3.18	6.11

*continua*

<sup>1</sup> In the year 2018 the city of Lagarto also surpassed 100,000 inhabitants, according to IBGE projecions.

continuação

MUNICIPALITY	PBF Value Transferred	Value considering Multiplier Effect	GDP	% of GDP	% of GDP considering Multiplier Effect
Canhoba	1,183,866	2,273,023	30,208,789	3.92	7.52
Canindé de São Francisco	7,030,250	13,498,080	1,399,830,529	0.50	0.96
Capela	6,932,392	13,310,193	267,146,001	2.59	4.98
Carira	5,161,030	9,909,178	147,503,367	3.50	6.72
Carmopolis	2,811,364	5,397,819	620,406,715	0.45	0.87
Cedro de São João	1,334,006	2,561,292	35,242,691	3.79	7.27
Cristinápolis	4,449,804	8,543,624	109,120,486	4.08	7.83
Cumbe	919,222	1,764,906	29,635,909	3.10	5.96
Divina Pastora	1,064,288	2,043,433	211,624,004	0.50	0.97
Estancia	11,753,018	22,565,795	1,303,712,678	0.90	1.73
Feira Nova	1,576,476	3,026,834	42,331,158	3.72	7.15
Frei Paulo	2,733,050	5,247,456	194,721,792	1.40	2.69
Gararu	3,539,840	6,796,493	80,742,712	4.38	8.42
General Maynard	538,698	1,034,300	191,251,833	2.82	5.41
Graccho Cardoso	1,778,172	3,414,090	41,017,621	4.34	8.32
Ilha das Flores	2,401,196	4,610,296	47,602,808	5.04	9.68
Indiaroba	4,405,614	8,458,779	99,512,977	4.43	8.50
Itabaiana	15,176,728	29,139,318	1,005,866,162	1.51	2.90
Itabaianinha	10,610,630	20,372,410	250,449,941	4.24	8.13
Itabi	1,220,116	2,342,623	38,640,205	3.16	6.06
Itaporanga d' Ajuda	7,463,138	14,329,225	600,482,748	1.24	2.39
Japarutuba	3,715,506	7,133,772	619,527,282	0.60	1.15
Japoatã	3,653,742	7,015,185	101,034,831	3.62	6.94
Lagarto	20,004,342	38,408,337	865,259,485	2.31	4.44
Laranjeiras	5,872,642	11,275,473	1,010,389,032	0.58	1.12
Macambira	1,565,544	3,005,844	43,968,696	3.56	6.84
Malhada dos Bois	881,498	1,692,476	30,111,370	2.93	5.62
Malhador	2,727,370	5,236,550	76,136,590	3.58	6.88
Maruim	3,541,006	6,798,732	204,414,352	1.73	3.33
Moita Bonita	1,982,790	3,806,957	71,659,907	2.77	5.31
Monte Alegre de Sergipe	3,631,166	6,971,839	92,774,961	3.91	7.51
Muribeca	1,658,322	3,183,978	58,514,814	2.83	5.44
Neopolis	5,022,692	9,643,569	165,026,628	3.04	5.84
Nossa Senhora Aparecida	2,334,842	4,482,897	80,459,176	2.90	5.57
Nossa Senhora da Gloria	7,911,258	15,189,615	346,380,842	2.28	4.39
Nossa Senhora das Dores	5,727,240	10,996,301	217,584,931	2.63	5.05
Nossa Senhora de Lourdes	1,642,434	3,153,473	42,042,523	3.91	7.50
Nossa Senhora do Socorro	29,316,702	56,288,068	2,049,719,308	1.43	2.75
Pacatuba	4,191,824	8,048,302	111,861,631	3.75	7.19
Pedra Mole	724,434	1,390,913	21,850,498	3.32	6.37
Pedrinhas	2,311,250	4,437,600	50,293,335	4.60	8.82
Pinhão	1,386,874	2,662,798	41,139,348	3.37	6.47
Pirambu	1,964,252	3,771,364	69,584,609	2.82	5.42

continua

conclusão

MUNICIPALITY	PBF Value Transferred	Value considering Multiplier Effect	GDP	% of GDP	% of GDP considering Multiplier Effect
Poço Redondo	9,009,224	17,297,710	187,705,974	4.80	9.22
Poço Verde	6,007,542	11,534,481	133,678,448	4.49	8.63
Porto da Folha	7,619,018	14,628,515	197,471,551	3.86	7.41
Propria	5,909,202	11,345,668	313,990,016	1.88	3.61
Riachão do Dantas	5,488,382	10,537,693	113,901,537	4.82	9.25
Riachuelo	2,246,118	4,312,547	148,608,454	1.51	2.90
Ribeirópolis	3,571,660	6,857,587	152,027,072	2.35	4.51
Rosário do Catete	2,087,730	4,008,442	408,965,323	0.51	0.98
Salgado	4,194,778	8,053,974	118,824,982	3.53	6.78
Santa Luzia do Itanhhy	4,293,272	8,243,082	101,227,623	4.24	8.14
Santa Rosa de Lima	1,046,768	2,009,795	26,201,708	4.00	7.67
Santana do São Francisco	2,031,343	3,900,179	41,939,351	4.84	9.30
Santo Amaro das Brotas	2,641,976	5,072,594	107,527,486	2.46	4.72
São Cristovão	14,469,674	27,781,774	590,068,921	2.45	4.71
São Domingos	2,548,782	4,893,661	66,069,671	3.86	7.41
São Francisco	807,888	1,551,145	23,585,720	3.43	6.58
São Miguel do Aleixo	1,083,802	2,080,900	27,030,731	4.01	7.70
Simão Dias	9,741,316	18,703,327	374,946,437	2.60	4.99
Siriri	2,102,580	4,036,954	162,853,112	1.29	2.48
Telha	792,656	1,521,900	21,369,704	3.71	7.12
Tobias Barreto	11,010,288	21,139,753	337,076,507	3.27	6.27
Tomar do Geru	3,836,358	7,365,807	77,866,561	4.93	9.46
Umbaúba	5,249,006	10,078,092	167,750,043	3.13	6.01

Source: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br) and [www.seplag.se.gov.br](http://www.seplag.se.gov.br) (accessed 06.10.2013)

The fourth column of the table shows the direct impact of the value transferred by PBF as a proportion of municipal GDP in 2012. Note that the PBF transfers account for 0.45% to 5.04% of the local product; with the lowest impact just occurring in Carmópolis, city of great economic dynamism, and the greatest impact occurring in the municipality of Ilha das Flores.

Based on the multiplier effect of the program estimates referred to in section 2.4.1, – around 1.8 – it tried out to estimate the direct and indirect impact of PBF in each municipality. This impact is expressed in absolute value in column 2, and as a percentage of GDP in the last column of the table. When considering the multiplier effect, the PBF impact shall range from 0.87% to 9.68% of GDP.

So, it seems that the resources transferred under PBF have a non-negligible impact on the local economy. It is now necessary to verify the validity of this hypothesis through an estimate of greater consistency, which is done in the next section.

## MODEL DESCRIPTION AND ANALYSIS OF RESULTS

This section briefly describes the data panel analysis technique as well as the model estimated and its results. Finally, it presents the analysis of the latter.

### DESCRIPTION OF THE TECHNIQUE

In this work will be used panel data analysis technique, which is the combination of cross-sectional analysis with the time series. Among the advantages of this technique we can enumerate the increased number of degrees of freedom from  $(N - k)$  to  $(NT - k)$ , increased robustness of the tests  $t$  and  $F$ , as well as more efficient estimators.

Despite its neighborhood and sharing many common features as small size and little substantial economies, each municipality of the analyzed region has its specificities and some of them, such as social

capital, for example, may have some influence on GDP, or even on the efficient operation of the PBF, without being directly observed. Thus, the fixed effects technique assumes that these unobserved variables are correlated with the explanatory variables in the model.

The technique of random effects, on the other hand, requires strict exogeneity, that is, the absence of correlation between the explanatory variables and the idiosyncratic error as well as absence of correlation also with the unobserved variables.

If the results of the fixed effects estimates and random-effects differ, it is necessary to choose which technique is most appropriate. Instruments available for such judgment are Hausman or Sargan-Hansen specification tests which consist in comparing the estimates of fixed effect and random effect, testing the hypothesis of independence between the unobserved variable, which is assumed to be variable in time, and explanatory variables. In the case of a significant difference between the estimates, it rejects the hypothesis of independence, which is a technical assumption of random effects (Wooldridge, 2002, p. 288-291). In this case, the fixed effects technique is considered more suitable.

In the case of small samples using fixed effects estimation, errors tend to be negatively correlated<sup>2</sup>, which makes indispensable a correction provided by the robust variance matrix.

## DESCRIPTION OF THE MODEL

The basic model was built in order to determine which variables have impact on GDP of cities in the state of Sergipe. Given the importance of income transfers to the small towns, they were included as independent variables: values passed on the Bolsa Família Program - focus of this analysis - value of social security benefits (pensions and retirements) and transfers from the Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Considering that all cities of Sergipe receive oil royalties, this information was also included among the explanatory variables. Finally, to capture the dynamics of local economies, the value added of the three economic sectors: agriculture, industry and services were included. In addition, the

amount of tax on transactions regarding the circulation of goods and services (ICMS) transferred to each municipality has been included to reflect the strength of the local economy. Although it is constituted as a transfer, it is directly related to the municipal economic dynamism, given the principle of derivation<sup>3</sup>.

Based on the above, the following equation will be estimated:

$$GDP_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 VAAgr_{i,t} + \beta_2 VAInf_{i,t} + \beta_3 VAServ_{i,t} + \beta_4 FPM_{i,t} + \beta_5 ICMS_{i,t} + \beta_6 Roy_{i,t} + \beta_7 PBF_{i,t} + \beta_8 SST_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (1)$$

It was attempted to avoid the analysis of a single year to minimize problems arising from exceptional situations that could bias the results. So we opted for the analysis of the first eight years available. Remembering that PBF started in 2004, the analysis period comprehends the years 2004-2012.

Information about the GDP and the value added of agriculture, industry and services are provided by State Secretary of Planning and Public Administration (SEPLAG/SE) under the Regional Accounts project which calculates the GDP's state together with the IBGE. Data are expressed in thousand R\$.

The FPM transfers and the amount received of royalties were obtained from the National Treasury website and are expressed in R\$.

The transfers of ICMS, in turn, were provided by the state Secretary of Finance (SEFAZ/SE), while the value of social security benefits was granted by the Ministry of Social Security. Both informations are expressed in R\$.

The amount of allowances paid through PBF, in turn, was obtained from the state unit of MDS. All data are expressed in current values. For estimation purposes, the original information was standardized<sup>4</sup> in order to improve the comparability of variables.

The assumptions of multiple regression model were tested in a pooled model using software SPSS 13.0, but were not included in the work for size reasons. The results were the following: strong occurrence of multicollinearity, which led to the withdrawal of three model variables - value added of services sector, transfers from Fundo de Participação

<sup>2</sup>The proof will not be presented here, but a very didactic one can be found in Wooldridge (2002, p. 270).

<sup>3</sup>The principle of derivation consists of preserving, in the resources distribution, the original location of the taxable event. In Sergipe, 75% of the ICMS amount transferred to municipalities should obey the principle of derivation (SILVA, 2013).

<sup>4</sup>The standardization was made in the conventional way by subtracting the mean and dividing each variable by standard error of the sample.

dos Municípios (FPM) and transfers from the state tax on Goods and Services (ICMS). The model with the remaining variables showed low VIF's (between 1.4 and 5.1), absence of residuals autocorrelation - according to the Durbin-Watson test - and the presence of heteroscedasticity as the results of White' Test. Thus, after these changes the equation 2 will be estimated:

$$GDP_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 VAAgr_{i,t} + \beta_2 VAInf_{i,t} + \beta_3 Roy_{i,t} + \beta_4 SST_{i,t} + \beta_5 PBF_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (2)$$

So, panel data analysis was performed using software STATA 12.0 as well as the robust variance matrix due to the heteroscedasticity detected.

### ANALYSIS OF RESULTS

Table 3 presents the information concerning the dependent and independent variables, as well as their means and standard deviations. For reasons of size only the data for the year 2012 were presented.

Only six cities have a GDP of more than R\$ 1 billion, while the economy of about half, 32 municipalities or 42.7%, reached less than R\$ 100 million in 2012. Na media, o PIB está em torno de R\$ 371.0 milhões.

Agriculture accounts for about R\$ 13.8 million (3.7% of GDP) on average, ranging from R\$ 1.2 million in Amparo do São Francisco to R\$ 66.0 million in the municipality of Simão Dias.

The industrial sector, in turn, contributes R\$ 94.5 million (25.5% of GDP) on average, ranging from R\$ 1.7 million in the municipality of Pedra Mole to R\$ 1.5 billion in the capital Aracaju.

The sector of the economy that most contributes to the GDP of most of the state's municipalities is the services sector, representing R\$ 218.8 million (59.0% of GDP) on average and showing great variation: R\$ 14.3 million in Amparo do São Francisco at R\$ 6.8 billion in Aracaju.

ICMS transfers represented more than R\$ 10 million in only eight cities, which are the most dynamic in the state.

Royalties revenues are the lowest, although they also exceed R\$ 10 million in five cities (Aracaju, Canindé do São Francisco, Carmópolis, Japaratuba and Pirambu).

Social security benefit payments are, in general, the most important transfers, representing on average R\$ 24.5 million or 6.6% of municipal GDP in 2012 and contributing over R\$ 50.0 million to the economy of five locations.

Regarding transfers from the Municipal Participation Fund (FPM) - the analysis of the PBF has already been done - these totaled about R\$ 13.5 million (3.6% of GDP) in the year. Although less representative than social security contributions in value, such transfers are the most important for the finances of sparsely populated municipalities, ranging from R\$ 4.9 million in Ilha das Flores to R\$ 196.1 million in Aracaju.

With the exception of agricultural value added, all other variables are widely dispersed, as can be seen from the comparison between the mean and standard deviation, demonstrating the relevance of data standardization to improve their comparability in terms of magnitude<sup>5</sup>.

Finally, an important issue concerns the possible endogeneity between Bolsa Família Program disbursements and GDP, as both are theoretically related to income. Thus, a low income would increase the number of PBF beneficiary families and reduce GDP.

In our view the issue is softened at the municipal level due to income leakages that end up making GDP different from income at the local level. Such leakages occur in small municipalities (mostly in the state of Sergipe), where many individuals work in other locations, commuting daily and returning to their homes for the night only. Even municipalities with a significant GDP, such as Canindé do São Francisco, for example, face significant income leakages due to their economic structure: the Xingó Hydroelectric Power Plant accounts for a significant fraction of GDP, but generates few jobs and income in the region despite energy royalties received.

Even so, our results should be viewed with some caution due to the possibility of endogeneity.

Table 4 shows the results of the estimates of fixed and random effects, performed in Stata 12.0, using the robust variance matrix due to the heteroscedasticity.

<sup>5</sup> Another option would be to use logarithms, we prefer standardization.

Table 3: Model Variables – Descriptive Statistics – 2012 (R\$ thousand)

MUNICIPALITIES	GDP	VALUE ADDED			ICMS Transfers	Royalties	Social Security	PBF	FPM
		Agriculture	Industry	Services					
Amparo de São Francisco	18,469.05	1,230.33	2,235.96	14,328.3	2,042.63	202.81	309.36	561.04	5,820.51
Aquidabã	142,671.11	19,348.61	11,948.87	104,183.22	2,726.67	3,370.94	25,998.52	4,298.77	11,650.38
Aracaju	9,813,851.61	5,976.29	482,584.42	3,869,736.92	159,786.52	35,079.40	706,467.30	51,262.72	196,146.34
Araúá	70,589.14	10,047.03	5,929.92	51,427.01	2,171.47	1,368.75	7,751.17	2,960.50	7,511.55
Areia Branca	130,047.55	23,533.12	12,417.57	88,082.13	2,552.51	309.62	9,560.85	3,804.28	11,650.38
Barra dos Coqueiros	333,515.49	3,764.82	139,646.27	166,363.46	5,048.66	3,611.32	5,241.21	4,448.17	13,592.12
Boquim	294,652.05	6,836.71	83,356.05	168,465.26	3,190.54	285.52	26,511.53	6,253.67	13,592.12
Brejo Grande	57,110.66	7,349.09	13,408.01	34,941.04	2,088.10	284.70	2,417.63	2,023.09	5,825.19
Campo do Brito	116,939.27	7,578.06	16,406.24	87,233.20	2,488.40	316.84	19,741.66	3,723.35	9,708.65
Canhoba	30,208.79	5,400.75	2,843.52	20,938.89	1,988.16	85.71	3,748.71	1,183.87	5,825.19
Canindé de São Francisco	1,399,830.53	24,720.01	181,625.19	179,281.47	64,904.05	12,042.45	22,734.30	7,030.25	13,592.12
Capela	267,146.00	38,836.31	44,915.40	168,571.82	16,963.20	4,015.82	21,285.35	6,932.39	15,487.83
Carira	147,503.37	16,589.29	15,515.45	106,780.28	3,117.55	253.78	22,440.03	5,161.03	11,650.38
Carmópolis	620,406.72	3,155.45	467,019.88	118,645.57	8,488.10	43,997.74	5,815.51	2,811.36	9,708.65
Cedro de São João	35,242.69	3,083.74	3,052.75	27,792.75	2,054.60	149.06	1,460.86	1,334.01	5,825.19
Cristinápolis	109,120.49	8,747.16	11,904.65	82,916.69	3,742.87	218.88	8,204.99	4,449.80	9,708.65
Cumbe	29,635.91	6,169.11	2,216.23	20,310.11	1,974.28	150.04	958.07	919.22	5,825.19
Divina Pastora	211,624.00	2,604.01	178,958.08	27,313.88	2,512.58	6,477.59	851.60	1,064.29	5,825.19
Estancia	1,303,712.68	29,640.86	484,132.6	528,248.25	26,679.50	4,557.11	72,430.09	11,753.02	23,300.77
Feira Nova	42,331.16	9,639.94	3,025.96	28,165.79	2,007.41	168.57	837.26	1,576.48	5,825.19
Frei Paulo	194,721.79	17,283.24	53,842.31	96,515.27	5,734.12	233.16	15,747.69	2,733.05	9,708.65
Gararu	80,742.71	17,701.61	6,301.65	54,207.12	2,049.68	180.80	9,194.90	3,539.84	7,766.92
General Maynard	19,125.18	596.59	3,063.09	14,943.47	1,970.98	296.83	193.07	538.70	5,825.20
Graccho Cardoso	41,017.62	8,811.96	3,673.13	27,165.08	1,990.31	149.06	1,659.01	1,778.17	5,825.26
Ilha das Flores	47,602.81	4,893.37	4,357.25	36,938.18	2,135.75	106.76	3,830.60	2,401.20	4,893.76
Indiaroba	99,512.98	15,194.03	8,500.41	71,305.30	2,183.11	249.48	2,912.18	4,405.61	9,708.65
Itabaiana	1,005,866.16	36,463.38	96,430.32	742,349.29	11,528.17	642.21	87,358.11	15,176.73	27,184.23
Itabaianinha	250,449.94	14,407.46	30,958.93	189,988.13	3,324.68	341.85	32,715.83	10,610.63	17,475.58
Itabi	38,640.21	6,654.42	4,088.3	26,224.32	2,066.09	223.21	5,797.37	1,220.12	5,825.19
Itaporanga d' Ajuda	600,482.75	25,165.96	279,772.16	211,227.36	9,192.37	5,452.20	16,220.46	7,463.14	15,533.85
Japaratuba	619,527.28	29,323.22	470,725.46	108,197.99	7,349.57	15,023.65	14,679.94	3,715.51	11,650.38
Japoatã	101,034.83	22,598.1	9,643.60	63,916.38	3,166.83	221.73	9,872.55	3,653.74	7,766.92
Lagarto	865,259.49	75,915.91	132,491.10	564,311.29	8,880.80	575.71	98,368.70	20,004.34	29,125.96
Laranjeiras	1,010,389.03	20,526.21	356,111.18	432,332.01	34,373.41	288.65	10,800.85	5,872.64	13,592.12
Macambira	43,968.70	4,389.76	3,767.67	33,936.47	2,063.67	165.77	7,077.24	1,565.54	5,825.19
Malhada dos Bois	30,111.37	1,992.04	2,820.14	23,361.56	3,221.36	158.49	564.85	881.50	5,825.19
Malhador	76,136.59	8,303.18	6,268.76	58,225.39	2,127.47	208.32	10,358.88	2,727.37	7,766.92
Maruim	204,414.35	9,206.07	69,373.11	105,345.00	4,269.24	1,795.58	12,115.18	3,541.01	9,708.65
Moita Bonita	71,659.91	9,229.03	5,764.08	53,370.24	2,183.83	266.70	14,889.10	1,982.79	7,766.92
Monte Alegre de Sergipe	92,774.96	13,314.46	7,220.54	68,158.56	2,168.75	234.18	10,929.67	3,631.17	9,708.58
Muribeca	58,514.81	5,050.71	11,587.65	38,240.63	2,078.56	211.30	1,143.95	1,658.32	5,825.20
Neópolis	165,026.63	25,699.78	23,988.11	101,630.91	3,732.10	281.47	20,832.66	5,022.69	11,650.56
Nossa Senhora Aparecida	80,459.18	9,430.88	15,655.88	46,951.69	2,178.50	149.06	9,661.85	2,334.84	5,825.19
Nossa Senhora da Glória	346,380.84	35,796.19	50,491.00	222,824.73	5,132.93	359.15	36,433.36	7,911.26	15,533.85
Nossa Senhora das Dores	217,584.93	24,063.32	32,003.31	143,613.19	3,210.95	285.52	26,935.96	5,727.24	13,592.12
Nossa Senhora de Lourdes	42,042.52	6,206.53	3,533.05	30,635.37	2,217.01	162.60	6,948.33	1,642.43	5,650.03
Nossa Senhora do Socorro	2,049,719.31	5,055.71	299,346.09	342,467.46	24,976.16	2,115.50	25,456.08	29,316.70	63,576.01
Pacatuba	111,861.63	19,007.02	21,092.26	66,986.79	5,296.21	537.70	10,953.92	4,191.82	7,767.57



MUNICIPALITIES	GDP	VALUE ADDED			ICMS Transfers	Royalties	Social Security	PBF	FPM
		Agriculture	Industry	Services					
Pedra Mole	21,850.5	2,379.44	1,745.22	17,135.45	1,947.19	162.37	2,367.49	724.43	5,825.19
Pedrinhas	50,293.34	2,190.64	4,681.09	41,616.77	2,125.41	228.21	1,218.25	2,311.25	6,769.81
Pinhão	41,139.35	4,276.30	3,549.92	31,429.81	2,026.16	209.43	1,136.81	1,386.87	5,825.19
Pirambu	69,584.61	4,937.92	17,240.59	44,987.55	2,588.48	10,539.31	2,586.42	1,964.25	5,825.19
Poço Redondo	187,705.97	28,816.95	15,799.17	134,933.35	2,330.21	317.26	18,513.61	9,009.22	15,533.85
Poço Verde	133,678.45	7,906.73	11,968.79	106,864.31	2,544.46	247.28	27,100.36	6,007.54	11,650.38
Porto da Folha	197,471.55	27,796.27	20,113.40	140,642.15	2,533.58	354.06	25,029.60	7,619.02	13,592.12
Propria	313,990.02	9,777.37	54,292.19	211,298.97	5,876.54	288.69	48,381.69	5,909.20	13,592.12
Riachão do Dantas	113,901.54	16,585.55	9,172.56	84,989.43	2,076.19	244.55	18,449.67	5,488.38	11,650.38
Riachuelo	148,608.45	7,371.05	75836.13	53,393.03	4,321.38	2,138.79	3,652.54	2,246.12	5,825.19
Ribeirópolis	152,027.07	9,799.70	27,557.30	100,273.07	3,608.18	241.03	22,663.18	3,571.66	11,650.38
Rosário do Catete	408,965.32	10,142.27	246,908.26	98,163.84	16,280.17	8,821.06	3,843.56	2,087.73	5,825.19
Salgado	118,824.98	10,387.37	12,640.94	90,315.93	2,400.54	250.62	17,147.07	4,194.78	11,650.38
Santa Luzia do Itanh	101,227.62	20,566.88	7,343.96	69,497.40	2,057.60	150.55	1,499.30	4,293.27	8,022.30
Santa Rosa de Lima	26,201.71	4,105.95	2,130.72	19,212.05	1,986.24	227.26	630.07	1,046.77	5,825.19
Santana do São Francisco	41,939.35	4,615.28	3,994.9	32,192.02	ND	ND	3,272.02	2,031.34	ND
Santo Amaro das Brotas	107,527.49	9,066.40	39,899.73	54,946.39	2,440.01	2,089.20	8,733.12	2,641.98	7,766.92
São Cristovão	590,068.92	26,006.99	118,211.42	400,880.84	7,474.95	1,815.91	24,336.14	14,469.67	25,242.50
São Domingos	66,069.67	4,517.03	9,245.5	48,444.25	2,448.42	294.71	7,414.13	2,548.78	7,766.92
São Francisco	23,585.72	2,525.37	1,930.5	18,274.45	1,954.49	123.35	548.61	807.89	5,825.19
São Miguel do Aleixo	27,030.73	3,877.17	2,129.61	20,037.06	1,950.13	144.06	431.55	1,083.80	5,825.19
Simão Dias	374,946.44	66,032.72	49,477.23	223,864.20	5,360.54	378.13	45,012.78	9,741.32	17,475.58
Siriri	162,853.11	10,212.96	105,532.02	42,403.57	3,217.80	3,900.59	4,381.74	2,102.58	5,825.19
Telha	21,369.7	2,502.21	2,109.84	16,131.38	1,985.34	144.15	541.51	792.66	5,825.19
Tobias Barreto	337,076.51	17,034.71	40,857.76	251,689.94	4,297.87	387.08	53,006.31	11,010.29	19,417.31
Tomar do Geru	77,866.56	7,136.25	7,124.65	60,655.09	2,147.96	184.53	11,681.57	3,836.36	7,766.92
Umbaúba	167,750.04	6,523.81	16,707.06	130,445.79	3,023.30	253.78	15,322.87	5,249.01	11,650.38
<b>MEAN</b>	<b>370,975.89</b>	<b>13,781.63</b>	<b>94,456.19</b>	<b>218,850.84</b>	<b>7,680.18</b>	<b>2,459.45</b>	<b>24,497.60</b>	<b>5,239.67</b>	<b>13,451.71</b>
<b>Standard Error</b>	<b>1,160,862.70</b>	<b>13,411.93</b>	<b>235,373.46</b>	<b>802,005.46</b>	<b>20,095.16</b>	<b>6,877.06</b>	<b>82,000.73</b>	<b>7,117.01</b>	<b>23,016.94</b>

Source: www.mds.gov.br, www.seplag.se.gov.br and www.stn.fazenda.gov.br (accessed 06.10.2013)

Table 4: Results of Estimations

	FE	RE
r2 within	0.5230	0.5061
between	0.9635	0.9808
overall	0.9618	0.9794
Constant	0.00005	-0.00001
	[0.569]	[0.999]
VAAgric.	0.15773**	0.00535
	[0.021]	[0.454]
VAInd	0.28564*	0.29471*
	[0.000]	[0.000]
Royalties	-0.01112	-0.01014
	[0.328]	[0.262]
Social Security	0.29859**	0.66945*

continua

Table 4: Results of Estimations

<i>conclusão</i>		
	FE	RE
	[0.024]	[0.000]
PBF	0.08645	0.09297
	[0.266]	[0.228]
F	33.53	
	[0.000]	
c <sup>2</sup>		3,841.48
		[0.000]

\*significant 1% error

\*\* significant 5% error

p-value in brackets

Observing the table, it can be seen that the fixed effects model explained 52% of variance of GDP in the period. Note that only the coefficients of value added of agriculture, industry and transfers of social security benefits are statistically significant and have the expected signs. Bolsa Família allowances, however, do not seem to contribute to GDP of the state's municipalities, differently from Jorge and Graça (2012), who found a significant and positive effect of PBF for the cities of Baixo São Francisco Sergipano Region, characterized by the small size and low dynamism of their economies.

On the other hand the random effects model has a coefficient of determination ( $r^2$  overall) of about 98%, but only the value added of industry and social security disbursements are statistically significant and have the expected signs. Again, the payments of Bolsa Família do not seem to contribute to GDP growth of the state's municipalities.

Despite the PBF disbursements have been shown to be not statistically significant in the two estimates, the results differ and thus is necessary to perform a test to identify the most appropriate technique. As we used the robust variance matrix, however, the Hausman test cannot be applied. In this case, it applies the Sargan-Hansen test, whose result of 59.218 ( $p$ -value = 0.000) indicates the fixed effects model as the most appropriate<sup>6</sup>.

Thus, the value added of agriculture and industry, as well as of social security transfers, explain about 52% of GDP variance in the municipalities, especially the last two, whose  $\beta$  appears to be more significant. Bolsa Família allowances, however, seem not statistically affect the municipal GDP, in spite of representing a significant percentage of the economy of smaller localities.

## MAIN CONCLUSIONS

This article started from the assumption that the PBF has not only micro but also macroeconomic impacts and the lower the economic strength of a municipality, the most important should be such

<sup>6</sup>When the Hausman test generates a negative signal or a non-positive definite matrix, Prof. Mark Schaffer of Heriott-Watt University (Edinburgh) suggests replacing it by the Sargan-Hansen test, which produces a necessarily positive result whose interpretation is similar to the Hausman test. ([www.statalist.com.it/](http://www.statalist.com.it/)).

impacts in relative terms. In this sense, the study aimed to observe the impact of direct income PBF transfers on GDP of municipalities in the state of Sergipe between 2004 and 2012.

The state of Sergipe was chosen because it is made up of small towns and reduced economic dimension, where the transfer of funds of the Union and states often have significant weight in the composition of their tax revenues. In addition all cities of Sergipe receive oil royalties.

Then a simple model was built seeking to observe the effect of four transfer revenues on the municipal GDP: FPM, royalties, social security disbursements and PBF allowances. To capture the dynamics of the local economy the value added of the three sectors of the economy and the value of the ICMS transfers were included.

The fixed effects model explained 52% of variance of GDP in the period. It was verified that the coefficients of the value added of agriculture, industry and social security benefits are statistically significant, but disbursements of the Bolsa Família program do not appear to have statistically contributed to GDP of municipalities in Sergipe.

It is important to mention that the results should not be extrapolated to other states or regions, due to the particularities of the municipalities of Sergipe captured by the fixed effects. Besides that, our results should be viewed with some caution due to the possibility of endogeneity.

Obviously, it is a simple model that can be enhanced with the inclusion of other relevant variables such as the Municipal Human Development Index (IDH-M) or some institutional information from municipalities. Another suggestion is to use instrumental variables techniques to address a possible endogeneity problem. Thus, the improvement and extension of this work could indicate fruitful paths for future research.

## REFERENCES

- ANDRADE, M. V.; CHEIN, F.; SOUZA, L. R. e PUIG-JUNOY, J. Income Transfer Policies and the Impacts on the Immunization of Children: the Bolsa Família Program. *Cadernos de Saúde Pública*, 28, 7, 2012, p. 1347-1358
- BECKER, G. Human Capital. 2ª. ed. New York: National Bureau of Economic Research, 1975.

- BRASIL. III – Igualdade de Direitos e Oportunidades. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2011.
- CAMPELO, T. e NERI, M. (org). O Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013.
- FAGNANI, E. **Piso de proteção Social: o debate internacional e a experiência brasileira**. Campinas: Instituto de Economia UNICAMP, Texto para Discussão n. 203, 2012.
- GOMES, G. M. A economia sem produção do semi-árido nordestino. In J. P. R. Velloso, (coord.) *Brasil 500 anos: futuro, presente e passado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- JORGE, M. A. Economia do Trabalho: Diferenciais compensatórios de salário e taxas de homicídio no Brasil. São Cristóvão: EDUFS, 2011.
- JORGE, M. A.; GRACA, S. M. **O Impacto do Programa Bolsa Família no PIB dos Municípios da Região do Baixo São Francisco Sergipano (2008-2011)**. In: 10. Congresso Brasileiro de Sistemas. Ribeirão Preto/SP. Anais..., 2014.
- MARQUES, R. M. Política de transferência de renda no Brasil e Argentina. *Revista de Economia Política*, 33, 2, 298-314, 2013.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DO COMBATE À FOME. <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. [Accessed 01.08.2013].
- OLIVEIRA, A. H. C. e SOUSA, J. An Evaluation of the Bolsa Família Program in Brazil: Expenditures, education and labor outcomes. Paper presented at *Population Association of America 2009 Annual Meeting*, Detroit. Annals..., 2009. <http://paa2009.princeton.edu/abstracts/90741>. [Accessed 07.06.2013].
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD-Brasil) *Atlas do Desenvolvimento Humano*. Brasília: PNUD; IPEA, 2013.
- RUSSEL, T. B. Reducing Poverty Intensity: what alternative poverty measures reveal about the impact of Brazil's Bolsa Família. Chapel Hill: Chapel Hill University of North Carolina, 2013.
- SERGIPE. Produto Interno Bruto dos Municípios 2006-2010. Aracaju: Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), v. 7, 2012.
- SILVA, P. O ICMS Como Reflexo do Desenvolvimento Econômico dos Municípios do Estado de Sergipe. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais). São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2013.
- SOARES, F. V.; SOARES, S.; MEDEIROS, M. E OSÓRIO, R. G. Programas de Transferência de Renda no Brasil: Impactos sobre a desigualdade. In *XXXIVo. Encontro Nacional da ANPEC*, Salvador, BA, Anais... 2006.
- SOARES, F. V.; RIBAS, R. F. E OSÓRIO, R. G. Evaluating the Impact of Brazil's Bolsa Família: Cash transfer programs in comparative perspective. *Latin American Research Review*, 45, 2, 2010, p. 173-190.
- TEIXEIRA, O. A.; MELO, R. O. L. e FRANÇA, V. L. A. **Construindo um Novo Planejamento Regional Sergipano: os territórios de identidade**. In: D. L. Hansen; M. J. N. Soares; R. R. Souza & R. M. Souza (org). *Questão Ambiental e Desenvolvimento Econômico: contribuições teóricas e desafios contemporâneos*. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.
- WOOLDRIDGE, J. *Econometric analysis of cross section and panel data*. Cambridge: MIT Press, 2002.

## O PAPEL DO ESTADO E AS POLÍTICAS ECONÔMICAS PARA KEYNES: UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO 2010 – 2015

### THE ROLE OF THE STATE AND ECONOMIC POLICIES FOR KEYNES: AN ANALYSIS FOR 2010-2015

Ariana Cericatto da Silva\*  
Francisco Diétima da Silva Bezerra\*\*

#### RESUMO

Este artigo objetivou retomar a interpretação de Keynes em relação ao papel do Estado e a importância do mesmo na manutenção da estabilidade econômica. Resgatou-se os preceitos de política econômica de Keynes, fazendo uma análise da economia no período de 2010-2015. Destaca-se que Keynes acreditava na necessidade de um capitalismo dirigido e que na medida em que fosse eficiente, produziria um grande bem-estar e que conseguiria eliminar obstáculos como a desigualdade e o desemprego. Assim, como uma forma de reduzir as incertezas e controlar as flutuações do sistema capitalista, Keynes propõe que o Estado o fizesse através das políticas econômicas. No que se refere a economia brasileira de 2010 a 2015, percebeu-se que as políticas adotadas foram na contramão do preconizado por Keynes, houve desequilíbrio na dinâmica econômica do país, com sucessivas quedas no crescimento econômico, além de desajustes nas finanças públicas nacionais gerando desafios para os anos seguintes.

**Palavras-Chave:** Keynes. Estado. Políticas Econômicas.

#### ABSTRACT

This article aimed to retake Keynes's interpretation of the role of the state and its importance in maintaining economic stability. Keynes' economic policy precepts were rescued by making an analysis of the economy over the period 2010-2015. It is noteworthy that Keynes believed in the need for directed capitalism and that, to the extent that it was efficient, would produce great welfare and that it would be able to eliminate obstacles such as inequality and unemployment. Thus, as a way of reducing uncertainties and controlling the fluctuations of the capitalist system, Keynes proposes that the state should do so through economic policies. Regarding the Brazilian economy from 2010 to 2015, it was noticed that the policies adopted were contrary to the recommendations of Keynes, there was an imbalance in the economic dynamics of the country, with successive declines in economic growth, as well as mismatches in national public finances generating challenges for the coming years.

**Key Words:** Keynes. State. Economic Policies.

---

\*Doutorando em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

\*\*Doutorando em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia; Professor de Economia no Instituto Federal do Acre.

## INTRODUÇÃO

John Maynard Keynes (1883-1946) foi um dos economistas mais influente do século XX. Seu pensamento foi um marco na crítica a teoria clássica e aos postulados do equilíbrio geral. Nascido na Grã-Bretanha, ele foi professor no King's College de Cambridge, sendo sua formação teórica oriunda da teoria clássica de Adam Smith, David Ricardo, entre outros, e teve como mestre o professor A. Pigou, sucessor de Alfred Marshall na cátedra de economia política.

Apesar de uma intensa vida acadêmica e pública, as ideias de Keynes foram difundidas a partir da grande depressão de 1929, cujos efeitos se perpetuaram na década de 1930. Essa crise assumiu um caráter mundial, em grande parte, devido a depressão instaurada nos Estados Unidos da América (EUA). Durante essa crise, em torno de 85 mil empresas e 5 mil bancos faliram somente nos EUA. Cerca de um quarto da força de trabalho ficou desempregada e a renda nacional reduziu-se a menos da metade (FERREIRA DE LIMA; PITAGUARI, 2005).

John Keynes questionou as ideias econômicas clássicas, cujos adeptos não aceitavam a possibilidade de erro nos seus postulados. A classificação de Keynes, sobre a economia clássica, engloba todos os economistas que o antecederam e que aceitaram como pressuposto a “lei de Say”, ou seja, a ideia que “a oferta cria sua própria demanda”. A crítica keynesiana baseia-se na tradição “marginalista”, também chamada de escola neoclássica.

Os neoclássicos interpretavam a crise da década de 1930 como um desajuste cíclico de curto prazo. Para os neoclássicos não eram suas teorias que estavam inadequadas, mas as interferências artificiais, externas ao mercado, que provocavam as crises. O principal desvio, segundo eles, era a inflexibilidade dos salários provocada pela interferência dos sindicatos no mercado de trabalho e a influência danosa do Estado no sistema de mercado. Essa seria a razão do grande número de desempregados (HUNT; SHERMAN, 1977). Diante destas interpretações, Keynes formulou um corpo teórico crítico aos pressupostos neoclássicos com intuito de propor um novo olhar da economia, a partir de seus agregados.

Dessa forma, este artigo tem por objetivo retomar a interpretação que Keynes formulou em relação

ao papel que o Estado deveria assumir e a importância do mesmo na manutenção da estabilidade econômica. Além disso, o artigo resgata os preceitos de política econômica de Keynes, focando nas políticas monetária, fiscal e cambial, de modo a apresentar a lógica operacional da política econômica keynesiana. Além disso, fazer uma análise da condução das políticas econômicas adotadas no Brasil no período de 2010 a 2015.

Assim, o artigo divide-se em mais cinco partes além desta introdução. A primeira trata de como Keynes entendia o papel do Estado e sua importância para a estabilidade econômica, na segunda parte é tratada as políticas econômicas (política monetária, política fiscal e política cambial) sob a ótica keynesiana, na terceira os procedimentos metodológicos, na quarta parte a análise das políticas adotadas no período 2010-2015 e por fim apresentam-se as considerações finais.

## O PAPEL DO ESTADO PARA KEYNES

Tanto a economia política clássica quanto a neoclássica eram incapazes de identificar qualquer papel ativo para o Estado exercer na economia, em partes isso refletia o fato de que na Inglaterra não havia muitas ações destinadas ao Estado cumprir, principalmente no período anterior as Grandes Guerras. O que não significava que o Estado fosse inerte, ele era pequeno como proporção do produto e não havia razão aparente para que sua dimensão se ampliasse. Entretanto, as condições mudam ao final da Segunda Guerra Mundial. A intervenção ativa e continuada do Estado na economia tornou-se um aspecto essencial das economias capitalistas a partir do final da Segunda Grande Guerra. A partir, da Segunda Guerra Mundial, verificou-se que a parcela do Estado que demandava bens e serviços era superior ao das exportações e, em muitos casos, ao do investimento privado. No entanto, por outro lado, através de canais diversos o Estado servia como influência sobre o comportamento dos consumidores (CARVALHO, 1999).

Dessa forma, o pensamento de Keynes refletia um momento de profunda crise do sistema capitalista. Sua teoria econômica era baseada em uma teoria monetária da produção que incorporava a ação estatal como mecanismo de estabilização de uma economia essencialmente instável, tendente ao desemprego e a

crises cíclicas. A crise que atravessava o capitalismo em seu tempo representava o fim de uma visão harmônica e autorregulável de um sistema que tendia automaticamente para o equilíbrio de pleno emprego. Para Keynes, o capitalismo de seu tempo, ao contrário da visão individualista dos economistas que o precederam, era um mecanismo complexo e instável de acumulação de capital que, entregue a si mesmo, seria vítima de suas próprias crises. Assim, o Estado deveria assumir um importante papel e sua ação foi indicada por Keynes através do controle monetário e da socialização dos investimentos. A justificativa de Keynes para a intervenção do Estado na organização direta dos investimentos repousa na incerteza, na falta de garantias, ou até mesmo na incapacidade de que os investimentos privados se mantinham num patamar elevado garantindo o nível de pleno emprego e desenvolvimento da economia (CORAZZA, 1985).

O controle monetário exercido pelo Estado era importante, para Keynes, na medida em que asseguraria a própria organização social capitalista através da manutenção dos fluxos de investimentos. A taxa monetária dos juros poderia representar obstáculo aos investimentos e expressavam a inquietude e incerteza em relação ao futuro, numa economia estável ou em crise, e era no sentido de salvaguardar o próprio sistema, que Keynes concebia uma ação estatal para controlar a taxa monetária. Entretanto, reconheceu a ineficácia dessa medida em períodos de crise do capitalismo, quando a decepção nas expectativas de lucro acabava por provocar uma retração nos investimentos. E a capacidade do Estado em influenciar com o controle monetário os investimentos privados, levou o autor a formular outra teoria de ação estatal, ou seja, a socialização dos investimentos, que teria a função de garantir, além do pleno emprego, a própria dinâmica da acumulação capitalista (OLIVEIRA; STRASSBURG; SILVA, 2012).

De modo geral, Keynes atribuiu ao Estado um papel econômico importante no controle monetário, com o objetivo de evitar que as alterações no valor do dinheiro corroessem as bases do capitalismo e interferissem no processo produtivo, ao mesmo tempo em que reconheceu as limitações dessa intervenção, na medida em que o Estado não conseguia manter a taxa de juros num nível compatível com o pleno emprego. Essa incapacidade relativa do Estado em controlar a taxa de juros e influir sobre a eficiência marginal

do capital estava ligada ao reduzido poder deste em exercer influência sobre as expectativas (ALVES; VERÍSSIMO, 2010).

Keynes acreditava na necessidade de um capitalismo dirigido e que na medida em que fosse eficiente, produziria um grande bem-estar e, através deste bem-estar, conseguiria eliminar obstáculos como a desigualdade e o desemprego. Para Keynes era importante que o controle estatal não interferisse na iniciativa individual e na atração dos instintos do lucro, pois eram estes que constituíam, segundo ele, a força motriz da atividade econômica. Portanto, para Keynes não havia contradição entre a livre iniciativa e o controle estatal, para ele o Estado antes de ser um empecilho à livre iniciativa, era a própria garantia de sua sobrevivência (CORAZZA, 1985). Assim, Keynes entendia que se o Estado fosse isento do seu papel, isso teria um efeito direto no desenvolvimento econômico, à medida que atingiria diretamente o campo social do país, principalmente, quando se pensa essa isenção do Estado frente às políticas sociais.

Por isso, enquanto a ampliação das funções do governo, que supõe a tarefa de ajustar a propensão a consumir com o incentivo para investir, poderia parecer a um publicista do século XIX ou a um financista americano contemporâneo uma terrível transgressão do individualismo, eu a defendo, ao contrário, como o único meio exequível de evitar a destruição total das instituições econômicas atuais e como condição de um bem-sucedido exercício da iniciativa individual (KEYNES, 1996, p. 347).

Carvalho (1999) coloca que as ideias de Keynes representam uma crítica ao modo que a teoria econômica se desenvolveu, por conta das insuficiências de natureza estrutural que foram encontradas na forma de operação de economias capitalistas e pela forma que estas insuficiências se manifestaram, o que demonstrava a necessidade de acompanhamento e intervenção constante. Em outras palavras, a teoria keynesiana apontou para a necessidade de políticas econômicas. Assim, no próximo tópico serão apresentadas as políticas monetária, fiscal e cambial sob o entendimento de Keynes.

## KEYNES E AS POLÍTICAS ECONÔMICAS

Ao longo do desenvolvimento de suas ideias, Keynes discutiu alguns temas de forma a construir um

paradigma alternativo à economia neoclássica, sendo capaz de rejeitar a visão em que o sistema econômico capitalista era eminentemente uma economia cooperativa, Keynes entendia a economia como do tipo empresarial baseada na teoria monetária de produção. Uma das principais preocupações de Keynes, ao produzir ciência econômica, foi abarcar e indicar medidas para mitigar crises de insuficiência de demanda efetiva e suas repercussões em termos de instabilidade cíclica nos níveis de produto e emprego (FERRARI FILHO, 2006a).

Dessa forma, como uma forma de reduzir as incertezas e controlar as flutuações do sistema capitalista, Keynes propôs que o Estado o fizesse através das políticas econômicas. As políticas econômicas deveriam servir como mantenedoras e incentivadoras das expectativas dos empresários, balizando suas esperanças sobre a demanda efetiva por seu produto e fornecendo-lhes peso aos seus argumentos, a fim de lhes oferecerem melhores estados de confiança sobre o tempo futuro no qual suas decisões se efetivavam (FERRARI FILHO; TERRA, 2011). Na sua principal obra, Keynes trata da política monetária, no entanto, em outros escritos do autor é possível encontrar o que ele entendia por política fiscal e política cambial.

### Política Monetária

Keynes conceituou as economias capitalistas como economias empresariais ou economias monetárias de produção. A característica, destacada pelo autor, de uma economia monetária foi que a moeda não era apenas um meio de troca, mas um ativo capaz de resguardar as alterações nas expectativas dos agentes, pois reservava poder de comando sobre a riqueza social ao longo do tempo, possuindo liquidez máxima para saldar tanto transações à vista quanto pagamentos futuros (CARVALHO, 1994).

O reconhecimento de que reter moeda era uma alternativa em relação à detenção de outros ativos foi a base da teoria monetária keynesiana. Em outras palavras, a moeda não era neutra, mesmo no longo período. Keynes provou que a diferença entre uma economia cooperativa e uma economia empresarial estava na análise da teoria monetária da produção. A não neutralidade do dinheiro se expressava na sua atuação sobre os preços relativos, via taxa de juros, e denotava seu caráter ativo também junto às decisões

de produção e de investimento, portanto, envolvendo decisões de curto e longo prazo. Essas decisões não apenas tinham impacto sobre o futuro econômico, mas dependiam do que se esperava desse desconhecido e incerto período (GARLIPP, 2008).

Assim, a não-neutralidade da moeda no longo prazo significava que a moeda afetava as posições de equilíbrio da economia no passar do tempo, uma vez que, em momentos de maior incerteza o agente geralmente preferia aplicar seus recursos em ativos não-reprodutíveis, como moeda e outros ativos líquidos, ao invés de ativos reprodutíveis, como ativos de capital (BRAGA, 1985). Carvalho (1989) explica que a flexibilidade que a moeda permitia na escolha dos ativos devia-se ao fato de ser bem aceita tanto para o pagamento de dívidas quanto para a compra de bens e ativos financeiros, dado que ela representava liquidez imediata.

Garlipp (2008) argumenta que foi por meio da preferência pela liquidez que o dinheiro desempenhou seu crucial papel na construção teórica de Keynes. Esse papel derivou de sua função mais relevante (a de reserva de valor) e foi isso que permitiu integrar a teoria do valor à teoria monetária. Conforme Keynes, a política monetária deveria realizar, via operações de *open-market* que administram a taxa de juros básica da economia, o alinhamento dos preços relativos dos ativos passíveis de investimento no sistema econômico. Para Keynes (1996), todos os ativos possuíam intrinsecamente uma taxa de juros e pela comparação entre as diversas remunerações factíveis de escolha, os agentes podiam destinar seus ativos não promotores da expansão da atividade econômica. Isso aconteceria principalmente quando os investimentos produtivos realizados no passado tornavam-se estoques involuntários e expectativas frustradas.

O efeito da política monetária sobre a demanda efetiva, no entanto, era indireto, pois impactava inicialmente sobre as condições de liquidez do mercado monetário para, em seguida, motivar diferentes decisões nos agentes. Dessa forma, quando havia desconfiança generalizada dos agentes, a política monetária poderia não contribuir para equilibrar o ciclo econômico, tendo em vista o fenômeno conhecido por armadilha da liquidez (MINSKY, 1986<sup>1</sup> apud FERRARI FILHO; TERRA, 2012).

<sup>1</sup> MINSKY, H. *Stabilizing an unstable economy*. New Heaven: Twentieth Century Fund Report, 1986.

Porém, Keynes verificou que havia momentos em que a política monetária pouco contribuía para a estabilização dos ciclos econômicos. A limitação da política monetária em induzir expansões na demanda efetiva sobrevinha quando a incerteza dos agentes, tanto consumidores quanto investidores, os fazia preferir reter moeda a despendê-la. Nesse cenário, comum em momentos de crise econômica, vigorava a preferência plena pela liquidez, que fazia com que o entesouramento da moeda se tornasse o objeto de desejo dos agentes.

### Política Fiscal

Keynes colocou a política fiscal como o instrumento mais importante que impactava diretamente na demanda agregada. Com efeito, a política fiscal keynesiana podia agir por meio da política de tributação ou pela administração de gastos públicos (FERRARI FILHO; TERRA, 2011; TERRA, 2011).

A política de tributação, segundo proposição de Keynes, devia viabilizar que a renda desigualmente distribuída na sociedade pudesse ser realocada, fosse por imposto de renda progressivo, por imposto sobre lucros e dividendos e/ou por impostos sobre a herança. Além disso, a política de tributação tinha por objetivo possibilitar o levantamento de recursos para o financiamento da política de gastos públicos. Esta última foi colocada por Keynes como o elemento fundamental da política fiscal, e o dividiu sob a forma de dois orçamentos: um orçamento corrente destinado aos gastos de consumo e um orçamento de capital para os investimentos do governo (FERRARI FILHO; TERRA, 2011; CARVALHO, 2008).

Os gastos em orçamento corrente, segundo Keynes, deveriam ser equilibrados e, se possível, esse orçamento superavitário. Estes *superávits* do orçamento corrente podiam ser gerados por meio do aumento da base de arrecadação do governo, nos períodos de maior prosperidade econômica, acarretando a geração de recursos excedentes que deveriam ser utilizados para financiar os gastos públicos em investimentos, necessários nas fases de deficiência de demanda efetiva.

O orçamento de capital deveria ser utilizado quando a demanda agregada estivesse acima ou abaixo do nível de pleno emprego (CARVALHO, 2008). Dessa forma, o orçamento de capital visava fornecer

ao governo e ao setor privado a seleção de projetos de investimento, com as respectivas previsões de financiamento, a ser acionado tão logo surgissem indicadores de deficiência de demanda efetiva, ou seja, o orçamento de capital era aquele em que se destinavam as despesas relativas a investimentos produtivos realizados pelo Estado de forma que se mantivesse a estabilidade do sistema econômico (HERMANN, 2006; KREGEL, 1985<sup>2</sup> apud TERRA; FERRARI FILHO, 2012). Esses investimentos deveriam ser realizados por órgãos públicos ou semipúblicos, desde que com objetivos claros de regulação do ciclo econômico por meio da ampliação do grau da crença racional dos empresários na demanda efetiva futura daquilo que eles, no presente, decidissem empreender (FERRARI FILHO; TERRA, 2011).

A questão central para Keynes, era que os orçamentos corrente e de capital se mantivessem equilibrados. Conforme Terra (2011), para que houvesse equilíbrio das finanças públicas bastava que, no curto prazo, o orçamento corrente não fosse deficitário, pois era em decorrência de seus *superávits* que se financiava possíveis *déficits* no orçamento de capital. Contudo, os retornos dos investimentos públicos, à longo prazo, levavam ao equilíbrio do próprio orçamento de capital. Portanto, o orçamento de capital de Keynes poderia até ser deficitário, tendo em vista que, o *superávit* do orçamento corrente, provavelmente, o financiaria. O equilíbrio do orçamento de capital no longo prazo dado pelos retornos esperados das inversões produtivas que ele financiava, tornava mais racional e viável o orçamento público em sua totalidade, fomentando ao longo do tempo a construção de *superávits* e, por conseguinte, poupança pública.

O papel fundamental dado ao gasto com o investimento diante do consumo, concentrava-se sobre os seguintes aspectos: o estoque acumulado de riqueza na sociedade dependia essencialmente das decisões de investimento, pois essas decisões mobilizavam recursos ociosos na forma de máquinas, equipamentos e, principalmente, de trabalho humano. Outro aspecto era o aumento inicial da riqueza, em decorrência da passagem de recursos de um indivíduo para outros no ato de investir, sendo capaz de gerar um circuito de

<sup>2</sup> KREGEL, J. Budget deficits, stabilisation policy and liquidity preference: Keynes's Post-War policy proposals. In: Vicarelli, F. (ed.). Keynes's relevance today. London: Macmillan, p. 28-50, 1985.



gastos e, então, novos aumentos de renda por meio do efeito multiplicador (CARVALHO, 2008).

Carvalho (1999) destaca que o investimento ampliava a riqueza e, assim, ele deveria ser estimulado enquanto existisse probabilidade de ampliação do estoque de capital acumulado na economia. O orçamento de capital não deveria promover investimentos públicos rivais, mas complementares aos investimentos da iniciativa privada. Dever-se-ia estimular a complementaridade entre as iniciativas privada e pública sendo que essas últimas deviam funcionar como indutoras das primeiras e, assim, como estabilizadoras das flutuações cíclicas do sistema econômico. Destaca-se também que as expectativas dos agentes eram o fator desestabilizador do sistema e que sobre elas atuaria a política fiscal de gasto com investimento.

### Política Cambial

Keynes propunha que a política cambial se direcionasse para a articulação de um regime de taxa de câmbio administrada que tinha por objetivo assegurar tanto o equilíbrio externo quanto a estabilidade dos preços. Assim, a política cambial em Keynes almejava instituir, além do equilíbrio das contas externas, a estabilidade nas expectativas empresariais e a autonomia das outras políticas econômicas (TERRA; FERRARI FILHO, 2012).

Um arranjo cambial administrado, contudo, adaptável às circunstâncias objetivava reduzir as incertezas sobre os preços futuros dos ativos e dos bens *tradeables* quando os agentes econômicos fossem tomar decisões de fechamento de contratos de câmbio. Keynes procurou ressaltar que a dinâmica externa de economias monetárias não poderia prescindir de instrumentos que viabilizassem simetrias de equilíbrio entre as relações comerciais e financeiras dos países. Dessa forma, Keynes propôs a criação de um organismo coordenador multilateral que deveria zelar para que os desequilíbrios comerciais fossem compensados automaticamente, de forma que os países deficitários não ficassem reféns da necessidade de atração de capitais para financiar seus balanços de pagamento. A compensação multilateral deveria ser feita por intermédio de uma moeda de aceitação universal e de emissão supranacional, usada apenas para promover as compensações multilaterais e sem qualquer vantagem em ser utilizada enquanto reserva de

valor (FERRARI FILHO, 2006b; FERRARI FILHO; TERRA, 2012).

Dessa forma, Ferrari Filho e Terra (2012) ressaltam que o câmbio administrado, a compensação automática dos desequilíbrios comerciais e o controle de capitais desempenhavam papéis essenciais para Keynes. Deixavam as expectativas empresariais menos incertas e proporcionavam maior liberdade à condução da política monetária tanto por dificultarem efeitos *pass-through* do câmbio para os preços domésticos como por possibilitarem que a taxa de juros não ficasse refém da necessidade de atrair capitais externos, o que poderia inibir os investimentos produtivos. Portanto, para Keynes a política cambial pretendia assegurar o equilíbrio externo e a autonomia da política monetária.

### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de analisar a condução das políticas econômicas (fiscal, monetária e cambial) adotadas no Brasil no período de 2010 a 2015, o presente trabalho, de natureza essencialmente descritiva, utilizou-se de informações secundárias disponibilizadas pelos principais órgãos de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Central do Brasil (BCB) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Nesse sentido, na primeira parte do trabalho foram apresentadas as prescrições de políticas fiscal, monetária e cambial na perspectiva keynesiana. Logo depois, foram analisadas informações relacionadas ao crescimento econômico, taxa de juros, taxa de câmbio, carga tributária e necessidade de financiamento do setor público com o intuito de entender a operacionalização da política econômica adotada no período analisado, e se as mesmas seguiram em conformidade com o que foi preconizado por Keynes em seus escritos.

A escolha do período deve-se ao fato de que este foi marcado por diversos acontecimentos em âmbito nacional e internacional, o que impactou fortemente no desempenho econômico do país, além de gerar desafios para a economia brasileira nos anos seguintes. Embora não seja objetivo do trabalho pormenorizar esses eventos, apesar de terem contribuído para aumentar a complexidade do cenário macroeconômico nacional, a pesquisa centra-se unicamente na análise do desempenho da economia brasileira, procurando

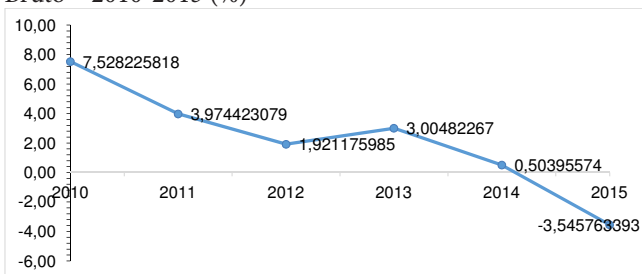
entender a operacionalização da política econômica adotada. O país que experimentou um cenário de forte crescimento econômico no ano de 2010, mesmo diante de uma crise financeira internacional nos anos de 2008-2009, passou a enfrentar sucessivas quedas nas taxas de crescimento econômico até atingir uma taxa negativa em 2015.

Assim, ao mesmo tempo que esse é um período complexo da/para a economia brasileira, torna-se importante entendê-lo no sentido de identificar os desafios e perspectivas para os anos seguintes, já que, a partir de então, o país tem apresentado dificuldades de retomar a sua atividade econômica e apresentar índices de crescimento econômico consideráveis.

### DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 2010-2015

A economia brasileira tem passado por diversas transformações, nos últimos anos, que tem influenciado, sobremaneira, as taxas de crescimento. O crescimento econômico de 7,5% (a.a.) obtido em 2010 foi fruto das políticas anticíclicas implementadas nos anos de 2008 e 2009, melhor desempenho desde os anos de 1986. Todavia, o PIB passou a apresentar queda a partir de 2011, atingindo um patamar de crescimento negativo de 3,5% (a.a.) em 2015, conforme gráfico 1.

Gráfico 1 - Taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto – 2010-2015 (%)

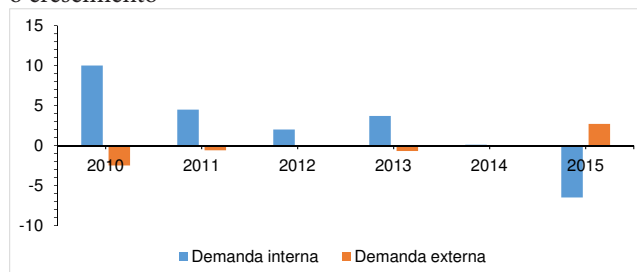


Fonte: Contas Nacionais (IBGE), 2019.

A partir de então, a demanda interna que desempenhara importância significativa nos anos de 2010 começou a apresentar queda acentuada, tendo participação de -3,5% em 2015, frente aos 10% de 2010. Já a demanda externa apresentou comportamento inverso, -2,5% e 2,7%, em 2010 e 2015, respectivamente, embora a melhora desse indicador tenha sido insuficiente para promover maiores efeitos sobre o crescimento,

dado um cenário de instabilidade macroeconômica que o país passara a enfrentar (Gráfico 2).

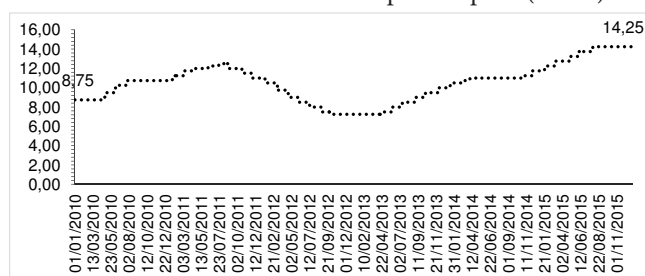
Gráfico 2 - Participação da demanda externa e interna para o crescimento



Fonte: Contas Nacionais (IBGE), 2019.

Em grande medida, o desempenho da demanda doméstica em 2010 se deu em virtude da taxa de juros (8,75% a.a.) no período, que incentivou o crédito e o consumo, influenciando outras variáveis macroeconômicas como o investimento e, principalmente, o crescimento econômico recorde alcançado nesse ano. Por outro lado, entre 2010-2015, a taxa de juros básica fixada pela autoridade monetária apresentou diversas oscilações, em muitos casos, na tentativa de manter a inflação controlada. No ano de 2015, atingiu o pico de fixação em 14,25%, o que, de certo modo, contribuiu para que a economia brasileira, que já vinha apresentando fraco desempenho nos três anos anteriores, se arrefecesse drasticamente (gráfico 3). Sabe-se que na medida que o crédito fica mais caro, o investimento e o consumo tendem a se enfraquecer e, por consequência, a geração de empregos, prejudicando, assim, o nível de atividade econômica. Isso, dentre outros casos, demonstrou uma tentativa frustrada de retomada do crescimento econômico do país, com efeitos que se prolongam nos dias atuais.

Gráfico 3 - Taxa Selic - Meta fixada pelo Copom (% a.a.)



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB), 2019.

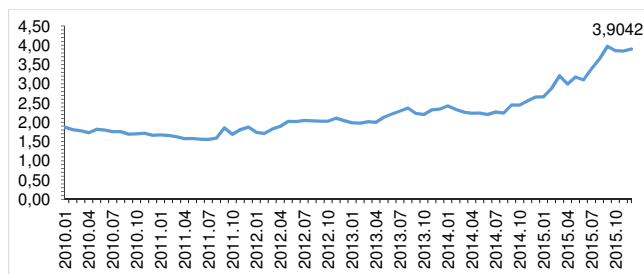
O cenário de atividade econômica aquecida, com inflação corrente pressionada e expectativas de alta para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo

(IPCA), em 2010, levaram a autoridade monetária (AM) a promover ajustes consecutivos na Selic para evitar problemas no cumprimento das metas de inflação. Todavia, em 2012 e 2013, a taxa foi fixada no menor patamar na série observada, mas que a partir do segundo semestre de 2014 tem as expectativas dos juros elevadas, atingindo o pico de 14,25% em 2015. Esse patamar elevado foi uma tentativa de controlar o crédito e o consumo, além de buscar conduzir a inflação para a meta no ano seguinte, num cenário de fraco dinamismo econômico.

Sabe-se que a taxa de juros é o mecanismo utilizado pela AM para atingir a estabilidade dos preços no sentido de favorecer o uso da moeda para diversas funções, principalmente no que diz respeito ao consumo e investimento. Conforme se depreende de Keynes (1996), os juros podem ser entendidos como uma forma de ampliação de sua riqueza. Logo, se os juros estão num patamar considerável na perspectiva dos agentes privados, o acesso ao crédito torna-se mais acessível e barato, o que intensifica os investimentos. Da mesma forma, ocorre com as famílias que ampliam o seu consumo, influenciando a demanda agregada.

No que tange a taxa de câmbio nominal, nota-se que até meados de 2011 houve forte valorização cambial, dado os cortes da taxa de juros, medidas de gerenciamento dos fluxos de capital e da crise financeira europeia. Quando do abrandamento dessa crise em fins de 2011 e início de 2012, o câmbio passou por momentos de forte desvalorização até atingir o patamar de 3,90 em 2015, permitindo ao país desfrutar dessa fase para intensificar as exportações, principalmente em detrimento dos elevados preços internacionais das *commodities* (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Taxa de Câmbio Nominal (R\$/US\$, compra) - Jan/2010-Fev/2012

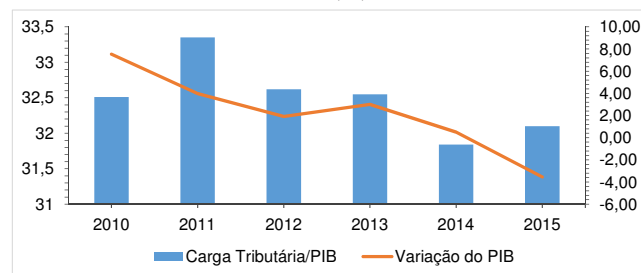


Fonte: Ipeadata, 2019.

Quando se relaciona o crescimento do PIB com a carga tributária do Brasil percebe-se pelo Gráfico 5

que somente em 2010 e 2014 as taxas de crescimento do produto foram superiores às taxas de arrecadação tributária. De certo modo isso é reflexo das políticas fiscais assumidas nesse período, a exemplo de 2010 em que se buscou contornar os efeitos cíclicos da crise financeira sobre a atividade econômica. Da mesma forma, em 2014, vários foram os incentivos fiscais dados às empresas como forma de aquecer a economia que apresentava sinais de arrefecimento do seu crescimento nos anos anteriores

Gráfico 5 - Variação anual e relação do PIB e carga tributária/PIB de 2010 a 2015 (%)

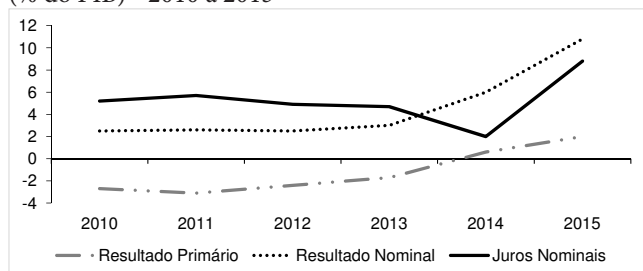


Fonte: Ipeadata (2019).

Embora a carga tributária tenha apresentado crescimento na maior parte do período analisado, e o setor público tenha obtido poupanças primárias durante 2010 e 2014, o crescimento da necessidade de financiamento para o setor público torna-se mais acentuado e latente a partir de 2014, conforme pode ser verificado no gráfico 5.

O setor público registrou *superavit* primário em 2010, representando 2,8% do PIB, que se prolongaria até o início de 2014 quando a economia passou a apresentar *déficit* primário. Os juros nominais representaram 5,32% do PIB em 2010, recuando, em linha com a trajetória da taxa Selic média. O *déficit* nominal do setor público totalizou 2,55% do PIB, frente os 3,34% do PIB no ano anterior. O financiamento desse resultado ocorreu mediante expansões da dívida bancária líquida, da dívida mobiliária e das demais fontes de financiamento interno, que incluem a base monetária, neutralizadas, em parte, pela redução registrada no financiamento externo líquido.

Gráfico 6 - Necessidades de Financiamento do Setor Público (% do PIB) - 2010 a 2015



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB), 2019.

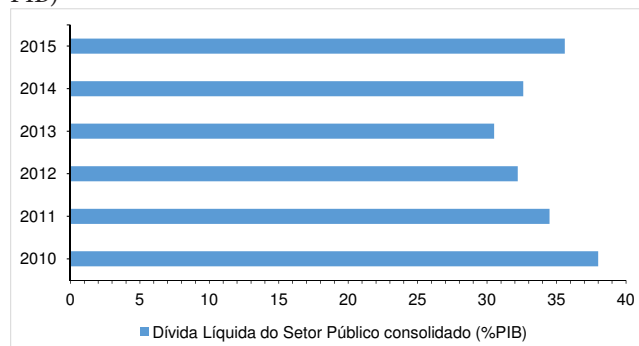
A partir de 2015, esse panorama passou a apresentar uma nova configuração, principalmente em termos de *déficit* primário, que atingiu 1,88% do PIB, ante *deficit* de 0,58% do PIB no ano anterior. Esse resultado foi fruto da elevação dos gastos do governo central, da melhoria do resultado dos governos regionais e estabilidade do resultado das empresas estatais. Em termos de juros nominais, estes representaram 8,5% do PIB condicionados pela elevação da taxa Selic e variação da inflação no ano, dentre outros fatores. Em relação ao resultado nominal, composto pelo resultado primário e os juros nominais, a economia brasileira apresentou um *déficit* de 10,38% em termos de PIB frente aos 6,08% apresentado em 2014. O financiamento desse *déficit* se deu, fundamentalmente, mediante expansão da dívida mobiliária e da dívida bancária líquida.

Tais resultados influenciaram de forma acentuada a dívida líquida do setor público (DLSP) em termos de PIB, entre 2010 e 2015, sobretudo em relação à apropriação dos juros nominais que empurram a DLSP para um crescimento vertiginoso no período.

Diante dos dados apresentados e levando em consideração os pressupostos de Keynes quanto a operacionalização das políticas econômicas (fiscal, monetária e cambial), tem-se as seguintes considerações quanto a economia brasileira no período analisado: Quanto à taxa de juros, principal instrumento utilizado para estabilizar os preços, de modo a não rivalizar com o investimento dos agentes privados, respectivamente, o que tende a impactar sobre outras variáveis macroeconômicas como o emprego, percebe-se que esta manteve-se em patamares elevados, a partir de 2011, mesmo diante de um cenário que sinalizava para fraco dinamismo da atividade econômica, o que gerou sucessivas quedas na taxa de crescimento do

PIB, ao ponto de atingir crescimento negativo nesse último ano.

Gráfico 7 - Dívida líquida do setor público - 2010 a 2015 (%/ PIB)



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB), 2019.

Concomitante a isso, foi implementada uma série de desonerações para o setor produtivo, sem que, no entanto, houvesse retomada da atividade econômica que justificasse tamanha desoneração. Isso acabou contribuindo para intensificar os desajustes nas finanças públicas, refletindo-se em aumento da DLSP. Além disso, a taxa de câmbio comportou-se de forma instável, com fortes sobrevalorizações numa tentativa desenfreada de conter a inflação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi o de retomar a interpretação de Keynes em relação ao papel que o Estado deveria assumir e a importância do mesmo na manutenção da estabilidade econômica. Além de resgatar os preceitos de políticas econômicas do autor de modo a apresentar sua lógica operacional. E fazer uma análise da economia brasileira e suas políticas macroeconômicas no período de 2010-2015.

Ao se desenvolver o artigo, verificou-se que Keynes rejeitou o capitalismo clássico e propôs um capitalismo regulado em que as perturbações do mercado fossem suprimidas pela intervenção do Estado para garantir o pleno emprego e controlar a concentração de renda e de riqueza. Para Keynes era a partir da intervenção do Estado na economia, por meio das políticas econômicas, que o sistema capitalista passaria por uma reforma afim de corrigir as perturbações do mercado. Ou seja, a visão de Keynes sobre a lógica operacional das economias monetárias visava solucionar as crises de demanda efetiva, de desemprego

e de distribuição da renda, em uma realidade de intervenção do Estado na economia por meio de suas proposições de políticas econômicas.

Portanto, verificou-se que as políticas econômicas de Keynes, tanto em sua compreensão quanto em sua operacionalização, ambicionavam a manutenção dos níveis de demanda efetiva, tendo como fim mitigar o desemprego involuntário, por meio da estabilização das expectativas empresariais. O resultado que se objetivava atingir através das políticas econômicas era o estabelecimento de uma sociedade com eficácia econômica, justiça social e liberdade individual.

Percebe-se, a partir disso, que as políticas adotadas no Brasil entre 2010-2015, não seguiram a lógica preconizada por Keynes, de modo que a economia brasileira passou a apresentar um cenário de sucessivas quedas na atividade econômica ao ponto de atingir crescimento negativo em 2015. Foi um período marcado por altas taxas de juros, ampliação das desonerações e sobrevalorização da taxa de câmbio, contribuindo, assim, para oneração das finanças públicas. Keynes defendia a presença do Estado no sentido de gerar equilíbrio na dinâmica econômica o que, conseqüentemente, incentivaria os investimentos, fonte de empregos e distribuição de renda, o que não ocorreu na economia brasileira.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, T. G.; VERÍSSIMO, M. P. Política monetária, crise financeira e Estado: uma abordagem keynesiana. **Perspectiva Econômica**, v. 6, n. 1, 2010, p. 16-36
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Séries Temporais de Economia e Finanças**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- BRAGA, J. C. S. Temporalidade e riqueza – instabilidade estrutural e ‘financeirização’ do capitalismo. **Tese** de doutorado (versão atualizada de 1990). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 1985.
- CARVALHO, F. J. C. de. Fundamentos da escola pós-keynesiana: a teoria de uma economia monetária. In: AMADEO, E. J. (Org) **Ensaios sobre economia política moderna: teoria e história do pensamento econômico**. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- CARVALHO, F. J. C. Temas de política monetária keynesiana. **Ensaios FEE**, v. 15, n. 1, 1994.
- CARVALHO, F. J. C. Mercado, estado e teoria econômica: uma breve reflexão. **Econômica**, v. 1, n. 1, 1999, p. 9-25
- CARVALHO, F. J. C. Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana. **Análise Econômica**, v. 26, n. 50, 2008, p. 7-25.
- CORAZZA, G. **Teoria econômica e Estado (de Quesnay a Keynes)**. Porto Alegre, FEE, 1985.
- FERRARI FILHO, F. As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 10, n. 2, 2006<sup>a</sup>, p. 213-236.
- FERRARI FILHO, F. Política comercial, taxa de câmbio e moeda internacional: uma análise a partir de Keynes. Porto Alegre: UFRGS, 2006b.
- FERRARI FILHO, F.; TERRA, F. H. B. As disfunções do capitalismo na visão de Keynes e suas proposições reformistas. **Revista Econ. Contemp.**, v. 15, n. 2, 2011, p. 271-295.
- FERRARI FILHO, F.; TERRA, F. H. B. O modus operandi das políticas econômicas keynesianas. **Cadernos IHU Ideias (UNISINOS)**, v. 10, 2012, p. 5-20
- FERRERA DE LIMA, J.; PITAGUARI, S. O. As ideias keynesianas e o crescimento do produto nas economias locais. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 6, n. 10, 2005, p. 11-20.
- GARLIPP, J. R. D. **Keynes e a economia monetária**. In: I Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, Anais, Campinas/SP, 2008.
- HERMANN, J. **Ascensão e queda da Política Fiscal: de Keynes ao ‘autismo’ fiscal dos anos 1990-2000**. In.: XXXIV Encontro Nacional de Economia da ANPEC, Anais. Belo Horizonte: ANPEC, 2006.
- HUNT, E.; SHERMAN, H. **Macroeconomia**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Sistema de Contas Nacionais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEADATA. **Dados de Macroeconomia**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.
- OLIVEIRA, N. M.; STRASSBURG, U.; SILVA, N. A. da. De Smith ao Neoliberalismo: Um ensaio sobre o papel do Estado na economia capitalista. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR**, v. 12, n. 23, 2012.
- TERRA, F. H. B. A dívida pública no Brasil pós-Real: uma interpretação keynesiana. **Tese** de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.
- TERRA, F. H. B.; FERRARI FILHO, F. **As políticas econômicas em Keynes: reflexões para a economia brasileira no período 1995-2011**. In: XL Encontro Nacional

de Economia Anpec — Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, Anais, Porto de Galinhas, 2012.

## INTERPRETAÇÕES ALTERNATIVAS SOBRE A DESACELERAÇÃO E A CRISE BRASILEIRA A PARTIR DO INVESTIMENTO AGREGADO

### ALTERNATIVE INTERPRETATIONS ABOUT THE BRAZILIAN DECELERATION AND CRISIS FROM THE AGGREGATE INVESTMENT

Thiago Rossi Silva\*  
Paulo Henrique Medeiros\*\*  
Hermano Caixeta Ibrahim\*\*\*

#### RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar três visões alternativas sobre a interrupção do ciclo de crescimento no Brasil ocorrido em meados dos anos 2000, tendo como referência o papel central do investimento como guia do ciclo econômico. As visões serão abordadas levando em consideração seus aspectos políticos, discutindo pontos de encontro e desencontro entre elas, pontuando virtudes, complementariedades e lacunas das abordagens. A conclusão deste trabalho é de que as três visões estão em acordo sobre a relevância da disputa política para explicar a crise, porém diferem em aspectos pontuais sobre o início da crise e seus mecanismos de transmissão.

**Palavras-Chave:** economia brasileira; economia política; investimento; conflito distributivo.

#### ABSTRACT

The aim of this paper is to present three alternative views on the interruption of the growth cycle in Brazil that occurred in the mid-2000s, with reference to the central role of investment as a guide of the economic cycle. The visions will be approached taking into consideration their political aspects, discussing points of encounter and mismatch between them, punctuating virtues, complementarities and gaps in the approaches. The conclusion of this paper is that the three views agree on the relevance of the political dispute to explain the crisis but differ in specific aspects about the onset of the crisis and its transmission mechanisms.

**Keywords:** Brazilian economy; political economy; investment; distributive conflict.

---

\* Mestrando em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

\*\* Mestrando em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

\*\*\* Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## INTRODUÇÃO

Entre 2004 e 2010 o Brasil passou por um ritmo de crescimento acelerado, respaldado principalmente pela demanda externa. Este período foi caracterizado por queda do desemprego, aumento do rendimento real, aumento do crédito bancário e diminuição da pobreza e desigualdade (BARBOSA, 2010). Esse movimento fez com que o consumo das famílias (principalmente as de menor renda) crescesse consideravelmente, e com isso, o setor produtivo respondeu com um aumento do ritmo do investimento privado (ARESTIS, 2007).

Com a inversão do ciclo das commodities e a crise internacional que se inicia no segundo semestre de 2007, o setor privado, que agora não mais encontra uma demanda extra nas exportações, começa a encontrar suas primeiras dificuldades. Para sustentar seu ritmo de investimento, as empresas privadas passaram a se financiar utilizando capital de terceiros em maior quantidade, aumentando assim o seu endividamento líquido. Com a queda das receitas, o governo passou a operar em crescente déficit, posteriormente apontado como causa (e não efeito) da situação econômica pela visão tradicional (REZENDE, 2015).

Com a mudança no ciclo econômico, que começa com a desaceleração do produto brasileiro em 2011, muitas hipóteses sobre suas causas ganharam espaço no debate. Abordagens mais tradicionais, como a de Fraga (2016), apontam para a necessidade de buscar um equilíbrio fiscal, necessário para garantir o retorno da confiança dos agentes e, assim, retomar o ciclo de crescimento. Por outro lado, autores como Fonseca et al. (2018), Serrano e Summa (2018) e Marquetti et al. (2017) procuram explicar as mudanças ocorridas a partir de abordagens alternativas, onde a disputa política torna-se um aspecto central para explicar o movimento de declínio da economia brasileira.

Nessas visões alternativas, o papel da disputa entre grupos de interesse que portam maior capacidade de articulação se torna o ponto de partida, já que o crescimento do salário real acima da produtividade durante grande parte dos anos 2000 define a mudança na estratégia de política econômica do governo Dilma Rousseff em dois períodos: um período inicial em 2011 onde um conjunto de políticas que ficara conhecido como “nova matriz econômica” entra em vigor, caracterizado por redução da taxa de juros,

depreciação do câmbio real, represamento de preços monitorados, isenções fiscais e subsídios a empresas selecionadas – posteriormente caracterizada como “campeãs nacionais”. Em um segundo momento, a partir de 2014, a política se torna majoritariamente tradicional, com taxas de juros elevadas e cortes aos incentivos criados pela nova matriz macroeconômica.

O presente trabalho tem como objetivo comparar as visões alternativas de trabalhos que utilizam a leitura da economia política como chave para entender o processo de queda do investimento na economia brasileira. Desde o trabalho seminal de Keynes (1936), diferentes visões alternativas tomam o investimento como variável chave para definir os movimentos do ciclo econômico. As abordagens estudadas neste trabalho tentam explicar a dinâmica do investimento como forma de também explicar a dinâmica macroeconômica no período estudado.

A primeira hipótese, formulada por Fonseca et al. (2018), alega que as mudanças no investimento resultam da inversão na política de financiamento do BNDES e aumento das taxas de juros. Já a hipótese de Serrano e Summa (2018), irá defender que a inversão se deve a queda nos componentes autônomos da demanda, sendo estes responsáveis por guiar o movimento do investimento. Por último, a visão de Marquetti et al. (2017), alega que a queda do investimento decorre de uma compressão na taxa de lucro da economia, tornando os investimentos desinteressantes aos olhos dos empresários.

A primeira parte do trabalho irá se concentrar em expor as visões alternativas supracitadas. A segunda parte discutirá os pontos de convergência e divergência entre as visões, assim como a relevância das visões frente aos dados através de uma análise de estatística descritiva. Conclusões serão feitas ao final do texto.

## INTERPRETAÇÕES ALTERNATIVAS SOBRE A DESACELERAÇÃO E A CRISE BRASILEIRA

### A interpretação de Fonseca et al (2018)

Pela interpretação de Fonseca et al. (2018), as mudanças da política a partir de agosto de 2011 representaram um rompimento com o pacto de coalizão firmado pelo presidente Lula a partir da “Carta



ao povo brasileiro”, na qual, em 2002, ele sinaliza que não romperia com as políticas macroeconômicas de Fernando Henrique Cardoso. Eleita em 2010, a presidente Dilma Rousseff tenta alterar a forma de condução da política macroeconômica em agosto de 2011 a partir da implementação do que ficou conhecida como “nova matriz econômica”, na qual houve uma flexibilização do regime de metas de inflação, redução da taxa básica de juros (SELIC) e desvalorização cambial. Esse movimento se deu mesmo com previsões realizadas pelo banco central que indicavam notória possibilidade de uma aceleração da inflação. Na visão do autor, essa mudança abrupta na condução da política econômica causou problemas para empresas que possuíam seus passivos em dólar e provocou perdas para grupos de interesse que se beneficiavam das políticas que vinham sido adotadas até então.

Além disso, houve diversas políticas verticais para determinados setores e empresas, as “campeãs nacionais”, as quais receberam subsídios e isenções. Esse conjunto de políticas verticais podem ser vistas como um aprofundamento do intervencionismo estatal na economia a partir de linhas de financiamento fornecidas pelo BNDES. A questão da desvalorização cambial foi problemática para empresas industriais e financeiras com custos e endividamento em moeda estrangeira, resultando em uma direta oposição ao governo por parte da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Com a insustentabilidade do cenário, Dilma Rousseff tenta retomar a antiga agenda em seu segundo mandato, todavia, o descontentamento dos setores antes beneficiados pelo pacto de coalizão resultou no impedimento da presidente em 2016.

Para o autor, contrariamente à visão de Singer (2015)<sup>1</sup> não é possível considerar a “nova matriz econômica” como desenvolvimentista, já que esta surge como resposta à crise internacional e a queda dos preços das *commodities*, quebrando assim com os pressupostos do desenvolvimentismo<sup>2</sup>. As políticas adotadas a

partir de 2011 tinham mais similitudes com políticas anticíclicas de reativação de oferta do que com uma tentativa de retomar uma estratégia de desenvolvimento. Sinais claros dessas políticas anticíclicas foram as tentativas de reduzir os custos das empresas através do represamento dos preços de energia elétrica e as reduções de IPI para a linha branca, aumentando o déficit público e, portanto, impossibilitando expansões da demanda agregada via incentivos do setor público<sup>3</sup>.

A hipótese apresentada defende que o declínio do investimento pode ser explicado a partir do descontentamento do setor industrial e financeiro com o crescente intervencionismo na economia e, como pontua Marquetti et al. (2017), um achatamento dos lucros que se inicia com a queda do ciclo das *commodities* e se agrava dada a redução na taxa de juros, a depreciação cambial e a queda das exportações devido à desaceleração da atividade econômica mundial posterior à crise de 2008.

A insistência de políticas públicas de isenções ao setor privado e subsídios ao consumo das famílias causou uma exaustão nos recursos públicos, inviabilizando posteriormente qualquer tentativa de reativação da economia. Tal inviabilidade foi fruto da pressão realizada por grupos de interesse em promover um ajuste recessivo. O ajuste contou com elevação da taxa de juros e corte dos subsídios ao setor privado, resultando na queda dos investimentos privados – os quais deveriam ser o motor do crescimento.

### A INTERPRETAÇÃO DE SERRANO E SUMMA (2018)

Na interpretação de Serrano e Summa (2018), a explicação para o caso brasileiro se baseia em duas hipóteses centrais que levam a uma resposta centrada no Supermultiplicador Sraffiano (SS) apresentado por Serrano, Freitas e Behring (2018). Para os autores, o movimento dos gastos exógenos à renda não geradores de capacidade instalada explica o movimento do investimento – ou seja, o investimento gerador de capacidade instalada é completamente induzido nessa abordagem. Para entender como o caso brasileiro está

<sup>1</sup> De forma sintética, a visão de Singer (2015) é a de que a virada no rumo das políticas econômicas realizadas por Rousseff a partir de 2011 com a “nova matriz”, a então presidente tentou impor uma retomada do ciclo de crescimento dos governos Lula a partir do que ele denomina ensaio desenvolvimentista. Ele alega que houve tentativa de reindustrialização no período e este é o ponto principal de sua argumentação quanto à implementação de um plano desenvolvimentista no Brasil.

<sup>2</sup> Fonseca (2014) arrola três atributos que compõem o *hard core* do conceito de desenvolvimentismo. São eles: (1) planejamento, estratégia de desenvolvimento nacional (portanto, algo prévio à posse do mandato, não somente uma reação a cenários adversos), (2) intervenção estatal e (3) industrialização,

abrindo espaço para maior convergência de renda, produtividade e estágio tecnológico com países mais ricos e desenvolvidos (*catching up* tecnológico).

<sup>3</sup> O padrão de crescimento do governo Lula, antes assegurado pelo alto volume de exportações, investimento público e consumo interno, deixou de ser possível, fazendo o governo alterar sua estratégia de política econômica.

relacionado com a hipótese do SS, é preciso explorar as duas hipóteses postas pelos autores.

A primeira hipótese é de que houve crescimento no poder de barganha dos trabalhadores, causando assim o que os autores irão chamar de “revolução indesejada” no mercado de trabalho. Esse crescimento do poder de barganha acontece entre 2004 e 2014, prosseguindo mesmo depois de 2011, quando a economia começa a desacelerar. Esta “revolução indesejada” proporcionou uma tendência de crescimento dos salários reais acima do crescimento da produtividade, acirrando progressivamente o conflito distributivo e reduzindo as margens e taxas de lucros das empresas.

Já a segunda hipótese, evidencia que a interrupção do processo de crescimento, acentuado em 2015, parte do acirramento do conflito distributivo. Esse efeito aconteceu de maneira indireta, já que a pressão política exercida sobre o governo tinha como objetivo mudar o regime de política econômica e solucionar o conflito distributivo a favor dos empresários. Para os autores, o processo de crescimento das economias é guiado pelos gastos autônomos não geradores de capacidade, o qual foi diretamente afetado pela mudança na condução de política econômica que tinha como objetivo resolver o conflito distributivo.

Um aumento dos salários reais acima do crescimento da produtividade tende a reduzir as margens de lucros das empresas. A partir desta redução, a taxa de lucro realizada sobre o estoque de capital fixo, que já está operante, tende a se reduzir, porém, a transferência de renda em direção a indivíduos com uma maior propensão marginal a consumir tende a atenuar o efeito negativo desta queda. Esse efeito tende a aumentar a demanda agregada, levando à maior utilização da capacidade instalada.

Tendo em mente as duas hipóteses apresentadas, é possível relacionar a explicação dos autores para o movimento do investimento com a hipótese do SS originalmente desenvolvido por Serrano (1995). Nessa perspectiva, é preciso compreender que o investimento é pautado pelo movimento dos componentes autônomos à renda que não geram capacidade instalada. Se um movimento de mudança no conflito distributivo é iniciado na esfera política, repercussões na condução de política econômica pode afetar negativamente a estrutura desses gastos – o que os autores alegam ter sido exatamente o que aconteceu no Brasil.

A equação fundamental do SS, derivada de um conjunto de equações Keynesianas<sup>4</sup>, é definida como:

$$Y^* = \frac{Z}{s - v(d + gz)}$$

Onde  $Y^*$  é a taxa de crescimento do produto potencial,  $Z$  é uma variável que condensa os gastos autônomos não geradores de capacidade instalada,  $s$  agrega os componentes da propensão marginal a poupar,  $v$  é a relação capital-produto,  $d$  o coeficiente de reposição e  $gz$  a taxa de crescimento dos componentes autônomos da demanda<sup>5</sup>. Dessa forma, é fácil perceber como se dá, algebricamente, a relação dos componentes exógenos não geradores de capacidade com a taxa de crescimento do produto potencial, assim como defendem os autores.

Resultados empíricos recentes estudaram se existem indícios de que a economia brasileira opera sob a hipótese do SS. Braga (2018) investiga a possibilidade de a economia brasileira operar sob a hipótese do acelerador e utilizou a estrutura do SS com um modelo VAR em um período entre 1967 e 2017. Os resultados sugerem que a hipótese do SS poderia explicar a situação brasileira, tanto para dados trimestrais como para dados anuais. Outro resultado interessante pode ser encontrado em Avancini (2015), onde o autor apresenta resultados semelhantes com um modelo VAR para o Brasil entre 1995 e 2015, utilizando dados trimestrais. Os resultados mostram uma forte relação entre a taxa de crescimento da demanda e a taxa de crescimento da formação bruta em máquinas e equipamento, corroborando mais uma vez com a hipótese defendida por Serrano e Summa (2018).

Em síntese, a visão dos autores evidencia que a queda do investimento na economia brasileira se deve a uma constante diminuição na taxa de crescimento dos componentes autônomos da demanda que não geram capacidade instalada. O crescimento dos salários reais acima da produtividade que aconteceu entre 2002 e 2014 minou a margem de lucro do empresariado, e

<sup>4</sup> A derivação completa do modelo pode ser encontrada em Serrano (1995), Cesaratto, Serrano e Stirati (2002), Freitas e Serrano (2015) e Serrano, Freitas e Behring (2018).

<sup>5</sup> Em uma versão para o produto efetivo, ou seja, o movimento da renda no curto prazo, a variável  $gz$  é substituída por uma variável  $ge$  que capta a expectativa de demanda. Como resultado do modelo, a taxa de crescimento potencial definida por  $Y^*$  se ajusta a taxa efetiva  $Y$  através de um mecanismo do tipo “acelerador flexível” descrito por Chenery (1952). Para maiores informações consultar Serrano, Freitas e Behring (2018).

com a queda da atividade econômica que se inicia em 2011, os grupos dominantes utilizaram da articulação na esfera política para mudar os rumos da política econômica, de forma a aumentar seus ganhos dentro do conflito distributivo. Como resultado dessa mudança política, a taxa de crescimento dos componentes exógenos foi dramaticamente afetada, reduzindo assim o investimento.

### A interpretação de Marquetti et al (2017)

A ruptura da política econômica ocorrida em 2011 é fundamental para entender o esmagamento dos lucros, foco do estudo de Marquetti et al. (2017). A taxa de lucro, crescente entre 2003 e 2007, passa a declinar após a crise financeira internacional de 2008<sup>6</sup>. Todavia, no governo Rousseff, em 2011, houve acentuada queda da taxa de lucro em detrimento da redistribuição da renda em favor dos salários. Em conjunto, acontece o ciclo de redução da taxa de juros, indicando uma quebra do acordo de classes firmado por Lula.

Sendo a lucratividade a força motriz do capitalismo, para a tradição marxista, o autor argumenta que o investimento e a produção possuem finalidade da geração de lucro e reprodução do capital. Quando há queda da taxa de lucro, as expectativas de lucratividade também se reduzem, tendendo a diminuir os investimentos das empresas e, conseqüentemente, a acumulação de capital. Menor investimento significa menos emprego e produção. Por essa ótica, uma queda na taxa de lucro resulta em taxas mais baixas de crescimento, emprego e produção (MARQUETTI ET AL., 2017).

Para melhor entender o raciocínio de Marquetti et al. (2017), o trabalho de Weisskopf (1979) deve ser levado em consideração. O autor propôs a decomposição da taxa de lucro levando em consideração a parcela dos lucros na renda,  $\pi$ , o nível de utilização da capacidade instalada,  $u$ , e a produtividade potencial do capital  $\rho$ . Dessa forma, a taxa de lucro é expressa da seguinte forma:

$$r = \frac{\frac{Z}{X} * Xp}{K} * X = \pi \rho u$$

sendo  $r$  a taxa de lucro líquida,  $Z$  o montante de lucro líquido,  $K$  o estoque de capital líquido não residencial,  $X$  o produto líquido e  $Xp$  o produto líquido potencial.

Weisskopf (1979) elenca três fatores que podem originar crises, pela ótica marxista. O primeiro é a redução da parcela dos lucros na renda devido ao fortalecimento do poder de barganha da classe trabalhadora, elevando os salários acima do aumento da produtividade do trabalho. O segundo é

“(…) a redução da produtividade potencial do capital devido ao aumento da composição orgânica do capital. Esse fenômeno ocorre devido à elevação dos preços dos bens de investimento em relação aos demais bens e, em uma economia aberta, pela queda dos termos de troca.” (MARQUETTI ET AL., 2017, p. 5-6).

O terceiro é a queda do nível de utilização da capacidade instalada decorrente de contração da demanda agregada.

Para o Brasil, Marquetti et al. (2017) encontra os três fatores sendo responsáveis pela queda do produto e do emprego, principalmente nos dois primeiros. A queda na parcela dos lucros, já explicitada anteriormente como resultado do aumento da parcela salarial e dos salários mínimos sem contrapartida da produtividade do trabalho, praticamente constante durante o período em análise. Quanto ao aumento da composição orgânica do capital, o autor afirma que, a partir de 2014, com déficits públicos politicamente insustentáveis, queda da demanda mundial por *commodities*, – portanto, do preço delas – e a própria queda da taxa de lucro causaram uma deterioração dos termos de troca<sup>7</sup>. A queda da utilização da capacidade instalada observada a partir de 2013 é vista como fruto de uma demanda agregada reprimida devido à queda contínua da taxa de lucro, resultando em menos investimentos privados.

Um ponto importante salientado por Marquetti et al. (2017) é de que os déficits públicos a partir de empréstimos subsidiados do BNDES, *swaps* cambiais e represamento do reajuste de tarifas administradas, como energia elétrica, combustíveis e transporte público não só tolheu a capacidade de investimentos

<sup>6</sup> Mesmo em tal cenário, a taxa se mantinha mais elevada do que a observada no começo do século (Marquetti et al., 2017).

<sup>7</sup> Importante mencionar também o esforço em combater a inflação a partir de *swaps* cambiais em 2014 para que não houvesse depreciação cambial forte, que seria transmitida para os preços a partir do encarecimento de máquinas e equipamentos (Marquetti et al., 2017).

públicos<sup>8</sup> devido a sucessivos déficits a partir de 2014, mas também tais déficits, na tentativa de reativar a oferta da economia via subsídios e isenções fiscais, foram absorvidos pelas empresas na forma de lucro.

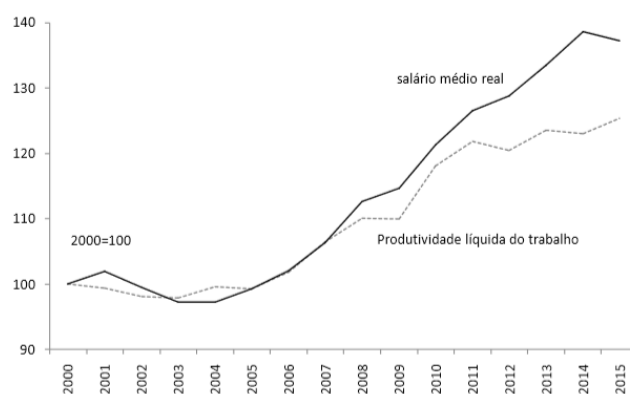
A insustentabilidade de tais políticas foi observada em 2015, quando uma virada no rumo da economia foi forçada com políticas neoliberais de aumento da taxa de juros e desvalorização cambial na tentativa de segurar a inflação. Todavia, uma desvalorização cambial de 47,02% em 2015 e aumento de 51% na tarifa de energia elétrica residencial em 2015 elevaram a inflação para 11,07% ao final de 2015. Houve também forte restrição ao crédito, principalmente para pessoa física, corroborando com a contração da demanda agregada.

Com isso, a taxa de lucro e a *profit share* apresentaram elevação em 2015, às custas do pagamento de juros da dívida pública cada vez maiores devido ao ciclo de aumento da meta da taxa de juros SELIC. Apesar disso, o descontentamento por diversas parcelas da sociedade, tanto mais alinhadas à esquerda quanto à direita, tornaram insustentável a governabilidade de Dilma Rousseff, tendo havido abertura do processo de impedimento em dezembro de 2015 e afastamento do cargo de presidente em 2016.

## DISCUSSÃO

As visões alternativas abordadas neste texto partem de um mesmo ponto chave: a economia brasileira passou por um contínuo crescimento do salário real acima da produtividade, acirrando assim o conflito distributivo entre capital e trabalho. Este ponto é fundamental, já que as repercussões políticas e econômicas são responsáveis por construir, ao longo do tempo, um processo de fragilização do pacto social firmado em 2002. Segue abaixo o comportamento do salário real e da produtividade do trabalho entre 2002 e 2015:

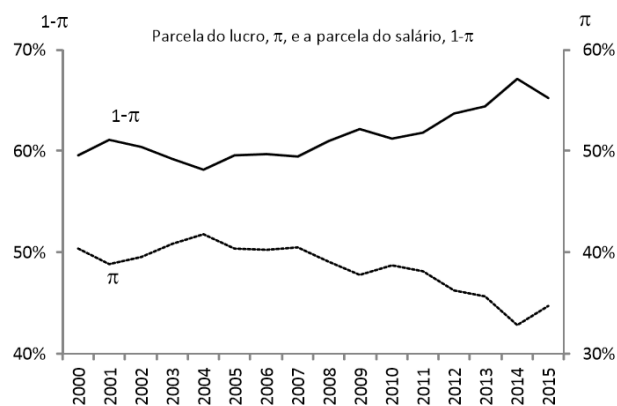
Figura 1 – O salário médio real e a produtividade líquida do trabalho, Brasil, 2000-2015



Extraído de: MARQUETTI ET AL. (2017).

Como observado nos dados, de fato o movimento do salário real passa a crescer consideravelmente acima da produtividade a partir de 2007, corroborando com o ponto de convergência explicitado pelos autores. O problema do descolamento destacado pelos dados se dá na estrutura de custos das firmas, já que um crescimento do salário pago pelas firmas significa um crescimento dos seus custos. Por outro lado, uma produtividade que não acompanha o crescimento dos custos significa que o resultado do trabalho cresce abaixo de seu pagamento. Esse movimento pode ser visualizado diretamente como uma transferência de renda em direção ao trabalho. A figura abaixo exhibe o comportamento da participação dos lucros e salários na renda nacional:

Figura 2 – Parcela de lucro e a parcela do salário, Brasil, 2000-2015



Extraído de: MARQUETTI ET AL. (2017).

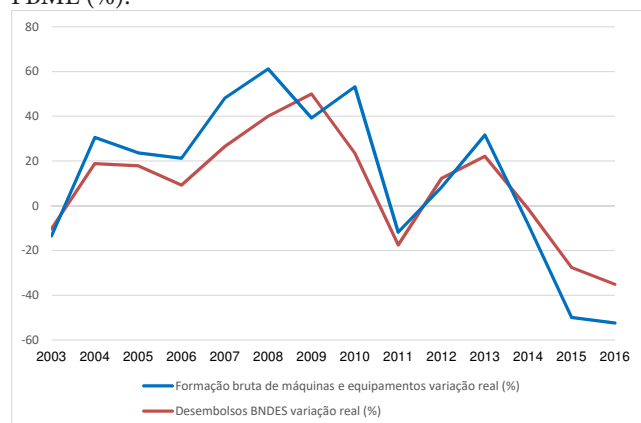
A expansão da parcela salarial de forma quase contínua de 2008 a 2014 gerou conflitos de classes e insatisfação principalmente por parte da classe

<sup>8</sup> A queda do preço internacional do petróleo causou prejuízos à Petrobras, empresa com maior participação nos investimentos nacionais.

capitalista da sociedade. Singer (2015) descreve tal conflito como “silencioso”, latente sem que o governo Rousseff tivesse percebido até 2013, ano em que os mais diversos setores da população foram às ruas<sup>9</sup>, quando o autor julga ter sido tarde demais para a então presidente.

Todas as visões abordadas concordam que o movimento da queda da participação dos lucros na renda e queda da taxa de lucro gerou uma insatisfação por parte dos proprietários do capital, porém, os desdobramentos gerados passam a divergir quanto a explicação de como esse efeito passa a afetar o investimento. Em um primeiro passo, é preciso investigar a hipótese levantada por Fonseca et al. (2018) de que o investimento produtivo respondeu negativamente à elevação da taxa de juros e a queda dos desembolsos do BNDES. Segue abaixo figura exibindo o dos desembolsos do BNDES e da formação bruta de máquinas e equipamentos<sup>10</sup>:

Figura 3 – Desembolsos do BNDES (%) e variação real da FBME (%).



Fonte: BNDES e IBGE. Elaboração própria.

A explicação fornecida por Fonseca et al. (2018) está em acordo com a visão de Serrano e Summa (2018) sobre a natureza política da crise, porém a explicação dos desdobramentos econômicos que afetaram o investimento recai exclusivamente em fatores do lado da oferta. O gráfico acima mostra uma resposta do investimento com descasamentos a partir de 2007, ou seja, a resposta da formação bruta de máquinas e

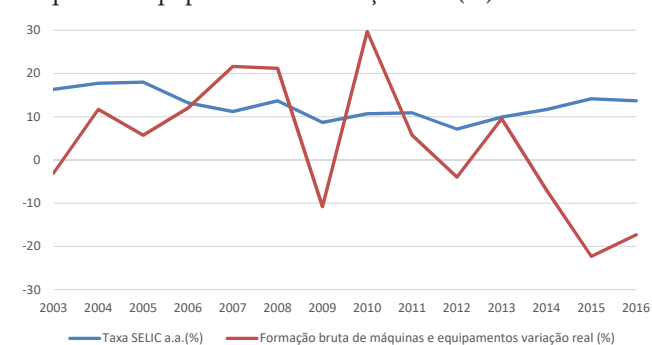
<sup>9</sup>Singer (2015) afirma que tanto setores de esquerda como de direita estiveram presentes nas manifestações, de estudante até a classe alta, de operários a industriais insatisfeitos com as políticas intervencionistas da “nova matriz”.

<sup>10</sup>A variável formação bruta de máquinas e equipamentos foi selecionada com o intuito de capturar o investimento produtivo realizado pelas empresas, já que a série de investimento das contas nacionais inclui também infraestrutura e construção civil.

equipamentos não responde diretamente as variações, incluindo o pico que ocorre em 2010, momento em que os desembolsos já estavam em queda acentuada. No momento referente a “nova matriz econômica”, as duas séries seguem trajetórias similares, porém com uma desaceleração mais rápida da formação bruta de máquinas e equipamentos a partir de 2014.

O movimento dos desembolsos do BNDES parece estar de acordo com a visão de Fonseca et al. (2018), porém é importante salientar que não é possível retirar qualquer causalidade entre as séries, e sim apenas enfatizar que houve um movimento que, a priori, está dentro do esperado. Também é importante entender até que ponto as variações conseguem explicar as mudanças, i.e., não há como saber, a priori, o impacto preciso dos desembolsos sobre o investimento privado. Para complementar a análise, também é preciso observar o movimento que acontece na taxa SELIC descrito pelo autor em relação a mesma série de formação bruta de máquinas e equipamentos<sup>11</sup>:

Figura 4 – Taxa SELIC a.a. (%) e Formação bruta de máquinas e equipamentos – variação real (%)



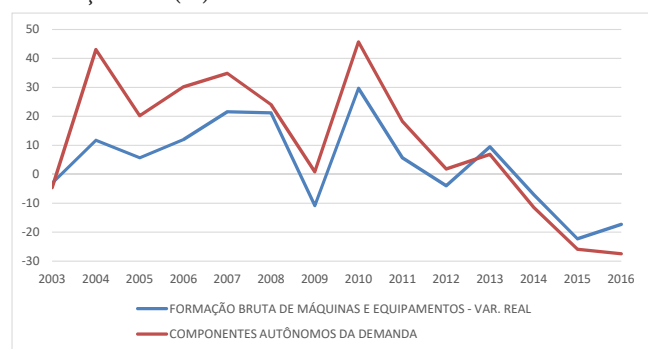
Fonte: BCB e IPEA. Elaboração própria.

Neste caso, a taxa SELIC parece não refletir de forma clara as mudanças na formação de máquinas e equipamentos. Mais uma vez é preciso ter cuidado com a análise gráfica simples, esta não refletindo causalidade nem capturando, de maneira precisa, o impacto de uma variável sobre outra. A abordagem de Fonseca et al. (2018) leva ao lado da oferta a variação no investimento, porém, essa visão pode ser complementada com fatores relacionados ao lado da demanda como poderemos ver abaixo.

<sup>11</sup>Esse gráfico segue a análise descrita pelo autor, porém, é comum neste caso utilizar a taxa de juros real ou uma taxa de juros de longo prazo como forma de relacionar juros e investimento.

Na visão de Serrano e Summa (2018), o movimento inicial de crescimento dos salários, chamado pelos autores de “revolução indesejada”, atinge o investimento de maneira indireta. Em um primeiro momento, a partir de 2011, os autores advogam que a mudança na condução da política econômica (pleiteada na esfera política) em direção a “nova matriz econômica” não conseguiria acelerar o ritmo do investimento, já que as tentativas de ativar a economia foram feitas exclusivamente através dos fatores de oferta, e na visão dos autores o investimento responde diretamente as mudanças nos componentes autônomos da demanda que não geram capacidade instalada na economia. Segue abaixo figura contendo o movimento dos principais componentes autônomos<sup>12</sup> e do investimento produtivo:

Figura 5 – Formação bruta de máquinas e equipamentos – variação real (%) e componentes autônomos da demanda – variação real (%)



Fonte: IpeaData. Elaboração própria.

É possível visualizar um comportamento muito similar das duas séries a partir de 2009, porém, o mesmo não é verdade até 2007. Em trabalhos empíricos como Avancini (2015) e Braga (2018) os autores indicam que a hipótese do SS não explica de maneira eficiente o funcionamento da economia brasileira entre 2004 e 2007. Para o problema estudado neste trabalho, podemos observar uma relação muito próxima e que também é corroborada pelos testes econométricos descritos acima.

Com essas duas visões, podemos relacionar que os fatores de restrição de crédito apresentados por Fonseca et al. (2018) podem ser parte da explicação da dinâmica do investimento, enquanto os fatores de

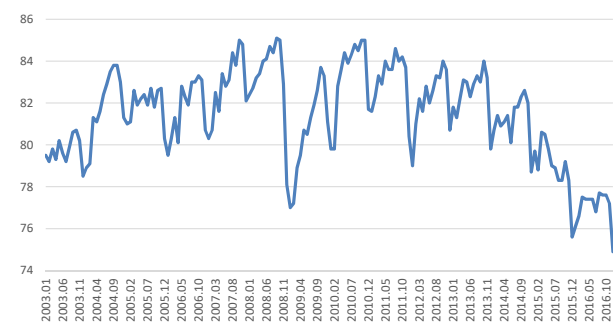
demanda também explicam grande parcela. Uma maneira de enxergar melhor essa explicação sob ambas óticas, de oferta e demanda, é entender que diferentes setores da economia operam sobre diferentes incentivos e restrições, ou seja, cada setor pode ter sido influenciado de maneira diferente, gerando um resultado agregado que corrobora com ambas as visões. Para alcançar um resultado mais robusto é necessário ainda elaborar uma estratégia de identificação econométrica para auferir com maior clareza os efeitos isolados de cada variável.

Outro fator importante já mencionado é de que o pagamento de títulos da dívida pública com taxas de juros mais elevadas a partir de 2015, no segundo mandato Rousseff, foram para as empresas em forma de lucro, como aponta Marquetti et al. (2017), a partir de capitalização no mercado financeiro. Logo, houve transferência de renda do setor público para o privado sem retorno significativo para a sociedade em forma de investimentos produtivos que visam reduzir a capacidade ociosa, gerando mais empregos e, por via de efeito multiplicador, expandir a demanda agregada e a renda. Justamente os empresários não viram necessidade de investir na produção tendo ganhos elevados e garantidos pelo governo sobre o pagamento da dívida pública.

Para a visão de Marquetti et al. (2017), a compressão dos lucros foi o fator determinante para a redução do investimento. Como podemos notar nas figuras anteriores, o movimento de expansão dos salários se inicia em 2007, porém a formação bruta de máquinas e equipamentos não acompanha esse ritmo, chegando a crescer em alguns momentos. A princípio nos parece que a posição defendida por Marquetti et al. (2017) é equivocada, porém, dada a especificação da taxa de lucro de Weisskopf (1979), a utilização da capacidade instalada também é uma parte importante para definir a taxa de lucro. Segue abaixo figura que especifica a utilização da capacidade instalada:

<sup>12</sup> Os componentes autônomos selecionados foram: consumo do governo, exportações, formação bruta de capital fixo – construções e consumo de bens duráveis (esta como *proxy* para o consumo que não depende da renda).

Figura 6 – Utilização da capacidade instalada na indústria (%)



Fonte: IpeaData. Elaboração própria.

É possível observar um ritmo de aquecimento na economia, caracterizado por uma alta utilização da capacidade produtiva da economia, atenuando o efeito negativo da queda da participação dos lucros na renda. É possível perceber que a utilização da capacidade instalada reflete também o comportamento

para a demanda. Dentro da tradição de Keynes (1936) a utilização da capacidade instalada depende das decisões de produção de curto prazo, essas refletindo a demanda pela produção, incluindo variação nos estoques consolidados pelas firmas.

A visão de Marquetti et al. (2017) rompe com os outros autores no momento em que o movimento de queda do investimento deriva da queda da taxa de lucro, ou seja, trata-se de um efeito econômico que foi intensificado pelas mudanças na condução da política. Para Fonseca et al. (2018) e Serrano e Summa (2018), por outra via, o efeito se inicia na esfera política e é transmitido pela economia através dos mecanismos do tipo acelerador e multiplicador. É possível perceber um desacordo dos autores em relação ao motor da desaceleração e seus mecanismos de transmissão. Segue abaixo um quadro resumo do que é apontado pelos autores:

Trabalho	Hipótese	Início	Natureza
Fonseca et al. (2018)	Queda dos desembolsos do BNDES; Elevação da SELIC	Quebra do pacto firmado em 2002; pressão de grupos de interesse	Natureza política
Serrano e Summa (2018)	Queda dos componentes autônomos da demanda	Resolução do conflito distributivo; pressão de grupos de interesse	Natureza política que se converte em efeitos econômicos
Marquetti et al. (2017)	Queda da taxa de lucro	Diminuição gradual na rentabilidade dos investimentos	Natureza econômica que se converte em efeitos políticos

Dessa forma, observamos que as visões alternativas abordadas neste trabalho estão muito próximas inicialmente, porém tendem a analisar o cenário de maneira diferente e até mesmo com causa e efeito inverso.

## CONCLUSÃO

As explicações para a trajetória de queda do investimento apresentadas neste trabalho mostram, apesar de diferenças, um papel importante da questão política. A quebra do pacto descrita em Fonseca et al. (2018), a “revolução indesejada” apontada por Serrano e Summa (2018) e o aumento de poder de barganha do trabalho e conseqüente queda da taxa de lucro contida em Marquetti et al. (2017) caracterizam a necessidade de introduzir fatores políticos dentro da análise de política econômica. Para todas as visões a noção de conflito está sempre presente,

onde a apropriação da renda gerada é disputada entre capital e trabalho.

Os desdobramentos dentro da economia podem exibir distintas recomendações de política econômica de acordo com cada visão, porém, é necessário desenvolver trabalhos futuros abordando o possível impacto de cada conjunto de soluções que possam se basear nas leituras feitas neste trabalho.

Uma notória dificuldade foi utilizar apenas estatística descritiva e não métodos mais refinados para analisar os dados. Trabalhos futuros podem se beneficiar do que foi apresentado até o momento na forma de expandir os resultados para modelos econômicos, podendo auferir resultados mais apurados em relação a significância estatística, impacto e causalidade temporal.

As visões parecem explicar a crise de maneira parcial, porém, é entendido que essa forma de construção de pesquisa não necessariamente exige que outras visões sejam completamente descartadas. A trajetória

histórica das economias está em constante mudança, e com isso é possível perceber que múltiplas formas de explicar os fenômenos são bem-vindas para consolidar o conhecimento sobre o tema estudado.

## REFERÊNCIAS

- ARESTIS, P.; DE PAULA, L. F.; FERRARI, F. Assessing the economic policies of President Lula da Silva in Brazil: has fear defeated hope?. **Political economy of Latin America: recent economic performance**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.
- AVANCINI, D.; FREITAS, F.; BRAGA, J. **Investimento e Crescimento Liderado Pela Demanda: um estudo para o caso brasileiro com base no modelo do Supermultiplicador Sraffiano**. Anais da ANPEC, 2015.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Histórico das taxas de juros**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controlainflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 23 ago. 2019.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Desembolsos do BNDES**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br>. Acesso em: 23 ago. 2019.
- BARBOSA, N. Latin America: counter-cyclical policy in Brazil: 2008-09. **Journal of Globalization and Development**, 2010, Vol. 1, No. 1.
- BRAGA, J. Investment rate, growth and accelerator effect in the supermultiplier model: the case of Brazil. **Textos para Discussão**, n. 332, 2018.
- CESARATTO, S.; SERRANO, F.; STIRATI, A. Technical change, effective demand and employment. **Review of political economy**, 2003, Vol. 15, No. 1, p. 33-52.
- CHENERY, H. B. Overcapacity and the acceleration principle. **Econometrica: Journal of the Econometric Society**, 1952, Vol. 20, No. 1, p. 1-28.
- FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito, em André B. Calixtre, André M. Biancarelli, and Marcos Antonio M. Cintra (org.), **Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014.
- FONSECA, P. C. D.; AREND, M.; GUERRERO, G. A. **Política econômica, instituições e classes sociais: Os governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil**, 2018.
- FREITAS, F.; SERRANO, F. Growth rate and level effects, the stability of the adjustment of capacity to demand and the Sraffian supermultiplier. **Review of Political Economy**, 2015, Vol. 27, No. 3, p. 258-281.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries estatísticas e históricas**. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 ago. 2019.
- IpeaData. Disponível em: <https://ipeadata.gov.br>. Acesso em: 23 ago. 2019.
- KEYNES, J. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. London, Palgrave Macmillan, 1936.
- MARQUETTI, A.; HOFF, C. e MIEBACH, A. **Lucratividade e Distribuição: A Origem Econômica da Crise Política Brasileira**. XXII Encontro Nacional de Economia Política. Campinas, 2017.
- Rezende, F. Why Does Brazil's Banking Sector Need Public Banks? What Should BNDES Do? **Levy Economics Institute of Bard College Working Paper**, 2015, No. 825.
- SERRANO, F. Long period effective demand and the Sraffian supermultiplier. **Contributions to Political Economy**, 1995, Vol. 14, No. 1, p. 67-90.
- SERRANO, F.; FREITAS, F.; BEHRING, G. The Trouble with Harrod: the fundamental instability of the warranted rate in the light of the Sraffian Supermultiplier, Working Paper 018|2017. **Instituto de Economia/UFRJ**, 2017.
- SERRANO, F.; SUMMA, R. Conflito distributivo e o fim da "breve era de ouro" da economia brasileira. **Novos estudos**, 2018, Vol. 37, No. 2, p. 175-189.
- SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), **Novos estudos**, 2015, Vol. 34, No. 2, p. 39-67.
- WEISSKOPF, T. Marxian crisis theory and the rate of profit in the postwar US economy. **Cambridge Journal of Economics**, 1979, Vol. 3, No. 4, p. 341-378.



## O PLANO REAL E A REPÚBLICA RENTISTA

### THE REAL PLAN AND RENTIER REPUBLIC

**Matheus Bittencourt de Brito\***

**Ronaldo Herrlein Júnior\*\***

#### RESUMO

A exposição que segue demonstra um dos problemas estruturais sobre os quais a economia brasileira se estabeleceu a partir da execução do último grande plano de estabilização, a saber, o Plano Real. A partir daí, ver-se-á que o modelo de estabilização referido nunca trouxe o prometido desenvolvimento sustentável, a despeito da sua eficácia no combate à inflação. Assim, o Plano Real só pode ser entendido em sua concreitude por meio da consciência e análise crítica da realidade brasileira, isto é, pela noção de que o Brasil é um país dependente e subdesenvolvido. Desse modo, o Plano Real pode ser caracterizado com um pacto de classes no qual o setor financeiro tem o papel hegemônico. É por meio desta hegemonia que originar-se-á o caráter rentista da economia brasileira – ou seja, a República Rentista-, sobre o qual inicia-se o processo de superendividamento estatal e concentração financeira.

**Palavras-chave:** Plano Real; Desenvolvimento Sustentável; Pacto de Classe; República Rentista; Superendividamento Estatal;

#### ABSTRACT

The following discussion demonstrates one of the structural problems in which the Brazilian economy was established from the implementation of the last major stabilization plan, the Real Plan. From this, it will be seen that the stabilization model referred to never brought the promised sustainable development, despite its effectiveness in combating inflation. Thus, the Real Plan can only be understood in its concreteness through the awareness and critical analysis of the Brazilian reality, that is, by the notion that Brazil is a dependent and underdeveloped country. Thus, the Real Plan can be characterized as a class pact in which the financial sector has the hegemonic role. It is through this hegemony that the rentier character of the Brazilian economy is born - that is, the Renegade Republic - upon which the process of state indebtedness and financial concentration begins.

**Keywords:** Real Plan; Sustainable development; Pact of Class; Rentier republic; Super Indebtedness state-owned;

---

\* Economista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestrando em economia, com concentração em economia do desenvolvimento, no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

\*\* Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

## INTRODUÇÃO

O Plano Real é considerado por Gustavo Franco como o plano que deu certo, o economista afirma na comemoração de 20 anos do plano que faria tudo de novo (FRANCO, 2014). O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC - diz em entrevista que o plano foi uma demanda da sociedade brasileira (CARDOSO, 2009) No entanto, os instrumentos econômicos e políticos estão apenas no plano fenomênico da realidade, ou seja, a realidade concreta da inflação brasileira e sua história passam, necessariamente, pela investigação material da realidade social.

Assim, o Plano Real deve passar pela questão essencial de quais atores na sociedade brasileira, naquele período, estavam envolvidos e seriam afetados por tal plano. De tal forma que só é possível entender as necessidades e interesses por trás do Plano Real pelo reconhecimento de que este último está inserido numa totalidade econômica e política no Brasil e no mundo (NETTO, 2011). Portanto, é só quando se ultrapassa aparência do fenômeno – quando se busca conhecer a real natureza do Plano Real – que a ideia de uma moeda forte, de uma estabilidade permanente e da superação da inflação histórica brasileira, pode ser desmistificada e entendida como pura reprodução ideológica de uma falsa solução para a questão da estabilidade na economia brasileira.

Logo, o que pretendemos mostrar em nosso trabalho é o contexto histórico, ideológico e político na qual no Plano Real que insere, pois, para além do combate ao processo inflacionário, entendemos que o referido plano faz parte de uma lógica maior de institucionalização do *rentismo*.<sup>1</sup> no Brasil. Tal fenômeno tem por base a nova natureza do capitalismo contemporâneo, isto é, a *financeirização*. Tal processo vem ganhando a cada dia mais a atenção dos cientistas sociais em geral – sobretudo dos economistas. O estudo do papel das finanças na lógica do modo de produção capitalista já tem sua semente plantada nas considerações que Marx faz acerca do *capital portador de juros*, no livro terceiro de O

Capital. Posteriormente, o desenvolvimento teórico e empírico do fenômeno da financeirização teve contribuições de diversas escolas do pensamento econômico até os dias atuais. Dentre as escolas do pensamento econômico com maiores contribuições ao estudo da financeirização no sistema capitalista, podemos citar três, a saber: a *Escola Regulacionista Francesa*, com autores como Michel Aglietta e Robert Boyer; a *Escola Pós-Keynesiana*, com autores como Hyman Minsky, Engelbert Stockhammer, Ismail Erturk e Thomas Palley; e a *Escola Marxista*, com autores como François Chesnais, Ben Fine, Gerald Epstein, José Carlos Braga, Costas Lapavistas, Gérard Duménil e Dominique Lévy. (ANDRADE; FERES, 2018; SILVA, 2016).

Neste sentido, o escopo deste trabalho consistir-se-á na exposição de como o rentismo se expressa no Plano Real através do fortalecimento da acumulação financeira e do endividamento público como principal meio a partir do qual a *República Rentista* nasce e se sustenta. As políticas e medidas estabelecidas pelo Plano Real são as bases sobre as quais será analisado criticamente o plano, pois se tem como hipótese central que o tripé – câmbio, juros e inflação – afetou o setor financeiro e a dinâmica de acumulação no Brasil no sentido de fomentar a lógica rentística.

O Plano Real foi inserido num período histórico no qual a ideologia neoliberal gozava de seu auge, justificando a entrada massiva do capital internacional no país e fomentando as políticas do plano, pois, de fato, a inflação foi amenizada. Todavia, os custos para seu sucesso são os condicionantes ocultos que implicaram no aprofundamento do subdesenvolvimento e da dependência da economia brasileira (FILGUEIRAS, 2000). De tal forma que a problemática principal, aqui, se focará em questões como: Quem ganhou e quem perdeu no Plano Real? O Brasil se tornou uma República Rentista? Por que os juros brasileiros são os mais altos do mundo? Por que a dívida pública interna cresceu fortemente no pós-Plano Real?

Dito isto, nosso trabalho, além desta introdução, estruturar-se-á em três seções e uma conclusão, a saber: na primeira, pretendemos fazer uma breve exposição acerca das contribuições teóricas da abordagem marxista sobre o processo da financeirização, assim como de sua aplicação à realidade brasileira; em seguida, na segunda seção, exporemos o que foi e como foi feito o Plano Real; na terceira seção, buscaremos

<sup>1</sup> Usaremos o conceito rentismo que é usado na literatura marxista. Dado o escopo deste trabalho, focar-nos-emos no conceito de renda vinculado ao sistema financeiro, a despeito de que a renda obtida pela propriedade da terra para fins agrícolas tornar seu proprietário um rentista – nos termos da literatura marxista. Assim, pois, o conceito de rentismo aqui utilizado vincula-se à seguinte noção: é a renda – juros e dividendos – que o capital monetário propicia a seu detentor pelo mero efeito de *ele ser proprietário do mesmo* (PAULANI, 2016).

revelar o caráter rentista que assume a economia brasileira pós-Plano Real; e, por fim, exporemos as considerações finais.

### O FENÔMENO DA FINANCEIRIZAÇÃO EM SI E NO BRASIL

Seguindo a abordagem de marxista, o processo de financeirização no capitalismo – a despeito de alguns aspectos de sua natureza já terem sido identificados por Marx no século XIX – é um fenômeno que tem sua gênese a partir da segunda metade século XX. Nessa nova forma de reprodução, o ciclo D-D'2 do capital se universaliza de forma inexorável na lógica do capitalismo contemporâneo. Nesse processo, o movimento do capital portador de juros mostra-se como a forma geral do capital, isto é, dinheiro que gera mais dinheiro. A partir disso, as diferentes abordagens acerca do processo de financeirização na literatura marxista vão teorizar o fenômeno ponderando os aspectos que se julgam mais determinantes para a sua compreensão (SILVA, 2016).

Em Chesnais, o papel da *concentração e centralização* do capital é fundamental para compreender o processo de *acumulação financeira*, a partir da noção de *autonomização* do capital portador de juros. Nisto, a partir do processo de centralização do capital-dinheiro nas instituições financeiras, esta forma do capital vai assumindo um caráter autônomo em relação ao processo de produção, mas uma autonomia relativa, visto que o processo de criação de valor de limita ao capital industrial. Nesta nova realidade, o ciclo D-D' – em contraposição ao ciclo D-M-D' – se enraizou no capitalismo mundial em todas as suas esferas. Logo, a “magia” de fazer dinheiro sem o intermédio do processo de produção assume a forma geral do capital e, por conseguinte, inaugura o fenômeno da financeirização no capitalismo contemporâneo. Assim, segundo Chesnais, o processo de financeirização trouxe duas consequências para a reprodução do capital: um crescimento na centralização do capital, gerado pelos

investidores institucionais, por meio de fusões e aquisições; e uma subordinação dos gestores-executivos aos interesses dos proprietários-acionistas, de modo a resultar num processo de financeirização crescente dos grupos industriais. Desta forma, essa nova relação entre finanças e indústria cristaliza a exterioridade do capital portador de juros e a natureza fictícia do capital acionário, assim como o poder do fetichismo do dinheiro nas relações sociais e econômicas (SILVA, 2016). Por conseguinte, a financeirização, na abordagem de Chesnais (2016), diz respeito às finanças, como, também, à produção, a saber: se relaciona ao aumento do capital de investimento financeiro em circulação.

Já em Braga (2016), o processo de financeirização caracteriza-se como a “expressão geral das formas contemporâneas de *definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo*” (BRAGA, 2016, p. 26). Neste sentido, segundo Braga (2016), surge uma nova relação entre o Estado e o mercado, por meio da emergência de um rentismo institucionalizado. Neste estado de coisas, a dificuldade de combinar liquidez e imobilização de capital deu origem a importantes inovações financeiras. Uma delas, talvez a mais importante, diz respeito ao princípio da securitização: “a predominância de títulos financeiros negociáveis, atendendo aos requisitos de mobilidade, liquidez e cobertura de risco, demandados pelos detentores de capital e investidores em geral” (BRAGA, 2016, p. 29). Tais inovações relacionam-se à desregulamentação dos sistemas financeiros por todos os governos do capitalismo central.

Além disso, neste processo, as relações entre Estado e mercado acentuam-se na medida em que o déficit público começa a ter um papel importante no aumento dos lucros bruto, livre de impostos, das corporações do capitalismo central. Aqui, o déficit público começa a assumir um caráter financeiro. Assim, as relações entre Estado – Banco Central e Tesouro – e mercado produz uma instabilidade crescente. De tal modo que a condução da política monetária, nesse estado de coisas, é condicionada pela necessidade – além de controle da liquidez e da inflação – de bancar o déficit público e equilibrar o balanço de pagamento. Em outras palavras: combinam-se o desenvolvimento do sistema produtivo – ainda que viesado – com o avanço da capitalização financeira, num contexto de plena instabilidade (BRAGA, 2016).

<sup>2</sup> Como destacado por Marx, a forma D-D' é a forma mais geral e fetichista do capital. Nessa forma, o capital se apresenta de forma absoluta e autônoma ao processo de produção, como tendo a propriedade “mágica” de gerar mais dinheiro do dinheiro, isto é, o que Marx vai chamar de *capital portador de juros*. Neste sentido, ficam claras – à luz da elaboração de Marx – as contradições e ilusões desta forma *aparente* do capital, ou seja: que, na verdade, o D' nada mais é que uma parcela da mais-valia produzida pelo capital – D – *emprestado e empregado* como capital (SILVA, 2016).

Em Duménil & Levy, a caracterização do fenômeno da financeirização é enquadrada na noção de *neoliberalismo*. Aqui, o neoliberalismo deve ser entendido como uma nova ordem social na qual predomina o poder das finanças, a hegemonia de uma fração superior da classe capitalista e suas instituições financeiras sobre a economia e a sociedade em geral. Ademais, Duménil & Levy fazem destaque para divisão qualitativa do lucro em “lucro da empresa”, juros e dividendos para explicar o desenvolvimento das classes gerenciais, de modo ao conceito de *salário*, nesta nova configuração, mascarar a natureza concreta das relações sociais. Logo, a origem do neoliberalismo esteve associada a uma alta da remuneração do capital, mas não do ponto de vista dos lucros, e sim dos credores e acionistas, pois as finanças acabaram por elevar o seu peso econômico ao extrair juros e dividendos das corporações não financeiras (SILVA, 2016).

Já em Lapavitsas, o processo de financeirização reflete uma assimetria crescente entre a produção e a circulação capitalista durante as últimas três décadas, especialmente no componente financeiro da última. Neste sentido, segundo o autor, o sistema financeiro, ou as finanças, não é nem um complemento menor da acumulação, nem um parasita da economia capitalista, mas uma parte integrante do processo de acumulação. Aqui, a financeirização tem origem no crescimento assimétrico da circulação, no caso, financeira em relação à produção, e não teve como causa uma fuga de capitais para o mundo das finanças. Entre os aspectos mais gerais da financeirização, Lapavitsas destaca a crescente participação dos lucros financeiros no total dos lucros, o que evidencia a mudança no equilíbrio entre a acumulação real e financeira (SILVA, 2016).

No que diz respeito ao processo de financeirização no Brasil, independente da abordagem teórica utilizada acerca do processo de financeirização, pode-se afirmar que há um consenso na literatura que afirma que a economia brasileira, hoje, está inserida na lógica da financeirização do capitalismo contemporâneo. Neste sentido, segundo Lavinias, Araújo & Bruno (2017), os anos de 1990 são essenciais para a caracterização do fenômeno da financeirização do Brasil, dado o crescimento exponencial do valor dos ativos financeiros em face da economia real neste período. No entanto, a gênese do processo de financeirização no Brasil remonta os anos 1970, avançando dali em diante. O surgimento do mecanismo de correção monetária

neste período faz surgir a chamada moeda indexada no setor bancário-financeiro na segunda metade dos anos de 1970. Assim, num contexto de crise fiscal e dívida externa, na década de 1980, possibilitar-se-á um avanço da concentração bancária sem precedente, sendo a inflação inercial o ponto de partida. Por meio da institucionalidade herdada dos anos 1970, o setor bancário-financeiro se desenvolverá a partir da acumulação rentista com base nos ganhos inflacionários derivados da rolagem da dívida pública, o que ficou conhecido como “ciranda financeira”.

A partir do Plano Real, em 1994, a lógica de financeirização brasileira é alterada: sai-se dos ganhos inflacionários e entra-se na lógica de renda por elevados juros. Este processo vai proporcionar o aprofundamento do caráter financeiro da dívida pública brasileira e a progressão da lógica rentista-patrimonial para os serviços públicos e a seguridade social. Logo, como corolário, nas décadas de 1990 e 2000, a lógica rentista-patrimonial é estendida ao âmbito das empresas não financeiras e das famílias de alta renda. A financeirização pela renda de juros se consolida (LAVINAS; ARAÚJO; BRUNO, 2017).

Já em Bruno *et al.* (2011), o processo de financeirização é visto em sua relação com o crescimento econômico. Aqui, as transformações – estabilização e liberalização - dos anos 1990 são fundamentais para caracterização do processo de financeirização da economia brasileira. A maior possibilidade de enriquecimento privado via alocações financeiras desencoraja o investimento produtivo em capital fixo, causando a baixa da taxa de crescimento econômico e aumento no desemprego estrutural. Ademais, vale destacar, que, na mesma direção da literatura referida acima, Bruno *et al.* (2011) apontam para a renda de juros e o endividamento público interno como as bases do processo de financeirização no Brasil.

Além disso, a partir do conceito de *finance-led growth regime*, isto é, “[...] caso em que o efeito-riqueza e o efeito-acelerador do investimento se revelam importantes para comandar a compatibilidade dinâmica entre produção e demanda [...]” (BRUNO *et al.*, 2011, p. 735), os autores constatam, a partir da análise da evolução histórica de variáveis macroeconômicas, uma tendência de queda na parcela do lucro bruto macroeconômico destinada à formação bruta de capital fixo a partir de 1975. Tal fato, pois, reforça a hipótese de um regime de acumulação de padrão

*finance-led growth* para o Brasil a partir o período referido. Ademais, os autores constatam que a taxa de financierização<sup>3</sup> evolui numa correlação positiva com a parcela do lucro médio não investido na produção, reforçando, novamente, a hipótese do padrão *finance-led growth*. Esta ideia foi sustentada por meio de uma análise econométrica da relação entre o valor adicionado das instituições financeiras e o PIB brasileiro. Os dados apontam que, a partir de 1970, quanto maiores as taxas de inflação maior a participação do setor financeiro no valor adicionado total da economia brasileira. Tal processo se estendeu até o Plano Real, quando, num ambiente de abertura econômico-financeira e estabilização monetária, o processo de “[...] acumulação financeira vai se deslocar em direção aos derivativos e títulos de renda fixa conectados ao endividamento público, mas agora sob taxas reais de juros extremamente elevadas pelos padrões internacionais” (BRUNO *et al.*, 2011, p. 735).

Nesta dinâmica, Bruno *et al.* (2011) identificam a dívida pública interna como principal eixo da acumulação rentista-patrimonial no período de 1991-2008, a despeito de assinalarem a relevância do endividamento público para o processo de financierização dos anos 1980. Assim, segundo os autores, o Estado brasileiro estaria aprisionado pela lógica da financierização:

A hipótese da financierização como um processo resultante de condições macroeconômicas específicas implica considerar que a macroestrutura financeira atualmente vigente na economia brasileira aprisiona as finanças públicas porque comanda a política monetária e fiscal, formatando-a segundo as prerrogativas da acumulação rentista. Por essa razão, pode-se considerar de um lado a endogeneidade da dívida pública no modelo econômico neoliberal e, de outro, a exogeneidade da taxa Selic, uma vez que esta se converteu em instrumento-chave da política monetária restritiva inerente à financierização por renda de juros. Isso significa que, contrariamente à vulgata acerca de um comportamento supostamente perdulário do Estado brasileiro, são os gastos financeiros, permanentemente realimentados por altíssimas taxas de juros reais, que respondem pelo

crescimento da dívida pública interna (BRUNO *et al.*, 2011, p. 741).

Utilizando uma abordagem de economia política brasileira, Paulani (2012) vai dividir a história econômica brasileira em cinco fases acerca da relação da economia brasileira com o capitalismo global. Assim, o que podemos chamar de financierização, segundo Paulani (2012), inicia-se na quarta fase, a saber: num regime de acumulação global no qual o Brasil é inserido por meio da demanda de empréstimos externos; e que vai resultar na crise da dívida externa dos anos 1980. Em seguida, na década de 1990, o processo de financierização vai transformar o “[...] Brasil em plataforma internacional de valorização financeira, inaugurando, nos anos 1990, a quinta e atual fase da história da inserção da economia brasileira no processo mundial de acumulação” (PAULANI, 2012, p. 91). Assim, para Paulani (2012), nos anos de 1980, a partir da crise da dívida externa e da recorrente inflação, o Brasil é vítima do processo acelerado da financierização do capitalismo contemporâneo. Já em 1990, a economia brasileira ingressa ativamente na financierização. Todavia, o ingresso ativo na era da financierização pressupunha duas providências: a abertura econômico-financeira e a estabilização monetária, sendo a primeira iniciada com o Governo Collor, e a segunda iniciada com o Plano Real. Nos anos 2000, a manutenção dos juros em níveis extremamente elevados e a lógica de superávits primários elevados consolidam a posição brasileira no capitalismo financierizado.

Portanto, segundo Paulani (2012), a economia brasileira é hoje uma economia financierizada, com o alto grau de centralização de capitais e completamente integrada ao capitalismo financierizado mundial; o Estado brasileiro é a principal ferramenta dessa lógica rentista que reina na economia brasileira nas últimas décadas.

## O PLANO REAL

O Plano Real surgiu num contexto de inflexão do capitalismo mundial. Conhecido popularmente como “neoliberalismo”, tal fenômeno surge a partir dos fins dos anos de 1970 e torna-se um guia teórico e prático dos governos de quase todos os países do ocidente (FILGUEIRAS, 2000). De modo que “[...]”

<sup>3</sup>Um indicador usual de financierização no plano macroeconômico é construído pela razão entre o total de ativos financeiros não monetários (AF), dado pela diferença entre os agregados monetários M4 e M1 (deflacionados pelo IGP-DI) e o estoque total de capital fixo produtivo líquido de depreciação, isto é, máquinas e equipamentos mais construções não residenciais (Kprod)” (BRUNO *et al.*, 2011, p. 737).

o neoliberalismo assumiu a condição de hegemonia cultural, no sentido mais abrangente que este conceito possa ter” (FILGUEIRAS, 2000, p. 43). O neoliberalismo, pois, surge como uma reação teórica e política ao “Estado Keynesiano” presente nos EUA e Europa. As suas críticas não se distanciam das do *liberalismo clássico*, ou seja, defendia a soberania do mercado livre como condição para a liberdade econômica e política.

Portanto, a doutrina neoliberal se constrói em oposição a certa forma de intervenção estatal:

A decorrência dessa visão se expressa, do ponto de vista econômico, na recusa em aceitar o exercício de políticas ativas por parte do Estado; quer sejam macroeconômicas, no sentido de estimular em geral a atividade produtiva e o emprego, quer sejam políticas setoriais (industrial, por exemplo) e regionais. Em ambos os casos, segundo o neoliberalismo, o resultado final seria um desastre; porque a tentativa de impulsionar a economia, através de políticas monetárias e fiscais, terminaria apenas com mais inflação sem contudo reduzir o patamar de desemprego, enquanto o apoio a regiões e setores específicos implicaria ineficiências e desperdícios, em virtude da distorção que provocaria no “livre” funcionamento do mercado (FILGUEIRAS, 2000, p. 45).

Por conseguinte, à política econômica caberia a defesa da moeda – estabilidade de preços –, o cumprimento dos contratos e da livre concorrência. No plano internacional, a livre mobilidade de capitais e mercadorias, a abertura da economia e a livre circulação do capital financeiro<sup>4</sup>.

No âmbito da América Latina, a proposta neoliberal se consolidou no “Consenso de Washington”<sup>5</sup>, a saber: planos de estabilização por meio de valorização da moeda nacional e entrada de capitais especulativos; abertura da economia, com desregulação comercial e financeira; e reformas estruturais do Estado – com destaque para a privatização – a fim de minimizar sua participação na economia (FILGUEIRAS, 2000). Em suma, segundo Marini (1993), o neoliberalismo correspondia, na América Latina, à imposição dos

interesses imperialistas a partir da nova realidade do capitalismo global.

Em termos materiais e políticos, o referido processo de inflexão no capitalismo global significou, a partir dos anos de 1990, a adesão de facto do neoliberalismo pela América Latina. No Brasil, tal processo se inicia a partir do Governo Collor (FILGUEIRAS, 2000). O ideário neoliberal é aplicado de forma efetiva com a união da abertura da economia com o processo de privatizações (CASTRO, 2011). As políticas de abertura e privatizações se enquadram no contexto da Política Industrial e de Comércio Interior (PICE), lançada no início do governo. As privatizações foram justificadas pelo governo com a “[...] crença de que haveria aumento na competição e, assim, aumento da eficiência [...]” (CASTRO, 2011, p. 136). No âmbito do comércio exterior, intensificou-se a liberalização das importações. Assim, acabaram as formas mais importantes de controle quantitativo de importação, para entrar o regime de controle tarifário, com alíquotas em queda.

Assim, como referido acima, Plano Real foi elaborado a partir de uma realidade ideológica de hegemonia do “neoliberalismo”, razão pela qual as reformas neoliberais iniciaram-se já no Governo Collor. Neste sentido, a estrutura básica de concepção do Plano Real se resumiu em duas vertentes. A primeira foi o “Consenso de Washington”, que trilhou para a América Latina os novos caminhos que deveriam ser seguidos por suas sociedades e economias, a partir das transformações reinantes no capitalismo mundial no período em questão. De modo que o dito consenso foi a base para a maioria dos planos de estabilização adotados na América Latina naquele período (FILGUEIRAS, 2000). O receituário básico de ajustamento das economias periféricas fora basicamente o seguinte:

[...] combate à inflação, através da dolarização da economia e valorização das moedas nacionais, associado a uma grande ênfase na necessidade do “ajuste fiscal”. Acompanharam a realização de reformas do Estado – sobretudo privatizações e mudanças na seguridade social –, desregulamentação dos mercados e liberalização (internacionalização) comercial e financeira (FILGUEIRAS, 2000, p. 95).

A segunda vertente de referência para o Plano Real foi a experiência dos planos de estabilização passados, sobretudo o Plano Cruzado. Pois fora a

<sup>4</sup> Para uma maior discussão sobre o conceito de capital financeiro ver: SABADINI, M. S. Sobre o conceito de capital financeiro. *Temporalis*, [S.l.], v. 15, n. 30, p. 71-92, jan. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/10935>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

<sup>5</sup> Para maiores detalhes sobre o Consenso de Washington ver: BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. *Cadernos de Debates No 1* – Associações da CESP, São Paulo 1995.

partir deste que ganhou força o debate sobre o caráter inercial da inflação brasileira (FILGUEIRAS, 2000). Logo, a interpretação que identifica um caráter inercial na inflação brasileira foi de fundamental importância na base teórica do Plano Real, a despeito deste não interpretar a inflação brasileira como puramente inercial<sup>6</sup>. Neste sentido, a proposta de combate à inflação inercial pela *moeda indexada*<sup>7</sup> foi fundamental na elaboração do Real.

Por tudo isso, pois, o Plano Real fundamentar-se-á na adoção de um novo padrão monetário e na implementação de um âncora cambial<sup>8</sup> (MODENESI, 2005). De modo que plano foi concebido num programa de três fases distintas: “o ajuste fiscal, a criação da Unidade de Referência de Valor (URV) e instituição de uma nova moeda (o Real)” (FILGUEIRAS, 2000, p. 101). As duas últimas fases – criação da URV e do Real – podem ser generalizadas em dois processos: a *reforma monetária* e a *âncora cambial*, respondendo pelas fases dois e três respectivamente. Assim, as duas primeiras fases do plano – o ajuste fiscal e a reforma monetária – podem ser consideradas corolário da fase posterior – âncora cambial -, em razão de que o ajuste fiscal e a eliminação da inércia inflacionária eram imprescindíveis para o sucesso da estabilidade, segundo seus formuladores (MODENESI, 2005). Além disso, como dito acima, as reformas de caráter neoliberal na organização do Estado se constituiu, segundo os formuladores do Plano, como um elemento indispensável para o resultado positivo do plano (FILGUEIRAS, 2000).

Por conseguinte, no que diz respeito à política fiscal, isto é, a primeira fase do plano, compreendia

dois esforços fiscais: o Programa de Ação Imediata (PAI) e o Fundo Social de Emergência (FSE). O primeiro tinha por foco a redefinição da relação da União com os Estados e do Banco Central com os Bancos Estaduais e Municipais, além de um programa de combate à sonegação. O segundo previa a desvinculação de algumas receitas do governo federal, a fim de atenuar a rigidez dos gastos da União prevista na Constituição de 1988. Além disso, com o FSE o governo pretendia resolver a questão do financiamento dos programas sociais brasileiros (CASTRO, 2011). Todavia, a eficácia dessas duas políticas – PAI e PSE – no longo prazo não se efetivou, pois a *necessidade de financiamento do setor público* (NFSP) cresceu fortemente no período de implantação do Plano Real: de uma média de 0,4% do PIB, no período de 1991-1994, para uma média de 5,2% do PIB durante o período de 1995-1998 (MODENESI, 2005). Em resumo, dois fatores contribuíram para o desequilíbrio fiscal verificado no período: “(i) a transformação do superávit operacional (de 2,9% do PIB) em déficit operacional (de 0,2% do PIB); e (ii) a elevação da despesa com juros de 3,3% do PIB para 5,0%” (MODENESI, 2005, p. 302).

No que diz respeito à política monetária, o meio utilizado foi uma reforma monetária inspirada na proposta da moeda indexada – Proposta Larida. Na solução para a eliminação da inércia inflacionária, o processo residia na noção de que a interrupção da inflação deveria ser neutra do ponto de vista distributivo<sup>9</sup>, de modo que fazia-se necessário alinhar os preços relativos por meio de um *indexador universal*. Assim, cria-se, em 1º de março de 1994, a Unidade Real de Valor – URV -, uma unidade de conta plenamente indexada (MODENESI, 2005). A URV poderia ser vista um com superindexador, cuja variação em cruzeiros reais fora definida por três índices: o IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo – e o IPC – Índice de Preços ao Consumidor. A razão da escolha destes índices é que a evolução média deles se assemelhava à evolução histórica do câmbio, isto é, pretendia-se ancorar a URV ao dólar, de modo a já preparar a “âncora cambial” posterior. Desse modo,

<sup>6</sup> “O diagnóstico do desajuste das contas públicas como (principal) causa da inflação brasileira torna o Plano Real, já na sua concepção, diferente de alguns de seus precursores nas décadas de 1980 e 1990. Ademais, embora todos os planos desde o Cruzado (1986) atribuíssem grande importância à necessidade de desindexação para a estabilidade dos preços, a proposta da URV era bastante original e bem mais complexa do que os congelamentos de preços propostos anteriormente.” (CASTRO, 2011, p. 142).

<sup>7</sup> A proposta de combate à inflação pela moeda indexada é conhecida na literatura como a *Proposta Larida*, tal proposta consistiu basicamente: “[...] (i) na introdução de uma moeda indexada, que circularia paralelamente ao cruzeiro (instituíndo-se um sistema bimonetário); (ii) no paulatino encolhimento da memória inflacionária, isto é, dos prazos de reajustes de preços. Ao final, retirar-se-ia de circulação a moeda velha e permaneceria a nova (o cruzeiro novo) em que os preços estavam estabilizados, isto é, livres da inflação. Neste instante, estaria consumada a milagrosa transposição de uma quase hiperinflação para uma economia estável” (MODENESI, 2005, p. 246).

<sup>8</sup> Vale destacar, que com a opção pela âncora cambial, num ambiente de abertura econômica, estava implícito no plano o aumento da dívida pública interna, mais precisamente numa segunda âncora baseada na dívida pública interna.

<sup>9</sup> Num contexto de inflação inercial, uma interrupção brusca do processo inflacionário causaria efeitos distributivos de alto grau. Pois haveria uma transferência de renda dos agentes econômicos com contratos defasados para aqueles com contratos recentemente reajustados (MODENESI, 2005).

pois, a URV eliminaria a memória inflacionária e, por conseguinte, o componente inercial da inflação. Na prática, a despeito do processo ter ocorrido com diferenças, o resultado foi a queda abrupta da inflação (FILGUEIRAS, 2000). Ademais, o governo optou por elevar as taxas reais de juros e aumentar as taxas de depósito compulsório da economia, após a introdução do Real, em virtude de que o fim da inflação lavaria a uma expansão natural de consumo, podendo inviabilizar a estabilidade (CASTRO, 2011).

Em sua terceira fase, a saber, na adoção de uma âncora cambial, a política cambial do Plano Real pode ser dividida em quatro etapas: (i) de câmbio flutuante; (ii) de câmbio fixo; (iii) de banda cambial deslizante; e (iv) de banda cambial rastejante. Na primeira etapa – de câmbio flutuante –, executada de julho de 1994 a setembro de 1994, o Banco Central não interveio no mercado de câmbio. Nesta situação o Real se valorizou fortemente em virtude do influxo de capital externo, decorrente de uma situação de alta liquidez internacional. Na segunda etapa – câmbio fixo –, executada de outubro de 1994 a fevereiro de 1995, a taxa de câmbio nominal manteve-se, em boa medida, estável no valor de R\$ 0,84/US\$. O Banco Central realizou leilões de compras de dólares a fim interromper a valorização decorrente da etapa anterior. Com o advento da crise mexicana ao final de 1994, os fluxos de capitais externos para as economias periféricas foram impactados negativamente. Nesta nova realidade, o Banco Central acabou forçado a adotar um sistema mais flexível de metas cambiais. Assim, o Banco central, em março de 1995, desvaloriza o Real em 5% e adota uma banda larga de flutuação para o Real. A autoridade monetária começou a intervir diariamente no mercado de câmbio, manipulando a taxa de câmbio no interior da banda larga, de forma a estabelecer uma *minibanda* de flutuação para a moeda nacional. Em resumo, o Banco Central acabou por promover uma importante flexibilização no sistema cambial, se aproximando de uma *banda deslizante*<sup>10</sup>, expressando a terceira etapa da política cambial. Em meados de outubro de 1995 inaugura-se a quarta fase da política cambial, que manter-se-á inalterada até a crise de 1999. Nesse período, as minibandas

assumiram uma inclinação positiva, de modo que as desvalorizações do Real convergiam para cerca de 0,6% a.m. (MODENESI, 2005).

Ademais, o intervalo de flutuação do Real frente ao dólar estadunidense foi progressivamente aumentado, expressando duas mudanças no sistema cambial: “[...] (i) o ponto médio da banda cambial elevou-se paulatinamente; e (ii) a amplitude das bandas foi sendo progressivamente alargada” (MODENESI, 2005, p. 314). Assim, a quarta etapa da política cambial pode ser caracterizada pela adoção de uma *banda rastejante*<sup>11</sup>.

O mecanismo de choque nos preços domésticos por meio de uma âncora cambial funcionou da seguinte forma no Brasil: a economia nacional foi demasiadamente exposta pela referida abertura econômica e financeira, ao mesmo tempo em que o Real foi mantido *artificialmente sobrevalorizado*. Assim, parte crescente da demanda interna se deslocou para produtos importados, gerando uma “barreira” à capacidade do capital industrial doméstico de formar preços livremente. Logo, os produtores internos se viram forçados a praticar preços compatíveis com os dos similares importados. Em resumo:

Toda essa estratégia só foi possível porque apoiou-se numa política de juros altos, com a entrada no país de um grande fluxo de capitais de curto prazo, e num elevado nível de reservas cambiais, que correspondiam a 18 meses de importações – quando consideradas as médias mensais de 12 meses anteriores a julho de 1994 – e que atingiam, em junho de 1994, US\$ 40,5 bilhões no conceito de caixa, sendo que 70% desse montante foram acumulados durante a gestão de Cardoso no Ministério da Fazenda (FILGUEIRAS, 2000, p. 109).

Por fim, cabe destacar, que a despeito da aparente eficácia da âncora cambial no combate à inflação, duas variáveis não se comportaram, no Brasil, conforme previsto pela teoria econômica para o fenômeno, são elas: *os juros* e o *déficit público*. Pois, em geral, em países com alta inflação que adotam uma âncora cambial, a taxa de juros, não obstante o patamar inicialmente mais alto que o patamar internacional, tende a convergir para, com o passar do tempo, o nível internacional. Todavia, no Brasil a taxa de juros – em

<sup>10</sup>O regime de banda cambial deslizante caracteriza-se pelo fato de não haver um comprometimento de se manter, indefinidamente, nem o ponto central nem a amplitude do intervalo de flutuação da moeda nacional (MODENESI, 2005).

<sup>11</sup>No regime de banda cambial rastejante a amplitude do intervalo de variação da taxa de câmbio evolui, sistematicamente, ao longo do tempo, de acordo com uma determinada regra (MODENESI, 2005).



torno de 21%, em média, em termos reais -, durante o período 1994-1998, manteve-se elevada, assim como o déficit público. Diante disto, pode-se dizer que os juros altos, durante a execução do Plano Real, funcionaram como uma segunda âncora de preços, a partir da qual a âncora cambial, nos últimos anos, foi perdendo sua relevância como uma âncora de preços (CASTRO, 2011).

Portanto, a partir do exposto, já torna-se possível a inferência – ainda que não tão concreta – de como o Plano Real fomentou o endividamento público e, por conseguinte, o processo rentístico. Ademais, a combinação de câmbio apreciado, abertura comercial e financeira e juros altos causarão consequências inexoráveis para economia brasileira, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, como se verá a seguir.

## A GÊNESE DA REPÚBLICA RENTISTA

### A base ideológica do rentismo

No que diz respeito ao regime fiscal, o consenso no Plano Real foi de que era necessário implementar uma gama de reformas estruturais na economia brasileira para se conseguir uma estabilização duradoura. A partir daí inicia-se a reformulação na concepção do regime fiscal brasileiro, de modo que com essa nova concepção o país precisava se mostrar comprometido com as políticas estabilizantes a fim de ganhar a confiança do mercado na manutenção de tal regime. Logo, a condução da política fiscal pressupunha uma institucionalidade rigorosa com o objetivo de gerar um superávit primário necessário ao equilíbrio nas contas públicas e de ganhar a confiança do mercado na manutenção das políticas vigentes (SANTOS; LOPREATO, 2016). Neste sentido, o Plano Real se habilitou a remodelar o “[...] aparato institucional e a formar um regime fiscal que atendessem às demandas tanto do ideário neoliberal quanto dos pressupostos da teoria macroeconômica dominante, do NCM<sup>12</sup>” (SANTOS; LOPREATO, 2016, p. 9).

<sup>12</sup> O Novo Consenso em Macroeconomia (NCM) é a base teórica adotada no Brasil, a partir dos anos de 1990, para condução da política macroeconômica. O NCM ou Nova Síntese Neoclássica contempla as principais vertentes do pensamento ortodoxo no debate macroeconômico a partir de meados dos anos de 1980. É tratada como consenso ou síntese por reunir as contribuições da escola Novo-Clássica com as críticas e propostas dos Novos Keynesianos. Em resumo, na base deste ideário estão incorporados a otimização intertemporal e as expectativas racionais nos modelos macroeconômicos dinâmicos,

No que diz respeito à política monetária, esta foi ficou subordinada ao regime cambial. Ademais, como dito acima, o aumento das taxas de juros no imediato pós-plano era previsto em virtude da euforia do consumo esperado após a estabilização. Portanto, a restrição monetária vista no período esteve intimamente ligado à adoção do regime de metas cambiais. Ou seja, a sobrevalorização cambial, prevista no plano, impactava negativamente as contas externas do país. Consequentemente, o equilíbrio no balanço de pagamentos exigia um crescente influxo de capitais externos que, por sua vez, eram sustentados com a taxa de juros Selic em níveis demasiadamente elevados (MODENESI, 2005).

A partir do exposto, segue-se que toda a elaboração teórica do Plano Real, e as reformas institucionais inerentes a ele, convergiam para uma política ad infinitum de contração, restrição e estabilização. Pelo lado fiscal, isso é verificado pela adoção ao Novo Consenso em Macroeconomia, que impõe ao Estado a necessidade permanente de gerar superávits primários a fim de manter estável a relação dívida pública/PIB. Pelo lado monetário, a âncora cambial determina a política monetária, ou seja, a taxa de juros fica subordinada ao equilíbrio no balanço de pagamentos, fazendo com que o Banco Central perca o controle da política monetária. E pelo lado cambial, a câmbio é mantido sobrevalorizado a fim de controlar e inflação, causando, novamente, a necessidade do aumento na taxa de juros. Esta lógica de condução da política econômica no Brasil, iniciada com o Plano Real, vigorará até a crise de 1999, quando devido à forte pressão contra o Real o regime de âncora cambial é substituído pelo regime de câmbio flutuante. No lado monetário, o país adota o regime de metas de inflação. E pela ótica fiscal, segue-se a receita de manutenção dos superávits primários a fim de estabilizar a relação dívida pública/PIB. Na união dessas três óticas – cambial, fiscal e monetária – nasce a nova concepção de política macroeconômica no Brasil, a saber, “o tripé macroeconômico” (SANTOS; LOPREATO, 2016).

A análise mais profunda das consequências do dito “tripé macroeconômico” para a economia

em conjunção com a concorrência imperfeita e rigidez de preços e salários (SANTOS; LOPREATO, 2016). Neste regime “[...] as ações da política fiscal ficam submetidas ao comportamento daquelas variáveis que influenciam a trajetória da dívida e à volatilidade dos fluxos internacionais de capitais, fruto da avaliação do mercado sobre o risco de determinado país” (SANTOS; LOPREATO, 2016, p. 7).

brasileira foge do escopo deste trabalho. No entanto, como será visto a seguir, a dinâmica *rentística*, cujo início é precisamente o Plano Real, não cessará com as trocas de governo pós-FHC. Portanto, a despeito da troca de regime cambial e monetário em 1999, as categorias fundamentais iniciadas pelo Plano Real não se anularam, mantendo responsabilidade do plano neste processo, mesmo após o fim do Governo FHC.

### A EXPRESSÃO EMPÍRICA DO RENTISMO

Como já foi dito, a abertura econômica e a âncora cambial foram sustentadas por uma política monetária altamente restritiva, o que implicou na deterioração das principais variáveis macroeconômicas, exceto a inflação (FILGUEIRAS, 2000). Assim, observa-se que o movimento das variáveis econômicas antes e após o Plano Real demonstra a referida deterioração e, por conseguinte, a sua relação com o rentismo.

Pela esfera externa, o rentismo pode ser verificado nos movimentos nas contas de serviços e de capitais – mais precisamente nas subcontas de rendas, empréstimos e amortizações. No caso das contas de serviços, a conta de lucros e dividendos, no acumulado de 1990-1994, saiu de um nível de US\$ 7,1 bilhões, para um nível de US\$ 17,4 bilhões no acumulado de 1994-1998 – um aumento de 144%. Ainda na mesma conta, o movimento dos juros líquidos ficou estável, para os dois períodos citados. No entanto, no período pós-Real a tendência foi crescente, pois, a título de comparação, no acumulado de 2013-2016, a conta de juros líquidos foi de US\$ 85,0 bilhões, mais que o dobro do acumulado pós-Real – ver Tabela 1.

Tabela 1 – Montantes acumulados nas contas do balanço de serviços nos períodos pré e pós-Real e atualmente (US\$ milhões).

Balanço de Serviços	Pré-Real (90-94)	Pós-Real (95-98)	Mais atual (13-16)
Lucros e Dividendos	-7.145	-17.441	-85.160
Juros Líquidos	-40.240	-40.482	-85.046

Fonte: adaptado de (FILGUEIRAS, 2000, p. 153) e (BRASIL, 2017a).

Pelo lado da conta de capitais, os empréstimos e financiamentos saíram de um patamar de US\$ 105,4 bilhões, no acumulado pré-Real – 1990-1994 -, para um patamar de US\$ 151,9 bilhões, no acumulado

pós-Real – 1994-1998. No caso das amortizações, o movimento ficou praticamente estável para os dois períodos, mas com tendência crescente no pós-Real (FILGUEIRAS, 2000); no acumulado 2013-2016 as amortizações chegaram a US\$ 254,8 bilhões, enquanto os empréstimos e financiamentos<sup>13</sup>, para o mesmo período, foram de US\$ 259,8 bilhões, ou seja, um saldo de apenas US\$ 4,9 bilhões (BRASIL, 2017a).

Portanto, a progressão das rendas enviadas ao exterior após o Plano Real – seja nos primeiros anos ou atualmente – é inegável. Cabe destacar que nível de lucros e dividendos enviados ao exterior em 2016 superou o valor acumulado nos quatro primeiros anos pós-Real; no caso dos juros líquidos, em 2016 atingiu-se mais da metade do valor acumulado nesses quatro primeiros anos.

Na Tabela 2, abaixo, é possível ver o crescimento das rendas enviadas, decorrente dos investimentos externos feitos no Brasil, desde 1990. Considerando os investimentos reais – IED - e os investimentos financeiros – em carteira e outros investimentos -, ver-se que esses cresceram, entre 1990 e 2010, 566,1%. E, em 2016, a despeito da crise brasileira, foi constatada uma despesa na ordem de US\$ 52 bilhões, valor 269,7% superior ao visto em 1995.

Tabela 2 - Pagamento de rendas decorrentes da existência de investimentos externos – Brasil – por quinquênio 1990-2015 e 2016 (US\$ bilhões).

Ano	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2016
Despesas com rendas de investimentos - total	12,7	14,2	21,3	29,0	84,6	54,7	52,5
Despesas com rendas de investimentos diretos	1,9	3,3	4,2	11,0	62,1	28,5	28,7
Despesas com rendas de investimentos em carteira	0,4	4,9	9,4	12,5	18,1	19,0	14,4
Despesas com rendas de outros investimentos	10,4	6,0	7,7	5,4	4,3	7,1	9,3

Fonte: adaptado de (*apud* PAULANI, 2013, p. 238) e (BRASIL, 2017a).

<sup>13</sup> A metodologia de elaboração do Balanço de Pagamentos alterou-se desde 1994. Portanto a rubrica “Empréstimos e Financiamentos” está sendo interpretada aqui como equivalente a “Empréstimos e títulos de LP negociados no mercado externo”, constata na publicação atual do Banco Central.

No âmbito interno, o rentismo pode ser verificado no aumento do endividamento público. Pois, em função da política de juros altos, a dívida líquida interna, que correspondia a 21,5% do PIB em 1994, salta para 36,5% do PIB em 2000, chegando a 61,5%

do PIB em 2016; a dívida líquida total, que em 1994 correspondia a 30,0% do PIB, chegou a 45,5% do PIB em 2000, chegando a 46,2% em 2016 – ver Tabela 3 abaixo.

Tabela 3 – Dívida Líquida do Setor Público e NFSP – conceito nominal – por triênio 1994-2015 e 2016 (% do PIB).

	1994	1997	2000	2003	2006	2009	2012	2015	2016
Dívida interna	21,5	27,8	36,5	43,2	47,6	49,7	45,1	54,8	61,5
Dívida externa	8,5	4,0	9,0	11,0	-1,2	-8,8	-12,9	-19,2	-15,4
Dívida total	30,0	31,8	45,5	54,3	46,5	40,9	32,2	35,6	46,2
Resultado primário	-5,21	0,88	-3,24	-3,23	-3,15	-1,94	-2,17	1,85	2,48
Juros nominais	29,88	4,62	6,61	8,41	6,72	5,13	4,44	8,36	6,49
NFSP	24,67	5,50	3,37	5,18	3,56	3,18	2,26	10,2	8,98

Fonte: Adaptado de (GIAMBIAGI, 2011, p. 173 e 189) e (BRASIL, 2017b).

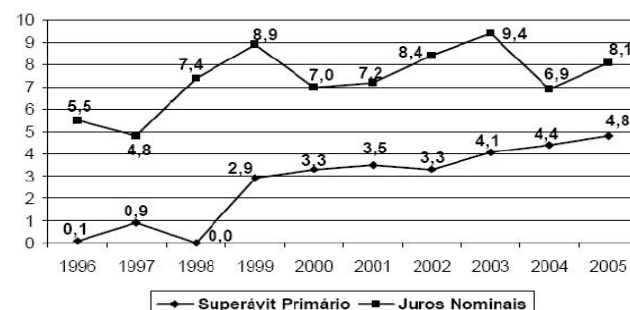
Assim, como dito anteriormente, essa trajetória crescente do déficit público fora causada pela estratégia adotada pelo Plano Real, ou seja:

A principal razão para o crescimento da dívida pública brasileira, como já foi afirmado, está na estratégia de abertura econômica, que provocou desequilíbrios nas contas externas do país. Para conseguir ajustar essas contas, optou-se por atrair capitais externos, com base no lançamento de títulos públicos que pagavam uma taxa de juros muito superior à praticada nos mercados internacionais. A remuneração desses títulos provocou fortes pressões sobre o orçamento público (GOMES, 2007, p. 196).

Em função desta dinâmica, o *esforço fiscal* do governo em gerar superávits primários foi anulado pelo nível elevado da taxa de juros na economia brasileira no período em questão. Pois, como pode ser visto na Figura 1 a seguir, a despeito do governo, no período de 1996-2005, ter por objetivo gerar sucessivos superávits primários, os mesmos nunca conseguiram compensar a trajetória nominal dos juros pagos pelo setor público. A partir disto, pois, o *caráter financeiro* do déficit público pode ser inferido, isto é: “As finanças públicas deterioraram-se progressivamente, em razão da necessidade se manter a abertura econômica e financeira [...]” (GOMES, 2007, p. 198). De modo que a ligação dos mercados financeiros com as finanças públicas acaba por impulsionar o rentismo em

favor dos investimentos no setor produtivo (GOMES, 2007).

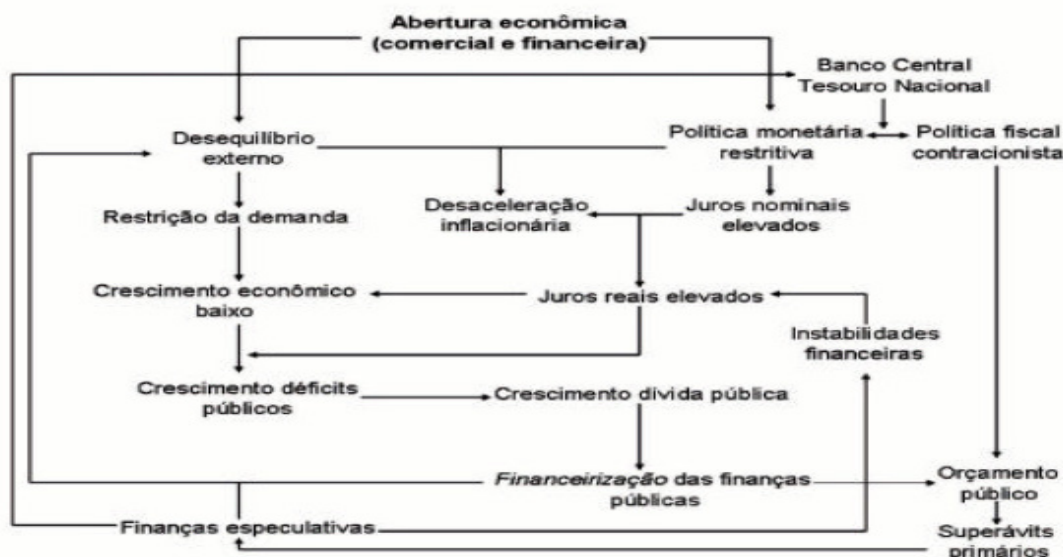
Figura 1 - Evolução do superávit primário e dos juros nominais pagos pelo setor público – 1996-2005 (% do PIB).



Fonte: Banco Central (apud GOMES, 2007, p. 200).

Portanto, o Plano Real ao aderir à abertura econômica e à âncora cambial cria as bases essenciais sobre as quais o rentismo no Brasil se sustentará. Pois, como visto, seja pelo lado externo – com as rendas enviadas ao exterior –, como pelo lado interno – com os juros pagos pelo setor público, após o Real, o sistema financeiro se hegemonizou. Essa dinâmica de desequilíbrio externo e fragilização financeira do Estado brasileiro pode ser vista na Figura 2 abaixo:

Figura 2 - Abertura econômica, desequilíbrio externo e endividamento público.



Fonte: (GOMES, 2007, p. 198).

### A HEGEMONIA FINANCEIRA PÓS-REAL

Como foi dito acima, toda a estratégia teórica do Plano Real fomentou a política de juros altos. Assim, em resultado deste processo ver-se-á um fortalecimento do sistema financeiro como um todo, de tal modo que em sua expressão econômica esse processo se materializa no rentismo crescente a partir do Plano Real; e em sua expressão política ele se fundamenta no próprio fortalecimento do sistema financeiro no Brasil. Desse modo, o fortalecimento da classe financeira a partir do Plano Real se expressa, inicialmente, a partir da maior concentração de capital no setor financeiro e nos ganhos dos bancos com o plano (OURIQUES, 1997). De modo que o fortalecimento do sistema financeiro do geral, no período pós-Plano Real, pode ser verificado em seu conjunto da seguinte forma:

Socorro ao sistema financeiro e subsídios para fusão e incorporação de instituições financeiras; manutenção de altas taxas de juros, títulos públicos com liquidez e rentabilidade; fundos de investimentos com alta rentabilidade; liberação de tarifas bancárias; diminuição da carga tributária sobre os bancos; privatização dos bancos estaduais; desregulamentação do sistema financeiro; banqueiros nos ministérios e nos partidos de sustentação do governo; farta contribuição dos grupos financeiros para as campanhas políticas nas eleições municipais, estaduais e federais, influenciando maciça contribuição financeira à campanha do presidente eleito em 1994; bloqueio às

iniciativas de criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o sistema financeiro nacional [...] (MINELLA, 1997, p. 165).

Em consequência disso, com o processo de privatizações em curso, o setor bancário brasileiro, a partir de 1995, começou a concentrar-se. O total de instituições que em 1994 chegara a 273 se reduziu para 233, em 1998 (FILGUEIRAS, 2000). Além disso, cabe destacar que o movimento de concentração não cessará em 1998, pois em 2016 o número de instituições registrado decresceu 27% ante 1998. No caso dos bancos públicos, viu-se uma grande diminuição; em junho de 1994 o total de bancos públicos era de 40 instituições, enquanto que dezembro de 1998 o total diminuiu para 30 bancos; e, por fim, em 2016, o total de bancos públicos na economia brasileira foi de 10 instituições (BRASIL, 2017c). Por conseguinte, como expressão deste processo, as cinco maiores, que em 1994 concentravam em si 50% dos ativos totais do sistema bancário brasileiro, em 2002 atingiram uma participação de 50,6% nos ativos totais do setor<sup>14</sup>. Mais atualmente, pode ser ver o aumento exponencial da centralização do capital bancário; pois em 2002, os

<sup>14</sup>KOERICH, M. C. R. M. A influência das regulamentações governamentais sobre o sistema bancário brasileiro após a implementação do Plano Real. 2004. Monografia (Graduação) - Departamento de Ciências Econômicas, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121814>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

cinco maiores bancos no Brasil, que representavam 50,6% dos ativos totais, atingem a incrível marca de 80% de participação nos ativos totais do segmento em 2016<sup>15</sup>.

Analisando mais precisamente a esfera do rentismo, a política de juros altos, a fim de sustentar a sobrevalorização do Real, fez com que o setor financeiro ganhasse muito nos quatro anos do Governo FHC. De modo que os bancos ganhavam por duas vias: pela valorização inicial do Real em 1994 – tomando empréstimos em dólares e aplicando em Reais – e pela especulação com os títulos públicos (FILGUEIRAS, 2000).

Ademais, é possível verificar que o sistema bancário brasileiro continuou se apoiando nas receitas de operações com *Títulos e Valores Mobiliários* após o Governo FHC. De modo que aí já se vê inicialmente os impactos do Plano Real no desenvolvimento do rentismo no Brasil, pois para o período de 2007-

2015, vê-se que as receitas com os títulos e valores mobiliários – TVM – só perdem para as receitas com operações de crédito, sendo TVM a segunda maior receita por intermediação financeira- Tabela 4 abaixo. Outro ponto importante diz respeito ao peso das receitas com TVM no total das receitas por intermediação financeiras, quanto houve aumento da Selic a partir de 2013.

Nas palavras de Oliveira (2017):

[...] as receitas de TVM foram muito importantes para o crescimento das receitas de intermediação financeira tanto em 2014 como em 2015. Essa expansão das receitas de TVM do CB I decorreu tanto da maior exposição patrimonial dos bancos em relação a essas operações, como da trajetória de expansão da taxa Selic, que, depois de ter atingido seu nível nominal mais baixo entre outubro de 2012 e abril de 2013 (7,25% a.a.), encerrou 2014 em 11,75% ao ano (a.a.) e 2015 em 14,25% a.a. (OLIVEIRA, 2017, p. 16).

Tabela 4 – Resultado bruto da intermediação financeira do conglomerado bancário I<sup>16</sup> – 2007-2015 (R\$ bilhões de 2013).\*

	22007	22008	22009	22010	22011	22012	22013	22014	22015
Receitas de intermediação financeira	394,8	510,8	505,8	522,8	603,6	566,2	547,0	622,5	701,6
Operações de crédito**	243,9	283,7	251,6	285,0	338,1	335,2	329,5	362,3	395,3
Arrendamento mercantil	-	35,8	83,9	70,2	48,6	40,0	31,7	20,8	11,5
TVM	124,3	152,0	144,1	134,4	166,4	160,5	146,6	190,9	234,3
Derivativos	4,5	(7,7)	11,5	(2,0)	(3,1)	(7,8)	3,3	5,1	1,8
Operações de câmbio	7,5	31,9	7,7	13,3	12,5	10,4	12,4	14,3	28,6
Aplicações compulsórias	14,6	15,0	6,9	21,8	41,2	27,0	21,7	27,4	27,8
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	0,0	0,1	0,1	0,0	0,8	1,7	1,7	2,3

Fonte: adaptado de (OLIVEIRA, 2017, p. 12).

Notas: \* Deflator: IPCA

\*\* Até o 1º semestre de 2008, inclui operações de arrendamento mercantil.

Dito isto, é razoável inferir que o meio principal a partir do qual o rentismo no Brasil se sustenta é o setor financeiro – mais precisamente, o setor bancário. Pois, como visto, com as reformas implementadas a partir do Plano Real, o setor bancário brasileiro consolida-se em regime de oligopólio e classe hegemônica. Além disso, a despeito de o Brasil ter abandonado a

<sup>15</sup> Para maiores detalhes de ver: BRASIL. Banco Central do Brasil. *IF.data*. 2017d. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/ifdata/index.html>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

<sup>16</sup> De acordo com o Banco Central o Conglomerado Bancário I mais Instituições Independente I integram o Consolidado Bancário I. O Conglomerado Bancário I refere-se aos conglomerados financeiros que detêm pelo menos uma instituição do tipo banco comercial ou banco múltiplo com carteira comercial (OLIVEIRA, 2017).

âncora cambial em 1999 e ter adotado o “tripé macroeconômico”, as estruturas materiais e institucionais criadas, a partir do Plano Real, permitiram a gênese e a posterior manutenção do rentismo, em suas diversas formas – rendas enviadas ao exterior e juros devidos pelo mercado e pelo setor público.

### A DÍVIDA PÚBLICA COMO MEIO DE DOMINAÇÃO DA CLASSE FINANCEIRA

Como já visto anteriormente, a dívida pública interna pós-Plano Real teve um comportamento crescente. Os motivos desta evolução são diversos, no entanto, dentre os principais, podem-se citar os seguintes: (i) emissão de dívida para esterilização do capital externo que fluía para o Brasil atraído pelo processo de privatização e alto nível da taxa de juros

(GOMES, 2007); (ii) o saneamento dos Estados e Municípios (FERREIRA, 2005); (iii) o nível alto da taxa de juros (FERREIRA, 2005); (iv) e com os recursos destinados ao PROER<sup>17</sup> (MINELLA, 1997). De modo que até o Banco Central brasileiro reconheceu tal processo, quando em maio de 1996 afirmou que os fundos de investimentos no país estavam proporcionando consideráveis ganhos reais para os investidores e que a participação dos títulos públicos nos fundos estava crescendo, em detrimento dos títulos privados (MINELLA, 1997). Logo, pois, pós-Plano Real houve um aumento nas operações com títulos públicos federais, de modo que o saldo das operações com títulos e de mercado aberto passou de um patamar de R\$ 62,2 bilhões em 1994, para R\$ 787,5 bilhões em 2003 – Tabela 5 –, ou seja, foi multiplicada por 12.

Tabela 5 – Títulos Públicos Federais e Operações de Mercado Aberto: participação percentual por indexador – por triênio 1994-2015 e 2016

Índice de correção	1994	1997	2000	2003	2006	2009	2012	2015	2016
Saldo – R\$ milhões	62,2	252,9	506,7	787,5	1.153,5	1.826,2	2.414,1	3.544,7	4.017,8
Câmbio*	9,4	15,5	22,5	20,5	-1,0	0,5	0,6	12,5	2,5
TR	22,8	9,1	4,7	1,7	2,1	0,9	0,5	0,3	0,3
Over/Selic**	15,9	35,1	52,7	46,6	38,1	27,4	17,4	5,6	19,5
Pré-fixado	53,2	41,3	14,9	11,6	34,2	25,8	32,7	30,7	27,4
Índice de Preços	12,4	0,3	6,0	12,6	21,4	21,9	28,2	25,6	24,7
Outros	5,5	0,6	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OMA***	-22,1	-2,0	-0,8	7,1	5,2	23,1	20,6	25,2	25,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: elaboração própria com base em: (BRASIL, 2017b).

Notas: \* Com swap

\*\* Com swap

\*\*\* Operações de Mercado Aberto

Ainda na Tabela 5, é possível verificar, pós-1994, o aumento da participação dos títulos públicos indexados à Selic e ao câmbio, ou seja, variáveis nas quais o Plano Real se utilizou para o processo de estabilização – política de juros altos e âncora cambial. Ademais, expressando o aumento da relação das classes financeiras com a dívida pública, ver-se-á que concomitantemente com o aumento no estoque de títulos público emitidos, a participação dos bancos e do setor financeiro no referido estoque aumentará. Pois de 1994-1999 houve um aumento na participação de títulos públicos na carteira dos bancos; de 1994 a 1998 tal participação evoluiu de 4,9% para 24% no

caso dos bancos públicos, e de 8,6% para 26,5% no caso dos bancos privados nacionais; de forma que em dezembro de 2000 os títulos públicos representavam 38,2% da carteira de títulos do setor bancário brasileiro. De modo que em dezembro de 2002, dos R\$ 623,2 bilhões de títulos públicos em circulação, R\$ 216,0 bilhões estavam nas carteiras dos bancos e R\$ 200,11 bilhões em fundos de investimentos financeiros, que são administrados pelos bancos. Portanto, neste período, 67% dos títulos públicos em circulação estavam sob controle direto ou sob influência dos bancos, em

<sup>17</sup> Programa de Reestruturação Bancária.

outras palavras; estavam sob o controle das classes financeiras (FERREIRA, 2005).

Tal dinâmica não cassará com o fim do Governo FHC, pelo contrário, houve progressão. De modo que, analisando o sistema bancário nos dias atuais, vê-se que os lucros dos maiores bancos no Brasil seguiram uma tendência crescente – a despeito de oscilações conjunturais. Assim, para o ano de 2016, viram-se resultados expressivos nos resultados dos cinco maiores bancos no Brasil<sup>18</sup>, a despeito da recessão econômica brasileira ter-se prolongado em 2016. A partir do relatório do DIEESE<sup>19</sup>(2017), para o ano de 2016, o resultado operacional dos cinco maiores bancos no Brasil chegou ao montante de R\$ 95,8 bilhões, um aumento, anualizado, de 204,8%; o lucro líquido dos cinco maiores, para 2016, chegou ao valor de R\$ 59,6 bilhões, uma queda de 12,1% em face do ano anterior. Ademais, corroborando a tese da relação íntima do setor bancário brasileiro com os títulos – em maior parte títulos públicos -, em 2016 o resultado das operações com títulos e valores mobiliários – TVM – atingiu o montante de R\$ 229,4 bilhões, consolidando-se como a segunda maior receita dos maiores bancos no Brasil.

Assim, pois, em síntese de todos os fatores mencionados até aqui – no que diz respeito ao rentismo – chega-se ao ponto máximo da expressão rentística no Brasil, a saber, no *sistema da dívida*<sup>20</sup>. Em suma, os principais fatores constitutivos que garantem a manutenção do sistema da dívida, segundo a *Auditoria Cidadã da Dívida*, são:

- Elevadíssimas taxas de juros: praticadas sem justificativa técnica, jurídica, econômica ou política;
- A ilegal prática do anatocismo: incidência contínua de juros sobre juros;
- A irregular contabilização de juros como se fosse amortização da dívida, burlando-se o artigo 167, III, da Constituição Federal;
- As escandalosas operações de swap cambial realizadas pelo BC em moeda nacional, garantindo o risco de variação do dólar de forma sigilosa;

- Remuneração da sobra do caixa dos bancos por meio das sigilosas “operações compromissadas” que já superam R\$1,15 trilhão em 2017;
- Emissão excessiva de títulos para formar “colchão de liquidez”;
- Emissão de títulos para comprar dólares e aplicar em Reservas Internacionais, e para repassar ao BNDES;
- Reclassificação estatística de títulos dívida interna como se fosse dívida externa, com assunção de obrigação financeira adicional;
- Pagamento de títulos antigos, da década de 1940 apesar do Plano Brady.
- Prejuízos do Banco Central (FATTORELLI, 2017, p. 18).

Portanto, a partir do exposto, pôde-se ver, ainda que de forma genérica, o caráter oneroso do sistema da dívida, no que diz respeito ao interesse da coletividade. Ademais, a despeito das diversas conjunturas e mudanças com as quais a economia brasileira lidou desde o Plano Real, não seria pretensioso afirmar que o Plano Real, com todo o seu arcabouço econômico-político-ideológico, criou – e fortaleceu algumas já existentes - as bases para o fortalecimento da classe financeira. Fortalecimento este que veio a se materializar no rentismo financeiro sustentado pelo sistema da dívida. Em outras palavras, pode-se dizer que o sistema da dívida é um mecanismo que se sustenta a partir da relação íntima do setor financeiro com o Estado brasileiro, sendo tal relação uma relação de dominação da classe financeira para com Estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, pôde-se compreender melhor a relação entre o Plano Real e a gênese do rentismo no Brasil. Neste sentido, podemos citar quatro fatores principais, iniciados ou fortalecidos pelo Plano Real, que fomentaram o rentismo brasileiro: (i) a abertura econômica iniciada por Collor e fortalecida com o Plano Real; (ii) a mitologia de uma moeda forte – num país dependente e subdesenvolvido - expressada na sobrevalorização do Real frente ao dólar mantida, a partir do Plano Real, até a crise de 1999; (iii) em relação com esta última, a manutenção da taxa básica de juros num nível demasiadamente alto ao longo de todo o Governo FHC; (iv) e o incentivo à entrada

<sup>18</sup> Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú e Santander.

<sup>19</sup> Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

<sup>20</sup> Terno que a Auditoria Cidadã da Dívida usa para designar toda a estrutura de privilégios – políticos e econômicos - do sistema financeiro na sua relação com a dívida pública. Em resumo: “[...] na prioridade absoluta aos pagamentos financeiros da dívida, em detrimento de direitos humanos e sociais de toda a nação” (FATTORELLI, 2017, p. 33).

de capital estrangeiro a fim de equilibrar o balanço de pagamentos e/ou adquirir ativos nacionais com o processo de privatizações do Governo FHC.

Assim, foi por meio, em maior parte, dos quatro fatores mencionados que, a partir do Plano Real, viu-se o crescimento da dinâmica rentística no país. Logo, neste contexto, com base no que foi exposto neste trabalho, podem-se citar três formas principais de manifestação do rentismo, verificadas a partir de 1994, no Brasil, a saber: (i) no aumento das rendas enviadas ao exterior na forma de juros, lucros e dividendos; (ii) na concentração e centralização do capital bancário, possibilitando, a partir do Plano Real, uma tendência progressiva de receitas neste setor, mesmo em situação de recessão econômica; (iii) e, por fim, em relação com a anterior e sendo a manifestação mais expressiva, no crescimento exponencial da dívida pública interna, com o capital bancário sendo seu maior beneficiário.

Além disso, o caráter rentístico que se procurou expor-se aqui caminha em convergência com a literatura que trabalha com o tema da financeirização no Brasil. Pois, como visto acima, os anos de 1990 e, sobretudo, o Plano Real são condicionantes essenciais para a compreensão do processo de financeirização no Brasil. Neste sentido, o rentismo, com base na renda de juros e na dívida pública interna é o pilar fundamental para compreensão do referido fenômeno no Brasil, algo em comum visto na literatura exposta. Ademais, por outro lado, cabe destacar que nosso trabalho não esgota o tema do rentismo no Brasil, visto que o conceito de rentismo compreendido aqui abrange a esfera financeira assim como a esfera territorial – no sentido de renda da terra.

Assim, a partir do estado de coisas ao qual o Brasil chegou hoje, seria razoável, dentre todas as formas de rentismos coexistentes na economia brasileira, eleger o rentismo via renda de juros e dívida pública o que tem sido mais prejudicial aos interesses das classes populares. Pois o *sistema da dívida*, desde o Plano Real, vem transferindo recursos crescentes do Estado brasileiro para o pagamento de juros e amortização da dívida. Desse modo, deste o Plano Real o governo central tem se esforçado crescentemente – fomentado a partir do “tripé macroeconômico” – para gerar superávits primários a fim de manter a relação dívida/PIB estável. Todavia, o resultado, como foi exposto, não

vem sendo eficaz, pois viu-se a DPMFi<sup>21</sup> saltar de R\$ 63 bilhões, em 1994, para mais de R\$ 4 trilhões em 2016.

Dito isto, identificamos o caráter financeiro da dívida pública pós-Plano Real como o meio principal de sustentação da República Rentista. Daí que, analisando em retrospectiva a evolução da economia brasileira desde 1994 até hoje, a república brasileira pode ser caracterizada como uma *República Rentista*.

Assim, concluímos que não parece haver razão alguma, senão para manter a riqueza concentrada nas mãos dos rentistas em detrimento dos trabalhadores, que justifique o atual estado de coisas no país, no que diz respeito ao sistema da dívida. Portanto, assim como o Plano Real surgiu como um modelo “moderno” que colocaria o Brasil na competitividade global, depois de passados 25 anos do plano e vistas suas consequências econômicas e sociais, faz-se necessário, num horizonte de superação da dependência e do subdesenvolvimento, de medidas para a extinção do rentismo e, por consequência, para a inauguração de um novo padrão de desenvolvimento nacional para o Brasil.

Portanto, ainda que sejam indicações genéricas, podemos citar dois horizontes – que, por sua vez, estão ligados com a superação da dinâmica rentística no Brasil – a partir dos quais se poderá pensar mais concretamente a questão do desenvolvimento econômico e social brasileiro: primeiro, num âmbito mais limitado, a defesa absoluta de uma auditoria da dívida pública, prevista na Constituição Federal brasileira de 1988 e representada socialmente pela associação sem fins lucrativos da Auditoria Cidadã da Dívida; e, segundo, num âmbito mais geral, uma reforma bancária, de natureza estatizante, a fim desconcentrar e descentralizar o sistema bancário brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. B.; FERES, L. P. **Financeirização e os sentidos do desenvolvimento**: aspectos teóricos e as — reformas de mercado no caso brasileiro. In: XXIII Encontro Nacional de Economia Política, 2018, Niterói, RJ. Disponível em: <<https://sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%206/86.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

BRAGA, J. C. S. A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos

<sup>21</sup> Dívida Pública Mobiliária Federal interna.



- centrais. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 25-57, 11 fev. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643298>>. Acesso em: 06 jul. 2019.
- BRASIL. Banco Central do Brasil. **Série histórica do Balanço de Pagamentos - 6ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional (BPM6)**. 2017a. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/Seriehist\\_bpm6.asp](http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/Seriehist_bpm6.asp)>. Acesso em: 01 nov. 2017.
- BRASIL. Banco Central do Brasil. **Séries Temporais**. 2017b. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 13 nov. 2017.
- BRASIL. Banco Central do Brasil. **Relatório de Evolução do SFN**. 2017c. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?revsfn201612>>. Acesso em: 03 nov. 2017.
- BRUNO, M. et al. Finance-Led Growth Regime no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 5, p. 730-750, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572011000500003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000500003)>. Acesso em: 07 jul. 2019.
- CARDOSO, F. H. **Plano Real respondeu a uma demanda da sociedade, diz FHC**. Agência Câmara, 07 jul. 2009. Repostagem de Noéli Nobre. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/137241.html>>. Acesso em: 17 ago. 2019.
- CASTRO, L. B. Privatização, Abertura e Desindexação: A Primeira Metade dos Anos 90 (1990–1995). In: GIAMBIAGI, Fabio et al. **Economia Brasileira Contemporânea [1945 – 2010]**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- CHESNAIS, F. **Finance Capital Today: Corporations and Banks in the Lasting Global Slump**. Leiden; Boston: Brill, Historical Materialism, Book Series, 2016.
- DIEESE. **Desempenho dos Bancos 2016** – Lucros permanecem elevados, mas bancos promovem intensa reestruturação. 2017. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?tipoBusca=tipo&valorBusca=desempenho+dos+bancos>>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- FATTORELLI, Maria Lucia. **Relatório Específico de Auditoria Cidadã da Dívida Nº 1/2017**. 2017. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/relatorios-da-auditoria-cidada/>>. Acesso em: 11 nov. 2017.
- FERREIRA, Alceu Conceição. Os donos da dívida: um enfoque sóciopolítico da dívida pública interna durante o governo FHC. Florianópolis, 2005. **Dissertação** (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PSOP0214.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2019.
- FILGUEIRAS, L. A. M. **História do plano real: fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- FRANCO, G.. 20 ANOS DO PLANO REAL. **Época NEGÓCIOS**, 2014. Entrevista concedida a Marcela Bourroul. Disponível em: <<http://20anosdoreal.epocanegocios.globo.com/entrevistagustavofranco.html>>. Acesso em: 17 ago. 2019.
- GIAMBIAGI, F. Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os Anos FHC (1995-2002). In: GIAMBIAGI, Fabio et al. **Economia Brasileira Contemporânea [1945 – 2010]**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- GOMES, F. G. ACUMULAÇÃO DE CAPITAL VIA DÍVIDA PÚBLICA: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA CRÍTICA À RAZÃO DA CRISE FISCAL. 2007. **Tese** (Doutorado) – Núcleo de Pós-graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.
- LAVINAS, L., ARAÚJO, E. BRUNO, M. —Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória. **Texto para discussão – IE / UFRJ**, n.032. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/index.php/listar-td/textos-para-discussao-2017/brasil-vanguarda-da-financeirizacao-entre-os-emergentes-uma-analise-exploratoria>>. Acesso em: 07 jul. 2019.
- MARINI, R. M. La crisis teórica. In. : MARINI, Ruy Mauro. **América Latina: integración y democracia**. Caracas: Nueva Sociedad, 1993.
- MINELLA, A. C. Elites financeiras, sistema financeiro e Governo FHC. In. : RAMPINELLI, W. J.; OURIQUES, N. D. **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. São Paulo: Xamã, 1997.
- MODENESI, A. M. **Regimes monetários: teoria e a experiência do real**. Barueri: Manole, 2005.
- NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- OLIVEIRA, G. C. O DESEMPENHO DO SISTEMA BANCÁRIO NO BRASIL NO PERÍODO RECENTE (2007-2015). **Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea**, Brasília – Rio de Janeiro, n. 2327, 2017. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=30964:td-2327-o-desempenho-do-sistema-bancario-no-brasil-no-periodo-recente-2007-2015&catid=397:2017&directo ry=1](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30964:td-2327-o-desempenho-do-sistema-bancario-no-brasil-no-periodo-recente-2007-2015&catid=397:2017&directo ry=1)>. Acesso em: 07 nov. 2017.
- OURIQUES, N. D. A sedução revolucionária e o Plano Real. In. : RAMPINELLI, W. J.; OURIQUES, N.D. **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. São Paulo: Xamã, 1997.

PAULANI, L. M. A Inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional** – IPEA, Brasília, jun. 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4554>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

PAULANI, L. M. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 77, p. 237-264, 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/53965>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

SANTOS, F. A.; LOPREATO, F. L. C. O novo consenso em macroeconomia no Brasil: a política fiscal do Plano Real ao segundo Governo Lula. **Textos para Discussão / IE/ Unicamp**, Campinas, n. 267, 2016.

SILVA, E. M. A economia política da dominância financeira: acumulação de capital e rentismo no capitalismo contemporâneo. 2016. 117 f. **Dissertação** (Mestrado em Economia Política) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

## DISCRIMINAÇÃO SALARIAL ENTRE NATIVOS E NÃO NATIVO NO ESTADO DE SÃO PAULO EM 2015

### SALARY DISCRIMINATION BETWEEN NATIVE AND NON-NATIVE IN THE STATE OF SAO PAULO IN 2015

**Fernanda Cristina Ferro Malacoski\***  
**Carolina Freitas\*\***  
**Cristiano Stamm\*\*\***  
**Jeffeson Andronio Ramundo Staduto\*\*\*\***

#### RESUMO

O fluxo migratório a São Paulo é um dos mais importantes do Brasil. Os trabalhadores deslocam-se para outras cidades, regiões ou países permitindo a discriminação por parte dos nativos em relação aos migrantes. O presente estudo teve como objetivo analisar a discriminação salarial entre nativos e não nativos que estão no Estado de São Paulo de acordo com o setor agrícola, o industrial e o comercial para o ano de 2015. Para a análise foi utilizado o método de decomposição salarial Oaxaca-Blinder e para isso foi utilizado a base de microdados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) do ano de 2015. Na análise dos dados ficou evidente que existe discriminação entre esses dois grupos de trabalhadores (nativo e não nativo) e que a discriminação apresenta intensidade diferente dependendo do ramo de atividade que estes estão inseridos.

**Palavras-Chave:** Migrantes, Nativos, Discriminação Salarial, Oaxaca-Blinder.

#### ABSTRACT

The migratory flow to State of São Paulo is one of the most important in Brazil. Workers move to other cities, regions or countries allowing discrimination on the part of the natives in relation to the migrants. This study aimed to analyze the wage discrimination between natives and non-natives who are in the State of São Paulo according to the sector agricultural, industrial and commercial sectors for the year 2015. For the analysis, the Oaxaca-Blinder wage decomposition method was used and the microdata base of the National Household Sample Survey (PNAD) for the year 2015. In the analysis of the data it was evident that there is discrimination between these two groups of workers (native and non-native) and that the discrimination presents different intensity depending on the branch of activity that these are inserted.

**Key-Words:** Migrants, Natives, Wage Discrimination, Oaxaca-Blinder.

---

\* Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná

\*\* Mestre em Teria Econômica pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná

\*\*\* Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

\*\*\*\*Doutor em Ciências (Economia Aplicada) pela Universidade Federal de Viçosa

## INTRODUÇÃO

Marcado pela industrialização na década de 1930, a região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo) teve como fundamentação a concentração de capital humano. A tendência de migração de mão-de-obra do meio rural para o urbano permaneceu até o final da década de 1970, em que políticas de desenvolvimento regional surtiram efeitos positivos (DEDECCA; CUNHA, 2004). Na contemporaneidade, os fluxos migratórios se tornaram complexos, redefinindo suas extremidades, conduzindo a migração de longa permanência (BAENINGER, 2011).

Referenciado como o “coração da economia nacional”, o estado de São Paulo revela o seu longo histórico brasileiro de migrações, mostrando oscilações a concentração de capital humano entre as décadas de 1970 a 1990. No primeiro momento, o forte fluxo migratório apresentou uma força centrípeta, viabilizando a emigração rural; nos anos de 1980 a contenção do interesse populacional em residir na região metropolitana de São Paulo decresceu, devido aos efeitos de políticas de desenvolvimento; entretanto, nos anos de 1990, esses fluxos se deram, novamente, de forma centrípeta (BAENINGER, 2005).

Conforme Dedecca e Cunha (2004), os fluxos migratórios para a região paulista apresentam impactos essenciais no mercado de trabalho local. Destaca-se a importância de compreender as consequências desse processo ao mercado de trabalho e a discriminação salarial do capital humano migrante.

Segundo Lowell (1995) a discriminação salarial é delineada pela similaridade de qualificações de trabalhadores inseridos na mesma categoria de ocupação, mas com salários divergentes, em razão da disposição de diferenças que não agregam salarialmente entre o mesmo nível técnico.

Ao compreender a experiência do migrante no mercado de trabalho, se tem como questão a discriminação salarial, quando comparada ao nativo; ocasionando na insatisfação do capital humano por sua posição ocupada. (PIORE, 1979). Isto posto, a questão que norteou o presente artigo é: existe discriminação salarial entre nativos e não nativos nos setores econômicos do estado de São Paulo no ano de 2015?

Assim, o escopo do artigo é analisar a discriminação salarial entre nativos e não nativos por atividade

econômica, a fim de identificar a discriminação salarial por setor referente entre os migrantes e paulistas, com o intuito de reconhecer um maior desenvolvimento do mercado de trabalho através de políticas públicas econômicas e sociais. Para análise da pesquisa, foi utilizada a metodologia de decomposição salarial de Oaxaca-Blinder e a base de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do ano de 2015. As variáveis escolhidas para análise foram anos de estudo, experiência, horas de trabalho, idade, setores (agrícola, comércio e industrial), nativos e não nativos do estado de São Paulo.

Este trabalho está subdividido em quatro itens, além desta introdução. No segundo tópico, é apresentado os aspectos teóricos sobre o mercado de trabalho, mão-de-obra, migração e imigração. Na terceira seção apresentada é descrita a metodologia Oaxaca-Blinder (1973) e base de dados utilizada na pesquisa. A quarta seção foi reservada para a análise da relação dos dados entre nativos e não nativos em questão assim como para frisar a discriminação salarial. Por fim, mas não menos importante, é apresentada as considerações finais realizadas a partir da pesquisa.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Os gastos que o indivíduo realiza em favor da sua educação, saúde e migração em busca de melhores oportunidades de empregos são exemplos de investimentos em capital humano. São esses investimentos, os responsáveis por grande parte das justificativas do aumento da renda do trabalhador (SCHULTZ, 1973).

Lima (1980), porém, apresenta algumas críticas quando a efetividade dos investimentos que o trabalhador realiza em educação formal. As provas empíricas de que a relação entre aumento em anos de estudo e o aumento de renda não é sempre verificada. Além do que, existem teorias que visualizam a educação formal como um processo de criar credenciais.

Mesmo diante dessa dicotomia, alguns trabalhadores possuem mais escolaridade, experiência e demais atributos que os tornam mais produtivos. Com atributos superiores aos demais trabalhadores, os salários recebidos são mais elevados. Nesse caso, a desigualdade do salário é um reflexo da diferença de produtividade existente na mão de obra disponível (BARROS; FRANCO; MENDONÇA, 2007).

Arbache (2000) ao aplicar a Teoria do Preço Único ao mercado de trabalho postula que se dois trabalhadores apresentarem o mesmo nível de escolaridade formal, ocupação, idade e sexo eles devem ser remunerados igualmente. Porém, a despeito disso, nem sempre é possível ser observada essa igualdade de remuneração entre trabalhadores com as mesmas características. Isso porque, não são apenas as particularidades de cada trabalhador que estão associadas aos rendimentos. Além disso, aspectos demográficos como raça, sexo, etnia, região geográfica, cultura, características do empregador são alguns dos determinantes para a explicação do diferencial salarial.

Para além das diferenças de produtividade encontradas no mercado de trabalho, existem trabalhadores que são perfeitamente substituíveis. Nesse caso, diz-se que se um posto de trabalho for ocupado por outro trabalhador, o nível de produção seria o mesmo. Esse é o retrato da discriminação no mercado de trabalho, oriundo de diferenças atribuídas a determinados trabalhadores, mesmo quando eles apresentam a mesma característica (BARROS; FRANCO; MENDONÇA, 2007). Vale ressaltar que o exército industrial de reserva, atribuído aos estudos de Karl Marx, também influenciam nas determinações salariais, porém não discutidas neste artigo.

A discriminação acontece então, quando os trabalhadores recebem salários diferentes devido a preferências do empregador. Ou seja, trabalhadores com habilidades similares e mesma função, recebem remuneração melhor porque o empregador prefere determinadas características demográficas em relação a outras (ARBACHE, 2000).

Lima (1980) contribui com a discussão da desigualdade ao atribuir o diferencial salarial ao tipo de mercado de trabalho em que o trabalhador está inserido. Isso porque, no mercado de trabalho primário a renda do indivíduo aumenta com os anos de estudos, mas isso não é observado no mercado secundário. O mercado primário é definido como aquele em que os salários e a produtividade são altos, os empregos são estáveis e existe progresso tecnológico. E, no mercado de trabalho secundário, pode ser delimitado como aquele que apresenta salários e produtividades baixos, alta rotatividade de mão de obra, pouco treinamento e possibilidade de ascensão salarial.

Nesse sentido, trabalhadores inseridos em setores com alto nível tecnológico recebem maiores

salários devido a complementaridade entre capital e trabalho, bem como altos custos associados a rotatividade da mão de obra (ARBACHE, 2000). Assim, percebe-se que as pessoas investem em educação na expectativa de ganhos futuros. Mas, mesmo que a o nível de investimento em educação sejam o mesmo, isso não representa necessariamente aumento nos rendimentos ou equidade de salários. Para Arbache (2000) a explicação pode estar relacionada tanto as características individuais do trabalhador, como resultado da discriminação, quanto estar relacionada ao tipo de mercado de trabalho, relacionado com a segmentação do mercado.

O que se observa é que a educação não é suficiente para explicar os acréscimos na renda do trabalhador, e este está sujeito a diversas fontes de discriminação – como preparação, características demográficas ou do mercado de trabalho. Assim, quando em busca de oportunidades o indivíduo é impelido a migrar, este pode sofrer uma nova fonte de discriminação oriunda da região geográfica de origem. Para Schultz (1973), a migração interna de trabalhadores é importante, por atender as exigências do crescimento econômico, suprimindo as oscilações de possibilidades de emprego.

O processo de migração não afeta apenas o mercado de trabalho da região de destino, mas, sobretudo impacta nas dificuldades que esse trabalhador encontra para a sua inserção em um novo emprego. Dedecca e Cunha (2000) observaram que a Região Metropolitana de São Paulo possui elevada concentração de riqueza o que a torna atrativa para os trabalhadores. Apesar disso, tem perdido capacidade de reter a população migrante, como resultado, estes são alocados em segmentos mais precários e periféricos do mercado de trabalho, em ocupações que exigem menor qualificação e oferecem remuneração menor.

As motivações para a migração são expectativas de melhor condição de trabalho e de vida, sendo uma alternativa diante de problemas econômicos, sociais, políticos, raciais e religiosos. A vertente econômica é a principal explicação para a migração de trabalhadores que em países subdesenvolvidos enfrentam a escassez de trabalho e oportunidade local, enquanto que outros locais apresentam procura por mão de obra. Essa realidade faz com que trabalhadores se submetam a mudança de residência, inclusive dirigindo-se a outros países (SANTIN, 2008).

A migração compõe um conjunto de elementos que influenciam a escolha de entrar no mercado de trabalho. Os trabalhadores migram com o objetivo de encontrar um cenário mais favorável do que onde estão inseridos, quando se trata, por exemplo: de rendimento; setor; carreira; e benefícios trabalhistas (GAMA; MACHADO, 2014). Os migrantes têm como objetivo migrar para localidades:

que ofereçam oportunidade de vida que não encontram onde vivem. Algumas cidades são atrativas pelo fato de serem conhecidas como espaços oficiais de trabalho, pela presença de uma economia diversificada, marcada fundamentalmente por indústrias, fábricas, serviços e chances de emprego e trabalho (HERÉDIA, 2010, p. 4).

Alguns municípios são caracterizados como “atração de pessoas que enxergam neles oportunidades de ascensão social, e como centros de expulsão, para aquelas que não conseguiram materializar essa expectativa ou que estão em busca de novas oportunidades” (ANDRADE; SANTOS; SERRA, 2001, p.178). Os trabalhadores deslocam-se para outras cidades, regiões ou países, onde enxergam possibilidades, permitindo a discriminação por parte dos nativos em relação aos migrantes devido às dificuldades de adequação psicológica, social e cultural. Dessa forma, “o trabalhador migrante ou imigrante pode sofrer discriminação por parte do povo da terra. A discriminação pode ter base política, econômica, sociológica, racial e sexual” (SANTIN, 2008, p.136).

Quando se trata dos fluxos migratórios internos de um país, de acordo com Maria e Baeninger (2016), este é influenciado pela industrialização e os rumos adotados pelo desenvolvimento econômico do mesmo. Por conseguinte, a migração representa tanto uma forma de sobrevivência quanto uma estratégia que não tem a garantia de produzir o efeito positivo que se espera ao migrar, podendo ainda produzir um efeito positivo ou negativo na região de origem, caso os que migrarem forem mais ou menos pobres. Aliás, o maior nível de pobreza impõe entraves à migração, representando menor probabilidade desse indivíduo migrar. Em contrapartida, pode acontecer um atrofiamento das regiões de destino “a nível intra-urbano, à medida que os pobres são espacialmente segregados e confinados às periferias (com pouco acesso a serviços, além de

serem áreas de vulnerabilidade social e ambiental)” (MARIA; BAENINGER, 2016, p.360).

Vilela e Monsma (2015) ressaltaram que certos tipos de empregos retêm mais os migrantes, a exemplo disso, os gerados pela construção civil ou o braçal rural. Enquanto que, os nativos ocupam outras categorias de empregos. Além disso, esse tipo de segregação pode dar condições de existir atividades econômicas, ou quando elas já existem, de operar em escalar maior, pois, se não fosse o migrante, essas atividades mudaram para países que oferecem menores salários. Assim, o migrante em São Paulo é empregado essencialmente na indústria da construção civil, na agricultura e usinas, ao passo que a viabilização dessas atividades gera ainda melhores oportunidades para os nativos, especialmente para nativos brancos. Para as mulheres, a correlação entre o aumento salarial devido à presença de migrantes é menor do que para os homens, pois, as migrantes e negras nativas competem pelo mesmo tipo de trabalho.

Visto que alguns estudos apontam para a migração como uma alternativa diante das poucas oportunidades a disposição dos trabalhadores no seu local de origem e, o fator de ser migrante pode condicionar a um tipo de segregação no mercado de trabalho, apresentar-se-á a metodologia utilizada e após as discussões. Objetivou-se contribuir com o entendimento da dinâmica da discriminação em relação ao migrante e nativo no Estado de São Paulo. A fim de que, fosse possível inferir considerações sobre qual a realidade enfrentada, em termos de discriminação salarial, pelos trabalhadores que se deslocam para o Estado de São Paulo em busca de oportunidades de trabalho

## METODOLOGIA

A fim de estudar a dispersão de salários dos indivíduos, foi utilizado o método de decomposição salarial Oaxaca (1973) e Blinder (1973). Para tanto foi utilizada a base de microdados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) do ano de 2015, disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A escolha o ano de 2015 deu-se pela última atualização do IBGE da PNAD em website. Foram extraídas as seguintes variáveis para a análise: gênero, cor, idade, experiência, anos de estudo, salário mensal, censo demográfico, naturalidade e atividade econômica.

Considerou-se para fins metodológicos como não-branco aqueles trabalhadores autodeclarados pardos e negros. Foram retirados da pesquisa trabalhadores que não possuem remuneração, ou seja, a população ocupada é constituída por empregados, empregadores e autônomos a partir dos 14 anos de idade<sup>1</sup>. As atividades econômicas foram subdivididas em grupos setoriais: agricultura, comércio e indústria.

Conforme Mincer (1974), a formação do capital humano tem-se como consideração a educação um dos investimentos de capital, fator relevante para o ciclo de vida do auto-investimento. É verificado o rendimento do indivíduo em relação ao capital humano, em que, a equação de rendimentos tem como calcular o retorno do estudo salientando a extrema relação com o nível de educação na renda do indivíduo e o tempo de experiência no mercado de trabalho.

As equações base para a análise da decomposição salarial de Oaxaca e Blinder são:

$$Y_i^H = \beta_0^H + \sum_{i=1}^n \beta_j^H X_{ji}^H + u_i^H \quad (1)$$

$$Y_i^L = \beta_0^L + \sum_{i=1}^n \beta_j^L X_{ji}^L + u_i^L \quad (2)$$

O logaritmo natural do salário é interpretado por  $Y_i^H$  e  $Y_i^L$ ,  $X_{ji}^H$  e  $X_{ji}^L$  e como as particularidades que os trabalhadores apresentam na variável independente. Na equação (1) e (2) tem como apresentação o e como representação homem e mulher, em que o homem é um conjunto promissor e a mulher como não promissor. De maneira que, é utilizado o método Mínimos Quadrados Ordinários (MQO):

$$(\bar{Y}^H - \bar{Y}^L) = (\beta_0^H - \beta_0^L) + \sum_j \bar{X}_j^L (\beta_j^H - \beta_j^L) + \sum_j \beta_j^H (\bar{X}_j^H - \bar{X}_j^L) \quad (3)$$

Em que  $(\beta_0^H - \beta_0^L)$  representa a parcela não explicada do diferencial,  $\sum_j \bar{X}_j^L (\beta_j^H - \beta_j^L)$  descreve a fração do diferencial das remunerações atribuídas a diferença dos coeficientes, fator que indica existência ou não de diferenças dos grupos estudados com desenvolvimentos idênticos individuais.  $\sum_j \beta_j^H (\bar{X}_j^H - \bar{X}_j^L)$  Já explica a representação a parcela do diferencial

atribuído às diferenças de capacitações (BLINDER, 1973; OAXACA, 1973).

Desse modo, a parcela não explicada do diferencial e a fração do diferencial das remunerações atribuídas a diferença dos coeficientes são dadas como:

$$(\beta_0^H - \beta_0^L) + \sum_j \bar{X}_j^L (\beta_j^H - \beta_j^L) \quad (4)$$

É apresentada a separação à discriminação no mercado de trabalho e atributos particulares ou de incorporação no mercado de trabalho, isto é, discriminações externas. Entende-se como discriminação no mercado de trabalho como salários distintos a indivíduos com a mesma capacidade e características em ocupações exatamente iguais.

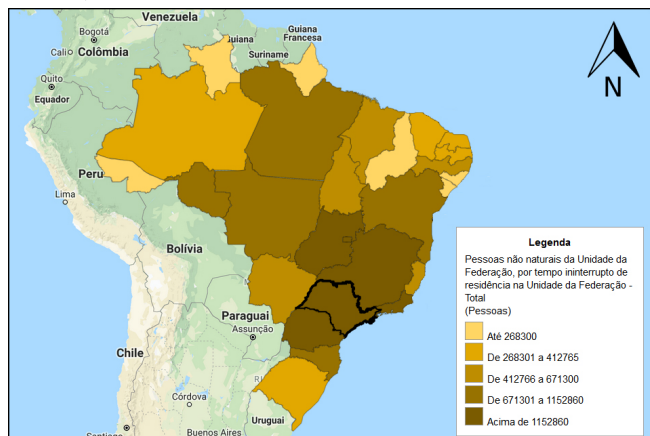
## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como escopo do proposto estudo é analisar a discriminação salarial entre nativos e não nativos por atividade econômica, a Figura 1 apresenta um panorama geral da situação da migração no Brasil para o ano de 2010, data do último censo demográfico. O Estado de São Paulo conta com o maior número de pessoas não naturais da Unidade da Federação, por tempo ininterrupto de residência, o que representou 8.538.510 de pessoas nessa condição, o que representa 32,15% do Brasil (CENSO, 2010).

Internamente, por meio da visualização da dinâmica dos municípios paulistas representada pela Figura 2 é possível inferir que existe uma concentração de migrantes em torno da capital do Estado, São Paulo (de acordo com o Censo em 2010, eram 2.599.010 indivíduos, 9,80% da população migrante do país), caracterizada por ser uma região metropolitana com importância econômica significativa em termos de Brasil. Isso vai ao encontro com Schultz (1973) e Santin (2008), os quais enfatizam porque as pessoas migram em busca de melhores oportunidades de emprego.

<sup>1</sup> Delegado no artigo 403 da Consolidação das Leis do Trabalho (BRASIL, 2000).

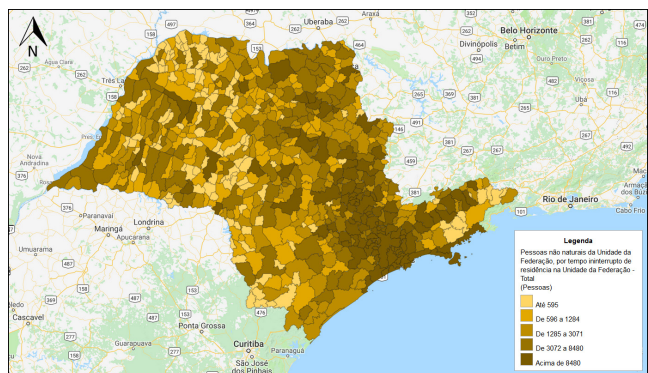
Figura 1 - Pessoas não naturais da Unidade da Federação, por tempo ininterrupto de residência na Unidade da Federação (2010) - Pessoas



Fonte: Censo, 2010.

As pessoas migram para lugares que, de acordo com Herédia (2010) possuam melhores oportunidades do que as que estariam disponíveis no lugar onde essas pessoas já residiam. O que torna uma localidade atrativa é o fato de ser um espaço de trabalho, possuir economia diversificada.

Figura 2 - Pessoas não naturais da Unidade da Federação, por tempo ininterrupto de residência na Unidade da Federação – 2010 – Total – Pessoas – São Paulo



Fonte: Censo, 2010.

Visto que o Estado de São Paulo possui uma grande quantidade de pessoas não-nativas vivendo em seu território a Tabela 1 apresenta a média da idade, experiência, anos de estudo, salário mensal, horas de trabalho e salário hora para homens e mulheres nativo e não nativo.

Tabela 1 - Comparação do perfil da população nativa e não nativa de acordo com o sexo

	Nativo		Não nativo	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Idade (média)	41,06	40,35	42,04	41,48
Experiência (média)	24,33	23,55	26,94	25,66
Anos de estudo (média)	10,73	10,80	9,11	9,83
Salário Mensal (média)	R\$ 2.643,23	R\$ 1.490,06	R\$ 2.065,42	R\$ 1.344,58
Horas de trabalho (semanal/ Média)	43,58	40,52	43,96	40,40
Salário Hora (média)	R\$14,13	R\$7,73	R\$ 11,57	R\$ 10,98

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

É possível observar em relação à idade que em média são mais velhos os homens não nativos, seguidos das mulheres não nativas, do homem nativo e por fim da mulher nativa. Em termos de experiência, a realidade encontrada por meio da média é igual à da idade média. Ou seja, os mais experientes em média são em ordem decrescente os homens não nativos, as mulheres não nativas, o homem nativo e por fim da mulher nativa. Essa informação é coerente, pois, intenta-se que, como a experiência é medida em anos, as pessoas mais velhas apresentaram maior experiência.

Em relação à média de anos de estudo o resultado chama a atenção porque as mulheres possuem maior tempo de estudo do que os homens em ambos os casos: nativo e não nativo. Sendo que a mulher nativa é a que apresenta maior escolaridade, enquanto o homem não nativo apresenta a menor escolaridade. Ao analisar o salário médio mensal a realidade é um tanto diversa da encontrada no item educação. O maior salário é o do homem nativo, seguido do homem não nativo (aquele que apresentou a menor média de anos de estudo), seguidos da mulher nativa e depois da mulher não nativa.

Assim, visualiza-se um cenário geral em que a mulher investe mais em educação do que os homens, mas o salário ainda é menor para ambos os cenários em que estão presentes os homens: nativos ou não nativos. O mais curioso é que apesar da escolaridade média da mulher não nativa ser superior ao do homem



não nativo e possuir experiência maior do que homens e mulher nativos, o salário médio é o menor.

Outro fato chama a atenção, a carga horária média enfrentada por essas pessoas e o salário/hora médio recebido. É importante essa análise porque pode-se verificar se a origem da discrepância da média de salário recebida está na quantidade de horas trabalhadas.

Assim, o homem não nativo tem a maior carga de trabalho semanal média, seguido do homem e da mulher nativa. A menor carga horária semanal média é o das mulheres não nativas que recebem também a menor remuneração média mensal. Apesar do homem não nativo ter uma carga horária média maior, são os homens nativos que auferem maior rendimento médio mensal.

Quando a análise é feita para o salário hora médio, o que se percebe é que as mulheres nativas estão em pior situação do que aos demais. Os homens recebem mais por hora trabalhada em média do que as mulheres, principalmente quando se trata do homem nativo.

Dessa forma, a partir da análise dos dados apresentados, verifica-se que a média de anos de estudo e experiência não foram suficientes para representar a diferença média de rendimento entre as categorias estudadas: homem nativo e não nativo e mulher nativa e não nativa. Com destaque para a tendência positiva em termos de rendimentos e carga horária de trabalho para o homem nativo. As mulheres apesar de apresentarem maior escolaridade auferem rendimento menor médio mensal e por hora.

É importante frisar que a remuneração varia por fatores relacionados a característica demográfica, mas também devido ao ramo de atividade em que o indivíduo está inserido. Assim, a Tabela 2 apresenta o resultado para aplicação da metodologia Oaxaca-Blinder para determinação da discriminação. Isso está de acordo com Arbache (2000) e Lima (1980), que enfatizam que a escolaridade pode não ser suficiente para explicar o rendimento auferido, já que algumas atividades remuneram melhor ou pior do que outras.

Tabela 2 - Decomposição de Oaxaca-Blinder entre nativos e não-nativos no setor agrícola para no estado de São Paulo, 2015

	Coefficiente	Desvio padrão	
Nativo	1,738572	0,0714813	*
Não nativo	1,640998	0,0553387	*
Diferença	0,0975739	0,0903988	*
Explicada	0,1565457	0,0537597	*
Não explicada	-0,0589717 <sup>2</sup>	0,0839924	**

\* Estatisticamente significativa a 5%

\*\* Estatisticamente significativa a 10%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

A Tabela 2 mostra a diferença de remuneração entre o migrante e o não migrante do Estado de São Paulo que está empregado no grupo agrícola. Percebe-se que existe uma diferença entre a remuneração do nativo e não nativo na amplitude de (0,10). Sendo que dessa diferença, (0,15) é explicada por fatores que naturalmente é esperado que resulte em diferencial de salário, como por exemplo: idade, escolaridade, experiência. Já (-0,056) não é explicado. Ou seja, dentro de um grupo homogêneo de pessoas que trabalham no ramo agrícola, elas enfrentam discriminação pelo fator de ser migrante (não nativo).

Isso vai de encontro com o que foi abordado por Dedecca e Cunha (2004), a respeito dos imigrantes quando o assunto é trabalho. Isso porque, os imigrantes estão mais propensos ao subemprego, desemprego e sobre qualificação.

Tabela 3 - Decomposição de Oaxaca-Blinder entre nativos e não-nativos no setor da indústria para no estado de São Paulo, 2015

	Coefficiente	Desvio padrão	
Nativo	2,232253	0,0297239	*
Não nativo	2,034024	0,0260392	*
Diferença	0,1982282	0,0395164	*
Explicada	0,0779644	0,0214039	*
Não explicada	0,1202639	0,0356047	*

\* Estatisticamente significativa a 5%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

A Tabela 3 insere a discussão o grupo de migrantes e não migrantes que estão empregados no

<sup>2</sup> O sinal negativo leva ao indicio de perda de salário por parte de trabalhadores que referiu nativo caso tivessem as mesmas características dos trabalhadores que não nativos (RUSSO; DIAS, 2015).

ramo industrial. A diferença salarial observada entre os dois grupos de trabalhadores é de (0,20), ou seja, o diferencial de remuneração é maior quando se considera o emprego na indústria. Principalmente pelo fato que (0,12) dessa diferença trata-se de discriminação. Ou seja, o migrante e o não migrante podem possuir a mesma escolaridade, experiência e idade que mesmo assim renda auferida pelo mesmo é menor.

Assim como Arbache (2000), o que se inferi a partir desse resultado é que a discriminação é oriunda de uma preferência do empregador em pagar salários maiores a determinado trabalhador, mesmo quando possuem as mesmas habilidades e funções. Essa preferência é respaldada por determinadas características demográficas em relação a outras.

Tabela 4 - Decomposição de Oaxaca-Blinder entre nativos e não-nativos no setor comércio para no estado de São Paulo, 2015

	Coefficiente	Desvio padrão	
Nativo	1,974975	0,0244819	*
Não nativo	1,907487	0,0226179	*
Diferença	0,0674879	0,0333307	*
Explicada	0,0558481	0,0160265	*
Não explicada	0,0116397	0,0304754	**

\* Estatisticamente significativa a 5%

\*\* Estatisticamente significativa a 10%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

A Tabela 4 apresenta o resultado da decomposição Oaxaca-Blinder para o nativo e não nativo empregado no comércio. Trata-se do segmento de atividade econômica que apresenta a menor diferença entre a renda auferida por trabalhadores nativos ou não nativos. Assim, verifica-se que esse diferencial é de (0,07) e que (0,012) é não explicado, tratando-se, portanto, de discriminação.

Dessa forma, quando a análise leva em consideração o diferencial de salário oriundo da discriminação entre migrante e não migrante do Estado de São Paulo pela decomposição Oaxaca-Blinder, fica evidente que existe discriminação entre esses dois grupos de trabalhadores e que a discriminação apresenta intensidade diferente dependendo do ramo de atividade que o mesmo está inserido. Assim, percebe-se que a maior discriminação está na indústria.

Assim como destacado por Barros, Franco e Mendonça (2007) o que representa a discriminação é situações em que os trabalhadores são perfeitamente

substituíveis, por apresentarem a mesma produtividade. Porém, existem diferenças oriundas de algumas de suas características.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a diferença salarial entre nativos e não nativos do estado de São Paulo que estavam empregados na agricultura, comércio e na indústria verificou-se em maior parte, que o nativo prevalece à privilégios ou em condições similares ao dos não nativos no mercado de trabalho. Desse modo, a diferença salarial entre os trabalhadores nativos e não nativos é maior na indústria, seguido da agricultura e por último, o setor de comércio. Os resultados indicaram que o nativo em São Paulo está em uma melhor posição hierárquica ocupacional no mercado de trabalho, quanto se trata de remuneração, do que os não nativos.

Destaca-se que a discriminação salarial acontece entre dois ou mais indivíduos que possuem a mesma qualificação para determinado posto de trabalho. Não caracterizando como discriminação quando a diferença salarial é oriunda da diferença de qualificação da mão-de-obra. Fato que torna ainda mais preocupante a situação do migrante frente ao nativo no mercado de trabalho, variável que deve ser considerada pelo migrante.

A conjuntura a ser destacada é o status do indivíduo migrante que tem impacto negativo no mercado de trabalho do estado de São Paulo, evidenciado no coeficiente de diferença salarial não explicada oriundo da decomposição Oaxaca-Blinder. Dessa forma, o estudo evidenciou a realidade discriminatória no mercado de trabalho paulista, através dos resultados econométricos para os trabalhadores nativos e não nativos do estado de São Paulo, empregados na agricultura, comércio ou indústria.

Assim, presume-se que para alcançar mudanças na estrutura social brasileira, são necessárias modificações, entre elas a não discriminação do migrante ao procurar cidades com melhores condições de vida, acesso à educação de qualidade, mobilidade urbana e saúde.

## RERERÊNCIAS

- ANDRADE, Thompson Almeida; SANTOS, Ângela M.S.P.; SERRA, Rodrigo Valente. Fluxos migratórios nas cidades médias e regiões metropolitanas brasileiras: a experiência do período de 1980-1996. In: ANDRADE, Thompson Almeida e SERRA, Rodrigo Valente (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- ARBACHE, Jorge Saba. Determinação e Diferencial de Salários no Brasil. In: FONTES, Rosa; ARBEX, Marcelo A. (Ed.). **Desemprego e mercado de trabalho: ensaios teóricos e empíricos**. Viçosa: UFV, 2000. p. 125-184.
- BAENINGER, Rosana. São Paulo e suas migrações no final do século 20. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 84-96, Set. 2005.
- BAENINGER, Rosana. Migração, Migrações. **Idéias**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 31-41, ago. 2011.
- BARROS, Ricardo Paes de; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. **Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil**. Brasília: IPEA, 2007. (texto para discussão n° 1288).
- BLINDER, Alan. S. Wage discrimination: reduced form and structural estimates. **The Journal of Human Resources**. v. 8, n. 4, 1973.
- BRASIL. Artigo 403, de 2000. **Consolidação Das Leis Do Trabalho**, Brasília, DF, março 2000. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm) Acesso em 03/03/2019.
- CENSO. **Pessoas não naturais da Unidade da Federação, por tempo ininterrupto de residência na Unidade da Federação - Total**: IBGE. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/amostra/index.html?local=0&var=7946>. Acesso em: 19 fev. 2019.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori; CUNHA, José Marcos Pinto. Migração e trabalho: uma abordagem não algóz. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 12, 2000, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori; CUNHA, José Marcos Pinto. Migração, trabalho e renda nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. **Revista Brasileira de População**, Campinas, v. 21, n.1, p. 49-66, 2004.
- GAMA, Luiz Carlos Day; MACHADO, Ana Flávia. Migração e rendimentos no Brasil: análise dos fatores associados no período intercensitário 2000-2010. **Estudos Avançados: Trabalho, Emprego e Renda**, São Paulo, v. 28, n. 81, p.155-174, ago. 2014.
- HERÉDIA, Vania. Migrações internas e mercado de trabalho. In: Fazendo Gênero, 9, 2010, Florianópolis. **Anais Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 1 - 6.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2015. Rio de Janeiro: **IBGE**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 de janeiro de 2019.
- LIMA, Ricardo. Mercado de Trabalho: O capital humano e a teoria da segmentação. **Pesq. Plan. Econ**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p.217-272, abr. 1980.
- LOWELL, Peggy. A. Race, Gender and Development in Brazil. **Latin American Research Review**, v. 20, n. 3, 1995.
- MARIA, PierFrancesco de; BAENINGER, Rosana. Migração e pobreza: primeiras aproximações para o Brasil (1995-2014). In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS, 2016, Londrina. **XI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – Humanidades, Estado e desafios didático-científicos**. Londrina: SEPECH, 2016. p. 359 - 372.
- MINCER, Jacob. Schooling, experience and earnings. New York: **National Bureau of Economic Research**, 1974.
- OAXACA, Ronald L. **Male-female wage differentials in urban labor markets**. *International Economic Review*, v.14, Issue 3, 1973.
- PIORE, Michael J. Birds of passage: Migrant labor and industrial societies. Cambridge, **University Press Cambridge**. 1979.
- RUSSO, Leticia Xander; DIAS, Joilson. O Estado de Saúde Individual e as Diferenças Salariais no Brasil em 2003 e 2008. **Revista de Economia**, v. 41, n. 2 (ano 39), p. 79-98, mai./ago. 2015.
- SANTIN, Valter Foletto. Migração e discriminação de trabalhador. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho, v. 1, n. 7, p.131-140, 2008.
- SCHULTZ, Theodore W. **O capital Humano: Investimento em Educação e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- VILELA, Elaine Meire; MONSMA, Karl. Migração interestadual e desigualdade racial: evidência do Estado de São Paulo. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p.256-291, dez. 2015.

## O IMPACTO DA VOLATILIDADE CAMBIAL NO COMÉRCIO ENTRE OS PAÍSES DO NAFTA

### THE IMPACT OF THE REAL EXCHANGE RATE VOLATILITY ON TRADE BETWEEN NAFTA COUNTRIES

Rodrigo Henrique Bosco\*  
Maurício Vaz Lobo Bittencourt\*\*

#### RESUMO

Dentre as questões relevantes em comércio internacional, tem-se: Qual a importância do comércio internacional para o crescimento econômico de um país? Qual o impacto da volatilidade cambial no comércio entre países? Na tentativa de responder tais questões, este artigo se propôs a estimar o impacto da volatilidade da taxa de câmbio real no comércio internacional dos países do NAFTA (período 2001-2014), através da estimação de um modelo gravitacional considerando três medidas de volatilidade cambial aplicados a oito diferentes setores, e por fim, para o comércio total. Para o total de comércio, somente a medida de volatilidade IGARCH foi estatisticamente significativa e o coeficiente estimado apresentou sinal negativo como esperado teoricamente, sendo assim, a volatilidade cambial é prejudicial para o comércio dos países integrantes do Nafta. Agricultura, manufaturas, maquinaria e transportes e têxteis apresentaram coeficientes de volatilidade negativos e estatisticamente significativos em pelo menos umas das medidas de volatilidade.

**Palavras-chave:** Comércio, NAFTA, volatilidade cambial, modelo gravitacional.

#### ABSTRACT

Among the relevant questions in international trade, we have: What is the importance of international trade for the economic growth of a country? What is the impact of exchange rate volatility on trade between countries? In an attempt to answer such questions, this paper aims to estimate the impact of real exchange rate volatility on the international trade of NAFTA countries (period 2001-2014) by estimating a gravity trade model considering three measures of exchange rate volatility applied to eight different sectors, and finally for total trade. For the total trade, only the IGARCH volatility measure was statistically significant and the estimated coefficient presented negative sign as theoretically expected, thus, the exchange rate volatility is detrimental to the trade of NAFTA member countries. Agriculture, manufacturing, machinery and transport and textiles showed negative and statistically significant volatility coefficients in at least one of the volatility measures.

**Keywords:** Trade, NAFTA, exchange rate volatility, gravity model.

---

\* Graduado em Economia pela Universidade Federal do Paraná

\*\* Doutor em Desenvolvimento Econômico e Comércio Internacional pela The Ohio State University

## INTRODUÇÃO

Com o comércio, além da produção em escala que gera produto e renda, há uma diversificação da oferta de produtos disponíveis aos consumidores dos países parceiros, aumentando dessa forma seu bem-estar. A especialização de cada país no produto que possui vantagem na produção, permite a produção em escala deste produto (Jesus, 2010), porém, nota-se que alguns países procuram produzir uma gama muito ampla de produtos diferentes, os quais nem sempre possui vantagem na produção, indo no sentido contrário ao que se refere as vantagens comparativas. Pode-se entender que a especialização não é a única variável a influenciar o comércio internacional, pois outras variáveis como PIB, população, preferências dos consumidores, distância, custos de transação, tarifas e câmbio podem influenciar positivamente ou negativamente o comércio.

As relações comerciais e proximidades geográficas entre Estados Unidos, Canadá e México facilitam o fluxo de comércio e investimentos entre esses países, favorecendo as negociações para a criação de um bloco de integração regional. É nesse cenário de integração regional que os interesses dos grupos privados cedem espaço aos interesses dos mercados integrados e as estratégias de competitividade regionais. A formação de blocos regionais favorece os países membros no que concerne as estratégias nacionais de competição e alavancagem de capacidade competitiva, ampliando a geração de riquezas e utilizando as economias de escala para redução dos custos de transporte (Ministério das Relações Exteriores/FUNCEX, 1993).

Em agosto de 1992, Estados Unidos, Canadá e México finalizaram as negociações do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (*North American Free Trade Agreement*) conhecida como NAFTA. Os integrantes de uma Zona de Livre Comércio, como é o caso dos países do NAFTA, se prontificam a eliminar progressivamente ao longo do tempo barreiras e obstáculos sobre a negociação de produtos entre eles (Ratti, 1997). Cada país possui liberdade em relação a qual política interna, e quais tarifas impor sobre produtos de terceiros, diferente de outros blocos regionais como o Mercosul e a União Europeia (Ratti, 1997).

Inicialmente, a criação de blocos de integração regional como o NAFTA trazem benefícios como eliminação de barreiras ao comércio e aos investimentos,

economias de escala e vantagens competitivas comerciais (Ministério das Relações Exteriores/FUNCEX, 1993). Existem inúmeras questões relevantes no que se refere à criação de blocos de integração regional no que concerne o comércio internacional. Pode-se citar duas: Qual a importância do comércio internacional para o crescimento econômico de um país? Qual o impacto da volatilidade cambial no comércio entre países? Na tentativa de responder tais questões, este artigo se propõe a estimar o impacto da volatilidade da taxa de câmbio real no comércio internacional dos países do NAFTA e demonstrar a importância das políticas monetárias para o comércio e para o crescimento econômico desses países. Será estimado o impacto da volatilidade do câmbio no comércio entre os países do NAFTA, para os seguintes setores: agricultura, têxtil, metais e minérios, combustíveis, alimentos, maquinaria e transportes, químico, manufaturas e para o total do comércio. Adicionalmente ao impacto da volatilidade cambial sobre o comércio dentro do bloco regional, variáveis como o PIB, distância e a volatilidade de um terceiro país serão incluídas no modelo.

Este artigo se divide em seis seções, incluindo esta introdução. A próxima seção se encarrega da revisão de literatura de trabalhos semelhantes, em seguida tem-se uma discussão sobre a metodologia a ser utilizada, resultados e discussões acerca da pesquisa e, por fim, as considerações finais.

## REVISÃO DE LITERATURA

O estudo acerca das relações comerciais entre os países pode ser aprimorado através do uso dos modelos gravitacionais para estimar o impacto e a significância de algumas variáveis no comércio internacional. Carmo e Bittencourt (2013) em seu trabalho sobre o impacto da volatilidade cambial no comércio internacional, refere-se ao modelo gravitacional como uma solução em forma de equação reduzida de um sistema de equilíbrio geral de comércio, onde o comércio internacional depende de variáveis como tamanho do país, distância entre os parceiros comerciais, estágio de desenvolvimento e grau de abertura dos mercados.

Para o modelo de equilíbrio Clark et al. (2004) ressalta a importância das variáveis macroeconômicas para melhor entender a relação entre volatilidade cambial e comércio. Para os autores, a única variável do modelo que muda é a volatilidade cambial, que

pode ter diferentes formas de mensuração e, quanto a isso, Willett (1986) chama a atenção para o cuidado na mensuração da volatilidade, pois dependendo das estimativas estas podem levar a resultados equivocados.

Anderson e Van Wincoop (2004) mostram que o modelo gravitacional pode ser estimado de forma não linear por Mínimos Quadrados Ordinários através do modelo de efeitos fixos, que permitem a inclusão de termos de resistência multilateral, de modo a evitar vieses causado pela omissão de variáveis que estariam contidas no termo de erro da regressão (Mendonça, 2011).

Cheng e Wall (2005) estimaram o modelo gravitacional utilizando uma base de dados de 3.188 observações resultado da relação unidirecional de 797 pares de países, sendo os países integrantes, países industrializados ou membros da OCDE. Utilizando a modelagem de corte transversal agrupada (pooled-cross-section) e o modelo de efeitos fixos com e sem restrições, os autores observaram que o modelo de corte transversal agrupado resulta em estimativas viesadas para os parâmetros do modelo através do problema de variáveis omitidas. Quanto ao modelo de efeitos fixos, foram testados três tipos de restrições sobre os parâmetros, sendo uma delas a diferenciação das variáveis. Foi demonstrado que as formas alternativas para estimação do modelo de efeitos fixos impondo restrições nos parâmetros não possuem suporte estatístico, e também não possuem fundamento econômico para serem mantidas, portanto, o modelo de efeitos fixos pode ser estimado sem a imposição de restrições resultando em estimativas não enviesadas dos parâmetros.

Conclusões de estudos a respeito do impacto da volatilidade da taxa de câmbio sobre o comércio internacional são bastante ambíguas. Utilizando um modelo gravitacional estimado pela técnica de dados em painel para o Mercosul, Bittencourt, Larson e Thompson (2007) encontrou coeficientes estatisticamente significativos e negativos para a volatilidade da taxa real de câmbio. Nesse estudo, a volatilidade do câmbio se mostrou prejudicial para o comércio setorial do Mercosul no período analisado de 1989 a 2002.

Campos e Bittencourt (2014) estimou, através da modelagem em painel, o impacto da instabilidade da taxa real de câmbio de médio e longo prazo para os setores Agropecuário, Máquinas e Equipamentos de Transportes, Químico, Metais e Minerais e

Manufaturados, encontrando significância estatística para os coeficientes que representam a volatilidade da taxa real de câmbio e impactam negativamente o comércio entre o Brasil e seus principais parceiros comerciais no período de 1989 a 2011.

Utilizando o quadrado dos resíduos de um modelo ARIMA para a taxa real de câmbio, através da modelagem de correção de erros Asseery e Peel (1991) observaram que a volatilidade da taxa real de câmbio possui influência positiva e significativa no comércio entre Austrália, Japão, Estados Unidos e Alemanha Ocidental para o período de 1972 a 1987. A respeito do impacto positivo da volatilidade cambial sobre o comércio, Franke (1991) mostra que este é factível, visto que as firmas reajustam as quantidades exportadas de forma a sempre otimizar o fluxo de caixa esperado. De acordo com o autor, incrementos na volatilidade cambial podem ser oportunidades de lucro frente aos custos de entrada e saída associados a atividade comercial, possibilitando ganhos semelhantes àqueles obtidos com opções de ações, dessa forma, o comércio irá acontecer sempre que houver oportunidades de lucro.

Também utilizando a modelagem de séries temporais para a volatilidade cambial, Toda (2012) estimou um modelo gravitacional para as exportações do Brasil com relação aos seus principais parceiros comerciais, utilizando como medida de volatilidade a modelagem de séries temporais EGARCH (*Exponential GARCH*), Pereg e Steinherr e desvio padrão móvel para o período de 1999 a 2010. Em seu trabalho encontrou significância estatística para as três medidas de volatilidade em um modelo que tinha como variável explicada o total do comércio entre o Brasil e seus parceiros comerciais.

A literatura a respeito do impacto da volatilidade do câmbio no comércio é muito ampla e os resultados encontrados em cada trabalho podem ser muito distintos. Com um modelo de correção de erros, Bahmani-Oskooee e Scott (2009) usou dados de exportações e importações entre México e Estados Unidos (EUA) para o período de 1962 a 2004, incluindo 102 produtos industriais, para estimar o impacto da volatilidade da taxa real de câmbio e da renda no comércio bilateral, concluindo que a maior parte dos produtos industriais são afetados negativamente no curto prazo, tendo como exemplo produtos agrícolas e têxteis.

Para o total do comércio americano (exportações e importações), Augustine (1995) verifica que a volatilidade da taxa real de câmbio não exerce nenhum impacto, no entanto, para o longo prazo o modelo de correção de erros aponta que para as exportações, 32 dos 102 produtos industriais sofrem efeitos da volatilidade cambial, sendo que dos 32, 21 produtos sofrem impactos negativos e 11 impactos positivos. No curto prazo para o modelo de correção de erros, 61 produtos industriais são influenciados pela volatilidade cambial, alguns positivamente e outros negativamente. Por fim, a variável *dummy* acrescentada no modelo representando o NAFTA é significativa, mostrando que a criação do bloco teve influência no comércio bilateral entre México e EUA.

Augustine (1995) utilizando a modelagem de cointegração e correção de erros concluiu que a volatilidade da taxa real de câmbio impacta negativamente o total das exportações americanas para o período de 1973 a 1991. Mensurando três medidas de volatilidade, sendo elas médias móveis, modelos ARCH e modelo de momento linear, o autor concluiu que a volatilidade cambial além de afetar o comércio, pode impactar significativamente na alocação de recursos.

Chowdhury (1993) estimou um modelo de correção de erros para avaliar o impacto da volatilidade da taxa real de câmbio no comércio entre os países do G-7, assumindo que os agentes são avessos ao risco o autor concluiu que a volatilidade cambial reduz o comércio, altera preços e provoca alterações nas fontes de oferta e demanda de produtos.

Como pode-se notar, a ampla literatura sobre o impacto da volatilidade do câmbio no comércio internacional apresenta resultados distintos e inconclusivos. Como destaca Willett (1986), parte da dificuldade em se verificar a influência da volatilidade do câmbio

no comércio pode ser devido a problemas estatísticos e a impossibilidade de determinados modelos estatísticos representarem adequadamente a incerteza do câmbio. De acordo com o autor, muitas vezes os impactos negativos da volatilidade cambial sobre o comércio encontrados em muitas pesquisas podem ser resultados isolados, sensíveis a escolha do período de tempo da amostra ou a especificação do modelo.

## DADOS E METODOLOGIA

Este tópico objetiva explicitar o modelo econométrico a ser estimado e a especificação dos três métodos utilizados para mensuração da volatilidade da taxa real de câmbio e do impacto dessa volatilidade no comércio através da modelagem em painel.

### Modelo Gravitacional

O modelo gravitacional estimado neste trabalho é análogo aos modelos gravitacionais oriundos da física, onde fatores como renda, distância e população influenciam o comércio internacional entre os países (Toda, 2012). Neste artigo busca-se estimar o modelo gravitacional com algumas das variáveis referidas acima acrescidas da volatilidade da taxa real de câmbio, de modo a estimar o efeito desta no comércio internacional.

Qual o impacto do câmbio no comércio e quais as medidas que podem ser colocadas em prática para que a volatilidade do câmbio seja controlada de forma a beneficiar as trocas comerciais? Antes de buscar quais medidas a serem adotadas, estima-se o impacto do câmbio através do modelo gravitacional abaixo para o período de 2001 a 2014:

$$\ln Export_{ij,t} = \beta_1 + \beta_2 \ln PIB_{ij,t} + \beta_3 \ln Dist_{ij,t} + \beta_4 Vol_{ij,t} + \beta_5 TC_{ij,t} + W_{it} \quad (1)$$

Tem-se como variável explicada o logaritmo neperiano das exportações de cada país, onde as exportações são obtidas do WITS (*World Integration Trade Solution*), representando o comércio. Como variáveis explanatórias, temos  $\ln PIB_{ij,t}$  como logaritmo neperiano do PIB<sup>1</sup>,  $\ln Dist_{ij,t}$  é o logaritmo neperiano da distância usado como *proxy* para os custos

de transporte,  $Vol_{ij,t}$  é a volatilidade da taxa real de câmbio e  $TC_{ij,t}$  representa a volatilidade da taxa real de câmbio de um terceiro país no comércio entre o país i e j,  $\beta_1$  é o termo de intercepto e, por último,  $W_{it}$  corresponde às variáveis não captadas pelo modelo.

Temos que:

$$W_{it} = \varepsilon_i + u_{it} \quad (2)$$

<sup>1</sup> PIB a preços correntes encontrado no *World Integration Trade Solution*.

Neste caso  $\varepsilon_i$  representa o termo de erro individual de cada país utilizado no modelo, enquanto que  $u_{it}$  representa o termo de erro idiossincrático, sendo este, a soma dos erros de corte transversal e de séries temporais. Este é o modelo de dados em painel com efeitos aleatórios, que assume que os termos  $\varepsilon_i$  e  $u_{it}$  possuem média zero, variância homocedástica

$$\ln Export_{ij,t} = \beta_1 + \beta_2 \ln PIB_{ij,t} + \beta_3 V_{ij,t} + \beta_4 TC_{ij,t} + \alpha_i + u_{it} \quad (3)$$

Neste modelo a variável distância, a qual não varia no tempo, desaparece e  $\alpha_i$  representa todos os efeitos observáveis e especifica uma média condicional estimável. Como nem todos os fatores grupo-específicos são observáveis,  $\alpha_i$  deve estar correlacionado com os outros regressores. Se a hipótese de exogeneidade for correta o estimador de efeitos fixos é não viesado e  $u_{it}$  é não correlacionado com nenhuma das variáveis explicativas (Wooldridge, 2006). A escolha entre o modelo de efeitos fixos e aleatórios será efetuada a partir do resultado do teste de Wu-Hausman.

Para melhorar a eficiência dos coeficientes estimados do modelo, será utilizado um procedimento de *Bootstrap* com 2000 replicações. Conforme Johnston e Dinardo (2001), quando o pesquisador desconfia das estimativas dos parâmetros e a teoria assintótica fornece pistas muito fracas para a precisão de um estimador, o procedimento de *Bootstrap* pode ser aplicado, de forma a fornecer novas estimativas do erro padrão do estimador.

### VOLATILIDADE DA TAXA DE CÂMBIO REAL

Para estimação da volatilidade da taxa real de câmbio canadense e mexicana em relação ao dólar estadunidense, será utilizada uma extensão do modelo generalizado de heterocedasticidade condicional (GARCH) introduzido por Bollerslev (1986), conhecido como IGARCH. Modelos autoregressivos de heterocedasticidade condicional (ARCH) (Engle, 1982) foram introduzidos antes dos modelos (GARCH) com o intuito de modelar o risco na teoria econômica e na teoria do portfólio, considerando que a variância e covariância variam ao longo do tempo, essa modelagem estatística de séries de tempo mostra-se eficiente na estimativa do risco, conforme Bueno (2008). Apesar dos modelos ARCH serem eficientes na modelagem

e não possuem autocorrelação temporal e nem entre os indivíduos, ou seja, que  $\varepsilon_i$  é um erro aleatório grupo-específico e que não está correlacionado com os regressores.

O modelo de efeitos fixos também será estimado, sendo que o mesmo é especificado da seguinte forma:

da volatilidade, os modelos GARCH podem ser utilizados para descrever a volatilidade com menos parâmetros, tornando o modelo mais parcimonioso (Morettin, 2008). Os modelos GARCH são uma forma de dizer que a volatilidade depende de mais de uma defasagem, ou seja, que a volatilidade prevista não depende apenas do último período, mas também de períodos mais antigos (Pindyck e Rubinfeld, 2004).

Para estimar a volatilidade anual da taxa real bilateral de câmbio canadense e mexicana em relação ao dólar estadunidense, será utilizado o retorno mensal da taxa real de câmbio real para o período de março de 2000 a dezembro de 2014. A taxa real de câmbio foi calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$RER_{ij,t} = NER_{ij,t} \left( \frac{CPI_{j,t}}{CPI_{i,t}} \right) \quad (4)$$

sendo que  $RER_{ij,t}$  e  $NER_{ij,t}$  correspondem à taxa real e nominal de câmbio, respectivamente, do país i em relação ao país j no período t, e assim como  $CPI_{jt}$  correspondem ao índice de preços ao consumidor (*consumer price index*) do país i e do país j para o período t. O índice de preços de cada país representa a variação de preços de uma cesta representativa de produtos consumida em cada país. No caso do México, a fonte dos dados provém do *International Financial Statistics* do fundo monetário internacional, no caso do Canadá a fonte de dados é o *Statistics Canada* enquanto que para os Estados Unidos, os dados provém da Agência de Estatísticas de Trabalho estadunidense. A taxa nominal de câmbio assim como os índices de preços, foram extraídos do terminal Bloomberg.

Optou-se por utilizar o retorno da taxa real de câmbio, pois este apresenta estacionariedade no nível de significância de 1% no teste Dickey-Fuller aumentado. Os retornos também possuem alguns fatos estilizados interessantes para a estimação dos modelos



de séries temporais como: os retornos geralmente são não auto-correlacionados, o quadrado dos retornos são auto correlacionados apresentando uma correlação de uma defasagem que decai lentamente, e as séries de retornos apresentam agrupamentos de volatilidade no decorrer do tempo (Morettin, 2008).

O modelo utilizado na estimação da volatilidade do câmbio real foi o EWMA (*exponentially weighted moving average*) que pode ser formulado de forma equivalente através da modelagem GARCH tornando-se um IGARCH (*Integrated GARCH*) (Morettin, 2008). Esse modelo integrado (IGARCH) é caracterizado pela restrição de que a soma dos parâmetros deve ser igual a 1 (Bueno, 2008). Para o caso do México o modelo pode ser especificado da seguinte forma:

$$rer_{mex} = \phi_4 rer_{t-4} - \theta_1 a_{t-1} + a_t \quad (5)$$

$$a_t = \sigma_t^2 \varepsilon_t \quad (6)$$

$$\sigma_t^2 = \gamma \sigma_{t-1}^2 + (1 - \gamma) rer_{t-1}^2 \quad (7)$$

sendo que  $rer_{mex}$  representa o retorno da taxa de câmbio real mexicana em relação ao dólar estadunidense,  $\phi$  e  $\theta$  representam parâmetros auto regressivos e de médias móveis, respectivamente, e  $a_t$  representa o termo de erro no período  $t$  para o modelo ARMA(4,1). Conforme (7),  $\sigma_t^2$  é a variância condicionada à informação passada, enquanto que  $\gamma$  e  $(1 - \gamma)$  são parâmetros que somados devem ser iguais a 1. Todos os parâmetros mostrados acima seguem a distribuição normal e são significativos ao nível de significância de 1%.

Para o Canadá, o modelo que proporcionou melhor ajuste pode ser especificado da seguinte forma:

$$\ln rer_{can} = \ln(1 + rer_{can}) \quad (8)$$

$$\ln rer_{can} = \mu + a_t \quad (9)$$

$$a_t = \sigma_t^2 \varepsilon_t \quad (10)$$

$$\sigma_t^2 = \gamma \sigma_{t-1}^2 + (1 - \gamma) \ln rer_{t-1}^2 \quad (11)$$

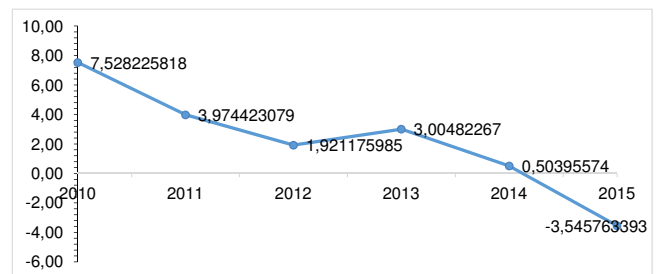
sendo que  $\ln rer_{can}$  representa o logaritmo neperiano do retorno da taxa de câmbio real canadense,  $a_t$  representa o termo de erro no período  $t$  para a constante que é a média dos retornos no período. Assim como no modelo especificado para o México,  $\sigma_t^2$  é a variância

condicionada à informação passada, enquanto  $\gamma$  e  $(1 - \gamma)$  são os parâmetros que somados devem ser igual a 1.

Geralmente os modelos GARCH apresentam reversão a uma média de longo prazo da volatilidade, ou seja, existe uma volatilidade de longo prazo para alguns modelos GARCH. No caso dos modelos IGARCH essa volatilidade de longo prazo é inexistente e assume-se que esta segue um passeio aleatório, dado que a distribuição não condicional dos retornos não é estacionária, pois a soma dos parâmetros do modelo é igual a um (Alexander, 2005).

O gráfico 1 representa a volatilidade do retorno da taxa real de câmbio para o México e Canadá dos modelos descritos acima, em relação ao dólar estadunidense.

Gráfico 1: Volatilidade do retorno da taxa real de câmbio bilateral modelo IGARCH, entre Canadá e EUA; e México e EUA



Fonte: Elaborado pelos autores.

No eixo vertical tem-se a variação do retorno da taxa real de câmbio (volatilidade) em relação ao período anterior, enquanto que no eixo horizontal encontra-se o período para o qual a volatilidade é estimada. Para analisar a volatilidade calculada, foi feita uma média aritmética simples das estimativas de volatilidade a cada 12 meses.

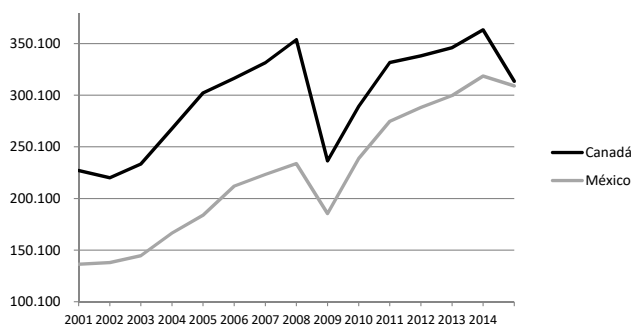
Através do gráfico 1, nota-se que a volatilidade da taxa real de câmbio para os anos de 2008 e 2009, aumentou significativamente se comparados aos demais períodos da série histórica. Este aumento acontece durante a crise do *subprime* nos Estados Unidos. Esse fato não é coincidência, já que um dos fatores que podem explicar esse aumento da volatilidade na taxa de câmbio real seriam alterações nas contas correntes dos países envolvidos, sendo que dentre os elementos para tal, tem-se a queda nas importações estadunidenses provenientes do México e Canadá<sup>2</sup>. Para se

<sup>2</sup> Ou seja, é possível esperar que a volatilidade cambial também sofra influência

ter uma noção, durante a crise financeira o consumo nos Estados Unidos em 2008 aumentou somente 0,3% em relação ao consumo de 2007, sendo esta a menor variação desde 1991, assim como a renda dos americanos aumentou somente 3,7% em relação a 2007, sendo este resultado o menor desde 2003, além da queda de 4,9% nas encomendas à indústria (Pinheiro, 2009).

Variações na renda, no consumo e nas encomendas à indústria podem influenciar as importações dos EUA provenientes dos seus parceiros comerciais. O gráfico 2 mostra as importações americanas vindas do Canadá e México de 2001 a 2015.

Gráfico 2: Importações estadunidenses provenientes do Canadá e México (em US\$ mil)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Trade Map.

No eixo vertical tem-se o valor das importações, incluindo todos os tipos de produtos em mil dólares americanos, e no eixo horizontal o período em análise.

A redução nas importações estadunidenses por volta de 2008 reduziu a oferta de dólares americanos nas economias mexicanas e canadenses, depreciando o peso mexicano frente ao dólar americano (o dólar canadense manteve-se praticamente estável). Como a taxa de câmbio nominal influencia diretamente a taxa de câmbio real, houve, assim, uma depreciação da taxa de câmbio real do México. É razoável supor que a redução do nível de comércio do Canadá e México com os Estados Unidos no período de 2008 tenha reduzido a quantidade de divisas estadunidenses nesses países, pois, em média, aproximadamente 80% dos produtos exportados do Canadá são destinados para os Estados Unidos, e esse valor é de aproximadamente 82% para

da conta corrente ou comércio dos países, o que resulta em um problema de endogeneidade na estimação de modelos gravitacionais, a qual não será abordada neste artigo devido ao limitado número de observações da amostra disponível. Uma justificativa adicional para tal é que as exportações representam apenas um dos elementos que compõem a conta corrente.

o México. A proporção das exportações desses países destinadas aos EUA foi calculada através de uma média aritmética simples do período de 2001 a 2015 dos dados obtidos do Trade Map (*Trade Statistics for International Business Development*).

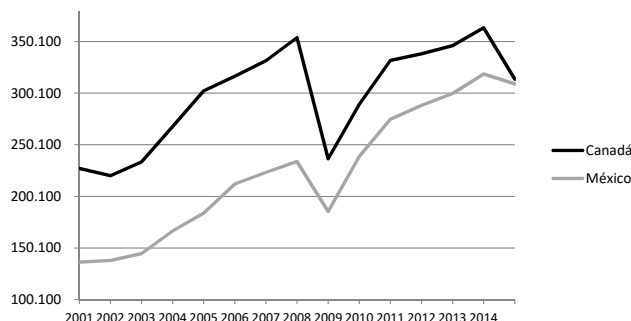
Portanto, o comércio desses países com os Estados Unidos é bastante significativo, e uma redução na demanda estadunidense por produtos mexicanos e canadenses, pode ter impactos significativos na taxa real e na volatilidade do câmbio destes países parceiros (gráfico 1), assim como em outras variáveis econômicas.

A outra medida de volatilidade é baseada em Peree e Steinherr (1989), a qual reflete as expectativas dos agentes baseadas em suas experiências passadas do máximo e mínimo valor da taxa de câmbio real bilateral. O cálculo pode ser assim especificado:

$$V_{ij,t} = \frac{\max X_{ij,t-k}^t - \min X_{ij,t-k}^t}{\min X_{ij,t-k}^t} + \left[ 1 + \frac{|X_{ij,t} - X_{ij,t}^k|}{X_{ij,t}^k} \right]^2 \quad (12)$$

sendo que  $k$  é o período medido em anos,  $\max X_{ij,t-k}^t$  é o valor mais alto para a taxa real de câmbio nos  $k$  períodos (neste caso de 2001 a 2014) e  $\min X_{ij,t-k}^t$  corresponde ao menor valor para a taxa de câmbio real bilateral no período  $k$  analisado. Por último,  $X_{ij,t}^k$  se refere à média da taxa de câmbio real para o período de estudo (2001 a 2014). O valor calculado acima corresponde a uma estimativa da taxa de câmbio de equilíbrio de longo prazo (Bittencourt, Larson e Thompson, 2007). No gráfico 3, a seguir, tem-se a volatilidade baseada em Peree e Steinherr.

Gráfico 3: Volatilidade da taxa real de câmbio bilateral metodologia Peree e Steinherr entre Canadá e EUA; e México e EUA



Fonte: Elaborado pelos autores.

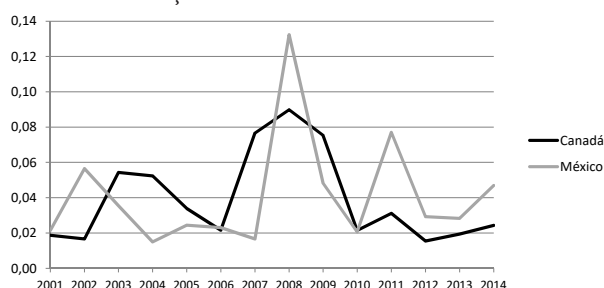
Analisando o gráfico, nota-se que a volatilidade baseada em Pereg e Steinherr decresceu na década de 2010, e somente em 2014 teria voltado ao patamar de 2001 no caso do México, enquanto que pelo modelo IGARCH (gráfico 1) a volatilidade cresceu na década de 2010 e somente em 2014 teria voltado a patamares próximos ao de 2001. É interessante notar que volatilidade de Pereg e Steinherr não mostra variações acentuadas durante as proximidades do ano de 2008 (crise do *subprime*), observando-se o contrário para o caso do modelo IGARCH, onde a volatilidade aumenta consideravelmente durante o período de crise.

Por último, foi calculado o desvio padrão móvel para o logaritmo da taxa real de câmbio do Canadá e México, conforme abaixo:

$$S_{ij,t} = u_{ij,t} = \sqrt{\frac{\sum_{l=1}^k (x_{ij,t-l} - \bar{x}_{ij,t})^2}{k-1}} \quad (13)$$

sendo que  $x_{ij,t-l}$  é o logaritmo natural da taxa de câmbio real bilateral EUA/México e EUA/Canadá. O desvio padrão móvel corresponde ao desvio da média da taxa real de câmbio para cada ano. No gráfico 4 tem-se a representação do comportamento da série de desvio padrão móvel.

Gráfico 4: Desvio Padrão Móvel para a taxa real de câmbio bilateral em relação ao dólar estadunidense



Fonte: Elaborado pelos autores.

Seguindo Bittencourt, Larson e Thompson (2007), a medida de volatilidade da ER real de um terceiro país, volatilidade “third country”, ( $u_{3,ij,t}$ ) é dada por:

$$TC_{ij,t} = \sum_{i \neq j} u_{ij,t} w_{ij,t}^g + \sum_{j \neq i} u_{ji,t} w_{ji,t}^g \quad (14)$$

Onde  $u_{ij,t}$  ( $u_{ji,t}$ ) é a medida de volatilidade da ER real, seja ela a medida de Pereg e Steinherr ( $V_{ij,t}$ )

ou a medida de desvio padrão móvel ( $S_{ij,t}$ ), definidas pelas equações (12) e (13), respectivamente;  $g = 1, \dots, 8$ , onde 1 é para o setor agrícola; 2 para o setor de produtos químicos; 3 para o setor de alimentos; 4 para o setor de combustíveis; 5 para o setor de maquinaria e transportes; 6 para o setor de minérios e metais; 7 para o setor de têxteis; e 8 para o setor de manufaturas;  $w_{ij,t}^g$  e  $w_{ji,t}^g$  são as participações no comércio específicas a cada setor dos outros países. Espera-se que o sinal do coeficiente para o efeito “third country” no comércio seja positivo, como o obtido por Wei (1996). No entanto, para Dell’Ariccia (1999) esta correlação foi negativa e não significativa, e para Cho, Sheldon e McCorrison (2002) e Bittencourt, Larson e Thompson (2007) este coeficiente foi positivo e negativo para diferentes setores.

## RESULTADOS

Estimados os modelos gravitacionais através da metodologia de dados em painel, encontrou-se resultados interessantes para os oito setores estudados e para o total do comércio do NAFTA. Para a agricultura, o modelo escolhido foi o de efeitos aleatórios, selecionado através do teste de Wu-Hausman. No modelo para a agricultura os parâmetros como PIB, distância e volatilidade do câmbio foram estatisticamente significativos a 1% para a metodologia de volatilidade IGARCH e apresentaram o sinal esperado de acordo com a teoria, indo no mesmo sentido dos resultados encontrados por Campos e Bittencourt (2014), Toda (2012) e Bittencourt, Larson e Thompson (2007) para este setor no comércio entre Brasil e seus parceiros. Bahmani-Oskooee e Scott (2009) também encontram impactos negativos e significativos para este setor no comércio entre Estados Unidos e México utilizando um modelo de correção de erros.

No entanto, o efeito terceiro país, ou *third country* (TC), não pode ser considerado estatisticamente diferente de zero. Para as demais medidas de volatilidade Pereg e Steinherr e desvio padrão móvel os coeficientes não foram significativos, ao contrário dos trabalhos de Bittencourt, Larson e Thompson (2007) e Toda (2012), que encontraram coeficientes estatisticamente significativos para essas medidas de volatilidade e Bittencourt, Larson e Thompson (2007) que encontrou coeficientes significativos para o efeito TC. A tabela 1 abaixo sintetiza os resultados.

Tabela 1: Impacto da Volatilidade da Taxa Real de Câmbio na Agricultura (NAFTA)

Agricultura	Medidas de Volatilidade		
	Variável	IGARCH (RE)	P&S (RE)
PIB	0,5329***	0,3855***	0,4569***
	(0,1252)	(0,1030)	(0,1230)
Distância	-1,8624***	-1,9025***	-1,8911***
	(0,0850)	(0,1068)	(0,1077)
Volatilidade	-10,2309***	-0,1678	-0,7758
	(3,3831)	(0,2394)	(1,4333)
Terceiro País	-0,06197	-0,0936	-0,0686
	(0,2281)	(0,2705)	(0,2903)
Observações = 84; t = 14; i = 3			

Fonte: WITS. Cálculos dos autores.

Nota: os valores entre parêntesis correspondem ao desvio padrão encontrado por bootstrap.

(\*) Estatisticamente significativo ao nível de 10%; (\*\*)

Estatisticamente significativo ao nível de 5%; (\*\*\*)

Estatisticamente significativo ao nível de 1%.

(RE) modelo de efeitos aleatórios; (FE) modelo de efeitos fixos.

No caso da volatilidade do câmbio mensurada pela medida IGARCH, pode-se interpretar o coeficiente como se uma variação de 10% ocorresse na volatilidade da taxa real de câmbio, o impacto seria de uma variação de 2,58%<sup>3</sup> nas exportações de produtos agrícolas dos países do NAFTA. No caso do PIB, um aumento na renda de 10% dos países do bloco, aumentaria as exportações de bens agrícolas entre os países membros em 5,32%, sendo este o caso, para o modelo com a medida de volatilidade especificada na forma de um IGARCH. A variável distância se mostra negativamente relacionada com o comércio nos três modelos estimados, como esperado pela teoria.

Tabela 2: Impacto da Volatilidade da Taxa Real de Câmbio no Setor Químico (NAFTA)

Químico	Medidas de Volatilidade		
	Variável	IGARCH (FE)	P&S (FE)
PIB	1,672***	1,5969***	1,6529***
	(0,1539)	(0,1404)	(0,1505)
Distância	-	-	-
	-	-	-
Volatilidade	-2,2118	-0,1279	-0,6904
	(2,8728)	(0,1664)	(0,8541)
Terceiro País	0,0017	-0,0153	0,0046
	(0,0718)	(0,0711)	(0,0731)
Observações = 84; t = 14; i = 3			

Fonte: WITS. Cálculos dos autores.

Nota: os valores entre parêntesis correspondem ao desvio padrão encontrado por bootstrap.

(\*) Estatisticamente significativo ao nível de 10%; (\*\*)

Estatisticamente significativo ao nível de 5%; (\*\*\*)

Estatisticamente significativo ao nível de 1%.

(RE) modelo de efeitos aleatórios; (FE) modelo de efeitos fixos.

Para o setor químico (tabela 2) o coeficiente do PIB é estatisticamente significativo e apresenta o sinal esperado teoricamente. Como o modelo escolhido para este setor é o de efeitos fixos, a variável distância foi eliminada do modelo por ser invariante no tempo. A volatilidade da taxa real de câmbio e o efeito *third country* (volatilidade da taxa real de câmbio de um terceiro país) não são significativos indo de encontro com o resultado encontrado por Toda (2012) e contrastando com Bittencourt, Larson e Thompson (2007) e Campos e Bittencourt (2014), os quais encontraram coeficientes estatisticamente significativos para este setor no comércio entre Brasil e seus parceiros.

<sup>3</sup> Para a interpretação do impacto de uma redução na volatilidade multiplicou-se o valor do coeficiente estimado pelo modelo IGARCH pela média amostral da volatilidade, sendo esta igual a 0,0253.

Tabela 3: Impacto da Volatilidade da Taxa Real de Câmbio no Setor de Alimentos (NAFTA)

Alimentos	Medidas de Volatilidade		
	Variável	IGARCH (FE)	P&S (FE)
PIB	1,7838***	1,8492***	1,7790***
	(0,1288)	(0,1275)	(0,1264)
Distância	-	-	-
	-	-	-
Volatilidade	-0,4816	0,1493	-0,2920
	(2,3056)	(0,1156)	(0,7286)
Terceiro País	-0,0006	0,0157	0,0011
	(0,0619)	(0,0655)	(0,0648)
Observações = 84; t = 14; i = 3			

Fonte: WITS. Cálculos dos autores.

Nota: os valores entre parêntesis correspondem ao desvio padrão encontrado por bootstrap.

(\*) Estatisticamente significativo ao nível de 10%; (\*\*)

Estatisticamente significativo ao nível de 5%; (\*\*\*)

Estatisticamente significativo ao nível de 1%.

(RE) modelo de efeitos aleatórios; (FE) modelo de efeitos fixos.

Para o setor de alimentos (tabela 3) nenhuma das medidas de volatilidade mostrou-se significativa para o comércio desses bens.

Tabela 4: Impacto da Volatilidade da Taxa Real de Câmbio no Setor de Combustíveis (NAFTA)

Combustíveis	Medidas de Volatilidade		
	Variável	IGARCH (RE)	P&S (RE)
PIB	2,0226***	1,9736***	2,0857***
	(0,2938)	(0,3687)	(0,3568)
Distância	-0,9113***	-0,9130***	-0,8820***
	(0,1272)	(0,1355)	(0,1288)
Volatilidade	9,0521	-0,2634	2,0688
	(5,6046)	(0,2847)	(1,8678)
Terceiro País	0,0626	0,0431	0,0566
	(0,3100)	(0,4424)	(0,3885)
Observações = 84; t = 14; i = 3			

Fonte: WITS. Cálculos dos autores.

Nota: os valores entre parêntesis correspondem ao desvio padrão encontrado por bootstrap.

(\*) Estatisticamente significativo ao nível de 10%; (\*\*)

Estatisticamente significativo ao nível de 5%; (\*\*\*)

Estatisticamente significativo ao nível de 1%.

(RE) modelo de efeitos aleatórios; (FE) modelo de efeitos fixos.

A tabela 4 mostra os parâmetros do modelo estimados para o setor de combustíveis. Neste setor também se nota a ausência de influência de variações

do câmbio nas exportações de combustíveis entre os países do bloco. Nenhuma das três medidas de volatilidade se mostrou significativa, no entanto, PIB e distância podem impactar de forma ativa no comércio desses países.

Tabela 5: Impacto da Volatilidade da Taxa Real de Câmbio no Setor de Maquinaria e Transportes (NAFTA)

Maquinaria e Trans.	Medidas de Volatilidade		
	Variável	IGARCH (RE)	P&S (RE)
PIB	1,0276***	1,0324***	0,9687***
	(0,2313)	(0,2433)	(0,2177)
Distância	-0,7365***	-0,7435***	-0,7617***
	(0,0982)	(0,1014)	(0,1039)
Volatilidade	-8,2047*	0,1577	-1,5604
	(4,7631)	(0,2545)	(1,7593)
Terceiro País	-0,0870	-0,0805	-0,0862
	(0,3429)	(0,3826)	(0,3773)
Observações = 84; t = 14; i = 3			

Fonte: WITS. Cálculos dos autores.

Nota: os valores entre parêntesis correspondem ao desvio padrão encontrado por bootstrap.

(\*) Estatisticamente significativo ao nível de 10%; (\*\*)

Estatisticamente significativo ao nível de 5%; (\*\*\*)

Estatisticamente significativo ao nível de 1%.

(RE) modelo de efeitos aleatórios; (FE) modelo de efeitos fixos.

A tabela 5 sintetiza os resultados para o setor de maquinaria e transportes. Diferentemente dos setores químicos, alimentos e combustíveis, o setor de maquinaria e transportes é estatisticamente influenciado negativamente pela volatilidade da taxa real de câmbio para o caso da medida IGARCH, indo de encontro com o resultado encontrado por Campos e Bittencourt (2014) para este setor no comércio do Brasil e seus parceiros. Uma redução de 10% na volatilidade cambial pode elevar as exportações de maquinários na integração regional do NAFTA em 2,07%. Os coeficientes para o PIB e distância são estatisticamente significativos ao nível de 1%, enquanto a volatilidade é significativa somente ao nível de 10%.

Tabela 6: Impacto da Volatilidade da Taxa Real de Câmbio no Setor de Minérios e Metais (NAFTA)

Minérios e Metais	Medidas de Volatilidade		
	Variável	IGARCH (FE)	P&S (RE)
PIB	1,8884***	1,2771***	1,8903***
	(0,2236)	(0,4325)	(0,2162)
Distância	-	-1,0145***	-
	-	(0,1467)	-
Volatilidade	0,0784	-0,1264	0,3157
	(4,3855)	(0,3376)	(1,2390)
Terceiro País	-0,0912	-0,1972	-0,0936
	(0,1886)	(0,4394)	(0,1826)
Observações = 84; t = 14; i = 3			

Fonte: WITS. Cálculos dos autores.

Nota: os valores entre parêntesis correspondem ao desvio padrão encontrado por bootstrap.

(\*) Estatisticamente significativo ao nível de 10%; (\*\*)

Estatisticamente significativo ao nível de 5%; (\*\*\*)

Estatisticamente significativo ao nível de 1%.

(RE) modelo de efeitos aleatórios; (FE) modelo de efeitos fixos.

Para o setor de minérios e metais, nenhuma das três medidas de volatilidade impacta o comércio nesse setor, resultado diferente do encontrado por Bittencourt, Larson e Thompson (2007), Toda (2012) e Campos e Bittencourt (2014) que encontraram coeficientes significativos para o comércio entre Brasil e seus parceiros. Todos os coeficientes apresentaram o sinal esperado, sendo que a distância impacta negativamente o comércio do setor e o PIB influencia positivamente.

Tabela 7: Impacto da Volatilidade da Taxa Real de Câmbio no Setor de Produtos Têxteis (NAFTA)

Têxteis	Medidas de Volatilidade		
	Variável	IGARCH (RE)	P&S (FE)
PIB	0,2404**	0,0207	0,1600
	(0,1118)	(0,0972)	(0,1319)
Distância	-1,1635***	-	-1,1941
	(0,1971)	-	(0,2367)
Volatilidade	-12,1984***	-0,1988	-1,4178
	(3,6819)	(0,1337)	(2,0186)
Terceiro País	0,0019	-0,0197	-0,0036
	(0,4010)	(0,0737)	(0,4727)
Observações = 84; t = 14; i = 3			

Fonte: WITS. Cálculos dos autores.

Nota: os valores entre parêntesis correspondem ao desvio padrão encontrado por bootstrap.

(\*) Estatisticamente significativo ao nível de 10%; (\*\*)

Estatisticamente significativo ao nível de 5%; (\*\*\*)

Estatisticamente significativo ao nível de 1%.

(RE) modelo de efeitos aleatórios; (FE) modelo de efeitos fixos.

Para o setor de têxteis, na estimação utilizando a medida de volatilidade IGARCH todos os parâmetros, exceto o efeito *third country*, se mostraram estatisticamente significativos. Para esse setor, uma redução de 10% na volatilidade pode resultar em uma elevação de 3,08% nas exportações de produtos têxteis dentro do NAFTA. O impacto negativo da volatilidade cambial sobre o comércio de produtos têxteis também foi encontrado por Bahmani-Oskooee e Scott (2009) no comércio entre Estados Unidos e México no período de 1962 a 2004.

Tabela 8: Impacto da Volatilidade da Taxa Real de Câmbio no Setor de Produtos Manufaturados (NAFTA)

Manufaturas	Medidas de Volatilidade		
	Variável	IGARCH (FE)	P&S (FE)
PIB	1,2051***	1,2027***	1,1399***
	(0,1202)	(0,1178)	(0,1146)
Distância	-	-	-
	-	-	-
Volatilidade	-8,0974***	0,1229	-1,4231*
	(2,8149)	(0,1546)	(0,7501)
Terceiro País	-0,0583	-0,0541	-0,0567
	(0,0638)	(0,0637)	(0,0671)
Observações = 84; t = 14; i = 3			

Fonte: WITS. Cálculos dos autores.

Nota: os valores entre parêntesis correspondem ao desvio padrão encontrado por bootstrap.

(\*) Estatisticamente significativo ao nível de 10%; (\*\*)

Estatisticamente significativo ao nível de 5%; (\*\*\*)

Estatisticamente significativo ao nível de 1%.

(RE) modelo de efeitos aleatórios; (FE) modelo de efeitos fixos.

Na tabela 8 seguem os resultados dos modelos estimados para o setor de manufaturas. No caso das manufaturas, a medida de volatilidade IGARCH mostra-se significativa ao nível de 1%, enquanto o Desvio Padrão Móvel (SD) foi significativo a 10%, revelando que uma redução de 10% na volatilidade da taxa real de câmbio pode resultar em um aumento de 2,04% das exportações no caso do modelo IGARCH e para o modelo SD essa redução elevaria em 0,55%<sup>4</sup> as exportações de bens manufaturados no NAFTA. Bittencourt, Larson e Thompson (2007) e Toda (2012) também encontraram coeficientes significativos para

<sup>4</sup>Para a interpretação do impacto de uma redução na volatilidade multiplicou-se o valor do coeficiente estimado pelo modelo SD pela média amostral da volatilidade, sendo esta igual a 0,0389.

o setor de manufaturados no comércio entre Brasil e seus parceiros.

Tabela 9: Impacto da Volatilidade da Taxa Real de Câmbio no Total do Comércio dos Países do NAFTA

Variável	Medidas de Volatilidade		
	IGARCH (RE)	P&S (RE)	SD (FE)
PIB	1,2791*** (0,0588)	1,2411*** (0,0617)	1,2917*** (0,0638)
Distância	-0,9576*** (0,0341)	-0,9689*** (0,0347)	-
Volatilidade	-3,9203*** (1,4204)	-0,0241 (0,0665)	-0,4953 (0,4036)
Terceiro País	-0,0286 (0,0354)	-0,0361 (0,0361)	-0,0203 (0,0351)

Observações = 84; t = 14; i = 3

Fonte: WITS. Cálculos dos autores.

Nota: os valores entre parêntesis correspondem ao desvio padrão encontrado por bootstrap.

(\*) Estatisticamente significativo ao nível de 10%; (\*\*)

Estatisticamente significativo ao nível de 5%; (\*\*\*)

Estatisticamente significativo ao nível de 1%.

(RE) modelo de efeitos aleatórios; (FE) modelo de efeitos fixos.

Para o total do comércio dos países do NAFTA, a medida de volatilidade IGARCH mostrou-se estatisticamente significativa ao nível de 1%. Neste caso uma redução de 10% na volatilidade da taxa real de câmbio pode impactar em um aumento de aproximadamente 0,99% no comércio total entre os países do NAFTA. No modelo em que foi utilizada a medida de volatilidade IGARCH, os coeficientes do PIB e da distância assumem valores significativos e com os sinais esperados. No caso do PIB, uma variação de 10% na renda pode resultar em uma variação de aproximadamente 12,79% nas exportações dentro do bloco. Toda (2012) e Bittencourt, Larson e Thompson (2007), também encontraram coeficientes significativos e negativos para o impacto da volatilidade da taxa real de câmbio no total do comércio entre Brasil e seus parceiros, assim como Bahmani-Oskooee e Scott (2009) e Augustine (1995) observaram que incrementos na volatilidade cambial possui impactos negativos no total do comércio entre Estados Unidos e México e nas exportações americanas.

No entanto, apesar dos resultados encontrados mostrarem o impacto negativo da volatilidade, a medida de volatilidade Pereg-Steinherr não foi significativa para nenhum setor do presente artigo, enquanto a medida Desvio Padrão Móvel foi significativa ao nível

de 10% somente para o setor de manufaturados, o que difere dos resultados encontrados por Bittencourt, Larson e Thompson (2007) e Toda (2012) para estas medidas de volatilidade. Estas diferenças nos resultados entre o presente estudo e os demais é um motivo para frisar o alerta proposto por Willett (1986) e Clark et al (2004) de que a medida de volatilidade e o período de tempo podem influenciar significativamente nos resultados encontrados quanto ao impacto da volatilidade do câmbio no comércio internacional. Por este motivo esta pesquisa utilizou três medidas de volatilidade, com o objetivo de compará-las e obter resultados mais amplos.

## DISCUSSÃO

Dos modelos gravitacionais estimados para cada setor, somente os setores agricultura, maquinaria e transportes, têxteis e manufaturas apresentaram significância estatística para a medida de volatilidade IGARCH. Para a medidas de volatilidade Pereg e Steinherr, nenhum dos setores apresentaram coeficientes significativos, enquanto que somente para o setor de manufaturados o coeficiente do Desvio Padrão Móvel mostrou-se estatisticamente diferente de zero. PIB e distância apresentaram significância estatística para todos os setores, inclusive para o total do comércio. A medida de volatilidade de um terceiro país (*third country*) não apresentou significância estatística para nenhum dos setores e nem para o total do comércio. Os resultados apresentados para o total do comércio mostram que a volatilidade calculada pela medida IGARCH influencia negativamente as exportações entre os países do NAFTA, e que este comércio é influenciado também positivamente pela renda e negativamente pela distância entre os países.

Buscando entender porque as exportações de alguns setores estão mais suscetíveis à volatilidade do câmbio, o modelo de *hysteresis* de Baldwin e Krugman explica que setores que necessitam de uma grande quantidade de investimentos sofrem menos se comparados a setores que necessitam de uma menor quantidade de recursos. Outros fatores também podem ser responsáveis pela diferença de impacto da volatilidade da taxa real de câmbio entre os setores, como grau de substitubilidade dos produtos e se os bens são duráveis ou não (Bittencourt, Larson e Thompson, 2007). Os setores relacionados à combustíveis, metais

e minérios, alimentos e químico não sofrem influência da volatilidade cambial, nesse caso, podemos dizer que o setor de alimentos é o único que necessita de baixos investimentos comparativamente aos demais, porém, é um setor que possui um grau muito alto de substitubilidade, dessa forma, variações muito bruscas na taxa de câmbio podem fazer com que alimentos provenientes dos mercados externos sejam facilmente substituídos por alimentos produzidos no mercado doméstico. Os setores de metais e minérios, químicos e combustíveis, normalmente necessitam de elevados investimentos, neste caso, estão de acordo com a teoria por não sofrerem impacto da volatilidade do câmbio.

O setor agrícola, de maquinaria e transportes, têxteis e manufaturas, são suscetíveis a variações na volatilidade da taxa de câmbio, no entanto, podemos considerar somente os setores agrícolas e têxteis como setores de baixo investimento e que de acordo com o modelo de *hysteresis* tenderiam a sofrer com a volatilidade do câmbio. Então, por que os setores de manufaturas e de maquinaria e transportes também são impactados negativamente pela taxa de câmbio? Pode-se dizer que os bens manufaturados externos são bens facilmente substituídos pelo bem doméstico, no entanto, maquinaria e transporte não possuem tal vantagem. Dessa forma, pode-se explicar o impacto da volatilidade cambial sofrido pelo setor de maquinários, pelo fato de até mesmo em países desenvolvidos o comércio de bens de capital se tornar difícil em períodos de grande incerteza cambial, assim, essa incerteza tende a influenciar negativamente no comércio desses produtos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, na busca para explicar o impacto da volatilidade cambial no comércio setorial dos países do NAFTA, as estimativas do presente estudo trouxeram resultados satisfatórios do ponto de vista teórico e estatístico, sendo que, de oito setores estudados quatro apresentaram coeficientes de volatilidade significativos ao contrário dos quatro restantes. Pode-se afirmar que, para o total do comércio entre os países do NAFTA no período de 2001 a 2014, a volatilidade cambial foi estatisticamente significativa de modo a impactar de forma negativa as exportações do bloco regional, indo no sentido contrário aos

resultados encontrados por Asseery e Peel (1991), no qual a volatilidade impactou positivamente o comércio e no mesmo sentido de Bahmani-Oskooee e Scott (2009), Augustine (1995), Toda (2012), Campos e Bittencourt (2014), Bittencourt, Larson e Thompson (2007) e Chowdhury (1993) que observaram influência negativa. Uma explicação possível para o impacto negativo da volatilidade cambial no comércio internacional pode ser atribuída à aversão ao risco dos agentes (Clark et al, 2004), onde em períodos de grande incerteza estes preferem reduzir suas atividades, com o objetivo de evitar a exposição ao risco, em lugar de tentar obter potenciais ganhos com as fortes oscilações do câmbio (Bahmani-Oskooee e Scott, 2009).

Dessa forma, políticas econômicas que objetivem a redução da volatilidade cambial, podem auxiliar no crescimento do nível de emprego e renda e na redução da incerteza dos agentes. Portanto, este estudo buscou explorar as relações entre volatilidade cambial e comércio internacional, sendo que novas medidas de volatilidade e novos estudos podem ser feitos para reforçar ou contrastar os resultados obtidos com esta pesquisa, para que de forma produtiva auxilie na tomada de decisões.

## AGRADECIMENTOS

Os autores gostariam de agradecer o apoio financeiro à pesquisa realizada junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e todo o apoio dos membros do Núcleo de Economia Internacional e Desenvolvimento Econômico (NEIDE – UFPR/CNPq).

## REFERÊNCIAS

- Alexander, C. **Modelos de Mercado: Um Guia para Análise de Informações Financeiras**/Carol Alexander; tradução José Carlos de Souza Santos. São Paulo: Bolsa de Mercadorias e Futuros, 2005.
- Anderson, J.E.; Van Wincoop, E. Trade costs. **Journal of Economic Literature**, v. 42, n. 3, p. 691-751, 2004.
- Augustine, C. A. The Effects of Exchange-Rate Volatility on U.S. Exports: An Empirical Investigation. **Southern Economic Journal**, Texas, vol.62, n. 1, pp. 34-43, jul. 1995.
- Asseery, A., and Peel, D. A. The Effects of Exchange Rate Volatility on Exports. **Economics Letters**, 37, 173-177. 1991.



- Bahmani-Oskooee, M. e Scott, W. H. The Effects of Exchange-Rate Volatility on Commodity Trade between the United States and Mexico. **Southern Economic Journal**, vol.75, n 4, pp1019-1044. 2009.
- Bittencourt, M. V.L.; Larson, D. W. e Thompson, S. R. Impactos da volatilidade da taxa de câmbio no comércio setorial do Mercosul. Estudos Econômicos, vol.37 no.4, São Paulo, Oct./Dec. 2007.**
- Bollerslev, T. Generalized autoregressive conditional heteroscedasticity. Journal of Econometrics, v.31, n.3, 307-327, 1986.**
- Bueno, Rodrigo De Losso da Silveira. **Econometria de Séries Temporais**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- Campos, A. C.; Bittencourt, G. M. Efeitos da instabilidade da taxa/ de câmbio no comércio setorial entre Brasil e seus principais parceiros comerciais. **Economia Aplicada**, Vol. 18. n.4. Ribeirão Preto. 2014.
- Carmo, A. S. S.; Bittencourt, M. V. L. O comércio intra-industrial entre Brasil e os países da OCDE: decomposição e análise de seus determinantes. **Revista Análise Econômica**, 2013.
- Cheng, H.; Wall, H.J. Controlling for Heterogeneity in Gravity Models of Trade and Integration. **Federal Bank of St. Louis Review**, 87(1), pp. 49-63, January/February 2005.
- Cho, G., Sheldon, I. M. and McCorrison, S. Exchange rate uncertainty and agricultural trade. **American Journal of Agricultural Economics** 84 (4), 932-942, 2002.
- Chowdhury, A. R. Does Exchange Rate Volatility Depress Trade Flows? Evidence from Error-Correction Models. **The Review of Economics and Statistics**, vol. 75, n. 4, pp. 700-706, nov. 1993.
- Clark, P.; Tamirisa, N.; Wei, S.J.; Sadikov, A.; Zeng, L. Exchange Rate Volatility and Trade Flows - Some New Evidence. **International Monetary Fund**, 2004.
- Dell'Ariccia, G. Exchange rate fluctuations and trade flows. **IMF Staff Papers** 46, 293-314, 1999.
- Engle, R. Autoregressive conditional heteroscedasticity with estimates of the variance of United Kingdom inflation. **Econometrica**, v.50, n.4, 987-1007, 1982.
- Franke, G. Exchange rate volatility and international trading strategy. **Journal of International Money and Finance**. 1991.
- Johnston, J. DiNardo, J. **métodos econométricos**. São Paulo: Mc Graw Hill, 2001.
- Jesus, L. **O impacto da volatilidade cambial nas exportações brasileiras para o mercosul: uma análise em painel dinâmico**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2010.
- Mendonça, T. G. **Instituições e comércio bilateral de produtos agropecuários**. 39º Encontro Nacional de Economia, 2011.
- Ministério das Relações Exteriores/Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (FUNCEX/RJ). **O Brasil e o NAFTA: Impacto sobre o Comércio e Investimentos**. Brasília: ABRIGRAF, 1993.
- Morettin, Pedro A. **Econometria Financeira – Um Curso em Séries Temporais Financeiras**. São Paulo: Blucher, 2008.
- Peree, E.; A. Steinherr. Exchange rate uncertainty and foreign trade. **European Economic Review** 33, 1241-64, 1989.
- Pindyck, Robert S.; Rubinfeld, D. L. **Econometria**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- Pinheiro, J. L. **Mercado de Capitais: fundamentos e técnicas**/Juliano Lima Pinheiro. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- Ratti, B. **Comércio Internacional e Câmbio**. Brasil: Aduaneiras, 1997.
- Toda, M. K. B. **Impactos da Volatilidade da Taxa de Câmbio no Comércio Setorial do Mercosul e da Alca**. Curitiba: UFPR. Relatório PIBIC/CNPq, 2012.
- Trade Map. Disponível em: <<http://www.trademap.org/Index.aspx>>.
- Wei, S.J. Intra-national versus international trade: How stubborn are nations in global integration?. **NBER Working Paper 5531**, Cambridge, MA. NBER, 1996.
- Willet, T.D. Exchange-Rate Volatility, International Trade, and Resource Allocation: A Perspective on Recent Research. **Journal of International Money and Finance**. Supplement, 5: SIOL-S112, March 1986.
- Wooldridge, J. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**; tradução Rogério César de Souza, José Antônio Ferreira. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.
- World Integration Trade Solution. Disponível em: <<http://wits.worldbank.org/>>.

## O BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE AUXÍLIO-RECLUSÃO: OS EFEITOS RESTRITIVOS DA LEI N. 13.846/2019

### THE SOCIAL SECURITY BENEFIT OF RECLUSION: THE EFFECTS RESTRICTIVE LAW N° 13,846/ 2019

Christiane Cruvinel Queiroz\*

#### RESUMO

O artigo discute os efeitos restritivos da Lei n. 13.846/2019, resultado da conversão da Medida Provisória n. 871/2019, na concessão do benefício previdenciário de auxílio-reclusão, devido aos dependentes do segurado preso e de baixa renda, num contexto de governo filiado ao aparato teórico neoliberal. Adotou-se como procedimento metodológico a revisão bibliográfica e pesquisa documental na temática do direito previdenciário e do benefício de auxílio-reclusão. Os resultados estão apresentados com a delimitação do tema na seara do regime geral de previdência social no Brasil; os requisitos legais para a concessão do auxílio-reclusão e as alterações promovidas no instituto com a publicação da Medida Provisória n. 871/2019. Conclui-se que os novos critérios para a concessão do auxílio-reclusão, de caráter nitidamente restritivos, têm o condão de afetar, de maneira direta e imediata, a proteção social das inúmeras famílias de segurados presos e de baixa renda.

**Palavras-chave:** Previdência Social; Auxílio-Reclusão; Contrarreforma; Lei 13.846/2019.

#### ABSTRACT

The article discusses the restrictive effects in Law n. 13.846/2019, result of conversion of Provisional Measure n. 871/2019 in the concession of social security benefit in reclusive help, to owen to dependetes of insured arrested and the low income, in a context of government affiliated with the neoliberal theoretical apparatus. The methodology is based on bibliographical assessment and documentary research on the theme of right social security and benefit of reclusive help. The results are presented with delimitation oh theme in the field of general social security scheme in Brazil; the legal requirements for the granting of reclusive help and the changes at institute wich the publication in Provisional Measure n. 871, January 18, 2019. Concludes that new criteria for granting the seclusion aid, of strictly restrictive character, have the power to affect, directly and immediately, the social protection of numerous families of prisoners insured and of low income.

**Key-Words:** Social Security; Reclusive Help; Counterreform; Law 13.846/2019

---

\*Graduada em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba (1997). Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, na linha Estado, Direitos e Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018). Servidora pública lotada no Ministério Público Federal em Ponta Grossa/Pr. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direitos Fundamentais, pesquisando principalmente nos seguintes temas: seguridade social, assistência social e políticas públicas sociais.

## INTRODUÇÃO

A seguridade social brasileira está concebida na Constituição Federal de 1988 como um sistema que integra um conjunto de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade com vistas a assegurar direitos sociais relativos à saúde, previdência social e assistência social. Traz a marca da proposta de universalização dos direitos sociais como forma de superação das desigualdades sociais numa sociedade de classes capitalista.

Como nos coloca Briguet, Victorino e Horvarth Junior (2007), o sistema de seguridade social impõe ao Estado a garantia de satisfação das necessidades sociais dos seus cidadãos, tanto no aspecto da prestação econômica quanto no fornecimento dos meios para que o indivíduo consiga superar as adversidades que possam surgir no seu dia a dia, quer pela via da assistência social, quer pela da saúde.

Um dos pilares da seguridade social edifica-se no sistema de previdência social, definido por Rocha (2009) como sendo um seguro social, de caráter compulsório e contributivo, cujo financiamento está a cargo dos trabalhadores e da sociedade e tem como objetivo ofertar aos segurados e dependentes os meios indispensáveis para a subsistência diante de situações que tornem inviável ou desaconselhável o sustento pelo trabalho.

De modo que a possibilidade de ampliação da proteção social previdenciária, assim como a capacidade redistributiva da riqueza social produzida, são alvos de constantes ataques e mudanças por setores conservadores que buscam refrear estes avanços sociais.

Assim é que o direito fundamental à previdência social, em tempos de governos filiados ao aparato teórico neoliberal<sup>1</sup>, tem sido alvo de reformas estruturais capazes de alterar o sistema público de proteção previdenciária, colocado por Costa (2017, p. 174) como o “[...] conflito entre a universalização e a ampliação da proteção previdenciária e as medidas de ajustes fiscais que alteram as regras para o acesso aos benefícios previdenciários”.

É sabido que o Brasil, logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, tornou-se signatário das medidas neoliberais propagadas no Consenso de Washington e concretizadas por meio de medidas de ajuste fiscal, controle inflacionário e diminuição da presença do Estado na economia, as quais se traduziram numa ofensiva ao processo de construção dos direitos sociais recém-positivados na norma constitucional. Fagnani (1996, p. 86) denomina este movimento de “contrarreforma conservadora”, levado a efeito por setores governamentais que pregavam a implementação de políticas sociais somente depois de alcançado o funcionamento adequado da economia e do crescimento do país.

Esta hegemonia neoliberal tem se prolongado desde então, com algumas nuances nos períodos dos governos de Lula e Dilma (2003/2017)<sup>2</sup>. Na atualidade, temos vivenciado um “[...] aumento do conservadorismo e pela utilização de medidas neoliberais ortodoxas, que buscam atender os interesses do capital (inter)nacional e na mesma medida negligenciar as reais necessidades da maioria trabalhadora”, como nos coloca Silva (2018, p. 156).

De modo que o artigo busca apreender, de forma crítica, as alterações promovidas no benefício previdenciário de auxílio-reclusão, ofertado no regime geral de Previdência Social – RGPS, num contexto de desmonte dos direitos sociais e, em especial, por se tratar de uma modalidade de benefício previdenciário que tem sido alvo de ataques negativos nos últimos tempos, tanto da sociedade civil quanto dos governantes e até mesmo de operadores do direito previdenciário.

Neste sentido, no período de campanha eleitoral, o presidente da república Jair Bolsonaro referiu-se ao benefício como “bolsa bandido”<sup>3</sup>. A Medida Provisória nº. 871/2019 (BRASIL, 2019), publicada nos primeiros dias do seu governo e posteriormente convertida na Lei 13.846/2019, teve o propósito de restringir a concessão do benefício de auxílio-reclusão,

<sup>1</sup> No ideário neoliberal prevalece a lógica de que a indesejável intervenção do Estado no enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas, geradas no interior do sistema capitalista, resulta no aumento dos custos e diminuição dos lucros e no desestímulo dos trabalhadores que abandonariam o sistema produtivo em troca dos benefícios concedidos pelo Estado (FRIEDMAN, 1985).

<sup>2</sup> Para Kerstenetzky(2012) a experimentação inédita no país do modelo de interação entre políticas sociais e econômicas, com “políticas sociais economicamente orientadas” e “políticas econômicas socialmente orientadas” possibilitaram aliar medidas de ajuste fiscal em favor dos interesses do capital, em especial do financeiro, com um projeto de crescimento redistributivo.

<sup>3</sup> Matéria veiculada no portal Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/15/governo-busca-o-fim-do-auxilio-reclusao-entenda/>>. Acesso em 2 de abr. de 2019.

num evidente alinhamento ‘político-ideológico’, como nos adverte Neves (2011, p. 29).

Na pesquisa de Chies e Passos (2012), cujo campo empírico foi o ambiente virtual da internet, no ano de 2011, restou evidenciado que 38,7% das mensagens postadas em redes sociais sobre o instituto do auxílio-reclusão tinham cunho negativo, com categorias emergentes como a oposição entre trabalhador e delinquente; trabalho e ócio/crime; estímulo ao crime e tolerância zero.

No mesmo sentido, operadores do direito colocam-se contrários à previsão deste direito social, tal como Martins (1999, p. 285) que defende a extinção do benefício de auxílio-reclusão ao argumentar que: “[...] não é possível que a pessoa fique presa e ainda a sociedade como um todo tenha de pagar um benefício à família do preso, como se este estivesse falecido.”

E não podemos deixar de observar que tramita a PEC n. 3/2019 (BRASIL, 2019) com a reunião de um pacote de medidas relacionadas à temática da segurança pública e, dentre elas, a proposição da extinção do benefício previdenciário de auxílio-reclusão.

De modo que diante do contexto de ataques frontais ao direito social do auxílio-reclusão, os quais ganham densidade diante da propagação de informações que reafirmam as representações sociais negativas sobre o instituto do auxílio-reclusão - como por exemplo, de que se trata de um benefício previdenciário pago diretamente ao cidadão preso -, é que se faz necessária a discussão deste instituto como forma de elucidação de um direito social de titularidade dos dependentes do segurado preso, assim como de enfrentamento às tentativas de desconstrução dos direitos sociais assegurados na Constituição Federal de 1988, em tempos de governos neoliberais.

### 1. O auxílio-reclusão: requisitos legais

O benefício previdenciário denominado auxílio-reclusão tem previsão assegurada no artigo 201, inciso IV, da Constituição Federal (BRASIL, 1988), com alteração da redação pela Emenda Constitucional n. 20 de 1998 (BRASIL, 1998).

Consiste na oferta de benefício pecuniário, substitutivo da renda do trabalhador e, portanto, nunca inferior ao valor do salário-mínimo, devido aos dependentes dos segurados de baixa renda, assim definida como a renda bruta mensal igual ou inferior a R\$

360,00 (trezentos e sessenta reais), corrigida anualmente pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social, nos termos do artigo 13 da EC 20/1998 (BRASIL, 1998). Na atualidade, o teto financeiro para configuração do critério de baixa renda está fixado em R\$ 1.364,43, pela Portaria n. 9 do Ministério da Economia (BRASIL, Ministério da Economia, 2019).

Trata-se, pois, de um benefício *intuitu familiae* que sofreu restrição com o critério de seletividade da renda do segurado - imposto pela EC n. 20/1998<sup>4</sup> (BRASIL, 1998) -, duramente criticado à época, por operadores do direito, dentre eles Martinez (1999, p. 117) para quem: “A modificação do benefício, para pior, é incompreensível e discriminatória, convindo suscitar a impropriedade em face dos postulados fundamentais da Lei Maior”.

Segundo nos coloca Russomano (1981) desde a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões no Brasil, no início da década de 1930, já existiam previsões legais que buscavam amparar os dependentes do segurado detento ou preso. Inicialmente, o benefício foi previsto no ordenamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos – IAPM; depois expandido para o extinto Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários – IAPB e, finalmente, generalizado para todos os segurados na Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS (BRASIL, 1960).

Ainda segundo Russomano (1981, p. 214), o espírito da lei que ampara a família do segurado preso, reside na circunstância de que:

O criminoso, recolhido à prisão, por mais deprimente e dolorosa que seja a sua posição, fica sob a responsabilidade do Estado. Mas, seus familiares perdem o apoio econômico que o segurado lhes dava e, muitas vezes, como se fossem os verdadeiros culpados, sofrem a condenação injusta de gravíssimas dificuldades.

De modo que o instituto do auxílio-reclusão busca assegurar o direito fundamental previsto no artigo 5º, inciso XLV, da Constituição Federal (BRASIL, 1988), consistente na intranscendência da pena da

<sup>4</sup> É importante observar que, tal como nos coloca Faleiros (2010, p. 115), a reforma da previdência social com a promulgação da Emenda Constitucional n. 20/1998 foi o resultado da “[...] correlação de forças de predomínio de um bloco neoconservador [então] no poder, com discurso modernizante e políticas vinculadas ao Fundo Monetário Internacional”.

pessoa do acusado, em outras palavras, na garantia de que os efeitos da pena criminal não passarão da pessoa do preso em razão de ato ilícito por ele praticado.

A regulamentação dos benefícios previdenciários ocorreu com a publicação da Lei n. 8.213/1991 (BRASIL, 1991) que prevê a concessão do auxílio-reclusão, nos termos do artigo 80, cuja redação anterior à publicação da Medida Provisória n. 871/2019, convertida na Lei 13.846/2019, assim estabelecia:

Art. 80. O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço.

Parágrafo único. O requerimento do auxílio-reclusão deverá ser instruído com certidão do efetivo recolhimento à prisão, sendo obrigatória, para a manutenção do benefício, a apresentação de declaração de permanência na condição de presidiário.

Na sequência, elencaremos os requisitos legais para a concessão do auxílio-reclusão aos dependentes do segurado preso e de baixa renda, sem as alterações promovidas inicialmente pela MP n. 871/2019 e ratificadas com a sua conversão na Lei 13.846/2019, as quais serão adiante abordadas de forma comparativa. Ainda trataremos dos posicionamentos adotados por nossos Tribunais, num critério ampliativo da cidadania social, sobre alguns dos requisitos legais para a concessão do auxílio-reclusão.

### 1.1 Requisitos legais do auxílio-reclusão anteriores à Medida Provisória n. 781/2019 convertida na Lei n. 13.846/2019

Para a compreensão dos efeitos restritivos dos novos critérios estabelecidos pela Medida Provisória n. 871/2019 e ratificados com a publicação da Lei 13.846/2019, no que diz respeito à concessão do benefício previdenciário de auxílio-reclusão, faz-se necessário, de antemão, abordarmos os requisitos legais vigentes até então, alguns destes mantidos com a publicação da nova legislação.

O benefício previdenciário do auxílio-reclusão, como modalidade de seguro social e, portanto, de natureza contributiva, tem caráter temporário e natureza substitutiva da renda do segurado recluso.

Tem como fundamento assegurar proteção social, por meio do sustento financeiro, aos dependentes dos segurados obrigatórios ou facultativos<sup>5</sup>, enquanto permanecer encarcerado. Aqui reside a primeira polêmica deste benefício porque a despeito de ser devido aos dependentes do segurado recluso e não ao próprio preso é costumeiramente, no senso comum, apreendido como benefício pago em favor ou diretamente ao cidadão preso.

Para fazer jus ao recebimento do auxílio-reclusão, o segurado preso não pode receber remuneração da empresa ou encontrar-se em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria.

Para a aferição do critério “baixa renda” deve-se levar em consideração o salário de contribuição do segurado na data do recolhimento à prisão. De modo que o último salário percebido pelo segurado recolhido à prisão, denominado de salário de contribuição para fins previdenciários, deve ser igual ou inferior a R\$ 1.364,43, a partir de janeiro de 2019. Como já dito, este teto financeiro é atualizado anualmente por portaria ministerial.

Nossos tribunais<sup>6</sup> têm considerado que o critério econômico de baixa renda não é absoluto, podendo ser flexibilizado para a exclusão de parcelas não habituais no salário do segurado, como por exemplo o pagamento eventual de horas extras, na esteira dos entendimentos jurisprudenciais em relação ao critério econômico<sup>7</sup> do benefício assistencial de prestação continuada, mais conhecido como BPC.

<sup>5</sup> O rol dos segurados obrigatórios e facultativos da Previdência Social está previsto nos artigos 11 a 13 da Lei n. 8.213/1991.

<sup>6</sup> Neste sentido são os julgados: a) Superior Tribunal de Justiça. REsp. 1.479.564/SP, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, 1ª Turma, DJe 18.11.2014 Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?termo=1.479.564&aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&chkordem=DESC&chkMorto=MORTO>>. Acesso em 6 abr. de 2019.

b) Turma Nacional de Uniformização, Ação n. 0003705-39.2013.4.02.5050, Relatora: Carmem Elizangela Dias Moreira de Resende, Julgado em 22/03/2018. Disponível em: <[https://eproctnu.cjf.jus.br/eproc/externo\\_controlador.php?acao=inteiro\\_teor&codigo\\_verificador=900000022083v5&codigo\\_crc=996a4348](https://eproctnu.cjf.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=inteiro_teor&codigo_verificador=900000022083v5&codigo_crc=996a4348)>. Acesso em 01 abr. 2019.

<sup>7</sup> Nos termos do artigo 20 da Lei 8.742/1993 o critério econômico para aferição da hipossuficiência do idoso ou do portador de deficiência é de renda mensal per capita inferior a ¼ do salário-mínimo. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADIn n. 1.232/DF, declarou a inconstitucionalidade do critério legal de ¼ do salário mínimo, por considerá-lo defasado para representar a situação de miserabilidade do cidadão requerente. Reconheceu-se a não exclusividade do critério de renda de ¼ do salário mínimo para fins de aferição da condição socioeconômica, podendo ser levado em consideração, no caso concreto, outros parâmetros para comprovação da condição de hipossuficiência econômica.

A Turma Nacional de Uniformização proferiu julgados que afirmam ser necessário considerar a renda do segurado preso como parâmetro para a concessão do benefício e não a renda dos seus dependentes. Esta questão restou consolidada com o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do RE 587.365<sup>8</sup> que ao firmar o entendimento de que era a renda do segurado preso que deveria ser utilizada como parâmetro para a concessão do benefício, também declarou a constitucionalidade do critério de seletividade estabelecido na Emenda Constitucional n. 20/1998.

De modo que ainda que a renda dos dependentes supere o teto do critério econômico para fins de apuração do conceito de baixa renda, o que deve ser levado em consideração é o valor da remuneração do segurado preso.

No caso do segurado encontrar-se desempregado na data de sua prisão, desde que mantida a sua qualidade de segurado, a autarquia previdenciária tem considerado como remuneração, para fins de aferição do critério de baixa renda, o último salário percebido pelo segurado recluso.

Sabe-se que a manutenção da qualidade de segurado, nos termos do artigo 15, inciso II, da Lei 8.213/91 (BRASIL, 1991), será mantida pelo período de até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições pelo segurado que deixou de exercer atividade remunerada. E o § 2º, do mesmo artigo, estabelece que o referido prazo será acrescido de 12 (doze) meses quando o segurado estiver comprovadamente desempregado.

Apesar de a autarquia previdenciária retroceder para alcançar o último salário de contribuição do segurado que se encontrava desempregado no momento da prisão, nossos Tribunais<sup>9</sup> têm entendido que a situação de desemprego gera ausência total de remuneração do segurado, devendo esta falta de renda ser considerada para fins de fixação do critério baixa renda, de forma

a não retroagir no tempo em busca do último salário de contribuição. Assim, ainda que os salários de contribuição anteriores do segurado preso tivessem sido superiores ao teto fixado em portaria ministerial, o critério de baixa renda restará configurado posto que o segurado não auferia renda no momento da sua prisão.

Para a concessão do auxílio-reclusão é preciso comprovar a qualidade de dependente do segurado, segundo o rol do artigo 16 da Lei n. 8.213/1991 (BRASIL, 1991). O valor do benefício é rateado igualmente entre todos os dependentes e a cota-parte recebida por um dependente é dividida igualmente entre os demais dependentes, quando um dos dependentes perde esta qualidade. E o benefício será extinto após a perda do direito do último dependente habilitado.

A data de início do benefício será fixada na data do efetivo recolhimento do segurado à prisão, se o benefício for requerido pelos dependentes do preso até trinta dias depois da data da prisão ou na data do requerimento, se posterior.

O benefício de auxílio-reclusão, dado o seu caráter temporário, era devido enquanto o segurado estiver recolhido à prisão sob regime fechado ou semiaberto. Também é devido aos dependentes do segurado maior de 16 anos e menor de 18 anos de idade, internado em estabelecimento educacional ou congênere, sob custódia do Juizado da Infância e Juventude.

Nos casos em que o segurado preso é transferido para o regime semiaberto harmonizado com monitoração eletrônica que lhe possibilita estudar, trabalhar e manter o convívio familiar, o posicionamento judicial tem sido de não considerar mais devido o pagamento do benefício de auxílio-reclusão aos dependentes haja vista a possibilidade do segurado de prover a família com o próprio trabalho.

Na hipótese de fuga do segurado preso, o benefício será suspenso e, se houver recaptura, será restabelecido a contar da data em que esta ocorrer, desde que esteja mantida a qualidade de segurado. Contudo, Coimbra (1997, p. 133) diverge desta previsão legal ao sustentar que o benefício é devido à família do segurado e, portanto, “[...] o fato de ter se evadido o segurado, de estar foragido, em nada altera os termos da questão, nem melhora a situação de seus dependentes, os titulares da prestação de que se cuida”.

Por fim, vale mencionar que o exercício de atividade remunerada pelo segurado recluso na condição

<sup>8</sup> RE 587.365, Supremo Tribunal Federal. Relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, julgado em 25 de março de 2009. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=591563>>. Acesso em 24 set. de 2019.

<sup>9</sup> Neste sentido, é o julgado do Tribunal Regional Federal da 1ª. Região na Apelação do MS 1999.36.00.008890-5/MT, de Relatoria do Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira, julgado em 14/05/2007. Acesso em: <<https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php>>. Acesso em 06 de abr. de 2019. Também o julgado do Superior Tribunal de Justiça no Resp 1480461/SP, de Relatoria do Ministro Herman Benjamin, 2ª. Turma, DJe 10/10/2014. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?termo=1480461&aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&chkordem=DESC&chkMorto=MORTO>>. Acesso em 06 de abr. de 2019.

de cumprimento da pena, no regime fechado ou semiaberto, não acarreta a perda do direito ao auxílio-reclusão pelos seus dependentes, nos termos do artigo 2º. da Lei 10.666/2003 (BRASIL, 2003).

Para a concessão do benefício do auxílio-reclusão faz-se necessário o cumprimento de todos os requisitos acima elencados, o que vale dizer que o descumprimento de apenas um dos requisitos pode acarretar o indeferimento ou a cessação do benefício previdenciário.

Em linhas gerais, estes são os requisitos legais para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-reclusão previstos na legislação que antecedeu a publicação da Medida Provisória n. 871/2019 e sua posterior conversão na Lei 13.846/2019 (BRASIL, 2019). O novo ordenamento legal, de forma bastante seletiva, estabelece critérios legais para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-reclusão que, a despeito de não ter sido extinto tal instituto, restringe-o praticamente a tal ponto, assim como abordaremos na sequência.

## **2. A Medida Provisória n. 871/2019 e sua conversão na Lei 13.846/2019: os efeitos restritivos**

A Medida Provisória n. 871, de 18 de janeiro de 2019, foi publicada pelo governo do presidente Bolsonaro com o objetivo de instituir os programas especiais para análise e revisão de benefícios previdenciários com indícios de irregularidade, assim como dos benefícios por incapacidade concedidos no regime geral de previdência social. A exposição de motivos coloca como justificativa da medida, a necessidade de promover melhorias na gestão dos benefícios por meio do combate a fraudes e apuração de benefícios com suspeita de irregularidades visando alcançar “[...] efeitos fiscais relevantes, com a potencial cessação de benefícios irregulares e fraudulentos e a recuperação dos valores indevidamente pagos.” (BRASIL, 2019)

Com efeito, denota-se que os motivos que fundamentam a implantação deste programa de análise e revisão dos benefícios previdenciários estão nitidamente amparados na lógica de ajuste estrutural<sup>10</sup>, pro-

posta pelo ideário neoliberal do qual o governo federal de Bolsonaro encontra-se filiado. O propósito evidente destas medidas de ajuste fiscal é a desconstrução dos direitos sociais, considerados como custos ou gastos sociais que devem ser reduzidos ou eliminados em prol de assegurar a eficácia econômica e a liberdade de circulação do capital.

Ainda no bojo da exposição de motivos da Medida Provisória n. 871/2019, após destacar o impacto crescente do número de benefícios previdenciários concedidos por ordem judicial – e auxílio-reclusão é um deles –, ou seja, cerca de 15% do total de benefícios previdenciários pagos pelo INSS em 2018, propõe-se, de forma expressa, a restrição na concessão do benefício de auxílio-reclusão (BRASIL, 2019).

De modo que o artigo 80 e parágrafos da Lei n. 8.213/91 (BRASIL, 1991), com a redação alterada pela Lei 13.846/2019, resultado da conversão da Medida Provisória n. 871/2019 (BRASIL, 2019), passa a disciplinar a concessão do auxílio-reclusão mediante o preenchimento dos seguintes critérios:

Art. 80. O auxílio-reclusão será devido nas condições da pensão por morte, respeitado o tempo mínimo de carência estabelecido no inciso IV do caput do art. 25, aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão em regime fechado, que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, pensão por morte, salário-maternidade, aposentadoria ou abono de permanência em serviço.

(...)

§ 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se segurado de baixa renda aquele que, no mês de competência de recolhimento à prisão, tenha renda, apurada nos termos do disposto no § 4º deste artigo, de valor igual ou inferior àquela prevista no art. 13 da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, corrigido pelos índices de reajuste aplicados aos benefícios do RGPS.

§ 4º A aferição da renda mensal bruta para enquadramento do segurado como de baixa renda ocorrerá pela média dos salários de contribuição apurados no período de 12 (doze) meses anteriores ao mês do recolhimento à prisão.

São significativas as mudanças legislativas no instituto do auxílio-reclusão.

<sup>10</sup> Segundo Soares (2000) este modelo de ajuste estrutural é desencadeado por políticas liberalizantes para abertura comercial e financeira do país; privatizantes do setor público para comprimir a presença estatal e de desregulamentação dos mercados.

Primeiro, a norma passa a exigir a comprovação de tempo de carência de 24 contribuições mensais anteriores a data da prisão do segurado. Nos termos do artigo 24 da Lei n. 8.213/91 (BRASIL, 1991), o período de carência é definido como número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, considerada a data do efetivo recolhimento da primeira contribuição sem atraso<sup>11</sup>.

Trata-se de critério legal de acesso bastante restritivo que já tinha sido alvo de tentativa de implementação em 2014, com a publicação da Medida Provisória n. 664 que foi rejeitada pelo Poder Legislativo, mantendo a redação original do artigo 80 da Lei n. 8.213/91 (BRASIL, 1991) que não exigia tempo de carência.

É possível observarmos, com suporte a análise de Pochmann (2019, p. 249) acerca do que se considera a mais grave recessão econômica vivida no país desde a década de 1930 e diante do projeto neoliberal de “desmonte do padrão corporativo das relações de trabalho”, que os reflexos no mundo do trabalho têm sido o desemprego em massa, o declínio dos postos formais de trabalho e a precarização das relações de trabalho. Certamente tal quadro político e econômico afetará a capacidade do cidadão de comprovar o prévio recolhimento de contribuição previdenciária, pelo período de 24 meses, para que sua família possa acessar o benefício previdenciário.

E a exposição de motivos da Medida Provisória n. 871/2019, no item 23, não deixa margem de dúvidas quanto a intencionalidade da exigência de carência prévia, quando afirma que tal critério obstará “[...] a concessão para pessoas fora do perfil que estejam desempregadas na véspera da prisão” (BRASIL, 2019).

O artigo 27-A da Lei 8.213/1991 (com a redação dada pela Lei 13.846/2019) ainda estabelece que na hipótese de perda da qualidade de segurado, para que seja possível a concessão do benefício de auxílio-reclusão, será necessário que o segurado retorne a contribuir pelo prazo mínimo de 12 contribuições mensais, a partir da data da nova filiação ao regime de previdência social para que possa acessar o benefício do auxílio-reclusão.

A nova legislação também disciplina o critério de baixa renda na redação do *caput* do artigo 80 que disciplina a concessão do benefício de auxílio-reclusão. Em outras palavras, traz para o corpo da norma principal o critério seletivo que havia sido fixado na redação do artigo 13 da Emenda Constitucional n. 20/1998 (BRASIL, 1998).

Ainda, no que diz respeito a renda do segurado para fins de enquadramento do critério de baixa renda, institui-se o cálculo da média dos últimos salários de contribuição do segurado preso, apurados no período de doze meses anteriores ao mês do recolhimento à prisão.

Certamente, tal regramento visa restringir as concessões judiciais do auxílio-reclusão que caminhavam no sentido de considerar a ausência de renda do segurado preso na hipótese de desemprego ou de flexibilização do teto para fins de fixação do critério de baixa renda com a exclusão de parcelas eventuais ou não habituais no último salário de contribuição do segurado.

Esta sistemática de apuração da renda mensal do segurado vai de encontro ao entendimento firmado na jurisprudência dos Juizados Especiais Federais de considerar o último salário de contribuição no caso de segurado empregado ou a ausência de renda no caso de segurado desempregado, ainda que este auferisse renda superior ao teto fixado pelo INSS quando do vínculo empregatício, porque se levava em conta o valor da renda ou ausência da mesma na data da prisão.

Outro requisito imposto, de caráter igualmente restritivo, é a vedação de que o segurado esteja recebendo pensão por morte ou salário-maternidade. Vale lembrar que na redação original do artigo 80 da Lei n. 8.213 (BRASIL, 1991), havia a proibição de que o segurado preso estivesse recebendo remuneração da empresa ou no gozo de auxílio-doença, aposentadoria ou de abono de permanência em serviço.

Por ora, foram acrescentados outros dois benefícios previdenciários como impeditivos para o recebimento do auxílio-reclusão, lembrando que ambos têm periodicidade limitada no tempo: a pensão por morte tem duração máxima de 3 a 20 anos para faixa etária dos dependentes na data do óbito de menor de 21 anos a 43 anos. Para os dependentes a partir de 44 anos o período é vitalício. Já o salário-maternidade tem prazo de 120 dias. Estando o segurado percebendo um destes benefícios (auxílio-doença, abono

<sup>11</sup> Não se admite para efeitos de carência as contribuições recolhidas com atraso referentes a competências anteriores a data do primeiro recolhimento sem atraso.



de permanência, auxílio-maternidade, aposentadoria ou pensão por morte), no momento do cumprimento da pena no regime fechado, os seus dependentes não poderão acessar o auxílio-reclusão.

E, por fim, a nova legislação fixa como evento determinante do auxílio-reclusão apenas na hipótese do segurado ser recolhido à prisão em regime fechado, excluindo, deste modo, o regime semiaberto. É importante lembrar que no cumprimento da pena privativa de liberdade, o acusado que teve a pena privativa de liberdade fixada em limite superior a oito anos,

inicia o seu cumprimento em regime fechado que, gradativamente, progride<sup>12</sup> para o regime semiaberto, como medida de retorno do preso ao convívio em sociedade. Assim, quando desta condição, a família do segurado recluso perderá a proteção previdenciária do auxílio-reclusão.

De modo que, em síntese, o Quadro 1 traz o registro comparativo das mudanças promovidas no instituto do auxílio-reclusão com a publicação da Lei 13.846/2019, resultado da conversão da Medida Provisória n. 871/2019.

Quadro 1: Mudanças no benefício do auxílio-reclusão promovidas pela Lei n. 13.846/2019

Requisitos para concessão do auxílio-reclusão	Antes da publicação da Lei n. 13.846/2019	Após a publicação da Lei n. 13.846/2019
<b>Evento</b>	Segurado preso em regime fechado ou semiaberto	Segurado preso em regime fechado
<b>Hipóteses de vedação ao recebimento</b>	Segurado preso não pode estar recebendo remuneração da empresa, auxílio-doença, aposentadoria ou de abono de permanência em serviço.	Acrescida as hipóteses de pensão por morte e salário-maternidade.
<b>Beneficiários</b>	Dependentes previstos no rol do artigo 16 da Lei n. 8.213/1991	Mantido
<b>Carência</b>	Não existia	24 contribuições mensais anteriores a data da prisão do segurado
<b>Nova filiação após perda da qualidade de segurado</b>	Independia de prévio recolhimento	12 contribuições mensais a partir da data da nova filiação
<b>Teto econômico para enquadramento do conceito de baixa renda</b>	Reajustado anualmente por portaria ministerial.	Mantido
<b>Renda mensal para apuração do critério econômico de baixa renda</b>	Salário de contribuição do segurado preso na data do recolhimento à prisão. Pode ser igual a zero em caso de situação de desemprego comprovada.	Média dos últimos salários de contribuição do segurado preso, apurados no período de doze meses anteriores ao mês do recolhimento à prisão
<b>Comprovação da condição de segurado preso</b>	Para a concessão: certidão judicial que ateste o recolhimento efetivo à prisão; Para manutenção: prova de permanência na condição de presidiário	Mantido

Fonte: Lei n. 8.213/1991 e MP 871/2019. Elaboração: a autora.

Com efeito, a mudança legislativa no instituto do auxílio-reclusão, com a inclusão de critérios seletivos têm o condão de restringir, drasticamente, o acesso ao benefício previdenciário e, desse modo, contribuir para o agravamento do quadro de pobreza do trabalhador e aumento dos níveis de desigualdade social já dimensionados por autores como Pochmann (2019) e Salomão, Raiher e Schimanski (2017). Isto porque o auxílio-reclusão foi criado com o objetivo de amparar a família do segurado preso, por meio da substituição temporária da fonte de subsistência dos membros da família que são submetidos aos efeitos

sociais e econômicos decorrentes do encarceramento, em regime fechado, do segurado preso.

A alteração legislativa no instituto do auxílio-reclusão, assim como as recentes reformas trabalhista e previdenciária, além do novo pacto fiscal instituído com a Emenda Constitucional n. 95/2016, estão inseridos num projeto político de viés neoliberal, na

<sup>12</sup> A Lei de Execução Penal assegura a progressão do regime fechado de cumprimento da pena para o regime semi-aberto, com autorização para trabalho externo durante o dia e dever de passar a noite na prisão, após o cumprimento de pelo menos 1/6 da pena e apresentar bom comportamento. Para os casos de crimes hediondos a progressão do regime se dá após o cumprimento de 2/5 da pena privativa de liberdade, se for réu primário, e de 3/5 da pena se for réu reincidente.

sua versão mais recrudescedora já vivida no país, que propaga a ideia de priorização máxima da política econômica em detrimento da política social tida como fonte de desestabilização do equilíbrio fiscal do país. No plano ideológico coloca-se, então, como única alternativa possível para o Estado mínimo, a via do corte dos “gastos” com as políticas públicas que visam assegurar os direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988.

Por fim, é importante mencionar que a despeito da justificativa apresentada na exposição de motivos da Medida Provisória n. 871/2019 consistente no crescimento contínuo na concessão de benefícios previdenciários, por força da judicialização da matéria, o número de benefícios de auxílio-reclusão ativos no país representa menos de 10% do total de brasileiros presos nos regimes fechado e semiaberto.

Isto porque segundo dados do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões do Conselho Nacional de Justiça<sup>13</sup>, no ano de 2017, existiam 296 mil pessoas condenadas em regime fechado e outros 105 mil brasileiros cumprindo pena em regime semiaberto. E, paralelamente, segundo dados divulgados no Anuário Estatístico da Previdência Social (BRASIL, Previdência Social, 2017) foram concedidos 22.605 benefícios de auxílio-reclusão, no mesmo ano.

Ainda vale observar que o número de auxílios-reclusão concedidos no país, segundo as informações divulgadas nos Anuários Estatísticos da Previdência Social (2013 a 2017), não sofreram significativos acréscimos, tendo sido inclusive registrado queda no número de benefícios concedidos, na linha histórica, a despeito do contínuo aumento no número de encarceramentos<sup>14</sup> no Brasil. Assim é que em 2014 foram concedidos 24.074 auxílios-reclusão; em 2015 o número de benefícios caiu para 19.851; em 2016 foram 23.960 e, como dito anteriormente, em 2017 foram 24.074 auxílios-reclusão.

O que está a demonstrar que as alterações legislativas promovidas no instituto do auxílio-reclusão

estão filiadas ao projeto político-ideológico de “contrarreforma conservadora” (FAGNANI, 1996, p. 86), com o redimensionamento do papel do Estado na execução das políticas sociais e a submissão das mesmas ao modelo de ajuste fiscal que propõe a focalização das políticas sociais em detrimento do caráter universal dos direitos sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A publicação da Lei n. 13.846/2019, resultado da conversão da Medida Provisória n. 871/2019, tem o condão de limitar, de forma absolutamente drástica, os níveis de proteção social assegurados à família do segurado preso. A análise dos novos requisitos legais para a concessão do auxílio-reclusão nos permite apreender que a hermenêutica avançada do Poder Judiciário que buscou ampliar a proteção e a cidadania social no que diz respeito à concessão do auxílio-reclusão, aliada a uma visão distorcida e preconceituosa deste instituto por parte de membros da sociedade, serviram de pano de fundo para a mais nova investida do atual governo, de caráter conservador e filiado ao aparato teórico neoliberal, contra um direito social existente no país há mais de oito décadas.

Os critérios seletivos, previstos na Medida Provisória n. 871/2019, posteriormente convertida na Lei 13.846/2019, em especial a exigência de carência mínima de 24 contribuições e a restrição do evento determinante do benefício para os casos de cumprimento de pena em regime fechado, têm o condão de acarretar desproteção social, de forma imediata, a inúmeras famílias de segurados presos e de baixa renda, que estarão impossibilitadas de acessar o benefício previdenciário que assegura a substituição da renda do trabalhador que se encontra em cumprimento de pena.

O fato de o benefício do auxílio-reclusão estar vinculado ao sustento da família do preso, a restrição ao seu acesso que se impõe com as novas alterações legislativas resultará numa dupla vitimização às famílias que além de sofrer os efeitos sociais e familiares da reclusão de um membro do grupo familiar, ainda serão atingidas pelas consequências cotidianas da ausência de renda para a provisão dos membros daquele grupo familiar.

Não há dúvidas de que vivemos momentos funestos de ataques regressivos aos direitos sociais. No

<sup>13</sup> Informação disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/87316-bnmp-2-0-revela-o-perfil-da-populacao-carceraria-brasileira>>. E também em: <[https://www.flickr.com/photos/cnj\\_oficial/43110078254/in/photos-tream/](https://www.flickr.com/photos/cnj_oficial/43110078254/in/photos-tream/)>. Acesso em 2 de abr. de 2019.

<sup>14</sup> Na atualidade, o Brasil tem a terceira maior população carcerária. Segundo dados do Banco de Monitoramento de Prisão do Conselho Nacional de Justiça em 2014 eram 622.202 presos; em 2016 eram 726.712 presos e até julho de 2019 eram 812.564 presos (CNJ. Banco de Monitoramento de Prisão. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal>>. Acesso em 20 de set. de 2019.

caso do auxílio-reclusão, ainda que não extinto expressamente tal direito social, a nova regulamentação estabeleceu critérios tão seletivos que certamente afetarão restritivamente este direito social. De modo que nos impõe o debate crítico para o enfrentamento deste movimento de “contrarreforma conservadora” que visa, sobretudo, o desmonte dos direitos sociais.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em 2 de abr. de 2019.
- BRASIL. Decreto n. 3.048, de 06 de maio de 1999. Aprova o regulamento da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3048.htm)>. Acesso em 2 abr. de 2019.
- BRASIL. Emenda Constitucional n. 20, de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc20.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc20.htm)>. Acesso em 2 abr. de 2019.
- BRASIL. Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3807-26-agosto-1960-354492-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 24 set. de 2019.
- BRASIL. Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm)>. Acesso em 2 abr. de 2019.
- BRASIL. Lei n. 10.666, de 8 de maio de 2003. Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.666.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.666.htm)>. Acesso em 2 abr. de 2019.
- BRASIL. Medida Provisória n. 664, de 30 de dezembro de 2014. Altera as Leis no 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.876, de 2 junho de 2004, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Mpv/mpv664.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Mpv/mpv664.htm)>. Acesso em 2 abr. de 2019.
- BRASIL. Medida Provisória n. 871, de 18 de janeiro de 2019. Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv871.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv871.htm)>. Acesso em 2 abr. de 2019.
- BRASIL. Ministério da Economia. Portaria n. 9, de 15 de janeiro de 2019. Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social – RPS. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/01/2019&jornal=515&pagina=25>>. Acesso em 3 de abr. de 2019.
- BRASIL. Previdência Social. Anuário Estatístico da Previdência Social. Ano 2015. Disponível em: <<http://sa.previdencia.gov.br/site/2019/03/AEPS-2017-13-03-19.-1.pdf>>. Acesso em 4 de abr. de 2019.
- BRASIL. Previdência Social. Anuário Estatístico da Previdência Social. Ano 2017. Disponível em: <<http://sa.previdencia.gov.br/site/2019/03/AEPS-2017-13-03-19.-1.pdf>>. Acesso em 4 de abr. de 2019.
- BRIGUET, M. R. C.; VICTORINO, M. C. L.; HORVATH JUNIOR, M. **Previdência Social: aspectos práticos e doutrinários dos regimes jurídicos próprios**. São Paulo: Atlas, 2007.
- CHIES, L. A. B.; PASSOS, R. A. **Auxílio-reclusão: a bizarra transmutação de um direito social e sua colonização perversa por um populismo punitivo**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 273 - 291, ago./dez. 2012.
- COSTA, L. C. da. A Previdência Social no Brasil num contexto de ajustes neoliberais. In: COSTA, L. C. da; DEL VALLE, A. H. (org.). **A Seguridade Social no Brasil e na Argentina: os direitos sociais em tempos de ajustes neoliberais**. Guarapuava: Unicentro, 2017, p. 155-184.
- COIMBRA, J. R. Feijó. **Direito previdenciário brasileiro**. 7. ed., Rio de Janeiro: Edições Trabalhistas, 1997.
- FAGNANI, E. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964-92. **Cadernos Fundap**, n. 21, 1996.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **A questão da reforma da Previdência Social no Brasil**. SER Social, Brasília, n. 7, mar. 2010.
- FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- KERSTENETZKY, C. L. **O estado do bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- MARTINEZ, W. N. **Reforma da previdência social: comentários à Emenda Constitucional n. 20/98**. São Paulo: LTr, 1999.
- MARTINS, S. P. **Direito da seguridade social**. 11ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NEVES, Marcelo. **A constitucionalização simbólica**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

POCHMANN, M. Mundo do trabalho e organização dos trabalhadores. In: POCHMANN, M.; AZEVEDO, J. S. G. de. (org.) **Brasil: incertezas e submissão?** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

ROCHA, D. M. da. **Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social**. 9ª. ed. revista e atualizada, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

RUSSOMANO, M. V. **Comentários à Consolidação das Leis da Previdência Social**. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.

SALOMÃO, I. C.; RAIHER, A. P.; SCHIMANSKI, E. Desenvolvimento e políticas públicas de proteção social: o caso brasileiro. In: COSTA, L. C. da; DEL VALLE, A. H. (org.). **A Seguridade Social no Brasil e na Argentina: os direitos sociais em tempos de ajustes neoliberais**. Guarapuava: Unicentro, 2017, p. 97-124.

SILVA, R. R. da. A Seguridade Social em disputa no Brasil. In: **Políticas Sociais: padrões, tendências e desafios**. Rio de Janeiro: Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social. Vol. 28, n. 1, 2018.

SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez. 2000. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 78).

**BIG DATA ANALYTICS E O CIENTISTA SOCIAL.****BIG DATA ANALYTICS AND THE SOCIAL SCIENTIST.**

Oswaldo Soulé Junior\*  
Vanderlei de Castro Ezequiel\*\*  
Maria Teresa Miceli Kerbauy\*\*\*

**RESUMO**

O mundo observa um crescimento exponencial no volume de dados gerados nas mais variadas fontes e a altíssima velocidade. A isso denominou de *Big Data*. Os paradigmas da TIC de Big Data são o Hadoop e NoSQL, o que exige novas expertises para profissionais que atuam nessa área. O profissional de *Big Data* é o *Data Scientist*, precisa de ampla variedade de conhecimentos para a sua atuação. Este trabalho busca trazer a compreensão do que é o *Big Data*, o profissional que atua nessa área, o *Data Scientist* e os desafios do profissional de Ciências Sociais frente a esse ambiente. Através dessa pesquisa, foi possível verificar que esse é um novo e amplo campo que se abre ao Cientista Social, mas ao mesmo tempo, pode fazer com que ele sofra a concorrência de profissões vizinhas por um mercado de trabalho cada vez mais concorrido, mais desregulamentado, precário e tecnológico.

**Palavras-chave:** Big Data; Ciências Sociais; Analytics; Cientista Social;

**ABSTRACT**

The world is seeing an exponential growth in the volume of data generated from the most varied sources and at very high speeds. This is called Big Data. Big Data paradigms are Hadoop and NoSQL, which requires new expertise for professionals working in this area. The Big Data professional is the Data Scientist, he needs a wide range of knowledge for his performance. This paper seeks to bring understanding of what is Big Data, who is the professional working in this area, the Data Scientist and the challenges of the Social Sciences professional facing this environment. Through this research, it was possible to verify that this is a new and wide field that is open to the Social Scientist, but at the same time, it can make it suffer competition from neighboring professions for an increasingly competitive, more deregulated labor market. precarious and technological.

**Keywords:** Big Data; Social Science; Analytics; Data Scientist.

---

\*Doutorando - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Unesp, Araraquara/SP

\*\*Doutorando - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Unesp, Araraquara/SP

\*\*\*Doutora - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Unesp, Araraquara/SP

## INTRODUÇÃO.

A cada ano que passa o mundo observa o crescimento vertiginoso do volume de dados. Segundo Giddens(1991, p. 8) :

...muita gente argumenta que estamos no limiar de uma nova era, a qual as ciências sociais devem responder e que está nos levando para além da própria modernidade. Uma estonteante variedade de termos tem sido sugerida para esta transição, alguns dos quais se referem positivamente à emergência de um novo tipo de sistema social (tal como a “sociedade de informação” ou a “sociedade de consumo”), mas cuja maioria sugere que, mais que um estado de coisas precedente, está chegando a um encerramento (“pós-modernidade”, “pós-modernismo”, “sociedade pós-industrial”, e assim por diante). Alguns dos debates sobre estas questões se concentram principalmente sobre transformações institucionais, particularmente as que sugerem que estamos nos deslocando de um sistema baseado na manufatura de bens materiais para outro relacionado mais centralmente com informação.

O crescimento do volume de dados está totalmente associado a evolução dos recursos da Tecnologia da Informação e Comunicação, as chamadas TIC. Dentre os diversos recursos da TIC, o que gerou o maior volume de dados foi o advento da Internet. Associado a isso, o aumento de dispositivos ou “coisas” conectados à Internet, o qual denominou-se *Internet of Things* – IoT, veio acelerar esse crescimento. Segundo Evans (2011, p. 3), o Cisco Internet Business Solutions Group - IBSG, em 2011, determinou como sendo surgimento do IoT o momento em que o número de dispositivos ou “coisas” conectadas a Internet ultrapassou o número de pessoas conectadas. Fato que se deu entre 2008 e 2009.

Esse grande volume de dados deu origem ao que se acostuma chamar de *Big Data*, termo cunhado por Doug Laney, em 2001, (SICULAR, 2013, p. 1), para identificar a captura, armazenamento, análise e interpretação de um grande volume de dados. A análise desses dados, com o objetivo de obter valor para os negócios, recebeu o nome de *Big Data Analytics*. Este tipo de análise permite que se trabalhe com a análise de um grande volume de dados, obtidos em tempo real ou não. Isto permite que as análises tragam resultados que possam prever determinados comportamentos, percepções e gerar *insights*.

Trazendo o foco para as Ciências Sociais, essas análises podem permitir ao cientista social uma maior compreensão do que ocorre na sociedade, na política e nos mais variados ambientes de encontros das pessoas. Isso demanda novas expertises que devem ser adquiridas por esse profissional.

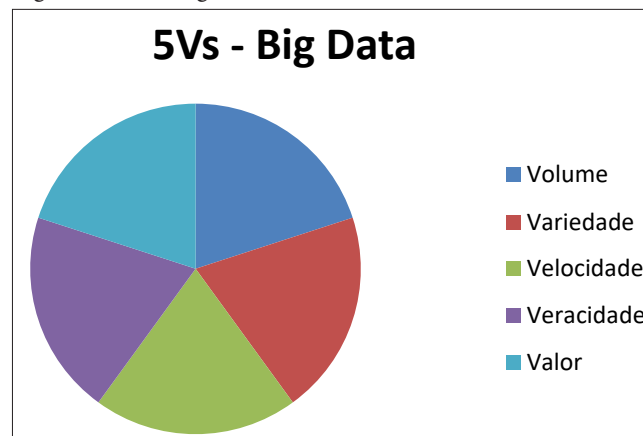
Este trabalho busca trazer a compreensão do que é o *Big Data Analytics* e o profissional que atua nessa área, o *Data Scientist* e, a partir dessa compreensão, mostrar que o profissional de Ciências Sociais e das Ciências Sociais Aplicadas tem que integrar o *Big Data Analytics* em suas atividades para aprimorar as suas atividades e manter-se competitivo em um mercado de trabalho cada vez mais desregularizado, precário e disputado.

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho parte de uma revisão bibliográfica sobre o tema *Big Data Analytics*, sobre o profissional *Data Scientist* e o sobre profissional de Ciências Sociais; em um primeiro momento traz os conceitos que envolvem o *Big Data Analytics*, em um segundo momento traz as características dos profissionais que atuam nessa área, os *Data Scientists*. Por fim, faz uma reflexão sobre os impactos desse ambiente junto aos profissionais das Ciências Sociais e das Ciências Sociais Aplicadas.

## BIG DATA ANALYTICS.

A definição de *Big Data* envolve o que se costuma chamar de 5 Vs, Figura 1.

Figura 1 – 5Vs Big Data



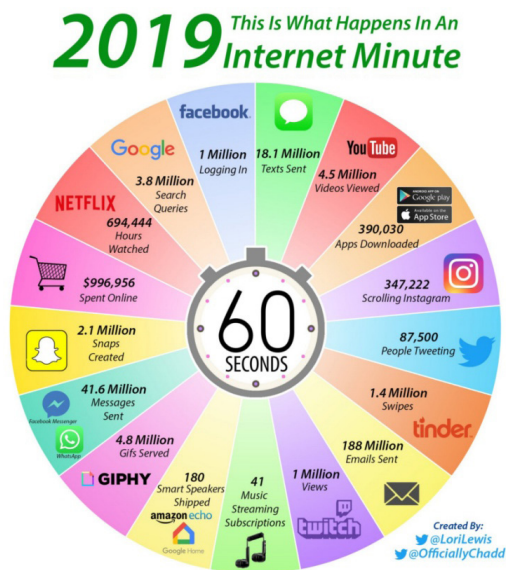
Elaboração própria.

Para que ocorra o *Big Data* é necessário um grande Volume de dados, que podem ter sua origem em uma grande Variedade de fontes, que possam ser

processados e analisados em grande Velocidade, que possam ter a sua Veracidade comprovada e que, por fim, gerem Valor para o negócio. (ISHWARAPPA, ANURADHA, 2015, p. 320)

O grande volume de dados que compõe o Big Data, em alta velocidade, tem sua origem em diversas fontes. Na Figura 2, pode-se observar a origem e o volume de dados gerado em apenas 60 segundos na Internet, o qual demonstra a profusão de fontes que oferecem uma gama de informações, dos mais variados tipos, que atingem as pessoas em seu dia a dia.

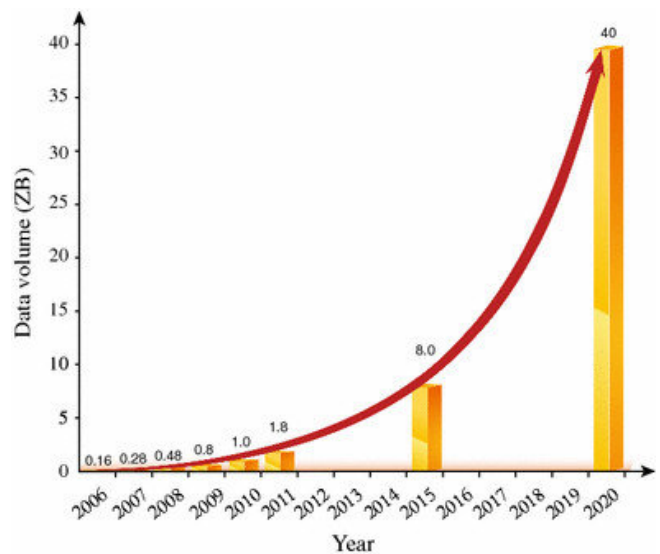
Figura 2 – What happens in a Internet Minute in 2019?



Fonte: <https://www.visualcapitalist.com/what-happens-in-an-internet-minute-in-2019/>

Esse ambiente complexo e variado provoca, como mostra a figura 3, um crescimento exponencial no volume da dados disponíveis, saindo de um valor 0,16 ZB em 2006, para um valor estimado de 40ZB<sup>1</sup> de dados em 2020.

Figura 3 – Evolução do Volume de Dados entre os anos de 2006 e 2020.



Fonte: ReseachGate.

Ao trabalhar com análise desse grande volume de dados, o *Big Data Analytics*, as organizações buscam informações que permitam prever mudanças e qual a reação mais adequada perante a essas mudanças, bem como, identificar possíveis melhorias e *insights* para os seus negócios. O *Big Data Analytics* é a melhor maneira de descobrir novos segmentos de clientes, identificar os melhores fornecedores, associar afinidades entre produtos, entender as vendas, a sazonalidade e assim por diante. (RUSSOM, 201, p. 5, tradução própria).

Para McAfee, Brynjolfsson (2012, p. 4) empresas de venda online podem:

rastrear não apenas o que os clientes compraram, mas também o que mais eles olharam, como eles navegaram pelo site; como eles foram ou não influenciados por promoções, críticas e layouts de página; perceber semelhanças entre os indivíduos e grupos. Em pouco tempo, elas desenvolveram algoritmos para prever quais livros clientes individuais gostariam de ler a seguir - algoritmos que tiveram melhor desempenho cada vez que o cliente respondeu ou ignorou uma recomendação. Varejistas tradicionais simplesmente não conseguem acessar esse tipo de informação, muito menos agir sobre isso em tempo hábil. Não é de admirar que a Amazon colocou tantas livrarias de tijolo e argamassa fora de o negócio. (Tradução própria).

Para se obter os melhores resultados do *Big Data Analytics* é necessário mais e melhores dados.

<sup>1</sup> ZetaByte(ZB) é uma unidade de medida em TI e representa 1.180.591.620.717.411.303.424 (2<sup>70</sup>) Bytes ou 1.099.511.627.776 GB.

Para compor essa base de dados, pode-se integrar diferentes tipos de dados, sendo eles dados estruturados, semiestruturados e não estruturados. A partir das definições de Praveen e Chandra (2017, p.68-69), pode-se estabelecer que:

- Dados estruturados; são aqueles advindos das formas tradicionais de armazenamento e de manipulação que possuem uma estrutura pré-definida e regular de representação previamente definida, tais como Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados - SGBDs, arquivos de planilha eletrônica, etc;
- Dados semiestruturados; são aqueles que não são totalmente estruturados, mas também não são desestruturados. Possuindo uma estrutura irregular, embutida no próprio dado e nem sempre possuiu um esquema definido, como páginas da Web, documentos de texto, e-mail, etc;
- Dados não estruturados; são aqueles que não se consegue identificar uma organização clara da sua estrutura, como os arquivos de vídeo e áudio, etc.

O grande repositório onde esse imenso volume de dados, em sua forma bruta, é armazenado foi denominado por James Dixon, *Chief Technical Officer* - CTO da Pentaho como *Data Lake*. Para Marr(2018, p.1),

Um Data Lake contém dados de forma não estruturada e não há uma hierarquia ou organização entre os dados individuais. Ele contém dados em sua forma mais bruta - não é processado ou analisado. Além disso, os Data Lakes aceitam e retêm todos os dados de todas as fontes de dados, suportam todos os tipos de dados e esquemas (a maneira como os dados são armazenados em um banco de dados) são aplicados somente quando os dados estão prontos para serem usados. (Tradução própria).

Os dois grandes paradigmas do *Big Data Analytics* são Hadoop e o NoSQL. Hadoop é uma estrutura *open source*<sup>2</sup>, desenvolvida pela Apache, usada para armazenar e processar grande volume de dados. A AWS-Amazon (SD), explica que o Hadoop possui quatro módulos centrais:

- *Hadoop Distributed File System* (HDFS) - Sistema de arquivos distri-

buído que é executado em hardware padrão ou *low-end*<sup>3</sup>. O HDFS fornece melhor rendimento de dados que os sistemas de arquivos tradicionais, além de alta tolerância a falhas e suporte nativo a grandes conjuntos de dados;

- *Resource Negotiator* (YARN) - Gerencia e monitora nós de cluster<sup>4</sup> e uso de recursos. Ele agenda trabalhos e tarefas;
- *MapReduce* - Uma estrutura que ajuda os programas a fazerem cálculos paralelos com os dados. O trabalho a ser realizado obtém dados de entrada e os converte em um conjunto de dados que pode ser calculado em pares de valores-chave. Esse trabalho é dividido em tarefas que são realizadas em paralelo pelo cluster, permitindo se chegar ao resultado do trabalho em um tempo menor;
- *Hadoop Common* - Fornece bibliotecas Java<sup>5</sup> comuns que podem ser usadas em todos os módulos.

Associado ao Hadoop, os bancos de dados NoSQL são utilizados para atender as demandas das aplicações modernas da TIC, em especial as de *Analytics*. Os Banco de dados NoSQL são bancos de dados criados para fins específicos e que possuem esquemas flexíveis, segundo a AWS-Amazon (SD) os principais tipos são:

- Baseado em Coluna (*Column Stores*) - é otimizado para recuperação rápida de colunas de dados, normalmente em aplicativos analíticos. O armazenamento orientado a colunas para tabelas do banco de dados é um fator importante para a performance de consulta analítica, pois ele reduz drasticamente os requisitos de entrada(-gravação) e saída(leitura) nos discos. Principais produtos: Hbase, Cassandra, Hypertable, Accumulo, Amazon SimpleDB, Cloudata, Cloudera, SciDB, HPCC, Stratosphere;
- Baseado em Documentos (*Document Stores*) - projetado para armazenar e consultar dados como documento. Facilitam para que os desenvolvedores armazenem e consultem dados usando o mesmo formato de modelo de documento

<sup>3</sup> *Low-end* são equipamentos de baixo custo.

<sup>4</sup> *Cluster* em TI é a conexão de diversos equipamentos com o objetivo de aumentar desempenho e a tolerância a falhas.

<sup>5</sup> Java é uma linguagem de programação orientada a objeto desenvolvida por James Gosling, juntamente com outros colaboradores, no início da década de 1990, na empresa Sun Microsystems, hoje, Oracle.

<sup>2</sup> *Open Source* - termo criado pela *Open Source Initiative* para designar um programa de computador (*software*), onde é livre a consulta, avaliação e modificações sem incorrer em problemas de direito autoral, o que promove um modelo colaborativo de desenvolvimento de programa de computador.



que usam no código do aplicativo. Principais produtos: MongoDB, CouchDB, BigCouch, RavenDB, Clusterpoint Server, ThruDB, TerraStore, RaptorDB, JasDB, SisoDB, SDB, SchemaFreeDB, djondb;

- Baseado em Grafos (*Graph-Based Stores*) - especializados em armazenar e recuperar informações utilizando estruturas de vértices e arestas, evidenciam relacionamentos entre objetos, sejam eles pessoas, ativos de rede ou mesmo cidades. Principais produtos: Neo4J, Infinite Graph, Sones, InfoGrid, HyperGraphDB, DEX, Trinity, AllegroGraph, BrightStarDB, BigData, Meronymy, OpenLink Virtuoso, VertexDB, FlockDB;
- Baseado em Chave-Valor (*Key-Value Stores*) – são altamente particionáveis e permitem escalabilidade horizontal em escalas que outros tipos de banco de dados não conseguem alcançar. Principais produtos: Dynamo, Azure Table Storage, Couchbase Server, Riak, Redis, LevelDB, Chordless, GenieDB, Scalaris, Tokyo Cabinet/Tyrant, GT.M, Scalien, Berkeley DB, Voldemort, Dynamite, KAI, MemcacheDB, Faircom C-Tree, HamsterDB, STSdb, Tarantool/Box, Maxtable, Pin caster, RaptorDB, TIBCO Active Spaces, allegro-C, nessDB, HyperDex, Mnesia, LightCloud, Hibari, BangDB.

Para a AWS-AMAZON(SD), os bancos de dados NoSQL são ótimas ferramentas para muitas aplicações modernas para WEB, para jogos e para ambientes moveis, pois oferecem:

- Flexibilidade: os bancos de dados NoSQL geralmente fornecem esquemas flexíveis que permitem um desenvolvimento mais rápido e mais iterativo. O modelo de dados flexível torna os bancos de dados NoSQL ideais para dados semiestruturados e não estruturados;
- Escalabilidade: os bancos de dados NoSQL geralmente são projetados para escalar usando clusters distribuídos de hardware em vez de ampliá-los, adicionando servidores caros e robustos. Alguns provedores de nuvem lidam com essas operações nos bastidores como um serviço totalmente gerenciado;
- Alto desempenho: o banco de dados NoSQL é otimizado para modelos de dados específicos (como documento, valor-chave e gráfico) e padrões de acesso que permitem maior desempenho do que tentar realizar uma

funcionalidade semelhante com bancos de dados relacionais;

- Altamente funcional: os bancos de dados NoSQL fornecem APIs<sup>6</sup> e tipos de dados altamente funcionais criados especificamente para cada um de seus respectivos modelos de dados.

Os princípios de Hadoop e NoSQL exigem ambientes de hardware multiprocessados de alto poder de processamento e que fazem uso de grandes quantidades de memórias, variando, em muito, essas necessidades de acordo com o tipo de uso que se está fazendo em um determinado momento. Esse ambiente volátil, faz com que as organizações tenham dificuldades em manter seus parques de equipamentos de forma adequada. Por isso, cada vez mais, as aplicações de *Big Data Analytics* ocorrem em ambientes de *Datacenters*<sup>7</sup> e *Cloud Computing*<sup>8</sup>. Isso se dá pelo poder de escalonamento que esses oferecem, pois em um momento de maior uso, automaticamente podem aumentar o poder de processamento e findado esse momento, reduzir aos padrões originais. Sendo que a organização paga somente pelo que usou, permitindo uma melhor equalização dos custos da TICs.

Apesar do Hadoop e do NoSQL serem os principais itens de software em um ambiente *Big Data Analytics*, a cada dia surgem novas ferramentas *Open Source* para ajudar a controlar e tirar o máximo proveito desse ambiente. No entanto, o ser humano ainda é o principal fator nesse processo e o profissional ligado a esse ambiente recebe o nome de *Data Scientist* (cientista de dados).

<sup>6</sup> *Application Programming Interface* é um conjunto de ferramentas, definições e protocolos para criar e integrar *softwares*. Com ela, uma solução ou serviço pode se comunicar de forma simples com outras soluções ou serviços sem saber como essas foram feitas as suas implementações.

<sup>7</sup> *Datacenter* é um ambiente computacional que agrega toda a infraestrutura necessária para que os sistemas de organização sejam processados, envolvendo armazenamento, acesso a Internet e as aplicações. Esse ambiente pode ser privado, ou seja, pertencente a uma única organização, ou pode ser público, uma empresa oferece os seus recursos a diversas outras empresas, cobrando apenas pelos recursos efetivamente utilizados.

<sup>8</sup> *Cloud Computing* ou Computação em Nuvem refere-se ao armazenamento e processamento de dados fora dos seus locais de origem, sendo acessado através do uso da Internet. Como o usuário não sabe exatamente onde esses dados estão armazenados e sendo processados, criou-se a ideia de que estão na nuvem, ou seja, em qualquer lugar. A nuvem pode ser: privada, onde os recursos de ambiente computacional são da própria organização e só ela tem acesso; pública, onde os recursos do ambiente computacional são armazenados *Datacenters* públicos; Híbrido, há uma mistura entre o uso da nuvem privada e da nuvem pública.

## DATA SCIENTIST.

Com o *Big Data Analytics*, surgiu o termo *Data Scientist* ou Cientista de dados para designar aquele profissional que dá um bom uso ao Data Lake sobre o qual se assenta, permitindo novas percepções e *insights* que promovam a inovação e a melhor compreensão do ambiente que cerca as organizações. Ele é um profissional especializado em dados analíticos e que faz uso de suas habilidades em tecnologias e em ciências sociais aplicadas para encontrar tendências e gerenciar dados.

Segundo Amaral (2016, p.13), esse termo descrevia o profissional com conhecimento técnico vertical em estatística, NoSQL, *cloud Computing*, mineração de dados, álgebra relacional, MapReduce, virtualização, entre outros.

No momento atual, além das expertises apresentadas o cientista de dados também necessita possuir habilidades que permitam realizar uma série de atividades, para SAS(SD), são elas:

- Coletar grandes quantidades de dados não-estruturados e transformá-los em um formato mais utilizável;
- Resolver problemas de negócios usando técnicas orientadas por dados;
- Trabalhar com uma variedade de linguagens de programação, incluindo SAS, R e Python;
- Ter uma sólida compreensão de estatística, incluindo testes e distribuições;
- Estar sempre atualizado sobre técnicas analíticas, como machine learning, deep learning e análise de texto;
- Comunicar e colaborar tanto com TI quanto com a gerência;
- Procurar por ordem e padrões nos dados, além de identificar tendências que podem ajudar no resultado financeiro de uma empresa.

Encontrar todas essas características em um único profissional é muito difícil, tornando essa carreira aberta a multidisciplinaridade.

Com a evolução dos *softwares* voltados a *Big Data Analytics*, a parte técnica fica cada vez mais reduzida a um seleto grupo de profissionais altamente qualificados, abrindo espaços para especialistas das mais diversas áreas atuarem na parte de análise

gerados para visualização, mas que requerem uma análise mais aprofundadas.

## CIENTISTA SOCIAL.

Segundo o Projeto Político Pedagógico, do Curso de Ciências Sociais da UNESP de Araraquara, espera-se que o profissional por ele formado seja capaz de:

- elaborar, supervisionar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos programas e projetos atinentes à realidade social;
- ensinar sociologia geral ou especial nos estabelecimentos de ensino, desde que cumpridas as exigências legais;
- assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, relativamente à realidade social;
- participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social (Decreto nº 89.531, de 05 de abril de 1984).

Em uma sociedade complexa, multicultural e de mudanças constantes o papel do Cientista Social é essencial para ajudar a compreendê-la. Para Guiddens(1991, p. 12), a sociedade atual apresenta descontinuidades entre as instituições modernas e as tradicionais, ele identifica as características envolvidas:

Diversas características estão envolvidas. Uma é o *ritmo de mudança* nítido que a era da modernidade põe em movimento. As civilizações tradicionais podem ter sido consideravelmente mais dinâmicas que outros sistemas pré-modernos, mas a **rapidez da mudança** em condições de modernidade é extrema. Se isto é talvez mais óbvio no que toca à **tecnologia**, permeia

também todas as outras esferas. Uma segunda descontinuidade é o *escopo da mudança*. Conforme diferentes áreas do globo são postas em **interconexão**, ondas de transformação social penetram através de

virtualmente toda a superfície da Terra. (Negritos por nossa conta).

Nesse contexto, é o cientista social que consegue perceber os caminhos que a sociedade toma, os seus porquês e possíveis cenários futuros. Cabe ao Cientista Social estudar, compreender e defender os direitos humanos que reafirmam a nossa identidade humana.

Para as organizações, ambientes de incertezas podem ser muito prejudiciais aos negócios. Reduzir as incertezas pode significar a diferença entre o crescimento ou o fim de uma organização. Ter um profissional que a ajude a navegar por esse mar revolto torna-se cada vez mais relevante, o Cientista Social pode ser esse profissional, pois com suas expertises ele pode auxiliá-la a compreender e avaliar os desafios que advém dessa sociedade. Neste contexto, para Braga (2014, p. 142), o domínio da utilização de técnicas de pesquisa é o principal atrativo dos Cientistas Sociais para o mercado de trabalho.

Neste ambiente de alta complexidade aliada a maximização do volume de dados advindo a partir das revoluções das TICs modifica-se a própria forma de trabalho do profissional de Ciências Sociais. Para Ian et al. (2017, p.1):

O mundo tem mudado para os cientistas sociais. O Big Data está gerando todo um novo campo de pesquisa da ciência de dados. Esse mundo é dominado por cientistas da computação que geraram novas formas de criar e coletar dados, desenvolveram novas técnicas analíticas e estatísticas e acabaram fornecendo novas formas de visualizar e apresentar informações. Estas novas fontes de dados e técnicas têm o potencial de transformar a forma como a ciência social é feita. (tradução nossa).

Se antes, o cientista social, debruçava-se sobre livros, a compra e leitura de jornais e revistas, entrevistas pessoais, hoje tudo isso transformou-se. A maioria dos jornais e revistas impressos tem suas vendas cada vez mais reduzidas e as que sobrevivem são cada vez mais disponíveis *online*. O mesmo ocorre com os periódicos científicos. Livros cada vez mais são disponíveis em forma de *e-book* para serem lidos nas mais variadas formas de telas, inclusive afetando de forma negativa o mercado de livrarias físicas, enquanto o mercado de vendas *online* faz surgir novos *players* de grande alcance e poder econômico, como

a Amazon. As pesquisas, cada vez mais ocorrem em ambientes de *surveys online*. Essa realidade pode ser constatada nas palavras de Witte (2012, p. 56):

Para muitos cientistas sociais, hoje, visitas regulares às estantes da biblioteca, para localizar volumes empoeirados ou pesquisar nos arquivos e fichas de registro bibliográfico, são coisas do passado. Por outro lado, a busca e acesso, online a bases de dados digitais e a versões em texto integral de literatura científica são atividades cotidianas. Esta transformação foi tão completa e as novas práticas digitais tão ubíquas, que a magnitude dessa mudança é, muitas vezes, subestimada.

Esse imenso *Data Lake* produz uma variedade de dados jamais observadas pelo ser humano, informações advindas de redes sociais tais como Facebook, Instagram, Whatsapp, Twitter ou por sistemas de geolocalização como o Waze produzem dados que mostram os anseios e cotidiano de bilhões de pessoas e que se bem organizados e analisado proporcionam ao Cientista Social possibilidades de *insights* inovadores em pesquisas sociais. A partir dele pode-se compreender como comportamentos e hábitos sociais modificam-se ou como os caminhos políticos se transformam ao serem transportados das discussões locais para o ambiente de WEB e das redes sociais.

Observa-se nos tempos recentes os usos desses meios para disseminação das chamadas *Fakes News*, para comunicações governamentais e para debates acalorados sobre política e eleições tornou-se lugar comum, gerando amplo campo para discussões e pesquisas para os profissionais das Ciências Sociais.

Ao analisar resultados do *Big Data*, o cientista social poderá fazer inferências de como discussões em grupos de redes sociais e a proliferação de *Fake News* afetam e porque afetam eleições, como mudam os relacionamentos sociais, de amizade e mesmo amorosos, entender como a sociedade está transformando do mundo “físico” para o mundo “virtual”. Para Grimmer (2015, p. 80), o *Big Data* é a promessa de que nesses dados estão as respostas para questões fundamentais para os negócios, para os governos e para as Ciências Sociais.

Ainda aprimora e aprofunda a forma como o Cientista Social pode acompanhar e observar o crescentes desafios e desrespeitos pelo quais passam os direitos humanos, como afirma Schulz (2018, p.1):

A Declaração Universal dos Direitos Humanos chega aos 70 anos agora em 2018. No que deveria ser um período de celebração, assistimos, no entanto, a um desfile de constantes violações abjetas e brutais desses mesmos direitos que deveriam reafirmar a nossa identidade humana. Em vez disso, ameaça-nos a desumanização.

Nesse ambiente multifacetado, o profissional de Ciências Sociais e das Ciências Sociais Aplicadas se põe em confronto com outras profissões que disputam pelo mesmo espaço. Um dos maiores desafios que o profissional de Ciências Sociais enfrenta diz respeito a falta de barreiras que delimitem as funções das diversas profissões, para Bonelli (1993, p. 43)

As ciências sociais, como qualquer outra profissão, enfrentam competição direta com seus “vizinhos”. Em termos concretos, disputam-se objetos de estudo, vagas no mercado, formas específicas de abordar realidades que qualificam mais a profissionais de uma área que de outra. Disputa-se também a regulamentação que determine o monopólio do exercício das atividades profissionais.

Essa situação de disputa pelas oportunidades oferecidas pelo uso de *Big Data Analytics* repete-se frente aos chamados *Data Scientist*, como pode-se inferir a partir das palavras Grimmer (2015, p. 80)

Muitas das reivindicações mais turbulentas vêm de campos computacionais, que têm pouco experiência com a dificuldade da investigação científica social. Como cientistas sociais, podemos nos assegurar de que sabemos melhor. Nossa ampla experiência com dados observacionais significa que sabemos que grandes conjuntos de dados sozinhos são insuficientes para resolver os problemas mais prementes da sociedade. Nós até podemos ter de ministrar cursos sobre como seleção, medição erro e outras fontes de preconceito devem nos tornar céticos quanto a ampla gama de problemas. Esta afirmação é verdadeira; “Big data” sozinho é insuficiente para resolver os problemas mais urgentes da sociedade - mas certamente auxilia muito. (Tradução própria).

A capacidade de análise e reflexão, inerente a formação dos profissionais em Ciências Sociais, é fundamental para tornar os dados obtidos pelo *Big Data Analytics* de relevância para as organizações, governos e sociedade, apontando tendências, compreendendo situações, gerando novas visões sobre determinados ambientes em determinadas situações

e gerar novas teorias que sem acesso a essa grande quantidade de dados não haveria como serem desenvolvidas. Essas características tornam o profissionais das Ciências Sociais extremamente atraente para as mais diversas oportunidades de ocupações de atuação com *Big Data Analytics*, bem como um vasto campo para as pesquisas em Ciências Sociais.

O que irá garantir ao profissional de Ciências Sociais disputar e ampliar o seu mercado de trabalho é a sua capacidade de adquirir novas expertises. Essas novas aquisições passam por compreender os conceitos de *Big Data Analytics* e incorporá-los aos seus saberes, permitindo uma melhor análise dos ambientes onde ocorrem as relações sociais modernas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O *Big Data* proporciona a humanidade acesso a um volume de informações jamais visto anteriormente, mantendo um crescimento exponencial que, até o momento, parece não se esgotar. Esse novo ambiente de grande volume dados, originados das mais variadas fontes e acessados a altíssima velocidade exigiu que novas tecnologias surgissem e novos paradigmas na área da TIC fossem desenvolvidos dando origem a termos como Hadoop, NoSQL, IoT, *Cloud Computing* e outros tantos, que cada vez mais fazem parte do dia a dia das organizações e do cidadão comum.

Esse enorme *Data Lake* permite que percepções e predições sejam feitas com um grau de precisão cada vez maior, melhorando a tomada de decisões, a criações de estratégias e a compreensão do que acontece e está por acontecer nas mais variadas áreas do saber.

Apesar de tecnicamente ainda ser um mundo voltado a especialista, todos os dias surgem novas ferramenta que automatizam e melhoram os processos de *Big Data Analytics*, principalmente as ferramentas voltadas para a visualização de dados. Essas ferramentas permitem que cada vez mais seja reservado ao ser humano a parte nobre do processo: pesquisar, analisar, criar e melhorar métodos e gerar novos *insights*. Isso resulta em oportunidades para que novos jogadores participem desse ambiente, fazendo que não seja mais exclusividade de um grupo seletivo de profissionais altamente especializado em técnicas computacionais, mas que envolvam cada vez mais profissionais que tenham a capacidade de compreender socialmente o

que esses dados estão dizendo, o que representam e o seus impactos na sociedade e para os negócios.

Esse é um campo que se abre as mais diversas profissões, em especial a aquelas que em seu bojo está a pesquisa e a análise. Dentro desse ambiente, os profissionais das Ciências Sociais e das Ciências Sociais Aplicadas já possuem suas formações os *skills* para pesquisa e para a análise, devendo buscar o que lhe falta para adentrar no Big Data Analytics. Isso lhe permitirá, fazer pesquisa e análises com grau de certeza maior, aumento a qualidade dos resultados obtidos.

Compreender esse ambiente é essencial a quem quer fazer pesquisa e análise sobre a sociedade, o momento em que vivemos e para onde vamos.

Caso o profissional de Ciências Sociais se modele a esse ambiente e aprenda a extrair mais e melhores resultados a partir do Big Data Analytics, um amplo campo de trabalho se desabrocha, sendo um profissional altamente requisitado nas mais variadas áreas, desde a pesquisa pura tradicional até o trabalho em grandes organizações transnacionais. Caso contrário, sofre o perigo de ter suas atividades sobrepujada por outras categorias profissionais aumentada, perdendo espaço em um mercado de trabalho cada vez mais concorrido, mais desregulamentado, precário e tecnológico.

Se por um lado, o *Big Data Analytics* gera novos desafios para os profissionais de Ciências Sociais e das Ciências Sociais Aplicadas, por outro, se abre um mundo novo de oportunidades, onde a sua capacidade de pesquisa, análise crítica e capacidade de inferência são essenciais.

## REFERÊNCIAS.

- Amaral, Fernando. **Introdução à Ciência de Dados: Mineração de Dados e Big Data.** Books. 2016.
- AWS-Amazon. **What is Hadoop?** Disponível online em <https://aws.amazon.com/pt/emr/details/hadoop/what-is-hadoop/> - Acesso em 19/04/2019. S/d.
- AWS-Amazon. **O que é NoSQL?** Disponível online em <https://aws.amazon.com/pt/emr/details/hadoop/what-is-hadoop/> - Acesso 17/04/2019. S/d.
- Bonelli, Maria da Glória. **Identidade Profissional e Mercado de Trabalho dos Cientistas Sociais:** As Ciências Sociais no Sistema da Profissões. Tese de Doutorado apresentado ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1993.
- Braga, Eugenio Carlos Ferreira. **Cientistas Sociais extra-universitários: Identidade Profissional no Mercado de Pesquisa.** Estudos de Sociologia. Araraquara. V.14, n. 26, p. 141-167. 2009.
- Desjardins, Jeff. **What happens in a Internet Minute in 2019?** Disponível em: <https://www.visualcapitalist.com/what-happens-in-an-internet-minute-in-2019/> . Acesso em 17 de abril de 2019. S/d.
- Evans, Dave. **A Internet das coisas:** Como a próxima evolução da Internet está mudando tudo. Disponível on line em [https://www.cisco.com/c/dam/global/pt\\_br/assets/executives/pdf/internet\\_of\\_things\\_iot\\_ibsg\\_0411final.pdf](https://www.cisco.com/c/dam/global/pt_br/assets/executives/pdf/internet_of_things_iot_ibsg_0411final.pdf) . 2011. Acesso em 15/05/2019.
- Ian, Foster; Ghani,Rayid; Jarmin, Ron S.; Kreuter, Frauke; Lane, Julia. **Big Data and Social Science: A Pratical Guide to Methods and Tools.** CRC Press, Boca Raton. 2017.
- Grimmer, Justin. **We Are All Social Scientist Now: How Big Data, Machining Learning and Casual Inference Work Together.** American Social Science Association, 2015, Disponível on line em [https://stanford.edu/~jgrimmer/bd\\_2.pdf](https://stanford.edu/~jgrimmer/bd_2.pdf) doi:10.1017/S1049096514001784 , acesso em 18/05/2018.
- Guiddens, Anthony. **As conseqüências da Modernidade.** Editora Unesp. São Paulo. 1991.
- Ishwarappa, K; Anarudha, J. **A Brief Introduction on Big Data 5Vs Characteristics and Hadoop Technology.** Elsevier. Science Direct. Procedia Computer Science. 48 315-324p. 2015. Disponível online em <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S1877050915006973?token=959B078DEFB9B71CBF2C9868C193D90D9645CF0CE1647057E6433C46C407181875BF30834642B702DE4C6FA333066818> acesso em 10/05/2019.
- Marr, Bernard. **What is a Data Lake?** A super-simple explanation for anyone. Forbes Midia. 2018. Disponível on line em <https://www.forbes.com/sites/bernardmarr/2018/08/27/what-is-a-data-lake-a-super-simple-explanation-for-anyone/#634a7f9676e0> - Acesso em 15/05/2019.
- McAfee, Andrew; Brynjolfsson, Erik. **Big Data: Management Revolution.** Harvard Business Review, 2012. Disponível online <http://tarjomefa.com/wp-content/uploads/2017/04/6539-English-TarjomeFa-1.pdf> – Acesso 17/04/2019.
- Praveen, Shagufta; Chandra, Umesh. **Influence of Structured, semi-structured, Unstructured data on various data models.** International Journal of Scientific & Engineering Research. V 8. 2017. Disponível online em <https://www.ijser.org/researchpaper/Influence-of->

Structured--Semi-Structured--Unstructured-data-on-various-data-models.pdf acesso em 10/05/2019.

ResearchGate. **Scientific Big Data and Digital Earth**. Disponível online em [https://www.researchgate.net/figure/Global-growth-trend-of-data-volume-2006-2020-based-on-The-digital-universe-in-2020\\_fig1\\_274233315](https://www.researchgate.net/figure/Global-growth-trend-of-data-volume-2006-2020-based-on-The-digital-universe-in-2020_fig1_274233315) - Acesso em 17/04/2019. S/d.

Russon, Philip. **Big Data Analytics**. TDWI Best Practices Report. Fourth Quarter 2011. Disponível on line em <https://vivomente.com/wp-content/uploads/2016/04/big-data-analytics-white-paper.pdf> - Acesso em 15/05/2019.

SAS. **Cientistas de dados: Quem são e por que você quer ser um**. Disponível on line em [https://www.sas.com/pt\\_br/insights/analytics/cientistas-de-dados.html](https://www.sas.com/pt_br/insights/analytics/cientistas-de-dados.html) - Acesso em 15/05/2019. S/d.

Schultz, Peter. **Ciência e os Direitos Humanos**. Jornal da Unicamp – Edição Web. Campinas, 2018. Disponível online em <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/peter-schulz/ciencia-e-direitos-humanos> - Acesso em 20/05/2019.

Sicular, Svetlana. **Gartner's Big Data Definitions Consists of Three Parts Not to Be Confused with Three "V"s**. 2013. Disponível on-line em <https://www.forbes.com/sites/gartnergroup/2013/03/27/gartners-big-data-definition-consists-of-three-parts-not-to-be-confused-with-three-vs/#5e7ceb1942f6> acesso em 29/07/2019.

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP - Campus Araraquara. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Sociais**. Disponível online em <https://www.fclar.unesp.br/Home/Graduacao/PPP%20Ciencias%20Sociais.pdf> – Acesso em 15/05/2019. S/d.

WITTE, James C. **A Ciência Social Digitalizada: Avanços, oportunidades e desafios**. Sociologias. Porto Alegre, ano 14, nº 31, set/dez, 2012, p.52-92.

## A CONCEPÇÃO DO RISCO NAS TEORIAS SOCIOLÓGICAS DE ULRICH BECK E ANTHONY GIDDENS

### THE CONCEPTION OF RISK IN THE SOCIOLOGICAL THEORIES OF ULRICH BECH AND ANTHONY GIDDENS

André Luiz Pereira Spinieli\*  
César Cardoso de Souza Neto\*\*

#### RESUMO

A existência de uma sociedade contemporânea dos riscos expressa a ausência de controle humano sobre as catástrofes e incertezas fabricadas, em espaços onde imperam as leis da probabilidade. A chegada da pós-modernidade reforça a concatenação desenfreada de processos tecnológicos em áreas diversas e, conseqüentemente, fomenta o afastamento humano das certezas. Empregando-se o método dedutivo, mediante pesquisa bibliográfica de cunho exploratório, o objetivo geral deste escrito é apresentar uma análise comparativa sobre as concepções de risco nas teorias sociológicas de Ulrich Beck e Anthony Giddens. Parte-se da premissa de que ambos os autores concordam que a vida sob a presença do risco é inevitável para a sociedade pós-moderna, refém da desconfiança constante acerca da possibilidade de ocorrência de ameaças à integralidade da sociedade.

**Palavras-chave:** Risco. Ulrich Beck. Anthony Giddens. Sociedade. Sociologia.

#### ABSTRACT

The existence of a contemporary society of risks expresses the absence of human control over catastrophes and manufactured uncertainties, in spaces where the laws of probability prevail. The arrival of post modernity reinforces the unbridled concatenation of technological processes in diverse areas and, consequently, promotes human distancing from certainties. Using the deductive method, through exploratory bibliographic research, the general objective of this writing is to present a comparative analysis on the conceptions of risk in the sociological theories of Ulrich Beck and Anthony Giddens. It is assumed that both authors agree that life in the presence of risk is inevitable for postmodern society, hostage to the constant suspicion that threats to the integrality of society may occur.

**Keywords:** Risk. Ulrich Beck. Anthony Giddens. Society. Sociology.

---

\* Mestrando em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito pela Universidade Estadual Paulista

\*\* Pós-doutorando em Direito pela Universidade de São Paulo

## INTRODUÇÃO

A partir da chegada da pós-modernidade, a ocorrência de catástrofes naturais, acidentes nucleares, conflitos armados e epidemias denuncia o aparecimento de um novo modelo de sociedade, que se contrapõe à típica sociedade industrial dos últimos séculos, da produção e distribuição de riqueza e na qual se passa para a lógica de distribuição dos riscos, denominada de sociedade de riscos (BECK, 2011, p. 23).

Primordialmente, Ulrich Beck parte da ideia de que a sociedade dos riscos possui como principal característica o fato de que as técnicas convencionais são absolutamente ineficientes e incapazes de anunciar os riscos aptos a atingir a saúde humana ou ao meio ambiente. Por outro lado, os riscos assumem um papel de centralidade nas novas produções mercadológicas, ao passo em que a sociedade do risco é também “a sociedade da ciência, da mídia e da informação” (BECK, 1998, p. 53).

A sistemática dos riscos contemporâneos é de tal gravidade que já não se respeitam mais os limites socioeconômicos das classes sociais. Nessa nova lógica da vida em sociedade, a ideia de classe social perde sua identidade e se dá espaço ao conceito de mobilidade social, o que essencialmente não encerra as desigualdades sociais, senão redefinem a individualização dos riscos sociais (BECK, 1998, p. 128). Dessa forma, os riscos podem ser considerados democráticos e globalizados, pois possuem o mesmo potencial para atingir ricos e pobres, ignorando qualquer separação entre classes sociais.

Por outro lado, a crítica lançada por Giddens parte do pressuposto de que os riscos na pós-modernidade são frutos da existência de um lado sombrio da modernidade, algo que fugiu completamente das pesquisas e previsões dos fundadores da sociologia clássica. Segundo Giddens, ao visitar as teses dos três autores clássicos da sociologia primeira, “as consequências da modernidade em termos de uma preocupação com os limites do uso da racionalidade científica e dos danos ambientais resultados das práticas industriais não foram considerados” (ALEXANDRE, 2000, p. 154).

Utilizando-se do método bibliográfico e comparativo, a partir da análise das obras centrais dos autores em destaque e de artigos científicos, obtidos por meio

da inserção das palavras-chave em mecanismos de busca, utilizados como suportes para a sustentação das teses, este escrito visa analisar as concepções de sociedade do risco e suas implicações para o homem e o contexto social da pós-modernidade, com base nas teorias sociológicas de Ulrich Beck (1994-2015) e Anthony Giddens (1938-), cujos estudos se voltam à verificação das condições sociais na pós-modernidade.

O trabalho se encontra dividido em três capítulos, nos quais são apresentados os contornos da pós-modernidade e da sociedade do risco a partir das aproximações e divergências entre as teorias de Ulrich Beck e Anthony Giddens. No primeiro capítulo, abordam-se as ideias sobre a produção social dos riscos nos escritos do sociólogo alemão Ulrich Beck. No segundo estágio, tecem-se considerações sobre a concepção de risco sob a visão do britânico Anthony Giddens. Por fim, o texto apresenta convergências e divergências entre ambas as teses, destacando determinados exemplos práticos.

## PÓS-MODERNIDADE E A PRODUÇÃO SOCIAL DOS RISCOS EM BECK

Nascido em 1944, o sociólogo alemão Ulrich Beck é um dos grandes defensores da noção segundo a qual a pós-modernidade<sup>1</sup> sobrevive diante de um momento de ruptura histórica. Isso porque, como em outros tempos, quando também ocorreram rompimentos históricos, citando-se como exemplo a transmutação do feudalismo para a sociedade industrial, os tempos modernos também demonstram que evoluímos da fase industrialista para o momento dos riscos.

A obra beckiana “Risikogesellschaft: Auf dem Weg in eine andere Moderne”, lançada no idioma original em 1986 e traduzida para a língua portuguesa como “Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade”, publicada apenas em 2010, representa um dos

<sup>1</sup> Embora a gênese da noção de pós-modernidade esteja na obra *La condition postmoderne*, escrita em 1979 por Jean-François Lyotard, na qual se discute as funções e problemas da legitimidade dos discursos e do conhecimento científico, a noção de pós-modernidade não encontra univocidade entre os autores da sociologia contemporânea. Steven Connor (2004), por exemplo, explicita que o prefixo “pós” denomina exaustão ou decadência, típica de um período em que se vive um momento de pós-cultura. Por outro lado, tem-se Zygmunt Bauman (2001), que defende ser o maior dos fatores marcantes das sociedades contemporâneas a liquidez e fragilidade das relações humanas. Ainda, Douglas Kellner (1999) indica que o conceito de pós-modernidade faz menção a um processo de rupturas que abrangem o aspecto histórico, artístico e científico.



maiores contributos para os estudos sociológicos surgidos no interregno do século XX para o século XXI. Com o escrito posteriormente lançado em marcantes versões em inglês e em espanhol, respectivamente nos anos de 1992 e 1998, o alemão se tornou um grande referencial para pautar discussões acadêmicas estabelecidas em torno dos grandes temas presentes na sociedade moderna, especialmente no que tange aos acontecimentos políticos, sociais e jurídicos que certamente marcaram todo um tempo.

O tema lançado pelo alemão em sua obra gira em torno da sociedade industrial, a qual Beck e Zolo (2000) dizem ser caracterizada pela produção e distribuição de bens, mas que foi totalmente substituída pela sociedade de riscos, na qual a ciência e a técnica não possuem qualquer possibilidade de prever os riscos capazes de abalar a saúde humana e o meio ambiente. Diferentemente do que ocorria naquilo que ele nomeia de “primeira modernidade” – caracterizada pela confiança no progresso e controle dos riscos pela ciência e tecnologia, ainda imaturas –, hoje os riscos não mais correspondem às diferenças sociais, econômicas, políticas ou geográficas de outros tempos.

Desastres ambientais, diárias ameaças nucleares, epidemias e o aumento de conflitos armados são apenas alguns dos exemplos do que Beck (1998) entende que pode ser tratado como risco para a sociedade da pós-modernidade. Segundo ele, na modernidade avançada, a produção social da riqueza caminha lado a lado com a produção social de riscos, ou seja, enquanto a sociedade industrial voltava suas atenções à distribuição de riqueza e aos conflitos surgidos da produção, a sociedade contemporânea deve se preocupar com a produção de riscos de maneira técnico-científica.

Diante desse “estado de modernização” é que a contemporaneidade se encontra eivada de problemas atinentes à distribuição de riquezas e outros que estão ligados à produção e distribuição dos riscos científicos. Na sociedade do risco não é possível manter o desenvolvimento social – a modernização – sem que haja uma produção massiva de riscos, ou, como defende Beck (1998, p. 19), “mientras que en la sociedad industrial la lógica de la producción de la riqueza domina a la ‘lógica’ de la producción de riesgos, en la sociedad del riesgo se invierte esta relación”<sup>2</sup>.

Dessa forma, segundo a teoria de Beck acerca da sociedade de riscos, a mecânica de funcionamento da pós-modernidade é a seguinte: enquanto na sociedade industrial a produção da riqueza é maior do que a produção de riscos, nos tempos hodiernos há uma inversão nessa lógica, ou seja, produzem-se mais riscos do que riquezas, pois são indissociáveis. Significa dizer que as forças produtivas, o progresso técnico e econômico, encontram-se cada vez mais ofuscadas pela produção dos riscos sociais, de tal modo que, para Beck (1998), não se pode desenvolver teses sobre a lógica da produção e distribuição dos riscos sem haver uma comparação com a lógica da distribuição da riqueza.

A partir de catástrofes históricas, como os acidentes nucleares e químicos de Chernobyl ou de Bhopal, Beck compreende que o destino daqueles que vivem atualmente em muito se assemelha a uma espécie de “edad media moderna del peligro” (BECK, 1998, p. 12) em clara referência às desigualdades entre propriedades, grupos étnicos, cidade e campo e nações comuns ao tempo do medievo. Nesse caminho, a transposição da sociedade industrial para a sociedade dos riscos deu espaço aos experimentos nucleares, chamado pelo autor de “la cumbre de las fuerzas productivas y creativas humanas” (BECK, 1998, p. 12), à formação de grupos terroristas até desaguar em ataques organizados, às crises financeiras internacionais e à criminalidade difusa.

Pode-se dizer que a sociedade do risco é indissociavelmente uma constante na pós-modernidade e também um fruto dela: ao mesmo tempo em que pode ser encarada como uma fase de superação de um instante da história humana marcado por avanços breves na ciência e na tecnologia, também pode ser vista como um desencadeamento lógico da própria estrutura da sociedade industrial, que foi responsável pelo incremento na produção de bens e serviços e no consumo humano<sup>3</sup>. Daí afirmar o autor que “los peligros se convierten en polizones del consumo normal” (BECK, 1998, p. 13).

---

riqueza domina a ‘lógica’ da produção de riscos, na sociedade de risco essa relação é invertida”.

<sup>3</sup> Para Beck (1998), a sociedade da pós-modernidade aprendeu a construir cabanas e acumular conhecimento útil contra as ameaças da natureza externa. Porém, por outro lado, seguimos praticamente entregues e desprotegidos em face das ameaças industriais.

<sup>2</sup> Tradução livre: “enquanto na sociedade industrial a lógica da produção de

Para Beck (1998, p. 25), falar em modernização quer evidentemente se referir

[...] a los impulsos tecnológicos de racionalización y la transformación del trabajo y de la organización, pero incluye muchas cosas más: el cambio de los caracteres sociales y de las biografías normales, de los estilos de vida y de las formas de amar, de las estructuras de influencia y de poder, de las formas políticas de opresión y de participación de las concepciones de la realidad y de las normas cognoscitivas<sup>4</sup>.

Portanto, ao analisar a sociedade contemporânea, Beck a define como sendo a sociedade de riscos. O autor mostra que o conceito de risco está umbilicalmente relacionado aos efeitos da globalização, uma vez que as ameaças, antes intrínsecas à condição humana, na pós-modernidade ganham vigor e os perigos passam a atingir proporções universais, longe de respeitarem quaisquer fronteiras.

Segundo o escritor, os processos existentes na sociedade pós-moderna são heranças de uma sociedade industrial de riscos, coexistindo nesse meio a pobreza em massa, crises econômicas, guerras vindouras, catástrofes ecológicas, vertentes nacionalistas e fundamentalistas, além da incessante busca pela riqueza. Percebe-se que, na obra beckiana, a modernização deixa de figurar como plano de fundo ou cenário para assumir a posição de problema, já que, na sociedade de riscos, independentemente da classe social a que o indivíduo pertença, ele está exposto a constantes riscos (BECK, 1998, p. 128).

A partir do instante em que os perigos da sociedade contemporânea começaram a surgir, suas ameaças passaram a ser vistas como problemas. Nesse sentido, escrevem Beck, Giddens e Lash (1995, p. 22):

[...] a reflexividade e a impossibilidade de controle do desenvolvimento social invadem as sub-regiões individuais, desconsiderando jurisdições, classificações e limites regionais, nacionais, políticos e científicos. No caso extremo, quando se trata de enfrentar as consequências de uma catástrofe nuclear, não há mais a possibilidade de alguém ser não participante.

Muito embora citemos como exemplos de riscos da pós-modernidade a ocorrência de catástrofes

de origem natural ou humana, a aceção de risco na teoria de Beck parece ser completamente distinta de meras calamidades. Enquanto tragédias desse calibre são conceituadas como acontecimentos que estão delimitados no espaço e no tempo, o risco, por seu turno, é a própria antecipação da catástrofe e se materializa sempre como um acontecimento futuro, que, apenas por meio da “presentificação”, ou seja, pela encenação dos riscos globais, é que o futuro das catástrofes se torna presente (BECK *et al.*, 1995, p. 30).

Além do mais, cumpre salientar que, para o referido autor, os riscos são dotados de ambiguidade, possuindo dupla faceta, com certa necessidade de sopesamento entre as oportunidades e as perdas, além de demandarem uma nova divisão de trabalho entre a ciência, a política e a economia (BECK, 2007), meios, ao menos em tese, capazes de refrear a produção de riscos nesse novo contexto social.

Nesse sentido, importante a explicação de Renata Motta (2009, p. 386) acerca da dubiedade dos riscos:

A ambiguidade do risco reside na necessidade de decisão que ele implica: pesar oportunidades e perdas. Toda uma ciência do risco se desenvolveu e nasceu o cálculo probabilístico, a primeira tentativa de controlar o incontrolável. O risco tem uma dimensão de experimentação: não se pode teorizar sobre ele, é da ordem da probabilidade.

Seguindo na contramão da modernização assistida no decorrer do século XIX, na qual o conhecimento deveria ser apreendido com certezas para que pudesse ser administrado numa sociedade tradicional e de pouca compreensão técnica, foi aquela presenciada no curso do século XXI. Isso porque “la modernización ha consumido su opuesto, lo ha perdido y da consigo misma em sus premisas y principios funcionales de sociedad industrial”<sup>5</sup> (BECK, 1998, p. 16-17), de modo que a ciência e as técnicas transmitidas da sociedade industrial clássica para a pós-modernidade estão diluídas em um “sistema de coordenadas” e, conforme prediz o autor, a diferenciação entre modernização da tradição e modernização reflexiva<sup>6</sup> ainda

<sup>5</sup>Tradução livre: “a modernização consumiu o seu oposto, o perdeu e se deu suas premissas e princípios funcionais da sociedade industrial”.

<sup>6</sup>O termo “modernidade reflexiva” é utilizado por Ulrich Beck como sinônimo daquilo que ele também denomina como “segunda modernidade”, ou seja, a fase de radicalização dos princípios humanos modernos. Não obstante a utilização da locução por outros autores que são referências na discussão acerca da sociedade do risco, como Giddens e Lash, é possível perceber que

<sup>4</sup>Tradução livre: “[...] aos impulsos tecnológicos da racionalização e da transformação do trabalho e da organização, mas inclui muitas outras coisas: a mudança de caráter social e de biografias normais, de estilos de vida e modos de amar, das estruturas de influência e poder, das formas políticas de opressão e participação das concepções de realidade e normas cognitivas”.

estará em vigor perante a sociedade por muito tempo (BECK *et al.*, 1995, p. 22).

Por outro lado, deve-se levar em consideração que os processos da modernização não são irreversíveis. Ulrich Beck é defensor da tese segundo a qual a sociedade de riscos não conseguiu atingir seu ápice, sendo apenas uma sociedade semi-moderna<sup>7</sup> (BECK, 1998, p. 20), inclusive analisando, no curso de sua obra magna, as transformações sofridas na estrutura social na passagem do século anterior para o presente – cenário em que os protagonistas foram a consolidação da industrialização e das mudanças que a modernidade implicou na vida cotidiana –, colocando o indivíduo como peça essencial das ações causadoras de riscos.

Diante da importância que os conceitos desempenham na obra de Beck, cumpre-nos lembrar que, além das importantes diferenciações entre noções centrais de seu texto, como risco e catástrofe e risco e valoração cultural do risco, Renata Motta (2009) tece uma tipologia das lógicas de riscos globais, constituída pelos riscos de crises ecológicas, de ameaças terroristas e de crises financeiras globais.

Aliás, o conceito de sociedade do risco na sociologia beckiana é formado por dois momentos distintos, como bem pontuado por Motta (2009, p. 390), o primeiro instante da construção social do risco diz respeito à “reflexividade da incerteza”, haja vista que a noção de controle diante das incertezas está fadada ao malogro; o segundo momento, por sua vez, guarda relações com o aspecto “cosmopolita” dos riscos, demonstrando que nem mesmo as fronteiras nacionais são respeitadas pelas ameaças na modernidade. A conclusão a que se chega quando da visualização conjunta desses dois fatores é que os riscos gerados na primeira fase, por assim dizer, não são passíveis de controle social e passam a ser notados como incertezas construídas (MOTTA, 2009).

na obra beckiana as palavras ganham o sentido de que a quebra da sociedade industrializada clássica e a passagem para um novo estágio de vida social não significa o seu fim, mas sim a grande possibilidade de reinvenção da civilização.

<sup>7</sup> Ao citar a sociedade industrial, em seu projeto inicial, como uma “sociedade de semi-moderna”, Beck quer dizer que é importante que seu conceito seja revisado, ou seja, de pronto ela não é algo antigo, mas sim uma construção e produto de outros modelos de sociedade. Nesse sentido, explica ele que “a imagem estrutural da sociedade industrial repousa em uma contradição entre o conteúdo universal da modernidade e a estrutura funcional de suas instituições, na qual ela só pode ser realizada de maneira particular e seletiva” (BECK, 1998, p. 20).

Nesse mesmo sentido, é de rigor trazer a lume a contribuição de Assis Machado (2005, p. 45), que faz importantes reflexões sobre a obra de Beck ao identificar as modalidades de risco que se encontram insertas na sociedade contemporânea, nos mesmos moldes feitos pela autora anteriormente comentada. Os riscos podem ser classificados da seguinte maneira:

- a) Os riscos das armas de alta destruição, relativos ao poder bélico e aos perigos inimagináveis pelos quais a sociedade está exposta. A propósito, o autor alemão explica que “la amenaza por armas atómicas con unas fuerzas de destrucción inimaginables no cambia”<sup>8</sup> (BECK, 1998, p. 84).
- b) Os riscos provenientes de perigos globais, nos quais estão enquadrados a destruição ambiental gerada pelo prosseguimento da atividade industrial, bem como a manipulação de bens genéticos e de energia nuclear e química (MACHADO, 2005, p. 45).
- c) Por fim, os riscos advindos da situação de pobreza que toma diversos grupos sociais, sobretudo riscos que são relacionados à destruição ecológica, como reflexo do subdesenvolvimento (MACHADO, 2005, p. 45).

Percebe-se, portanto, que as ameaças contemporâneas sequer podem ser comparadas àquelas de outros tempos, em especial por sua lesividade. Fato é que sobrevivemos em uma era artificial, propícia para o incremento dos riscos em dimensões que realmente ultrapassam as barreiras fronteiriças de cada país e terminam por ameaçar a própria humanidade como um todo.

Ainda, há que se dizer que a sociedade está em constante estado de vigilância em virtude da sensação de insegurança que paira sobre os indivíduos viventes da modernidade, sequela daquilo que a professora Mendonza Buergo (2001, p. 02) esclarece ao afirmar que ocorreram mudanças significativas em relação aos perigos do mundo contemporâneo e, hoje, a complexidade organizacional da sociedade dificulta sobremaneira a atribuição da responsabilidade aos envolvidos<sup>9</sup> – a partir do instante em que ocorre uma

<sup>8</sup> Tradução livre: “a ameaça de armas atômicas com forças de destruição inimagináveis não muda”.

<sup>9</sup> Conciliando a questão da sociologia do risco com o direito, em especial o ramo penal, a professora Blanca Mendoza Buergo (2001, p. 226), da Universidad Autónoma de Madrid, relembra que “[...] a estrutura da discussão sobre a configuração atual da dogmática jurídico-criminal, enfatiza-se que a caracterização do direito penal como um direito de risco criminal envolve o

catástrofe ambiental de proporções mundiais, como Chernobyl, dificilmente se individualizará o agente responsável pela explosão e pelo incêndio da usina, ocasionando dois problemas: a falta de punição e o acréscimo ao sentimento de insegurança social.

A conclusão a que se chega a partir de breve análise da sociologia do risco na obra de Ulrich Beck é que os desdobramentos do desenvolvimento científico-industrial que assola a sociedade moderna constitui um complexo de riscos que não podem ser previamente identificados, de modo a serem contidos no espaço-tempo. Além do mais, dado o estado de refém dos indivíduos, não há quaisquer possibilidades de impor a responsabilidade pelos danos causados em virtude dos riscos – que abarcam não apenas riscos ambientais, mas também riscos sociais, já que a desigualdade social e a precariedade das condições de trabalho tendem a crescer na modernidade –, já que não é possível individualizar o autor.

Nesse sentido, infere-se também que o risco na teoria de Beck constitui um estágio intermediário entre a segurança e a destruição (MENDES, 2015, p. 212) e o futuro assume papel de suma importância, na condição de definidor da existência no presente, caracterizado pela localidade e globalidade dos riscos.

Em suma, o autor realiza uma síntese daquilo que considera como consequências da modernidade de riscos ao dizer que

en la modernidad avanzada [...] los problemas y conflictos de reparto de la sociedad de la carencia son sustituidos por los problemas y conflictos que surgen de la producción, definición y reparto de los riesgos producidos de manera científico-técnica<sup>10</sup> (BECK, 1998, p. 25).

O contributo da teoria da sociedade de riscos de Beck se traduz em demonstrar não apenas que o risco se tornou uma espécie de fator na tomada de decisões na modernidade, mas também que termina por funcionar como nota rememorativa de que todo e qualquer agrupamento social está sujeito aos desafios

e às ameaças da modernidade. A universalização dos riscos não leva em consideração as fronteiras existentes entre as nações, já que, segundo o autor, determinados problemas da nova sociedade preferem aos mais pobres (BECK, 1998, p. 41).

### A IDEIA DE SOCIEDADE DE RISCOS NA TEORIA SOCIOLÓGICO DE GIDDENS

De outro lado, também importante sociólogo que se ateu ao estudo da recente sociedade de riscos, o britânico Anthony Giddens nasceu em 1938 e se tornou mundialmente conhecido a partir da publicação do livro denominado “Novas regras do método sociológico”, uma forma de releitura da metodologia sociológica inaugurada nos tempos de Durkheim. Ademais, o autor ganhou mais fama e sua obra prosperou a partir do instante em que assumiu uma posição de crítico das estruturas sociais contemporâneas e, sobretudo, das causas e efeitos da globalização e os riscos dela advindos.

Na concepção giddensiana, a globalização constitui um dos fenômenos sociais de maior importância para a vida contemporânea e que mais despertam o interesse de estudo de sociólogos, a qual resta conceituada pelo autor como a “intensificação da interdependência e das relações sociais mundiais” (GIDDENS, 2001, p. 75). Segundo o sociólogo britânico, a tendência da globalização na modernidade é justamente transformar o mundo em um “único mundo”, de modo que, ao mesmo tempo em que as ações de um grupo ocasionam consequências e afetam outros grupos, os problemas mundiais atingem individualmente cada um, provocando a mutação da vida cotidiana (GIDDENS, 2001, p. 52).

Todavia, afirma o autor que a globalização e as mudanças por ela trazidas se traduziram em novas formas de risco, que se diferem daqueles existentes em outras épocas, os quais podiam ter suas causas e efeitos conhecidos, estabelecidos com clareza e, conseqüentemente, precavidos, enquanto hoje os riscos se tornaram incalculáveis e de consequências indeterminadas (GIDDENS, 2001). Segundo ele, “por constituir um conjunto de processos imprevisíveis, é difícil controlar a globalização, o que leva a novos riscos [...]” (GIDDENS, 2001, p. 51).

Pode-se dizer que, para Giddens (2001), o fenômeno da globalização foi responsável por influenciar

recurso a categorias dogmáticas no processo de elaboração conceitual, como tipos de perigo abstrato, à proteção de bens jurídicos supraindividuais de tipo difuso, bem como à flexibilidade e deformalização do direito penal substancial e processual, com vistas a avançar as barreiras da proteção do direito penal, da desmaterialização do conceito de bem jurídico” (tradução livre).

<sup>10</sup>Tradução livre: “[...] na modernidade avançada [...] os problemas e conflitos de distribuição da sociedade da falta são substituídos pelos problemas e conflitos que surgem da produção, definição e distribuição dos riscos produzidos de maneira técnico-científica”.

as tradições e perspectivas culturais de pessoas ao redor do mundo, independentemente de suas origens étnico-sociais, funcionando como fator que impulsionou a escolha por um estilo de vida cosmopolita, que abrange desde a vestimenta até o direito ao lazer e sua consecução. Por outro lado, a globalização, enquanto processo de características abertas e intrinsecamente contraditórias, também trouxe consequências difíceis de serem previstas ou controladas, de modo que, “outra forma de pensar esta dinâmica é em termos de risco” (GIDDENS, 2001, p. 65).

Não é incorreto afirmar que os seres humanos sempre estiveram expostos a riscos das mais variadas naturezas. Porém, como aduz a teoria giddensiana, os riscos na contemporaneidade são mostrados como pertencentes a naturezas diferentes daqueles de outrora, já que há não muito tempo as sociedades se encontravam sob a ameaça dos riscos externos – assim chamados por não decorrerem da ação antrópica, mas sim da própria vontade da natureza, como as catástrofes naturais – e, hoje, apresentam-se os riscos chamados de “manufaturados”.

Nesse sentido, explica Giddens (2001, p. 65-66):

Até muito recentemente, as sociedades humanas estavam sob a ameaça de riscos externos – perigos que advêm de secas, terremotos, fome e tempestades que têm origem no mundo natural e não estão relacionados com ação do homem. Hoje em dia, no entanto, somos cada vez mais confrontados com vários tipos de riscos manufaturados – riscos que resultam do impacto da ação do nosso saber e tecnologia sobre o mundo natural. [...] muitos dos riscos ambientais e de saúde com que se deparam as sociedades contemporâneas são exemplos de riscos manufaturados – são um produto da nossa ação sobre a natureza.

Ao escrever “As consequências da modernidade”, o autor britânico realiza uma digressão que remonta a existência dos riscos da modernidade às teorias e conselhos advindos dos pais fundadores da sociologia – Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber –, os quais compreendiam naquela época que a modernidade viria a ser uma “era turbulenta” (GIDDENS, 1991, p. 13). A leitura dos problemas dos tempos contemporâneos sob a ótica giddensiana, a partir das considerações que faz sobre os fundadores da sociologia clássica e suas previsões para a modernidade, leva à ideia de que haveria consequências nefastas advindas

do trabalho industrial, embora jamais se imaginasse a criação de riscos em virtude do desenvolvimento das forças produtivas<sup>11</sup>.

Nesse sentido, afirma Giddens (1991, p. 13):

[...] todos os três autores viram que o trabalho industrial moderno tinha consequências degradantes, submetendo muitos seres humanos à disciplina de um labor maçante, repetitivo. Mas não se chegou a prever que o desenvolvimento das “forças de produção” teria um potencial destrutivo de larga escala em relação ao meio ambiente material<sup>12</sup>.

Os novos riscos servem à construção social do medo na contemporaneidade e, conforme Giddens, suas principais formas oscilam entre a distribuição objetiva de riscos e aquelas que alteram a vivência ou percepção dos riscos. Em seu escrito sobre os problemas da modernidade, o autor nos ensina que a intensidade de risco é o elemento distintivo entre as várias formas que puderam ser identificadas a partir de acontecimentos dos últimos anos, pois a iminência de “guerra nuclear, calamidade ecológica, explosão populacional incontrolável, colapso do câmbio econômico global, e outras catástrofes globais potenciais, fornecem um horizonte inquietante de perigo para todos” (GIDDENS, 1991, p. 112).

Neste mesmo ponto, Giddens concorda com Ulrich Beck ao citá-lo em sua obra e explicar que os riscos são mesmo globais e não respeitam quaisquer divisões, sejam elas entre ricos e pobres ou até mesmo entre regiões do mundo. O que acontece é que “Chernobyl está em toda parte” e a intensidade extrafronteiriça de determinadas espécies de risco transcende toda e qualquer diferenciação social e econômica (GIDDENS, 1991, p. 112).

<sup>11</sup> Embora Marx e Durkheim fizessem uma previsão de que a sociedade contemporânea teria mais benefícios do que malefícios no que diz respeito à evolução das tecnologias, ambos concordavam que a era moderna seria recheada de turbulências. O alemão, por exemplo, enxergava a luta de classes como fonte de assimetrias na ordem capitalista e também acreditava na superação das necessidades naturais a partir do aperfeiçoamento do uso da técnica, de modo que “o incremento da industrialização somente deveria libertar mais o trabalhador e que nesse rumo a luta de classes estaria com seus dias contados” (ALEXANDRE, 2000, p. 154). Diferentemente, o sociólogo francês afirmava que o êxito da sociedade moderna seria alcançável por meio da industrialização, já que promoveria a solidariedade orgânica entre os membros da sociedade.

<sup>12</sup> Giddens (1991, p. 13) afirma que os riscos de danos ambientais ocasionados por força da industrialização sequer eram pensados pelos sociólogos de outros tempos, o que desaguou em uma profunda dificuldade dos autores contemporâneos – que não só devem estudar esses riscos, mas também encontrar meios de descrevê-los, na vã possibilidade de identificá-los e evitá-los – em desenvolver uma avaliação sistemática desses problemas.

Realizados os breves comentários à menção feita por Giddens aos autores clássicos da sociologia como “profetas” do fatídico futuro de riscos em que estamos inseridos hoje, cumpre-nos salientar que o britânico ainda escreveu sobre as sete formas de caracterização dos riscos na modernidade (GIDDENS, 1991, p. 111-112), cujos perfis podem ser resumidos da seguinte maneira:

a) Em primeiro lugar, Giddens chama a atenção para a “globalização do risco no sentido de intensidade”, servindo como exemplos as guerras nucleares, as quais o autor classifica como o mais imediato e catastrófico de todos os perigos globais existentes, pois a detonação de uma ogiva nuclear, ainda que pequena, produziria danos ambientais irreversíveis e colocaria em risco espécies animais complexas e também os seres humanos (GIDDENS, 1991, p. 111);

b) Sequencialmente, ele identifica a “globalização do risco no sentido da expansão da quantidade de eventos contingentes que afetam todos ou ao menos grande quantidade de pessoas no planeta”, exemplificando com as mudanças na divisão global do trabalho, tais como o incremento acelerado da tecnologia, a diminuição brusca margens de lucro nos últimos anos e a redução da mão de obra (GIDDENS, 1991, p. 112);

c) Em terceiro lugar, Giddens se atenta para o que ele vem a chamar de “risco derivado do meio ambiente criado, ou natureza socializada”, existente a partir da infusão de conhecimento humano no meio ambiente material, o que pode ser exemplificado pela manipulação genética de alimentos (transgênicos) e suas nefastas – e já comprovadas cientificamente – consequências para a saúde humana (GIDDENS, 1991, p. 112);

d) Na quarta posição, o britânico insere os “riscos ambientais institucionalizados”, como os mercados de investimentos, capazes de afetar as possibilidades de vida e a concretização dos desejos de milhões de pessoas (GIDDENS, 1991, p. 112);

e) Em quinto lugar, Giddens coloca a “consciência do risco como risco”, uma vez que as lacunas de conhecimento acerca dos riscos jamais poderiam ser convertidas em certezas pelo conhecimento religioso (dogmático) ou mágico (sobrenatural). Ou seja, as incertezas ainda não decifradas pelo conhecimento racional e empírico continuam a constituir problemas e riscos para a humanidade (GIDDENS, 1991, p. 112);

f) Em seguida, em sexto lugar, o autor insere a “consciência bem distribuída do risco”, no sentido de que muito dos perigos enfrentados pelos seres humanos viventes da modernidade, de maneira coletiva, são conhecidos pelo grande público, de modo que não se pode negar que boa parte do mundo reconhece o potencial lesivo de, por exemplo, desastres ambientais ou conflitos armados (GIDDENS, 1991, p. 112). Comentando este tópico da obra giddensiana, segundo Agripa Faria Alexandre (2000, p. 156) afirma se tratar da popularidade do risco, o que provoca certa conclusão ambígua do ponto de vista sociológico, pois, ao mesmo tempo em que a sociedade convive sob a constância de controvérsias acerca das informações dadas – gerando um sentimento de insensibilidade perante os problemas vividos na modernidade –, também há um bombardeamento de informações que dificultam um alarde como contrainvestida ao risco anunciado;

g) Em último lugar, Giddens comenta sobre a “consciência das limitações da perícia”, pois hoje nenhum sistema de perícia pode ser inteiramente sábio a ponto de prever as consequências da adoção de princípios peritos (GIDDENS, 1991, p. 112).

Portanto, a abordagem sociológica de Anthony Giddens sobre a sociedade de riscos da modernidade é no sentido de afirmar a existência do risco socialmente construído, o que também legitima a sociedade a discutir os novos valores da modernidade em detrimento daqueles, ainda embrionários, da industrialização primária. Também fica límpido que a crítica giddensiana à sociedade contemporânea repousa sobre a engenharia das sociedades industriais, que se fez baseada em valores materiais, concordando nesse ponto com Beck, de modo que ambos afirmam que a produção de riquezas é impossibilitada se não vier acompanhada de riscos individuais, sociais e ambientais intrínsecos às atividades produtivas: a garantia do bem-estar social se esvaeceu na modernidade e deu lugar aos riscos.

### **A SOCIEDADE DE RISCOS, AS CONFLUÊNCIAS E AS DIVERGÊNCIAS EM BECK E GIDDENS**

As ideias de Ulrich Beck e Anthony Giddens sobre a existência dos riscos na modernidade, embora apresentem similaridades, também são contrastantes entre si. De fato, as ameaças e as incertezas pertencem às condições gerais da existência humana, de tal

maneira que resta claro que, não obstante a origem dos riscos ser datada de outros tempos, sobretudo como efeito da quebra do paradigma da sociedade industrial, de distribuição de riquezas, da industrialização primária, tem-se que a modernidade foi responsável por potencializar esses riscos e fez com que nem mesmo fronteiras étnicas, sociais ou geográficas fossem respeitadas.

Conforme pondera Giddens (1991, p. 112), a iminência em que as sociedades contemporâneas vivem de presenciarem guerras nucleares, calamidades ecológicas cada vez mais destrutivas, colapsos (crashes) econômicos e outros riscos, fornece um cenário de catástrofes globais em potencialidade, que não se convola em uma sociedade perigosa apenas para determinadas classes sociais, mas sim para todos, indistintamente. À semelhança da tese giddeniana, como afirmado outrora, Beck (1998, p. 128) compreende que os riscos não respeitam as fronteiras sociais existentes entre aqueles que são privilegiados ou não.

A título exemplificativo de verificação prática dessa sociedade de riscos, inicialmente sob a vertente giddeniana, levanta-se a possibilidade de ocorrência de uma guerra nuclear, cujo potencial destrutivo é inimaginável, com os avanços da ciência e da técnica observados na modernidade, em contraste ao que ocorreu no último conflito mundial assistido. Como Giddens parte do princípio de que a produção dos riscos na sociedade contemporânea é fruto dela própria, como consequências involuntárias e reflexas do nível de avanço científico que os viventes da contemporaneidade atingiram, para ele a guerra seria o marco para a expansão da quantidade de conflitos (ALEXANDRE, 2000, p. 155). Ainda tomando como exemplo prático o início de um conflito armado de nível global, segundo o autor, os riscos fomentaram rápidas mudanças nas relações de trabalho, agindo de forma a acelerar a tecnologia e reduzir as margens de oferta de mão de obra (ALEXANDRE, 2000, p. 155).

Outro exemplo passível de análise são as manipulações genéticas de alimentos, sobre os quais ainda pairam dúvidas sobre a prejudicialidade à saúde humana. Para a tese giddeniana da formação da sociedade dos riscos, esse tipo de experimento científico poderia ser classificado como “provenientes da socialização da natureza” (ALEXANDRE, 2000, p. 155). Conforme Giddens (2001, p. 67), na contemporaneidade, os riscos manufaturados – decorrentes do

impacto social produzido pela ação do saber humano e pela tecnologia sobre o mundo social – colocam em risco até mesmo a saúde humana. Como amostra dessa preocupação imediata em relação à saúde do homem na sociedade dos riscos, hoje se pede às pessoas que observem sua exposição ao sol, diante das comprovações quanto aos efeitos maléficos dos raios ultravioletas (GIDDENS, 2001, p. 67).

Dessa forma, vê-se que a semântica do risco está relacionada especificamente com o processo de modernização, no qual as decisões, as incertezas e as probabilidades adquirem maiores significados, mais latentes e determinantes no agir humano. A sociedade dos riscos está relacionada à tematização, no presente, de perigos futuros, percebidos como resultado da civilização.

De outro lado, o tema da sociedade de riscos para Ulrich Beck, como delineado até então, é visto também como decorrência do rompimento com a sociedade industrial primitiva, em que se prezava pela distribuição de bens, serviços e riquezas, para dar espaço a uma segunda modernidade, na qual o desenvolvimento da cientificidade e da industrialização é acompanhado pelos riscos (BECK, 1998, p. 25). Os danos da modernidade dos riscos são de tal monta que Beck (1998, p. 128) chega, inclusive, a pensar a possibilidade de cada vez mais os governos se verem obrigados a abandonar seus povos, suas organizações e demais entes, porque não se tem mais controles sobre o que virá a ser a sociedade no momento seguinte.

Similarmente ao realizado a partir das teses giddenianas, podemos tomar como exemplo para a análise das ideias de Beck a problemática da desigualdade social, que, embora existente desde antes dos primórdios da segunda modernidade, em que vivemos, foi aprofundada a partir da manutenção da sociedade de riscos. Para o autor alemão, a precarização do estado da desigualdade social no mundo se dá pelo fato de que os problemas advindos dos processos de modernização<sup>13</sup> são considerados reflexos de seu tempo, e quanto mais reflexivos os tempos, mais ambígua se torna a sociedade, de modo que «las cuestiones del desarrollo y de la aplicación de tecnologías [...] son

<sup>13</sup> Para Beck (1998), a modernização diz respeito ao conjunto de impulsos tecnológicos que propulsionam a racionalização e a transformação do trabalho e a organização social. Além disso, a modernização ainda se reflete na alteração do caráter social, dos costumes, dos estilos de vida e dos modos de se relacionar.

sustituídas por cuestiones de la <gestión> política y científica [...] de los riesgos de tecnologías a aplicar actual o potencialmente en relación a horizontes de relevancia a definir especialmente»<sup>14</sup>(BECK, 1998, p. 26).

Outro exemplo cabível para análise sob o prisma da concepção de sociedade de risco de Ulrich Beck está também nos perigos inerentes à manipulação científica de alimentos, remédios, na poluição crescente e incontrolável da água, do ar e seus respectivos efeitos sobre os seres vivos, inclusive humanos. Nesse mesmo sentido, tem-se as práticas científicas e os acidentes envolvendo radioatividade (ALEXANDRE, 2000, p. 164), o que demonstra que a natureza deixou de ser um elemento essencial para a satisfação das necessidades e do conforto humano, tornando-se um quase inimigo, por potencializar os riscos produzidos.

A radioatividade, dado seu caráter de fácil propagação e de uma possível globalidade, visto que não se restringe ao local em que o dano foi produzido – a exemplo do ocorrido em Chernobyl, na Ucrânia, cujos resíduos ainda persistem e impossibilitam formas de vida plenas e saudáveis no local –, pode ser enquadrada naquilo que Beck conclui ao dizer que os riscos não mais respeitam às classes sociais. Vivem-se tempos em que a “lógica da produção de riqueza supera a necessidade de se afastar o risco que uma sociedade de risco funda-se com maior reconhecimento e importância” (ALEXANDRE, 2000, p. 164).

Na realidade, com base em uma análise crítica, pode-se ver que a produção da riqueza, de forma desenfreada e impensada, proporciona o aumento dos riscos. Atualmente, pensando como Beck, há notória ausência de certeza e responsabilidade científica sobre questões que infligem diretamente a vivência diária do ser humano, sendo certo afirmar que “quanto mais se desenvolve a sociedade de risco, mais cresce o número de pessoas que são afetadas por ele” (ALEXANDRE, 2000, p. 164).

Como afirmado, hoje é impossível crer que conflitos armados, desastres nucleares e ambientais fiquem restritos ao local em que foram produzidos, já que é notório que, mesmo após anos, alguns dos maiores acidentes nucleares da história, por exemplo,

continuam a gerar riscos para habitantes da região afetada e de outras, consideravelmente longe. Para utilizar outro exemplo decorrente da própria realidade brasileira, os recentes acidentes envolvendo rompimento de barragens em Minas Gerais demonstram bem as delineações de Beck, visto que ali o dano não respeitou classes socioeconômicas e ainda são verificáveis os efeitos catastróficos dos desastres naquelas regiões, que perdem em termos humanos, econômicos e culturais. Além disso, ecoam notícias de que novos rompimentos podem ocorrer a qualquer momento, o que revela, na prática, a incerteza que as sociedades contemporâneas vivem.

Pensando-se as dimensões em que se observam confluências e divergências nas teorias sobre a sociedade de riscos em Ulrich Beck e Anthony Giddens, pode-se afirmar que ambos os sociólogos trouxeram significativos subsídios para uma compreensão teórica do que se classifica como a sociedade dos riscos. As confluências são inúmeras, como se nota a partir dos exemplos trazidos, sobretudo quanto ao fato de que ambos os autores partem do princípio de que a modernidade é reflexiva, o que significa inferir que os problemas observáveis contemporaneamente são decorrências, reflexos do próprio avanço social. Os exemplos, evidentemente, não destoam entre si, visto que as sociedades nas quais os teóricos viveram não destoam brutalmente entre si, consistindo ambas em verdadeiros produtos dos caracteres da modernidade, o que envolve a produção de danos de caráter ambiental, nuclear, social – como a desigualdade social, a miséria, a fome e as guerras – ou à saúde humana.

Se por um lado Ulrich Beck apresenta certo poder premonitório sobre os problemas de cunho nuclear que viriam a afetar a humanidade nos tempos contemporâneos, principalmente por escrever e lançar a obra em que trata dos pormenores da sociedade de riscos, Giddens demonstra que a produção dos riscos sociais da modernidade é mesmo parte indissociável desse novo projeto de sociedade que se instala paulatinamente, dia pós dia. Para ele, como verificado, os riscos não derivam, em regra, de defeitos ou falhas operatórias humanas, mas são consequências involuntárias e reflexivas do conhecimento social, que avançou estrondosamente.

No mesmo sentido, ainda que ambos os autores tenham suas teses sobre a sociedade de riscos com base no conceito de modernidade reflexiva, Beck

<sup>14</sup>Tradução livre: “as questões do desenvolvimento e aplicação das tecnologias [...] são substituídas por questões da ‘gestão’ política e científica dos riscos [...] das tecnologias a serem aplicadas atualmente ou potencialmente em relação aos horizontes relevantes a serem definidos, especialmente”.



propõe uma posição mais sóbria desse momento, o que denomina de “vulcão da civilização”. Por outro lado, Giddens assegura que os riscos sociais estão impregnados no próprio modo de ser das sociedades contemporâneas, por força da alta complexidade técnica e científica que atingiu.

Outra divergência constatável está no fato de que Beck não concebe mais as ameaças sociais como situações pertencentes a uma ou outra classe, como ocorria ao tempo da sociedade industrial primitiva, em que os danos marcavam de forma mais duradoura as classes menos abastadas economicamente, mas entende que os riscos são produtos simultaneamente reais e irrealis, uma vez que se associam os perigos já ocorridos àqueles calculados. Para o britânico, a modernidade é puramente reflexiva e sua ideia não abrange comentários sobre distinções entre classes socioeconômicas e como os riscos as atingem. Representa dizer que, para Giddens, a constituição da modernidade decorre diretamente da produção de informações e da reformulação delas, como meios de agirem em socorro às consequências imprevisíveis da sociedade.

Ambos os autores asseveram que o desenvolvimento científico e industrial contemporâneo é acompanhado por um conjunto de riscos que não podem ser especificados ou refreados no espaço-tempo. Daí Giddens (2001, p. 65) afirmar que “ao contrário dos riscos do passado, que tinham causas estabelecidas e efeitos conhecidos, os riscos de hoje em dia são incalculáveis e de consequências indeterminadas”. Tomando por base esse cenário, parte-se da ideia, *a priori*, de que não há quaisquer possibilidades de se responsabilizar juridicamente alguém pelos danos causados por esses riscos sociais, bem como se impede a recompensa pelos danos às suas vítimas.

Enquanto Beck acusa o desenvolvimento industrial e científico de serem os grandes vilões responsáveis pela produção dos riscos sociais na contemporaneidade, inclusive fazendo alusões à paralisação da sociedade da modernização, bem como à criação de parâmetros aptos a indicar e medir as responsabilidades pelos riscos sociais, como únicos meios capazes de reprimir tais problemas, Giddens toma como guia a reflexão acerca do conceito de uma sociedade produtora de riscos, como elementos intrínsecos à sua constituição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade de riscos é caracterizada primordialmente pelo rompimento com uma estrutura vigente nos últimos séculos, dotada de industrializações primárias, na qual se prezava pela distribuição de bens, serviços e riquezas em geral. Com essa quebra de paradigma, a sociedade da pós-modernidade é posta em um cenário no qual tem que lidar com a incerteza e a incapacidade técnica e científica de conter os mais variados tipos de risco, como conflitos armados a nível mundial, degradações ambientais, disseminação de resíduos radioativos e questões sociais, das quais se destacam a fome e a desigualdade social.

De fato, diante dos avanços da pós-modernidade, tornou-se impossível dissociar a teoria social do conceito de risco e a compreensão de sua extensão, o que confere um papel central do tema na sociologia contemporânea. A razão disso está fundada na emergência dos riscos na pós-modernidade como produto do desenvolvimento desenfreado e impensado da ciência e da técnica, possibilitando a identificação de determinadas características do risco, como a globalidade, que permite que os seus efeitos não fiquem restritos ao local de produção do dano.

Não obstante a existência de outros estudos que digam respeito à análise das questões atinentes à sociedade de riscos, destacam-se os estudos pioneiros e aprofundados dos sociólogos Ulrich Beck e Anthony Giddens sobre o tema. Ainda que os autores apresentem inúmeras semelhanças em suas concepções sobre o risco e a sociedade pós-moderna, como a ideia de que o desenvolvimento científico e industrial é acompanhado por um conjunto de riscos irrefreáveis, algumas distinções também podem ser identificadas. Exemplo marcante é o fato de que a modernidade em Beck deve ser, necessariamente, reflexiva, enquanto Giddens parte da noção de que os tempos atuais são reflexivos, por força da produção massiva de informações, do emprego irredutível da ciência e da técnica, que produzem consequências sociais imprevisíveis.

Outra diferença substancial entre as concepções do risco entre os autores está no fato de que, ao passo em que Giddens concebe uma ideia puramente social do risco, como produto da massificação das relações e dos objetos da contemporaneidade – notadamente a ciência e a informação –, Beck questiona o poder destrutivo e a legitimidade que a sociedade

pós-moderna forneceu à ciência, que, para ele, é a principal responsável pela produção dos riscos sociais. Essa perspectiva se torna clara na medida em que Beck insere diversos exemplos para ilustrar a complexidade da pós-modernidade dos riscos, ao que coloca os problemas de ordem ambiental e outros que afetam a saúde humana.

Em conclusão, pode-se afirmar que, embora ambos os autores apontem os problemas da pós-modernidade de riscos, com tônica para suas fontes, as formas como são produzidos e seus efeitos catastróficos, ainda buscam preservar uma visão otimista em suas obras sobre a emergência dos valores que visam fornecer o respeito e preservação às vidas. Os dois sociólogos em destaque andam concomitantemente em suas explanações para afirmarem a necessidade de se criarem novos parâmetros para a medição das responsabilidades sociais decorrentes da produção de risco, como forma de uma política radical.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRE, Agripa Faria. A dinâmica da sociedade de risco segundo Antony Giddens e Ulrich Beck. *Revista GEOSUL*, Florianópolis, n. 30, v. 15, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Tradução de Jorge Navarro, Daniel Jiménez e Maria Rosa Borrás. Barcelona: Paidós, 1998.
- BECK, Ulrich. *Weltrisikogesellschaft: auf der Such nach der verlorenen Sicherheit*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 2007.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- BECK, Ulrich; ZOLO, Danilo. A sociedade global do risco: uma discussão entre Ulrich Beck e Danilo Zolo. *Revista Prima@ Facie*, João Pessoa, v. 1, n. 1, jul./dez., p. 1-21, 2002.
- CONNOR, Steven. *Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. 5. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Tradução de Alexandre Figueiredo, Ana Patrícia Duarte Baltazar, Catarina Lorga da Silva, Patrícia Matos e Vasco Gil. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- KELLNER, Douglas. Adventures in continental philosophy. In: WATSON, James (Org.). *Portraits of american continental philosophers*. Bloomington: Indiana University Press, 1999.
- MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. *Sociedade do risco e direito penal: uma avaliação de novas tendências político-criminais*. São Paulo: IBCCRIM, 2005.
- MENDES, José Manuel. Ulrich Beck: a imanência do social e a sociedade do risco. *Revista Análise Social*, n. 214, v. 1., 2015. Disponível em: [http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS\\_214\\_o01.pdf](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_214_o01.pdf). Acesso em jan., 2019.
- MENDOZA BUERGO, Blanca. *El derecho penal en la sociedad del riesgo*. Madrid: Civitas, 2001.
- MOTTA, Renata. Sociologia de risco: globalizando a modernidade reflexiva. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 22, jul./dez., 2009. p. 384-396.

### NORMAS EDITORIAIS PARA TRABALHOS

#### A- REGRAS GERAIS PARA PUBLICAÇÃO

A Revista PUBLICATIO – Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa aceita para publicação artigos inéditos de autores brasileiros e estrangeiros, resultantes de estudos teóricos, pesquisas, reflexões sobre práticas concretas, discussões, resenhas, traduções, entre outras.

- 1- Serão aceitos originais inéditos para serem submetidos à aprovação da Comissão Editorial ou dos Editores da própria revista.
- 2- À Comissão editorial se reserva o direito de introduzir alterações nos originais, visando a manter a homogeneidade e a qualidade da publicação, respeitando, porém, o estilo e as opiniões dos autores.
- 3- As opiniões emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.
- 4- A revista classificará as colaborações de acordo com as seguintes seções:
- 5- Artigos, Relatos de Experiência, Resenha, Documento, Resumos de Teses e Dissertações, Dossiê. Todos os tipos de colaborações deverão ser acompanhados de RESUMO/Palavras-Chave e ABSTRACT/Keywords. Mínimo 15 laudas e máximo 25 laudas, com exceção de resenhas. abaixo).

- *Normas de Apresentação de Resenhas:*

Formato: digitados no editor de texto Microsoft Word; espaço 1,5; no máximo 5 laudas; ortografia oficial; Arial; tamanho 12; com margens direita e esquerda 3 cm e superior e inferior 2,5 cm. É obrigatório informar na primeira página do texto o título do livro e do autor.

- *Normas Dossiê:*

Os artigos deverão versar sobre um tema indicado pela Revista, que será publicado em um dos números da revista. As normas são as mesmas para os artigos.

#### B - PROCEDIMENTOS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

Todas as colaborações devem ser enviadas on line pelo Portal SEER. A fonte sugerida é Arial, tamanho 12. Para citação usar o tamanho 11. Deve-se observar, em ambos os casos, a ortografia oficial e conter, na primeira lauda do original, o título do trabalho (em Arial, fonte 12 e negrito);

Nota: A correção ortográfica é de responsabilidade de cada autor da área temática.

Após o envio do documento, o mesmo será transformado em formato PDF (Formato de Documento Portátil - Acrobat/Adobe).

Os trabalhos devem ser organizados em: Título (Português e Inglês), Resumo e Abstract (máximo de 150 palavras cada), Introdução, Referencial Teórico, Metodologia, Resultados e Discussão, Considerações Finais e Referências Bibliográficas. Depois do Resumo (Abstract) devem ser relacionadas as Palavras-chave (Keywords) que podem incluir palavras constantes no Título.

Destaca-se que o Título do trabalho, acompanhado de sua tradução, deve ser breve e suficientemente específico e descritivo, contendo as Palavras-chave que representem o conteúdo do texto.

Os Agradecimentos a auxílios recebidos para a elaboração do trabalho deverão ser mencionados no final do artigo.

Os Materiais gráficos deverão ser escaneados, sendo estritamente indispensáveis à clareza do texto. Se as ilustrações enviadas já tiverem sido publicadas, deve-se mencionar a fonte e a permissão para reprodução.

Os Quadros deverão ser acompanhados de Cabeçalho que permita compreender o significado dos dados reunidos, sem necessidade de referência ao texto.

No caso das Referências bibliográficas devem ser redigidas segundo as normas da ABNT, estando na ordem alfabética de autor/título, no final do trabalho. A exatidão e adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto do artigo são da responsabilidade do autor.

#### C - ITENS DE VERIFICAÇÃO PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao Editor".

- 1- Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word ou OpenOffice.
- 2- URLs para as referências foram informadas quando necessário.
- 3- O texto está em espaço simples; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento.
- 4- O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na seção Sobre a Revista.
- 5- A identificação de autoria do trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em Assegurando a Avaliação Cega por Pares.

## **D - DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL**

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da sua autoria e publicação inicial nesta revista.

b) Esta revista proporciona acesso público a todo o seu conteúdo, uma vez que isso permite uma maior visibilidade e alcance dos artigos e resenhas publicados. Para maiores informações sobre esta abordagem, visite [Public Knowledge](#)

Project, projeto que desenvolveu este sistema para melhorar a qualidade acadêmica e pública da pesquisa, distribuindo o OJS assim como outros softwares de apoio ao sistema de publicação de acesso público a fontes acadêmicas. Os nomes e endereços de e-mail neste site serão usados exclusivamente para os propósitos da revista, não estando disponíveis para outros fins.

## **E -POLÍTICA DE PRIVACIDADE**

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.